

COMPOSTO E IMPRESSO NA
TIPOGRAFIA MARISTA
Rua Dois Irmãos, 318 — RECIFE

643

5.12.1964

SYMPOSIUM

RECIFE

PERNAMBUCO

BRASIL

24P

SUMÁRIO

RENOVAÇÃO DA IGREJA E ESCÂNDALO
DOS CRISTÃOS P. Pedro de Melo, s. j.

FELICIDADE, TEMA SOCIOLÓGICO
Abdias Moura

BREVE INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA
ANTIGUIDADE ORIENTAL
Potiguar Matos

PERSPECTIVA DE UM MUNDO EM
CRISE Gilvandro de Vasconcelos Coelho

• ANOTAÇÕES FONÉTICO - ETIMOLÓGICAS
AO «FORAL DA GUARDA»

A «CIVILIZAÇÃO» DO BABAÇU E A
ECONOMIA MARANHENSE
Manuel Correia de Andrade

ANÁLISE GRAFOLÓGICA E DIAGNÓSTICO
DE DISTÚRBIOS SOMÁTICOS SENTIDO
E OBJETIVO DE UMA PESQUISA
P. Pedro de Melo s. j.

O CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVER-
SIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

Revista da

Universidade Católica

de Pernambuco

SYMPOSIUM

REVISTA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

ANO V

RECIFE, 1964

NÚMEROS 1 - 2

Diretor-responsável — P. A. MOSCA DE CARVALHO, S. J.
Redator-chefe — P. PEDRO DE MELLO, S. J.
Redator-revisor — P. ANÍBAL DE SOUSA MELLO, S. J.
Administrador-chefe — P. ANTÔNIO ABRANCHES, S. J.

Assinatura anual 2.000
Número isolado 1.000
Número atrasado 1.200

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO :


RUA DO PRÍNCIPE, 526 — FONE : 2-3776

RECIFE — PERNAMBUCO — BRASIL

N. B. Sobre a próxima modificação de SYMPOSIUM cf. a última capa deste número

Í N D I C E

| | | |
|--|-------------------------------------|-----|
| RENOVAÇÃO DA IGREJA E ESCÂNDALO DOS CRISTÃOS | P. Pedro de Mello s. j. | 1 |
| FELICIDADE, TEMA SOCIOLOGICO | Abdias Moura | 5 |
| BREVE INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA ANTIGUI- DADE ORIENTAL | Potiguar Matos | 17 |
| PERSPECTIVA DE UM MUNDO EM CRISE | Gilvandro de V. Coelho | 27 |
| ANOTAÇÕES FONÉTICO-ETIMOLÓGICAS AO «FO- RAL DA GUARDA» | P. Aníbal de Sousa Melo, s. j. | 45 |
| A «CIVILIZAÇÃO» DO BABAÇU E A ECONOMIA MARANHENSE | Manoel Correia de Andrade .. | 71 |
| ANÁLISE GRAFOLÓGICA E DIAGNÓSTICO DE DISTÚRBIOS SOMÁTICOS SENTIDO E OBJE- TIVO DE UMA PESQUISA | P. Pedro de Mello, s. j. | 85 |
| O CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO | | 105 |



Digitized by the Internet Archive
in 2018 with funding from
Princeton Theological Seminary Library

Renovação da Igreja e Escândalo dos Cristãos

P. Pedro de Mello, s. j.

Parece-nos que uma reflexão teológica sôbre a posição da Igreja nos tempos modernos deve, objetivamente, situar-se entre as atitudes imaturas de não poucos cristãos, que desejam uma transformação quase radical de tôda a estrutura eclesial e os desejos mais ou menos frustrados de um conservadorismo exagerado e intransigente. De forma alguma poderemos aceitar as reações adolescentes de certos cristãos, que parecem desejar uma Igreja nivelada ao humano e ao temporal na sua liturgia ou modos de vestir, como no seu comportamento em geral e até em determinadas expressões doutrinárias. Seria inaceitável também perfilhar a posição prática, comodista e antiquada dos que anseiam por uma Igreja cristalizada em formas e fórmulas passadas ou rituais sem expressão de vida e sem conteúdo. Nem o escândalo de uma transformação radical da Igreja, nem, por outro lado, o escândalo de uma permanência petrificada no passado, sem assunção de formas novas e construtivas e sem tomada de posição no presente da história do mundo.

Se é verdade que, para cada um de nós, o melhor tempo é o em que vivemos, por ser o da realização de nosso destino pessoal, poderemos afirmar que vivemos sob o signo de uma grande época, apesar de todos os sinais de tragédia, de dispersão, de apreensão, de angústia social, de desequilíbrios e de profundas transformações sociais. Vivemos o tempo que Deus nos preparou. Se olharmos então essa verdade sob o aspecto da história e da vida da Igreja, podemos afirmar que vivemos uma época extraordinária. É que por fôrça de circunstâncias características excepcionais, a Igreja está tomando consciência, cada vez mais clara, de si mesma, de sua posição no mundo e do papel que tem a desempenhar, no plano da cultura e no campo da evangelização do homem.

Tomada de consciência. A Igreja sempre se conheceu a si mesma. Procurou, no decurso de sua história, fazer com que os cristãos a conhecessem através de uma pregação constante da mensagem de Cristo. Mas nunca falou com tanta clareza e coragem de suas próprias deficiências no que se refere por exemplo à adaptação de sua mensagem aos tempos. Há bem pouco seria escandaloso falar-se de reforma ou renovação da Igreja.

A imagem que muito cristão possuía de sua Igreja era a de uma sociedade absolutamente perfeita sob suas diferentes formas, intangível nos quadros de sua juridicidade e de sua orientação.

Queria-se uma Igreja sempre a mesma, sem mudança, para não sermos forçados a mudar nossa vida, tomar novos rumos em nossos modos de ver e de agir.

Consciente cada vez mais de sua historicidade, de sua inserção no tempo e no espaço. no condicionamento social de suas formas de atividade, a Igreja parte agora para uma posição nova, mais adaptada, sem negar de modo algum o que nela existe de perene: o conteúdo da mensagem evangélica, que tende a retornar, quanto possível, à pureza original.

Não há lugar, felizmente, para uma visão «platônica» de uma igreja simplesmente «espiritual» («pneumática»), nimbada de um teanismo, que não corresponde nem à sua realidade interna ou estrutural, nem à vontade do Fundador. Enquanto obra «divina», a Igreja está plenamente inserida no tempo. Sua historicidade é igual, nas linhas fundamentais, às características históricas do Mundo, em que ela se encontra e luta. Impossível para ela fugir a êsse condicionamento temporal, enquanto fôr de peregrino a vida do homem. O temporal e o eterno casam-se na mesma realidade fugitiva e perene da Igreja de Cristo. Ela incarna-se em nós. É o que somos. A transcendência do Mistério da Igreja realiza-se em cada momento da história, dentro de nós mesmos. Esta a Igreja cuja face queremos ver, na plenitude de sua beleza e no frágil de sua fraqueza interior.

Sem esquecer o esforço que faz a Igreja no sentido de sua adaptação a formas externas de ambientação social, sobressai, sem dúvida, o trabalho que vem fazendo o Concílio, — a fim de ir ao encontro do desejo de unidade no mundo, o que significa o esforço consciente de intensificar a prática do amor na sociedade moderna.

A Igreja não cederá jamais um ponto daquilo que é realmente es-

sencial ao corpo doutrinal da Revelação cristã. A mensagem de Cristo não poderá sofrer alteração nos pontos básicos e centrais de seu conteúdo. O que foi revelado por Cristo diretamente ou por meio de seus Apóstolos não poderá ser modificado ou alterado ou substituído. A verdade não se contradirá a si mesma. O que porém, para além ou ao lado do essencial, for suscetível de mudança e de alteração, poderá ou deverá mesmo ser modificado, desde que o exija a aceitação da mensagem messiânica.

A Igreja não temerá nunca o escândalo, quer venha êle bafejado pelas ondas de um progressismo imaturo e inconsistente, quer parta de conceitos e atitudes ultraconservadoras.

À medida que Ela se revela a si mesma, nos tempos presentes, revela-se igualmente aos cristãos. Quer ser conhecida para ser melhor amada e difundida e aceita e vivida. Queremos vê-la na sua realidade profunda e misteriosa: sob o sinete misterioso do Divino que nela palpita e sob as formas humanas e frágeis de sua historicidade. Queremos vê-la enquanto se perpetua na História do homem e transcende as formas de concretude e de realização terrestre e enquanto permanece fiel ao destino humano e aos anseios dos que peregrinam. Sem dissociar um instante sequer o invisível do visível e palpável na Igreja, precisamos de aceitá-la na sua integridade: sublime e frágil. É isso sem dúvida a mensagem que o Concílio Vaticano II quer comunicar aos homens de hoje. Quando a Igreja se revela a própria imagem, afasta, também para nós, o véu que encobre sua face misteriosa. E nós poderemos ver, para além do mistério sobrenatural inerente à sua própria forma de ser, a caducidade de muitas de suas formas inscritas no tempo: normas jurídicas, fórmulas litúrgicas que se renovam, que se adaptam ou que se esclarecem.

Muitos cristãos, angustiados pelas mudanças operadas na Igreja e, muito mais, pela inconsistência de «seu cristianismo» estereotipado, perguntam-se, repetidas vêzes, se depois dêste Concílio, ainda vamos encontrar a Igreja de Cristo, na sua originalidade típica, **como** êles desejariam revê-la e reconhecê-la. Temem realmente o desaparecimento da Igreja nos **moldes** antigos, em que gostariam de vê-la enquadrada.

Será para nós motivo de autêntica felicidade podermos, dentro de algum tempo, redescobrir a Igreja em formas um tanto diferentes, porque mais adaptadas às exigências do condicionamento social do mundo de hoje. Será muito grande a felicidade de sentirmos que a Igreja tem em si mesma capacidade inexaurível de renovação interna e externa e de se

reencontrar, sempre fecunda, conservando, na unidade do pensamento cristão, a integridade da mensagem de Cristo. Mais simples, menos enfeitada, mais real e objetiva, que se interioriza, sem se perder no esquematismo de um juridicismo vazio, capaz de perder progressivamente o que tem de «fachada», para se integrar no plano dos valores evangélicos. Que se prende muito menos a títulos e comendas, para melhor comunicar aos homens o pensamento e a vida de Cristo, numa tentativa renovada de «sacramentalizar» o homem e o mundo.

Seria demasiado triste se houvéssemos de viver à sombra de uma Igreja de rótulos e esterótipos, capaz de cristalizar formas de vida, negando assim a própria forma de condição terrestre: organismo que vive, mudando, para crescer e difundir-se.

Como forma de vida e de orientação humana e cristã, a mensagem do Concílio vem mostrar-nos uma vez mais que, reafirmando constantemente sua perenidade, a Igreja é e será capaz de assumir ou de reassumir o homem, em dimensões diversas e diferentes, dentro das condições de realização terrena. Sem dissociar, em sua estrutura, o tempo e o eterno, a Igreja reafirma sua unidade visível e invisível e promete-nos renovar suas formas de manifestação ao mundo moderno.

Sem ignorar as dificuldades inerentes à manifestação de sua face aos homens de hoje, confia ela que cada cristão pode e quer acompanhar, na renovação interior de sua própria vida, a tentativa de refazer o mundo, restaurando interiormente a cada um de seus filhos.

Felicidade, Tema Sociológico

ABDIAS MOURA

A tentativa de abordar o tema **felicidade** com lentes de aproximação sociológicas, não filosóficas, impõe uma explicação inicial: não se trata, aqui, de atingir a substância da palavra, nem de esgotá-la ontologicamente, mas apenas — e nessa limitação é que se situa a intenção científica — de indicar os caminhos que o homem, vivendo em sociedade, tem palmilhado, na busca do objetivo, da meta que aquela palavra representa.

Como não nos cabe, sequer, pelo menos aprioristicamente, definir o que seja felicidade — pois o definir a priori é característico de certa Filosofia, que disso tem razões de orgulho, nunca das ciências — lançaremos mão de um conceito já consagrado, que poderá ser confirmado ou negado no desenvolvimento de nossa procura.

É de Kant, a afirmação de que «a felicidade é a satisfação de tôdas nossas inclinações tanto em extensão, isto é, em multiplicidade, como em intensidade, isto é, em grau, e em persistência, isto é, em duração.» A partir desse conceito, parece-nos possível estudar os caminhos percorridos a cada dia pelos homens, para a satisfação de tôdas as suas inclinações, em cada um dos planos, ou campos, em que didaticamente vimos estudando a sociedade; ou seja, no plano econômico, no político e no sensitivo-intelectual. (1)

FELICIDADE NO CAMPO ECONÔMICO

A pretensão máxima da satisfação das inclinações humanas no campo econômico corresponde, aparentemente, à pretensão às formas mais completas de riqueza: o dinheiro aparecendo, então, como medida de tôdas as cousas. Abstraindo, na análise da figura humana do capitalista, a sua

(1) — Para esclarecimento dos planos indicados, ver, do autor, «Introdução à Análise Sociológica», 3a. edição, Recife, 1963.

provável (ou, pelo menos, possível) capacitação empresarial, que é de natureza intelecto-sensitiva, e/ou suas tendências à convivência e obtenção do Poder Político, sua medida de felicidade resta ser, para o fim de análise que nos propomos, a riqueza por êle acumulada.

Será, então, razoável falar em uma felicidade obtida através do **vál dinheiro**, se fôr razoável considerar que um detentor de certa soma de riquezas possa fixar um limite preciso à sua ambição de mais riquezas e que uma vez alcançado êsse limite, considere-se definitivamente satisfeito, até restante de sua vida.

Extravasaríamos, já agora, os limites traçados para a discussão sociológica do tema felicidade, se déssemos à questão acima uma resposta efetiva. Poderá fazê-lo um filósofo, melhor diria, um metafísico, um teólogo ou um moralista. Um cientista escrupuloso não se arriscaria certamente confirmar ou negar tal possibilidade.

Mas, sem nos afastar um milímetro dos limites científicos — e, portanto, objetivos — do tratamento do problema, poderemos levantar um objeção fundamental ao enunciado proposto. Senão, vejamos:

No âmbito de uma comunidade qualquer, seja ela rica ou pobre em seu conjunto, o aparecimento de alguém com riquezas, a partir de certo limite, se constituirá em fato notório. Numa pequena cidade do interior é mesmo possível que a simples posse de uma boa casa, algumas comodidades domésticas adquiridas na capital, um pouco de ostentação, seja anotados como demonstração de riqueza. Mas, ainda numa grande metrópole, a presença de um homem de emprêsa, proprietário de muitas fábricas, detentor de um conjunto de hotéis, com motoristas e secretários sempre acompanhando os seus passos, logo provoca uma corrente de atenções, serviços e proteção por parte de número crescente de pessoas.

Imaginemos, pois, um homem de emprêsa de fortuna incalculável citado, obrigatoriamente, nos grandes jornais e revistas, p. ex., um monopolizador de poços de petróleo, um «trust man» cujas notícias sôbre sua pretensa fortuna excitam a imaginação de cronistas e pessoas de diferentes condições sociais. Tendo emprêsas em vários países do mundo, filiais ou escritórios nas grandes cidades de todos os continentes, uma multiplicidade de contadores, êste empresário nem sequer é capaz de saber exatamente quanto possui, nem mesmo se, num momento dado, possui — isto é, se a receita conjunta de tôdas as suas emprêsas é realmente superior à despesa. O que êle sabe, sem dúvida, é que pode sair de Nova York

visitar Paris, Tóquio ou Rio de Janeiro, sem nunca se ocupar em saber o custo da passagem aérea, ou da diária dos hotéis, ou preço dos restaurantes e buates.

Este imaginário capitão de indústrias — imaginário mas não inexistente — poderá dizer que verdadeiramente atingiu todos os limites teóricos da posse de riquezas e que, nesse sentido, atingiu a satisfação de todas as suas inclinações econômicas, tanto em extensão como em intensidade; certamente, em duração, de vez que até o fim de sua vida não esgotaria essa mesma riqueza.

Poderíamos, a partir daí, afirmar que a felicidade é conquistável, no plano puramente econômico da vida social? Só na aparência, a resposta afirmativa. Com efeito, o limite mesmo da aparente «felicidade pela riqueza», aqui exposta, está no prescindir do dinheiro para obtenção dessa felicidade. É uma contradição dialética, que anula a possibilidade de conjugação dos termos **felicidade** e **riqueza**. Porque: se a medida da riqueza é o dinheiro, e a felicidade no plano econômico só se realiza quando o homem prescinde do dinheiro, não é possível dizer que é o dinheiro mesmo quem dá felicidade, antes é a desnecessariedade do dinheiro, é o não-dinheiro que, em termos econômicos, poderá produzir felicidade.

Resta-nos, pois, tentar enquadrar o tema felicidade através dos campos político e ou sensitivo-intelectual.

FELICIDADE NO CAMPO POLÍTICO

Aspirar à felicidade, no campo político, equivale a admitir o Poder como medida da felicidade mesma: será mais feliz, aquele que obtiver mais poder e, por extensão, terá obtido a total felicidade, nesse campo, aquele que obtiver uma forma absoluta de poder.

Há, essencialmente, duas formas de obtenção absoluta do poder político: pela tirania mais completa ou pela aceitação, também completa, do governante pelos governados. Na primeira hipótese, o poder repousará nas armas, será exercido mediante coação e, assim, terá um equilíbrio verdadeiramente instável: uma vez relaxada a coação o governante estará em perigo. Na terminologia de alguns tratadistas políticos, haveria, neste caso, autoridade e não poder. Mas, ainda aceitando as duas palavras como se referindo ao mesmo fenômeno, a satisfação de todas as inclinações do governante se realizaria em extensão e em intensidade, mas não em duração:

haveria momentos de poder, nunca um poder persistente, durável. Ainda que a tirania se mantivesse por dez, vinte anos, o detentor do poder estaria sempre consciente da necessidade de renovar, cada dia, sua segurança pessoal; o temor de ataques, de atentados terroristas, representaria sempre uma sombra, uma nuvem pairando sobre o seu ideal de felicidade.

Resta, pois, a possibilidade de obtenção da felicidade, no campo político, pelo governante verdadeiramente identificado com os governados. Esta possibilidade existe, pelo menos teoricamente: a obtenção de uma representatividade tão perfeita, que chegue a abolir a necessidade de coerção. Na realidade, isso representaria o Povo (todo o povo) no poder, o campo político se auto-governando, embora através de um representante livremente escolhido. Nessa hipótese, ter-se-ia aparentemente atingido o grau exato de felicidade, com todos os seus atributos definidores.

Mas, tal como ocorreu no campo econômico, também aqui existe uma contradição que implica em negar a afirmação aparentemente obtida. Conseqüente: se o sustentáculo do poder é, por definição, a coercibilidade (não propriamente a coerção, mas a coercibilidade), e a felicidade no campo político só se realizaria quando o governante prescindisse de coercibilidade sobre os governados, podemos concluir que o poder não torna possível a felicidade; esta se relacionando, no campo político, exatamente à desnecessidade do poder. Assim, é o não-poder que, em termos políticos, poderia trazer felicidade, nunca o poder mesmo.

Resta-nos, pois, simplesmente, pesquisar a possibilidade de existência da felicidade no campo intelecto-sensitivo.

FELICIDADE NO CAMPO INTELECTO-SENSITIVO

O campo intelecto-sensitivo, tal como o definimos noutro trabalho, inclui uma série muito grande de atividades exercidas pelo homem e pela sociedade, tendo pois de ser dividido em pelo menos cinco sub-planos, a saber: o militar-esportivo, o científico-filosófico, o estético, o erótico e o religioso. Essas sub-divisões, se não esgotam as possibilidades de análise do campo, pelo menos oferecem uma indicação clara da sua amplitude. E, assim sendo, o problema da felicidade no campo intelecto-sensitivo deve ser visto pelo menos em relação a cada um desses sub-campos.

A medida comum para um gama tão grande de interesses, foi por mim sugerida como sendo a **capacitação**. Podemos, pois, falar em maior ou menor

or capacitação de um homem, ou de um grupo de homens, relativamente ao domínio dos conhecimentos científico-filosóficos, do prazer estético, do misticismo religioso, das sensações eróticas e das competições militar-esportivas. O homem mais próximo de alcançar a felicidade, no campo sensitivo-intelectual, seria o que, em qualquer um dos sub-campos indicados, demonstrasse maior capacitação.

Através do estudo, e do desenvolvimento da sensibilidade para as belas artes, através do acúmulo de fé, do narcisismo, dos músculos — poder-se-ia atingir graus diversos de satisfação das inclinações pessoais, até ponto em que tôdas essas inclinações estivessem satisfeitas tanto em extensão, como em intensidade e em persistência: teríamos, então, o homem feliz.

Em termos esportivo-militares, a pretensão à satisfação das inclinações presume uma disputa continuada, um nunca satisfazer-se, um preter sempre mais. Mesmo o maior recordista, o maior campeão, está precisando sempre superar a si mesmo, desde que os recordes internacionais são quebrados a cada ano, a cada nova competição. Se na área militar pode parecer que alguns comandantes atingem a máxima satisfação de suas inclinações, é necessário de pronto esclarecer se tal não é obtido quando o sucesso extravassa o sub-campo estritamente militar e se confunde com o campo político e ou o econômico. Enfim: se o militar só atingiria o máximo de suas aspirações através do poder e da riqueza, isto é, quando verdadeiramente deixa de ser um militar para — através embora do militarismo — passar a ser um político ou um detentor de riquezas.

No sub-campo que chamamos de científico-filosófico, também não se pode esperar um grau absoluto de satisfação. É característico, tanto da ciência quanto da filosofia, a inesgotabilidade. Enquanto mais se sabe, enquanto mais se conhece, mais as limitações humanas ficam patenteadas — seria mesmo absurdo admitir um sábio auto-suficiente, imaginando-se conhecedor de tôdas as coisas. Ele seria tudo, menos um sábio.

Já no sub-campo designado de estético, a impossibilidade de satisfação total não é tão patente. Um pintor, um poeta, um escultor poderia atingir tal domínio em sua arte, que isso lhe desse uma sensação de haver esgotado as possibilidades artísticas da humanidade. Entretanto, essa sensação de auto-admiração jamais será persistente. Bastará um crítico, um rival, fazer uma ressalva à obra artística ou literária, apontar um plágio — mesmo inconsciente — do autor, para que uma dúvida angustiosa venha

destruir a sua aparente felicidade. Faltar sempre, mesmo ao mais confiante dos artistas, uma das características indispensáveis para a felicidade tal como foi inicialmente definida: a persistência da satisfação, ainda que aceitemos, o que é duvidoso, que ela seja, alguma vez, obtida em extensão e intensidade.

Também através do sub-campo que chamamos de erótico — e que inclui o donjuanismo, a coqueteria, a ostentação pessoal de beleza — muitos têm procurado obter a felicidade.

Grande carga de preconceitos envolve êsse sub-campo, e uma primeira tarefa, em relação a le, deve ser o afastar êsses preconceitos. A impossibilidade de ser feliz através do erotismo, tão ardorosamente pretendida por alguns, precisaria ser demonstrada por outros argumentos, que não os de ordem moral.

O fenmeno do donjuanismo tem sido caracterizado por alguns psicólogos, como demonstração de insegurança do homem, que procuraria na conquista de várias mulheres uma compensação para a falta de confiança no próprio valor pessoal. Tal como nos interessa o tema, o que restaria saber, porém, é se — através do exercício da técnica de conquista amorosa — le poderia realmente libertar-se de tal complexo, a ponto de ver-se com melhores olhos e sentir-se feliz. Tudo indica, nessa caso, que a libertação dos possíveis complexos de inferioridade corresponderia a uma mudança na vida, com o término da fase donjuanesca. Estaríamos, pois, em face de uma contraao: para ser feliz, o Dom Juan teria de deixar exatamente de ser um Dom Juan. Não seria, pois, o donjuanismo, mas o não-donjuanismo que estaria condicionando a obtenção do seu ideal de felicidade.

Mas há a possibilidade, sem dúvida, de que as análises psicológicas do fenmeno do donjuanismo não sejam verdadeiras. Ainda assim, não haveria como falar em obtenção plena das satisfações eróticas de um homem que esteja sempre a fazer novas experiências, sempre a mudar de alvo em suas tentativas de obtenção da felicidade por vias do erotismo. O mesmo raciocínio se poderia estabelecer, em relação  coqueteria feminina.

Se, porém, não  possível a obtenção da felicidade através do donjuanismo ou da coqueteria, não será ela obtida em forma absoluta, através do prazer erótico concentrado em uma única pessoa? Estaríamos em face do problema do amor — palavra que tem sido evitada, até aqui, apenas por não significar a mesma coisa para todas as pessoas. O simples fato de podermos falar de amor a Deus (sub-campo religioso), amor  bar

eira (sub-campo militar-esportivo), amor à ciência etc., nos tem levado a evitar esta palavra. Mesmo no sub-campo a que chamamos de erótico, exatamente para evitar confusões dêsse tipo, tanto é possível referir-se ao amor macho-fêmea, como amor mãe-filho ou amor fraterno. Fixemo-nos, pois, num tipo específico de amor, o amor macho-fêmea, ainda com a ressalva de que dêle está excluído o amor, ato biológico, no que êle tem de comum com os animais (mesmo que se costumem fazer associações literárias do tipo «amor de pombos», ou que se façam referências, em obras que tratam da sociedade humana, do amor exclusivista de feras que se acalam para o resto da vida). Falamos do amor como fenômeno cultural — para isso teremos inclusive que fixar o tipo de cultura a que nos referimos: a cultura ocidental de nossos dias, preferentemente de países em que se preceitua a indissolubilidade do laço matrimonial.

Até que ponto é possível a felicidade entre dois sêres, unidos não apenas por suas próprias inclinações como por um contrato de indissolubilidade, é outro ponto difícil de abordar sem o pêso de preconceitos arraigados. Se a felicidade é a satisfação de tôdas as inclinações, caberia a pergunta inicial: as inclinações de uma pessoa, na sociedade que caracterizamos acima, poderiam se resumir no desejo de obtenção do vínculo matrimonial? A primeira vista, a resposta concreta parece ser a afirmativa.

Numa sociedade do tipo brasileiro, mais particularmente do tipo nordestino, inúmeras moças têm sido preparadas para uma única felicidade: o casamento. Claro que isso vem se modificando, nos últimos anos, graças às novas oportunidades obtidas pelas mulheres, de estudar em universidades, competindo livremente com os homens; de trabalhar em fábricas, em escritórios, em repartições — cada vez em maior número. Mas isso não desmente o fato de que o ideal a atingir, por grande número de moças brasileiras, é, ainda, o casamento. Entenda-se, porém, que o casamento não será, ainda assim, a felicidade; será simbòlicamente, a porta aberta à felicidade, o limiar da felicidade. Uma vez alcançado, restaria então saber se nele estariam implícitas as três condições essenciais anotadas por Kant, isto é, extensão, intensidade e persistência. Quanto à última condição, é só aparentemente obtida no contrato de casamento. Já a extensão e a intensidade dessa satisfação dependem do ajustamento da imagem idealizada do sonho, com as condições de sua realização. Isto é: haveria felicidade, na medida em que a jovem que concentrou seus desejos pessoais de felicidade numa vida em comum com um homem amado, tenha, após o

casamento, uma vida em comum com um homem verdadeiramente amado. Ora: isso é pelo menos tão difícil para a moça que sonhou desde menina com o casamento, quanto para a que tinha o casamento como preocupação apenas secundária; e mais difícil, bem provavelmente, para a primeira.

Assim sendo, não é de crer que, mesmo para a mais ingênua e menos inteligente das moças, o casamento, por si só, traga a felicidade (mesmo que a recíproca não seja verdadeira, desde que, certamente, neste caso o não casamento da moça que o tinha como idealização de felicidade, importará sem dúvida em infelicidade).

Eliminada, pois, a possibilidade de uma felicidade a priori pelo casamento, resta ainda a pergunta inicial: através do amor de duas pessoas, não poderão elas obter a felicidade?

Para que, conceitualmente, a resposta possa ser afirmativa, é necessário admitir que haja, através desse amor, a permanente satisfação das inclinações dos que se amam (e não somente da mulher, como vínhamos argumentando até agora); permanente satisfação de ambos, tanto em intensidade como em multiplicidade. E para que haja tal satisfação, em intensidade, é preciso existir, para os dois, uma total capacitação para o amor monogâmico, isto é: é necessário o encontro de dois seres que sejam altamente capazes de realização sensitivo-intelectual pelo amor, conjunta e reciprocamente, o que pode não ser comum, mas tem sido algumas vezes obtido. Mas restaria, ainda, a característica da multiplicidade, o que, na hipótese, significa que tal capacitação seja máxima não apenas em alguns, nem mesmo em muitos, mas em todos os setores em que se possa concretizar a vida em comum. Por exemplo: sexualmente. Mais: em matéria de gostos, de opiniões, de desejos etc. etc.

É admissível, portanto, em teoria, a felicidade entre dois seres, um homem e uma mulher, em interação permanente, intensa e totalizante. Homem e mulher, portanto, que dependam um do outro, e exclusivamente um do outro, como seres de natureza intelecto-sensitiva. O casal «feliz» assim, dispensaria necessariamente qualquer satisfação, para a realização da qual fôsse necessário recorrer diretamente a outras pessoas. De pronto, não poderia ter, qualquer um dos dois componentes, qualquer aspiração política, que pressupõe um grupo mais complexo do que o grupo macho-fêmea. Por outro lado, estariam eliminadas as suas pretensões econômi-

cas, o que equivale pois a um autêntico dispensar o econômico — e isso pode corresponder a ter permanentemente em tórno de si o mínimo indispensável para viver, mas também pode corresponder a ter tudo em abundância, sem necessidade de preocupar-se em obter mais, como no exemplo do milionário sem dinheiro. Mas também êste casal jamais seria visto numa igreja, num teatro, num torneio de esportes, ou sequer lendo ou pesquisando: é que desaparecidos estariam, igualmente, como condição sine-qua-non de felicidade pelo amor, os interesses de ordem religiosa, estética, competitiva ou científico-filosófica. Em resumo: não estaríamos em contacto com dois seres humanos, o que nos leva a negar a possibilidade de felicidade, tal como foi inicialmente definida, através do amor.

Assim sendo, só nos resta analisar a possibilidade de obtenção da felicidade no sub-campo religioso.

Já se poderia objetar que a fé não é objeto de estudos sociológicos. Alguns diriam que à Sociologia interessa o culto, a forma social da fé, não a ligação (que é individual) homem-Deus. Nesse caso, poderiam surgir algumas perguntas que abreviariam a discussão do problema. A primeira pergunta a formular seria esta: é possível a obtenção da felicidade, simplesmente por meio de práticas religiosas? E, complementando-a: um pastor que influenciasse de tal forma o seu rebanho pela palavra (a ponto de poder dizer que tinha sido **feliz** como pastor) deveria ser estudado no sub-campo religioso, ou não seria mais correto incluí-lo no sub-campo científico-filosófico, ou talvez no estético?

De pronto, se definimos o campo sensitivo-intelectual em termos de capacitação, e até acentuamos que o homem mais feliz, nesse campo, será o que demonstre maior capacitação, teremos que aceitar que um homem possa aproximar-se mais do que outros da felicidade, na medida em que demonstre maior capacidade de realização tanto no domínio estético, quanto no erótico, ou filosófico, no competitivo e igualmente no religioso. Em outras palavras, a felicidade via religião será medida, sociologicamente, em termos de capacidade do crente em prescindir de dinheiro, de poder e, também, de conhecimento filosófico-científico, de glória militar-esportiva, de satisfação erótica e de prazer estético. Porque, realmente: sentir-se ligado a uma Igreja pelo que ela oferece em termos de belas artes (cantos, pintura, escultura, arquitetura) é confundir religiosidade com capacidade estética; o mesmo se podendo dizer da escolha da confraria religiosa mais preocupada com a explicação dos fenômenos da criação, ou a que ofereça respostas

mais lógicas aos problemas metafísicos, ou a que estimule mais o patriotismo, ou a ambição de lucro e assim por diante.

Por mais que isso possa parecer «herético», num trabalho pretensamente sociológico, não receamos afirmar que, no sub-campo religioso, a única relação que de fato é sociologicamente essencial, é a relação homem-Deus. Ela será de fato sociológica, não obstante «individual», na medida mesma em que a existência do indivíduo puro, isolado de semelhantes, sem dêles sofrer influências, é apenas uma abstração. Não se trata aqui de apoiar totalmente a idéia esposada por alguns, de que tudo o que se vem intitulado de Psicologia é, na verdade, Sociologia. Ao escolher seu objeto limitado, o cientista não deve esquecer a unidade existente, na diversidade do universo. O psicólogo não desconhece que, aquêles a que êle chama de indivíduos, sofrem continuamente, ou pelo menos sofrerão em alguma época, influências do grupo; mas também o sociólogo saberá que, para chegar à compreensão do grupo, precisará partir da exata compreensão das características individuais dos que o compõem. De resto, não creio que tivesse mais sentido, hoje em dia, em um ambiente científico, discussão do tipo Tarde-Durkheim, não obstante o prazer com que os professores gostam de referi-la.

No estudo da fé, interessará à Sociologia, como foi dito, o grau de capacitação religiosa; da comunidade, sim, e também dos indivíduos que a compõem — e que é reflexo daquela.

Aparadas as arestas que nos afastavam do problema, poderemos finalmente abordá-lo, frontalmente: será possível a satisfação de tôdas as inclinações, através da fé religiosa? Sem dúvida, alguns poucos homens têm obtido uma tão perfeita comunicação com Deus, que isso lhes tem provocado a classificação como santos. Nem todos os santos têm demonstrado tal capacitação (refiro-me, particularmente, ao hagiológico católico, mas poderíamos incluir os grandes profetas e figuras mais respeitáveis de qualquer outra crença). Provavelmente, mesmo, só uma pequena minoria a obtém. Mesmo um místico admirável como São Francisco de Assis dirigiu homens, não se satisfazendo, portanto, em **conviver** com Deus. E até mesmo Santo Antônio atendeu aos apelos de São Paulo, retirando-se, provisoriamente, de sua reclusão de tantos anos para pregar aos cristãos. Mas é fato que, tanto nas religiões do Ocidente quanto do Oriente, alguns homens têm dispensado riquezas e poder, glórias científicas ou artísticas e, às vêzes, qualquer participação direta com outros homens, chegando ao êxtase re-

ligioso, que outra coisa não seria senão o alcançar, em comunicação com Deus, o limite máximo da felicidade.

Até que ponto, porém, a consciência da expiação, a certeza de que terão de purgar pecados, seus e mesmo da humanidade, os afastará da satisfação total de suas inclinações à paz, à bem-aventurança que — disto estão seguros — só a morte lhes trará, finalmente, na forma de Paraíso Celestial? Neste sentido, ninguém estaria mais distante (conscientemente distante) da felicidade, do que o religioso. E já que nossas cogitações são puramente científicas, e terminam com a morte, não nos cabe qualquer indagação sobre a possibilidade de recompensa além-vida para as torturas, o abandono de si mesmo, enfim, qualquer forma futura de compensação para a não-felicidade, diríamos mesmo a anti-felicidade que a fé religiosa traz implicitamente ao religioso.

Ainda que a verdadeira inclinação do crente seja a expiação, o sofrimento — não sendo isso apenas um pagamento antecipado do direito de uma paz futura, extra-terrena — tal sofrimento, tal expiação não estaria submetido a um limite previsível e, por isso, o mesmo crente estaria sempre angustiado pela necessidade de mais sofrimento e de mais expiação, não obtendo jamais a satisfação de suas necessidades.

CONCLUSÃO

Da análise objetiva dos caminhos perseguidos pelo homem para obter a satisfação de suas inclinações, no decorrer da História, fomos levados a admitir que nenhuma forma possível de comunicação social pode oferecer essa satisfação, tanto em extensão, quanto em amplitude e, ainda, em persistência.

Embora a humanidade tenha uma necessidade natural de comunicar-se, e isto venha sendo continuamente tentado, através dos campos econômico, político e intelecto-sensitivo, nenhuma forma de comunicação oferecerá, todavia, a possibilidade de correspondência ao conceito estático de felicidade, proposto por Emmanuel Kant.

Isto não implica, porém, em negar a felicidade.

Para um filósofo, que se atribui a extraordinária preocupação intelectual de aprofundar-se até a essência dos conceitos, **felicidade** é uma categoria ontológica, como qualquer outra (p. ex., **homem**) e independe de

comprovação. Para um sociólogo, como tal, a felicidade é um exercício, e uma busca permanente que, também, terá características diferentes em diversos contextos culturais. E, nesse sentido, pode ser obtida em qualquer um dos planos, ou campos, exemplificativos da vida em sociedade.

O atleta que compete, que busca um recorde, tem na realidade uma única meta, próxima e objetiva: vencer um adversário, ou alguns determinados adversários, ou estabelecer nova marca que supere as marcas anteriormente registradas. Ele não pretenderá, certamente, um recorde que **jamais** possa vir a ser superado: este recorde absoluto não deve estar em suas cogitações, embora na competição seguinte talvez ele já precise superar a marca por ele próprio alcançada numa luta anterior.

Da mesma forma, o «Dom Juan» não pretenderá conquistar **tôdas** as mulheres, mas, em cada momento do seu exercício erótico, a apenas uma mulher; muito embora, no momento seguinte, pretenda conquistar mais uma e assim sucessivamente.

Também o homem de negócios, o empresário, estará num momento dado, querendo adquirir mais **uma** empresa, obter uma vantagem objetiva e mensurável: não estará pretendendo ter todo o dinheiro, ser dono de tôdas as empresas existentes.

Ainda o político, por mais ambicioso que seja, fixa metas de conquista do poder, metas definidas: a cada momento, toda sua ambição, toda sua aspiração será apenas alcançar **aquela** meta pré-determinada.

Por mais que o homem — isso se aplica aos exemplos dados, como a qualquer outro escolhido ao acaso — por mais que o homem seja por definição um insatisfeito, o fato é que, sentindo-se momentaneamente vitorioso no campo que escolheu para exercitar sua capacidade de comunicação, ele se sentirá, naquele momento, que poderá ser mais ou menos amplo, um homem feliz; isto independe do campo em que ele obteve a vitória, ou série de vitórias.

A felicidade será, de qualquer forma, dinâmica — porquanto o dinamismo, a mudança, é característica mesmo de todos os fenômenos ocorridos em sociedade.

Breve Introdução à História da Antiguidade Oriental

POTIGUAR MATOS

Sumário : 1. Introdução; 2. Importância; 3. Geo-cronologia; 4. Características gerais; 5. Notas para uma possível interpretação.

1. INTRODUÇÃO

Não constitui mais nenhuma novidade afirmar que a clássica divisão da História em antiga, medieval e moderna se encontra, totalmente, superada. Entre outros, já **Berdiaeff** teceu considerações definitivas sobre o problema. (1) O mesmo problema que **Toynbee**, mais recentemente, aprofundaria com perspectivas de gênio. (2) No terreno didático, porém, a velha classificação se impõe, quase insubstituível. Simples, universalmente difundida, presta-se sem dúvida, como fácil e eficiente instrumento de trabalho. É, pois, ainda no sentido tradicional que se fala aqui em antiguidade oriental. Faça-se, despretensiosamente. Procurando-se mais esclarecer pontos de vista consagrados do que tentar ângulos novos. Trata-se assim, visivelmente, de uma síntese para aprendiz, não para mestre. Pertence aos meus caros alunos do Curso de Jornalismo, desta Universidade Católica, primeiranistas de 1961, 62 e 64, pelo muito que me deram em estímulo e amizade.

2. IMPORTÂNCIA

Um dos sortilégios da História é a sua íntima conexão com o problema do destino. Espera-se do historiador uma façanha quase demiúrgica. Que dos rastros esparsos e inseguros do passado arranque, como um bruxo, lineamentos de uma geografia definitiva. Nenhum outro cientista se aproxima mais das voragens metafísicas. Seus problemas geram-se no sangue e na agonia do Homem. Suas respostas atendem solicitações supremas. Sendo

tudo isto verdade para a História globalmente analisada, mais ainda se torna para algumas de suas fases. Fases carregadas de interrogações vitais. Pequenas nebulosas onde dormem verdades ansiosamente caçadas e quase nunca conseguidas. Assim é a antiguidade oriental, situada nas regiões imprecisas em que a barbárie se fez civilização, o bruto violento das cavernas amadureceu para o sistema complexo das formas sociais superiores. De-logo se sente que êstes passos decisivos da pré-história aos tempos civilizados podem esclarecer mistérios fascinantes. Talvez haja nêles mais luz sôbre a natureza humana do que no resto de tôda a História. Estamos em presença dos fundamentos. Ali começa a aventura prodigiosa do «homo sapiens». Diríamos, quase líricamente, o vôo das cavernas às estrélas... **Will Durant** apreendeu bem a majestade do espetáculo: «A agricultura e o comércio desenvolveram-se nesse palco esfervilhante de populações, e também o cavalo e o carro, a cunhagem de moedas e as letras de crédito, as artes e as indústrias, a lei e o govêrno, as matemáticas e a medicina, o calendário, o relógio e o zodíaco, o alfabeto e a escrita, o papel e a tinta, os livros, as bibliotecas e as escolas, a literatura e a música, a escultura e a arquitetura, a cerâmica vidrada e o belo mobiliário, o monoteísmo e a poligamia, os cosméticos e a joalheria, o xadrez e os dados, o jôgo da bola e o impôsto sôbre a renda, as amas de leite e a cerveja. É donde as culturas européia e americana derivam, via Grécia e Roma». (3) Nesse mesmo sentido é a opinião do prof. **Hall**: «De tôdas as regiões da terra, o Oriente Próximo teve e terá, provàvelmente, para nós europeus o maior interêsse, pois aí nasceram nossa civilização e nossa religião.» (4).

Não é, pois, invenção nossa o prodígio da civilização. O conhecimento do mundo oriental não é um luxo de eruditos. É condição indispensável a formulação de qualquer humanismo autêntico. A chave que abrirá as cadeias das respostas definitivas começou a ser forjada pelo homem antigo. Estudá-lo é nos conhecermos melhor.

II — GEO-CRONOLOGIA

Não há divergências profundas entre os especialistas, ao tentarem fixar, concretamente, os domínios geográficos do chamado Oriente Próximo.

Para **Hall** é «a região do mundo que tem como fronteira ocidental a Grécia e como fronteira oriental a Pérsia; cujo limite meridional se faz com

as terras dos negros, enquanto o setentrional é formado pelas estepes e desertos dos citas e cimérios.» (5) **Burns** o localiza como a região que «se estende do limite ocidental da Índia até o mar Mediterrâneo e até a margem mais remota do Nilo.» (6)

Diz **Durant**: «Por essa expressão aqui significamos todo o sudoeste da Ásia ao sul da Rússia e do Mar Negro, e o oeste da Índia e do Afeganistão; e também incluímos o Egito.» (7) É possível, pois, com certa tranqüilidade, localizá-lo e limitá-lo: sudoeste da Ásia, tendo ao norte a Rússia e o Mar Negro, ao sul, incluindo o Egito, a Núbia (terra dos negros), ao leste a Índia e o Afeganistão e ao oeste o Mar Mediterrâneo e a Grécia. Estudando o primeiro «habitat» do homem civilizado analisa e opina **Jouguet**: Ainsi constituée, cette portion du globe se divise en deux parties: à l'ouest, c'est la mer qui domine et qui établit une communication entre les pays qu'elle baigne; à l'est le continent, partagé en régions d'altitudes diverses. Celles-ci sont tantôt des bassins fermés, entourés de rebords montagneux, comme l'Asie Mineure et l'Iran; tantôt, au contraire, des vastes territoires baignés par des mers comme l'Arabie; ailleurs enfin, se sont des plaines et des vallées alluviales des grands fleuves, comme la Mésopotamie et l'Égypte, que communiquent par les côtes de Syrie et les routes de l'Oronte à l'Euphrate. Au nord aussi, quelles que soient les difficultés du relief le passage est possible du Turkestan à l'Iran, de l'Iran à l'Asie Mineure». (8)

É justamente neste mundo, assim dividido e caracterizado, que iria se projetar uma faixa de terra qualificada por condições excepcionais e, onde muitos afirmam, ocorreu a primeira civilização: o famoso «Crescente Fértil». Descreve-o **Delgado de Carvalho**: «Abrange esta zona a Palestina, a Síria, a Mesopotâmia, isto é, a parte média e baixa dos rios Eufrates e Tigre, com a Caldéia-Babilônia. Ao poente, paralela à costa do Mediterrâneo, estende-se o relêvo da Palestina, o Líbano e anti-Líbano. Ao norte, a planície se encosta ao planalto da Ásia Menor, de onde descem os dois rios. A leste, a orla montanhosa dos Zagros marca a direção geral das águas da Mesopotâmia.» (9)

Disputando ao Crescente as honras da prioridade como centro de civilização, no nordeste da África, abre-se o vale do rio Nilo, a água divina que alimentou faraós e escravos. Eram regiões predestinadamente ricas. Tinham sol e água. Pouco importa que fôsse um áspero sol e uma, muitas vezes, turbulenta água. O homem plantou-se nessas regiões, seduzido e lutador. Enfrentou a serpente e o leão, o búfalo e o leopardo. Rasgou a terra

em canais, revolveu-a com arados e o trigo e a cevada, a vinha e a figueira refulgiram na luz. O boi e o burro, o carneiro, o porco, a cabra e o cavalo enriqueceram a paisagem humanizada. O lótus abriu a flor perfeita para a imortalidade da arte e o papiro registrou as crônicas da aventura prodigiosa. Cinco mil anos antes de Cristo? Talvez. Alguns autores contentam-se com 4.000. Além de 2.000 A.C. a cronologia se evanesce na bruma da lenda. Sabemos que o esforço foi duro e o repto pesado. Fincando pé, o homem venceu. O barro mesopotâmico, cozido ao sol, fêz a casa definitiva. A pedra egípcia se perpetua na loucura mística das pirâmides. O nômade criou raízes. A imensa noite pré-histórica chegara ao fim. **Moret** faria, mais tarde, sua interpretação famosa: «El Nilo exige de los egipcios que coordinen sus esfuerzos; el sol les revela que un poder único rige el Mundo.» (10)

4. CARACTERÍSTICAS

É possível isolar as linhas mestras da evolução cultural do Oriente Próximo? Paradoxal parece, à primeira vista, procurar correspondência e uniformidades entre histórias frontalmente opostas. Lembraria a riqueza plerômica do panteão egípcio em face da solidão majestosa do Deus de Abraão. Ou a problemática econômica do camponês nilótico perante a talassocracia mercantil de sidônios e tírios. Na realidade, porém, poderosas correntes submersas vivificaram num sentido funcional o complexo cultural do oriente. Há idéias-núcleos na aparente dispersividade. A análise histórico-sociológica identifica traços comuns nas diferentes coletividades. Destacaríamos os seguintes:

a) A vocação do sobrenatural.

Pouco importa seu avanço científico. O homem oriental continua profundamente impregnado dos terrores naturais. A marca das cadeias totêmicas vinca-lhe ainda com profundidade os pulsos. **Goldenweiser** adverte: «O totemismo não sobreviveu à desintegração dos sistemas de sipe e portanto não se encontra nos tempos históricos. Sobrevivências do totemismo podem talvez ser encontradas nos tabus animais da Arábia, nos deuses do Egito, meio humanos, meio animais, nos emblemas heráldicos das legiões romanas»... (11)

Vale a pena relembrar a tese de **Castro Nery** sobre os «farrapos das tribos Hamíticas, invasoras do Nilo, êstes disformes Pigmeus, mais velhos que as Pirâmides, registrados nos papiros de outrora, cujo monoteísmo primitivo seja talvez uma preparação à teologia egípcia». (12) O debate nos conduz, diretamente, à problemática das origens da religião egípcia e, indiretamente, da própria religião. Não é êsse nosso escopo. E, sim, constatar-mos a densa atmosfera de divino que envolve e dinamiza a sociedade oriental. Referindo-se ao Egito, diz **Henri Berr**: «Si consideramos su tradición en la forma que Herodoto, por ejemplo, la presentó, podemos decir que viven y se mueven dentro de lo divino: **in eo vivunt, moventur et sunt.**» (13) Analisando as instituições babilônicas, incisivamente, **Delaporte** assegura: «Le dieu est le véritable seigneur de la cité.» (14)

Foi através dessas constatações que **Gettell** pôde sintetizar o complexo oriental: «La influencia dominante fué religiosa, y las ideas que prevalecieron fueron creadas, sostenidas y destruídas por los sacerdotes». (15)

Em face da Natureza que o abate, o Homem dobra os joelhos. Irrompem os deuses do seio das águas; mergulham, com asas de pássaro, do céu alto; são o vegetal que fende a terra, a terra que se requeima ao sol, o sol glório e belo, regendo o espaço. O «despotismo sagrado» domina e conduz a vida. A maturidade religiosa do monoteísmo é, apenas, um drama de consciência, com Iknaton, ou misterioso destino, com os hebreus.

Os terrores do troglodita se refugiam nas cidades místicas, propriedades e moradia dos deuses: as leis que aí imperam «têm algo de cósmico, de vegetal, de independente da vontade pessoal.» (16) A cidade Celeste e a Cidade Terrena se confundem. Os deuses estão identificados com os reis divinos. E o pêso das suas mãos faz sangrar a face dos homens.

b) A onipotência estatal.

Asián Peña assinala: «Em os países do antigo Oriente, seus rígidos dogmas religiosos, apresentaram as instituições como coisa sagrada e imutável, impossibilitando assim àqueles homens a investigação de suas origens ou de suas possíveis melhoras. Em ditos países, o conceito e a unidade do Estado, se apoiaram, mais que na raça e na língua, no culto dos mesmos deuses.» (17) O Rei-deus se apropriara da vida e da morte. A sociedade sufocava na armadura de ferro do dogmatismo. Desobedecer ao Rei era mais que um crime: era um sacrilégio. **Veit Valentin** falando, particularmente, do Egito, comenta: «o monarca dispunha da vida e da capacidade de tra-

balho dos seus súditos dum modo absoluto: só o trabalho forçado de dezenas de milhares poderia erigir aquêles túmulos e templos». (18) Era uma «sociedade fechada» por vocação religiosa, espartilhada em classes antagônicas, onde o irresistível ressentimento pelos privilégios e distinções rojava suas ondas sem a periculosidade das nossas marés... Fatalizado, o povo se dissolvia nas retortas de um Estado-polvo, mil tentáculos agitando-se ao ar, sugando, triturando, destruindo. **Aymard e Auboyer** vêem nesse esmagamento do indivíduo uma condição para o nascimento da civilização oriental: «a atividade individual para a realização de uma tarefa de tal amplitude (domínio do meio e fundação de uma cultura superior), estava condenada à impotência. O homem nada teria conseguido de eficaz, se não se tivesse organizado em grandes comunidades juntamente com seus vizinhos, e se não tivesse dado a estas uma estrutura política e social apta a coordenar o estudo, a realização e o emprêgo de trabalhos de interesse coletivo. Faziam-se necessários os guias, quando não os chefes, suficientemente respeitados para que sua autoridade não fôsse incessantemente posta em dúvida.» (19)

Sabemos que a religião alicerçou o «Estado faraônico» e sôbre as multidões esmagadas e a mutilação do Homem se fêz a transição da barbárie para a civilização. Mas, será correta a tese de **Aymard e Auboyer**? «Para dar ordens e para fazer-se obedecido, o guia necessitou, então, de uma autoridade particularmente forte. E esta não podia surgir senão de um conjunto de crenças religiosas que impunham ao homem uma submissão total, uma considerável redução, se não o próprio aniquilamento de sua atividade individual e como que a sua fusão num complexo de trabalho disciplinado.» (20) As teses implícitas do religioso como fonte de tirania e da servidão individual como pressuposto de uma superior organização de trabalho nos parecem demasiadamente simplistas. Verdade oriental, concedemos; a verdade histórica, negamos. A onipotência estatal é um fato irrecusável no mundo antigo. Historiadores e sociólogos são chamados ao estudo e à interpretação do acontecimento. Daí, não se segue, necessariamente, a fatalidade da fôrça e a manipulação do religioso como geratrizes de civilização. Nunca é demais lembrar a advertência de **Popper**: «Se soubermos que as coisas estão para acontecer, não importa o que façamos, então poderemos sentir-nos livres para desistir de lutar contra elas. Poderemos, mais especialmente, desistir de tentar controlar aquelas coisas que a maioria considera serem males sociais, como a guerra; ou

para mencionar algo menor, embora não menos importante, a tirania do funcionário mesquinho.» (21) A constatação, o estudo e a interpretação do despotismo antigo só possuem sentido como incitamentos à luta em defesa de uma sociedade aberta. O mundo oriental desconheceu a pessoa humana. Essa ignorância foi sua grande marca e seu fatal destino.

c) O conflito sedentários e nômades.

Ninguém de boa fé confunde a importância do econômico na História e determinismo econômico. Essa importância é muito bem delineada no mundo antigo em face das posições economicamente extremadas dos grupos em contacto. Na realidade, um dos fatos centrais dessa História é o constante choque, as repetidas invasões de pastores nômades em regiões dominadas por agricultores sedentários. Constituem, possivelmente, um dos capítulos quase sedimentados da psicologia social as reações conflitantes dos grupos proprietários da **terra** e dos grupos proprietários, apenas, de bens **fungíveis**.

Um de nossos estudiosos iria elaborar aí, até, uma teoria do progresso: «Êstes assaltos dos nômades, destruidores de civilizações já prósperas, atrazam, evidentemente, a marcha do progresso, porém a História prova que êstes mesmos invasores se adaptam às novas normas de vida social e, por sua vez, são construtores de novas culturas. O progresso, de fato, não é retilíneo; o caminho que segue tem altos e baixos, obstáculos e precipícios; as forças que o guiam e triunfam, por vêzes violentas e cegas». (22) O ritmo do progresso inscreve-se, só fanatismos ideológicos não o vêem, na definição mesma dos estatutos econômicos. A riqueza, traduzida na equação de posse dos bens, não será o único fator da civilização. Mas, sem ela, não será possível compreender a problemática do progresso, a não ser transfigurando os homens em puros anjos. O conflito nômades-sedentários, bem analisado nas suas implicações econômicas e sociológicas não seria uma advertência antiga a nós?

d) A rivalidade semitas-arianos.

Thorndike resiste em considerar a Arábia a «*officina gentium*» dos semitas. Mas, concorda que «en cualquier parte que pueda haberse encontrado la tierra original de los semitas, los rastros más antiguos de la civilización semítica se encuentran en Siria y la Mesopotamia.» (23) Já os

arianos, ao que nos parece, não suscitam muitas dúvidas: «Sob um céu carregado de água, circulava pelas planícies do vento, do Danúbio ao Reno, a comunidade ariana. Seus cavaleiros incansáveis mediam os galopes pelas extensões que se abriam diante deles. Ao passo que a fertilidade do solo fixara as populações precedentes à margem dos rios, os árias se detinham nas alturas. Criadores de bois e domadores de cavalos, prontos sempre a partir com seus carros a que atrelavam os animais e onde amontoavam os bens, praticavam às vezes uma agricultura sumária, decoravam sua louça com desenhos em espiral; na terra do carvalho e da faia, seu vasilhame era principalmente de madeira» **diz Ribard.** (24)

O grupo semítico predominaria entre caldeus, hicsos, assírios, fenícios, hebreus, arameus... Os arianos seriam os hititas, frígios, medas persas, invasores da Grécia e da Índia... A bacia do Mediterrâneo ia se transformar no imenso cadinho das raças. Lá, ao oeste, para além das Colunas de Hércules, o promontório de Sagres, como numa predestinação geográfica, apontava o dedo imenso na direção do Oceano... (25) Talvez a lição que, de logo, reponta do fato seja a caracterização da imensa impostura que andou falando em superioridade de raças. Quando os arianos chegaram, a civilização já era um processo em desenvolvimento.

5. Notas para uma possível interpretação

a) A complexidade do histórico... Nas suas nascentes mesmo, a civilização revela admirável riqueza. Tentar matematizá-la através de fórmulas simplistas, explicando-a em função de fatores monopolistas é deturpá-la. E ao mesmo tempo, deformar o homem.

b) O prof. **Hall** observa que, si o Oriente Próximo, «viu a associação das idéias do Oriente e do Ocidente, presenciou também a sua luta secular pela supremacia»... E assinala 4 fases dessa luta: Salamina, Arbela, Kossovopolge e Constantinopla, e lutas balcânicas por volta de 1912. (26) Quais os capítulos a acrescentar em 1964?

c) A arte, a filosofia, o direito rebentaram nesse solo, convencionalmente chamado greco-romano, mas regado pelo sangue dos indo-europeus do norte e dos mediterrâneos do sul. E, poderosa floração da terra fértil, cresce a árvore do cristianismo. O oriente místico e religioso transubstanciou-se na misteriosa mensagem do Deus humanizado, iluminando o mundo com as chagas sangrentas...

d) Por fim quase certeza de que o apocalipse leigo das filosofias histó-

icas de desespero e morte são, apenas, desabafos circunstanciais. A humanidade continua. Penosa e àsperamente. Continua. Como se as coordenadas do seu destino transcendessem o tempo e o espaço.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — Berdiaeff (Nicolau), «Uma Nova Idade-Média», Livraria José Olímpio Editora, Rio, 1936.
- 2 — Toynbee (Arnold), «Estudio de la Historia», Emecé Editores, S/A, Buenos Aires, 1951.
- 3 — Durant (Will), «História da Civilização», T. I. 1ª parte: «Nossa herança oriental», Ed. Nacional, Rio, 1ª ed, pg. 124.
- 4 — Hall (H. R.), «História Antiga do Oriente Próximo», Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, Rio, 1948, p. VII.
- 5 — Hall (H. R.) ob. cit. p.2.
- 6 — Burns (Edward Mc Nall) «História da Civilização Ocidental», Editora Globo, Porto Alegre, 1948, p. 73
- 7 — Durant (Will) ob. cit. p. 124.
- 8 — Jouguet (Pierre), «Les premières civilisations», coleção «Peuples et Civilisations», Presses Universitaires de France, 1950, p. 3
- 9 — Carvalho, Delgado de, História Geral, vol. I, Antiguidade, Inep, MEC, 1956, p. 27.
- 10 — Moret (A), «El Nilo y civilización egípcia», — Editorial Cervantes, Barcelona, 1927, p. 45.
- 11 — Goldenweiser (Alexandre), «Totemismo», em Estudos de Organização Social» Livraria Martins Ed., São Paulo, T. II, 1949, p. 410
- 12 — Nery (J. P. de Castro), «Evolução do Pensamento Antigo», Livraria Globo, Porto Alegre, 1936, p. 25 e 26
- 13 — Berr (Henri) «La civilización egípcia y la religión», em «El Nilo y la civilización egípcia», de Moret Editorial Cervantes, Barcelona, 1927, p. VIII
- 14 — Delaporte (L), «La Mésopotamie», Editora «La Renaissance du Livre», Paris, 1923, p. 68
- 15 — Gettell (Raymond), «Historia de las ideas políticas», Editorial Labor S/A, 2ª. ed., p. 62

- 16 — Mota Filho (Cândido) «Introdução à Política Moderna», Livraria José Olímpio, Rio, 1935, p. 16
- 17 — Asian Peña (José L.) «Panorama Histórico de la Humanidad», Bosch Casa Editorial, Barcelona, 2a. ed., p. 24
- 18 — Valentin (Veit), «História Universal», Livraria Martins, Editora, S Paulo, 1947, t. I, p. 60
- 19 — Aymard (A) e Auboyer (J), «O Oriente e a Grécia», Difusão Européica do Livro, São Paulo, 1955, t. I, p. 11
- 20 — Aymard (A) e Auboyer (J) ob. p. 11 e 12
- 21 — Popper (Karl R.), «A Sociedade Democrática e seus inimigos», Ed Itatiaia Ltda, 1959, p. 19
- 22 — Carvalho (Delgado de) ob. cit. pág. 24
- 23 — Thorndyke (Lynn), «Breve História de la Civilización», Editorial Claridad, S/A, Buenos Aires, 1953, p. 72 e 73
- 24 — Ribard (André), «A prodigiosa história da Humanidade», Zahar Editores, Rio, 1964, 1º vol, p. 24
- 25 — Calmon (Pedro), «História do Brasil» Brasileira, 1939, 1º vol. p. 25
- 26 — Hall (H. R.), ob. cit. p. VII.

Perspectiva de Um Mundo em Crise

GILVANDRO DE VASCONCELOS COELHO

Professor nas Faculdades de Direito e de Economia da Universidade Católica de Pernambuco e na Escola de Serviço Social de Pernambuco

Honrado com a eleição para vosso paraninfo, aqui me encontro a fim de atender ao chamado, reconhecido e satisfeito pela oportunidade que me proporcionastes de vos acompanhar na aula de despedida do vosso curso superior de assistente social; de vos assistir nesta hora, emocional e solene, em que tôda a Escola, tomada de um duplo sentimento, de alegria e de saudade, se engalana para se associar ao vosso justo e merecido regozijo pelo êxito alcançado nos estudos curriculares, para vos conferir o grau a que fizestes jus e o diploma que vos habilitará, legalmente, ao exercício da nobre profissão que escolhestes, mas, ao mesmo tempo, se entristece e lamenta não só a vossa breve partida como a dissolução da turma, que embalou e viu crescer, unida e pujante, durante quatro anos.

Essa nossa profunda tristeza participa, também, como o vosso imenso júbilo, da satisfação do dever cumprido, da firme e consoladora convicção de que continuareis, por tôda a vida, fiéis ao espírito cristão desta Escola que vos formou, onde a pobreza quase absoluta dos recursos materiais procurou ser suprida com a amizade fraterna e com um acréscimo de dedicação por aquêles que tiveram a ventura de partilhar, como eu, da vossa formação intelectual, de ouvir as vossas dúvidas, plenamente cõscio da responsabilidade e da obrigação de dissipá-las e de não ser simples transmissor dos conhecimentos, científicos e técnicos, de que necessitais, mas, sobretudo, mestre que vos devia encaminhar bem, nesta fase turbulenta da vida nacional, a fim de dar à Pátria profissionais dedicadas e capazes de contribuir, decisivamente, para o seu engrandecimento material e espiritual.

Hoje, nesta hora magnífica, em que se encontram reunidos também

os vossos pais, noivos, maridos, irmãos, parentes, colegas e amigos, proclamamos, orgulhosos, que êsse esforço encontrou ampla receptividade em vossas inteligências, sempre abertas para a pesquisa e para o diagnóstico das verdadeiras causas das enfermidades sociais, e, por isso, vos capacitou para aplicar os remédios adequados ao ajustamento, das pessoas e dos seus grupos, ao meio social em que vivem, por condição instintiva e volitiva.

Êsse ajustamento, que constitui o objetivo da vossa profissão, exige, também o sabemos, a participação de todos, o engajamento e a compreensão da comunidade, sob pena de não colherdes integralmente o desejado e merecido fruto do vosso labor, por uma culpa que não será só vossa.

Mas, não receamos o vosso fracasso porque conhecemos a vossa capacidade e sabemos que estais preparadas para essa batalha que será, apenas, nova fase da luta que, todos os dias, vitoriosamente, travastes com êsses mesmos fatôres.

O OBJETIVO DO SERVIÇO SOCIAL

Sabemos, igualmente, que não vos satisfaz, como talvez se pense, apenas a conquista de um pedaço de pão para o mendigo faminto, a simples doação de um remédio para a cura da sua enfermidade momentânea, ou a mera alfabetização que o ensina a desenhar o nome para transformá-lo em eleitor.

Buscáis, através de processos técnicos, com bases rigorosamente científicas, como o definiu, de forma precisa, SUZANNE TERMAT:

«devolver a cada indivíduo sua total dignidade humana e procurar elevar o nível geral de vida» («Service Social», Librairie Générale de Droit et Jurisprudence, Paris, 1945 apud AMARAL FONTOURA : «Introdução ao Serviço Social» 3a. ed., Aurora, Rio, 1959, pág. 142).

Devolver a cada indivíduo a sua total dignidade humana implica no conhecimento de tãda a dimensão do homem, com as suas naturais limitações, com os seus defeitos e, também, com a sua inteligência criadora e com as suas virtudes.

Procurar elevar o nível geral de vida traduz o anseio permanente de

perfeição, o inconformismo com os males presentes e envolve um trabalho constante pela ascensão do meio social, na aplicação de técnicas adequadas, a fim de que homem algum possa se sentir abandonado pela sociedade, seja levado a se considerar inimigo de outrem por motivos sociais, sejam eles de classe, ideologia, religião, raça ou nacionalidade, nem, tão pouco, venha a sucumbir, individual ou coletivamente, em consequência de remédios utilizados contra êsses males.

Êsse duplo objetivo não é fácil de ser alcançado de forma harmoniosa, que assegure a verdadeira e fraterna paz social, dentro da ordem e da justiça, «temperada pela caridade», que garanta a todos, como homens livres, iguais oportunidades de desfrutar os instrumentos, que a técnica e a cultura puseram à sua disposição para que, cada homem, se realize como pessoa que é, titular de direitos e deveres inalienáveis, porque decorrentes da sua própria natureza humana.

Porque compreendeis o homem em sua dimensão integral, sabeis que todos são iguais, apenas, em dignidade humana, mas que cada um difere do seu semelhante em capacidade, tem problemas próprios, de ordem física e mental, social, jurídica e econômica que reclamam estudo separado, exigem soluções diversificadas e que, por isso, o ideal de igualdade não poderá consistir, como simploriamente pretendem alguns, em tratar a todos os indivíduos igualmente, porém em tratá-los desigualmente nas suas desigualdades, de modo a que capacidades diferentes tenham possibilidades também diferentes, que as valorizem e possam, assim, ser integralmente aproveitadas pela sociedade, tendo em vista o bem comum: garantia e realização dos direitos fundamentais da pessoa humana (Vide Jean-Yves CALVEZ e Jacques PERRIN: «Igreja e Sociedade Econômica», trad. de Agostinho Veloso, Liv. Tavares Martins, Porto, 1960, pág. 185).

OS CASOS INDIVIDUAIS

O reconhecimento dessa verdade, facilmente demonstrável, é que vos faz preocupar, construtivamente, com os casos individuais e fragmentar o problema social em tantos elementos quantos sejam exigidos pelas necessidades de ajustamento, sem ficardes, no entanto, limitadas a fórmulas imediatistas, que não atingem nem buscam as causas dos desajustamentos, que não ajudam o assistido a ajudar-se, embora possam ser, isoladamente, recomendáveis como terapêutica de urgência, tais como a simples assistência paliativa, que apenas minora sofrimentos decorrentes

da miséria e da moléstia porque permite, com a esmola, saciar a fome, matar a sede, cobrir o corpo nu ou tratar a doença, mas deixa o assistido sem confiança em si, complexado e moralmente vencido; a mera assistência curativa, que tão somente restitui condições aparentemente normais de vida, sem preocupações com as causas dos males ou com o seu futuro; ou a assistência preventiva, que apenas difunde preceitos de higiene, organiza serviços de colocação, de orientação e de férias mas, de igual modo, sem deixar de adotar, qualquer delas, como solução provisória, quando assim o aconselharem a urgência e as peculiaridades do problema analisado.

Não é sem razão, dessarte, que os tratadistas discriminam, unânime-mente, a flexibilidade entre as características marcantes do serviço social. Querem, assim, manter viva a lembrança de que dificilmente há uma causa única para cada desajustamento. Estas, como o sabeis, não só variam como se combinam entre si diferentemente, transformando cada caso em um caso, que deverá ser cuidadosamente examinado. Isto exige, também o sabeis, além de um bom preparo técnico-profissional, dedicação, experiência, intuição e bom senso, máxime porque imensa é a quantidade daqueles que pessoalmente se julgam capacitados para ditar soluções sociais imediatistas que, segundo eles, consubstanciam a última palavra sobre o assunto.

A NECESSIDADE DAS REFORMAS

Sei que o vosso contacto diário com a miséria já vos fêz sentir, mais do que a outros profissionais, a necessidade de mudar, urgentemente, as estruturas inadequadas, a fim de permitir a expansão da economia nacional, a reforma da sua organização socio-política e o aprimoramento da sua ordem jurídica.

Sei, igualmente, que, dessa vossa convicção participa, hoje, a generalidade dos brasileiros e que ela é, para vós, mais sensível porque vos acostumastes, por formação profissional, a padecer com o assistido por ver nêle o irmão que sofre, o outro eu, imagem e semelhança do Deus vivo da nossa fé, a personalidade que precisa ser respeitada, mas carece de auxílio fraterno para ajudá-la na sua própria reabilitação. Esse auxílio vos propusestes a prestar, «como um ombro amigo», onde sabeis que êle encontrará apoio momentâneo, mas onde não poderá permanecer encostado

o resto da vida, a fim de não lhe causar um mal maior, para usar a imagem pitoresca a que se refere o professor AMARAL FONTOURA, em sua conhecida «Introdução ao Serviço Social» (ed. cit. pág. 151).

Mas sabíeis, como eu, que não importava apenas mudar, pela única razão de mudar, nem acelerar a marcha dos fatos sem planejar, cuidadosamente, as soluções, porque compreendíeis ser essencial analisar previamente o sentido da projetada mudança, conhecer o objetivo a ser alcançado e como êle seria atingido, para não se transformar em marcha sem destino certo, a ser criminosamente manipulada por «chefes» carismáticos, em proveito próprio e de aventureiros colocados na crista dos acontecimentos, para dêles se aproveitarem, para dêles se servirem, como vinham se servindo, sem qualquer ideal de servir à Pátria ou ao povo.

Para isso, tínheis presente que, em todos os tempos, êsses chefes-dirigentes se conhecem pelo seu carisma presuntivo e oportunista, por se julgarem super-homens, infalíveis, detentores do segredo da felicidade dos povos, salvadores da Pátria, enviados providenciais em luta constante, e sempre alardeada por uma propaganda eficiente, contra tôda sorte de males sociais, contra a corrupção de uns, a ganância de alguns, o egoísmo de muitos e outros quejandos dessa fauna mórbida que sempre existiu na sociedade, em maior ou menor número, mas em tôdas as épocas e lugares.

Mas, também conhecíeis, pela história, que por não serem autênticos, êles sempre exigem, como preço e condição para realizarem a tarefa monumental a que se propõem, a abolição permanente das liberdades públicas e a imposição da sua vontade, considerada soberana e redentora, fazendo calar quaisquer vozes discordantes, sem escutar-lhes as razões, pois sòmente isto satisfaz à sua vaidade e à sua ambição.

A memória ainda nos traz viva a lembrança de BENITO MUSSOLINI, aclamado pelo povo italiano como o restaurador das tradições imperialistas romanas, como o libertador das suas misérias, tudo fazendo para impor o regime fascista ao mundo; de ADOLF HITLER, destilando ódio em seus discursos calorosos e no seu livro «Minha Luta», reconhecido pelo culto povo alemão como o símbolo do vigor da raça e o construtor da sonhada hegemonia mundial, ali se impondo, apesar de estrangeiro, pela luta contra os gananciosos e os políticos corrutos, também fazendo proselitismo com a exportação do nacional-socialismo; e a de JOSEPH STALIN, proclamado em vida o salvador do povo russo e execrado depois de morto, difun-

dindo a ditadura comunista e, pela força das armas, esmagando, com tropas soviéticas, aqueles que lhe ousassem opor resistência, isto para citar, tão somente, alguns nomes que pertencem a um recente passado.

E, todos eles, sem exceção alguma, também nos conta a história, sacrificaram e escravizaram o seu povo, em benefício de suas próprias ambições, hoje reconhecidas como doências.

OS SISTEMAS DE VIDA

Neste momento decisivo da vida brasileira, em que sentimos a necessidade premente de erradicar a injustiça social gerada por um individualismo sócio-político e econômico sem, no entanto, cair em outros erros, tão funestos como aquele, face ao problema das relações entre o homem e a sociedade, seja-me permitido vos falar sobre os sistemas de vida que se apresentam, como opção, no panorama mundial.

A escolha certa será condição necessária, bem o sabeis, para construirmos, em bases firmes, uma Pátria grande e forte, para obtermos a harmonia social por todos agora tão desejada, mediante a integração de homens pessoal e comunitariamente mais felizes.

Esta ordem nós a desejamos fundada na verdade, realizada segundo a justiça, animada e consumida no amor, e recomposta sempre na liberdade, para usarmos as expressões marcantes do bom Papa JOÃO XXIII, em sua magnífica encíclica «Pacem in Terris» (n. 37).

O primeiro desses sistemas, também individualista, é representado pelo neo-capitalismo, sócio-político e econômico, que sobreveio ao capitalismo liberal, adaptando-o às novas condições do presente.

O segundo, coletivista, é personalizado pelo socialismo marxista-leninista, mas compreende todos os sistemas sócio-econômicos que consideram a coletividade, seja o partido, a categoria profissional, a classe, o Estado ou a sociedade como o centro do universo e se distinguem pela maior ou menor capacidade atribuída à iniciativa privada e ao exercício de direitos pelo indivíduo.

O terceiro, personalista, é encarnado pelo solidarismo cristão, porém compreensivo de todos os sistemas sócio-políticos e econômicos que consideram o homem em sua condição material e espiritual, como titular de direitos e deveres inalienáveis e superiores aos da sociedade, à qual é subordinado, apenas, na medida em que esta procura realizar o seu bem como pessoa.

A) O CAPITALISMO: SOLUÇÃO INDIVIDUALISTA

Antes de abordar o neo-capitalismo, seja-me lícito lembrar, em ligeira síntese, algo sobre o capitalismo individualista e liberal do passado.

Para êle, o indivíduo, inteiramente livre, é o centro da problemática universal. A produção deve ser realizada, sempre, indiretamente, com o auxílio do capital, de modo a ser mais abundante e proporcionar maior proveito, ao invés de ser realizada diretamente, como até então se fazia. A sociedade e o Estado foram criados e existem em função do indivíduo. Por isso, a sua intervenção é limitada ao indispensável para preservar interesses individuais, seja a fim de garantir o cumprimento das obrigações livremente assumidas, ou para executar atividades econômicas que não interessam aos mesmos indivíduos, porque não lucrativas. Como interesse individual, o lucro foi, assim, erigido em único estímulo para as ações do homem no campo econômico, o que justifica, moralmente, segundo êle, o emprego de todos os meios técnicos para conseguí-lo, sempre maior. Em sendo livre a concorrência entre os indivíduos, o trabalho passou a ser uma mercadoria, sujeita, como as demais, ao mecanismo da formação dos preços, no mercado, segundo a lei da oferta e da procura.

Esta solução, que permitiu formar a grande empresa e consolidar o desenvolvimento industrial conseqüente à descoberta da máquina a vapor, tornou-se, em sua evolução histórica, incompatível com a dignidade da pessoa humana. Confundiu liberdade com livre arbítrio para se contentar com a simples proclamação solene e teórica dos direitos do homem, sem examinar os fatores concretos que têm, realmente, impedido, a grande número de pessoas, de usufruir êsses mesmos direitos. Não estabeleceu outros limites à atividade econômica que a própria eficácia e os interesses individuais de outrem. Não deu função social à propriedade, limitando-se a consagrar o «jus utendi, fruendi et abutendi» do direito romano. Por isso, permitiu o desenvolvimento da mais desenfreada ganância e a satisfação, pelos detentores do capital, de requintados caprichos. Confundiu, igualmente, o bem comum com a soma dos bens individuais e, em conseqüência, admitiu que havia incremento desse bem comum quando o aumento do patrimônio de uns era obtido a custa do patrimônio de outros. Pregou a absoluta eficácia da lei da oferta e da procura para regular os preços, no mercado, inclusive do trabalho, sem levar em conta as necessidades mínimas de subsistência do homem, o volume da mão de obra disponível e a desi-

gualdade na distribuição do poder aquisitivo. Mostrou-se impotente contra a união dos produtores para eliminar a concorrência. Engendrou, sem remédio eficaz, crises periódicas de superprodução e permitiu a destruição voluntária de estoques de gêneros alimentícios ante uma população faminta, simplesmente para manter preços. Permitiu, ainda, a nações desenvolvidas explorar nações subdesenvolvidas, colônias e protetorados.

Hoje ela não encontra apóstolos, em sua forma primitiva, face a esses inúmeros erros e equívocos, analisados, em recente e feliz síntese pelo Padre Fernando Bastos de ÁVILA, em seu livro «Neo-capitalismo, Socialismo, Solidarismo» (Ed. Agir, Rio, 1963).

B) O NEO-CAPITALISMO — A SOLUÇÃO

O neo-capitalismo, aperfeiçoando o capitalismo e renovando-o em muitos dos seus fundamentos, deixa ao capital a propriedade dos bens de produção e, assim, a primazia do processo econômico, mas o condiciona ao bem estar social, além de limitar o lucro. Aceita as exigências do trabalho e a êle atribui vantagens crescentes conforme o grau das reivindicações e as possibilidades econômicas da empresa. Respeita a dignidade do trabalho, considera a sua condição humana e procura atender as suas aspirações, com justiça social. Admite a cooperação entre os povos, com ajuda recíproca. Reconhece ao Estado o dever de intervir nos planos econômico e social para conduzir a iniciativa privada segundo as exigências do bem estar social e para controlar as crises. Desvincula-se, em suma, do exagerado individualismo do sistema capitalista liberal.

Sob o prisma político, permite a liberdade de opinião e a de associação para a sua defesa, em partidos múltiplos que as representem, mediante programas próprios. Garante a administração do poder pelo povo através de representantes livremente escolhidos por êle.

Constituiu, sem dúvida alguma, solução evolutiva natural, proporcionada, nos Estados capitalistas, pelo diálogo livre e democrático.

A SOLUÇÃO SOCIALISTA

Ao seu lado, e como reação aos males apontados no capitalismo temos a segunda fórmula apresentada — o socialismo —, que parte da premissa de que o homem é uma simples unidade em sua comunidade, uma

peça do organismo social. Por isso, tem os direitos e as obrigações que essa mesma comunidade houver por bem lhe outorgar. Nada possui por direito próprio, exigível da coletividade.

Em consequência, nenhum impedimento poderá existir contra a limitação, ou mesmo a supressão integral de qualquer desses direitos, ou, ainda, contra a imposição de quaisquer obrigações, desde que a coletividade assim julgue conveniente para a realização dos seus fins.

O Estado, que personifica a comunidade e se constitui em seu órgão, uma vez que esta somente pode agir através de representação, por meio de homens, detém, de fato, essa competência e, para exercê-la, em sua plenitude, se transforma em instrumento de dominação do partido, da classe, ou da categoria que representa, porque não admite outra forma política além da que encarna. Qualquer divergência é, por êle, considerada como heresia, como traição. Isto o transforma, na observação arguta dos cientistas sociais, recentemente renovada pelo prof. AFONSO ARINOS de Melo Franco, sobre o comunismo, que é a sua forma mais radical:

«em uma espécie de religião sem divindade, com seus dogmas indiscutíveis, sua vertical hierarquia aristocrática e, até uma exigência de submissão e abandono total do fiél às normas do culto, que em muito raras religiões se encontra tão severa» («Comunismo: Mito e Realidade», in «Digesto Económico», n. 174, nov./dez. 1963, pág. 108).

E, adianta o referido mestre:

«Este aspecto religioso, que sempre impressiona a quem observa a história do comunismo, acentuou-se simplesmente de alguns anos a esta parte, com o surgimento de movimentos tipicamente heréticos e cismáticos, coisa inédita nas doutrinas políticas racionais, onde as divergências são competições da razão e nunca choques de crença».

Como instrumento de dominação, o Estado socialista, para a sua própria sobrevivência, suprime a liberdade de opinião e o direito de associação para a defesa dessas opiniões e considera justificáveis quaisquer meios para atingir os seus fins coletivistas.

Daí se conclui, sem sombra de dúvida, que, politicamente, trata-se de regime totalitário, para usar a própria expressão criada por MUSSOLINI, incompatível, portanto, com a dignidade da pessoa humana e com a democracia.

Pela sua precisão, não nos furtaremos ao prazer de citar as oportunas palavras do prof. Walter THEIMER, em sua magnífica «História das Idéias Políticas», ao versar a distinção entre o antigo absolutismo e o totalitarismo socialista moderno, que se serve da organização de massas da democracia para convertê-la em instrumento burocrático-militar, tornando-a autoritária e ditatorial:

«O antigo absolutismo não tinha pròpriamente ideologia alguma: em troca, na ditadura totalitária a ideologia passa para o primeiro lugar, convertendo-se em uma espécie de religião secular. O político se identifica com o sacral: se transforma em um mito colocado na esfera do absoluto nacional, do absoluto racial ou do absoluto social. Os adversários passam a ser incrédulos pecadores. Nenhuma outra opinião é respeitável: o totalitarismo fomenta a intolerância e o fanatismo. A política vem a ser, nêle, uma demonologia: a luta dos anjos contra os diabos» (ob. cit., apud trad. espanhola de J. L. Lacruz Berdejo, Ed. Ariel, Barcelona, 1960, pág. 490).

Como sistema econômico, o socialismo suprime a propriedade privada sôbre os bens de produção industrial e agrícola, estabelece o monopólio estatal dos serviços públicos e de utilidade pública, especialmente os de transporte, abastecimento e comunicações, controla, integralmente, o sistema bancário, a importação e a exportação, planifica a economia do país e reserva ao Estado o poder de intervir em quaisquer atividades.

Assim procedendo, o socialismo dá ao Estado o comando do processo econômico, em substituição ao indivíduo ou à emprêsa privada e reúne em suas mãos, que já detêm o poder político, também o poder econômico. E, ainda mais, com o planejamento global da economia desestimula a iniciativa privada nos demais setores, pois esta passa a obedecer ao comando estatal.

Ora, sabemos que, em verdade, o Estado é, tão sòmente, guardião do bem comum, subordinado, no plano dos fins, à pessoa humana, a que deve servir no respeito à sua dignidade essencial e às suas liberdades. Por isso a sua intervenção no processo econômico justifica-se em função do bem comum e não como substituição integral da pessoa humana.

Como doutrina social, o socialismo pretende garantir a igualdade e a segurança.

Aquela, se concebida em termos absolutos, é utópica. A única igualdade entre os homens é de natureza. As suas capacidades diferentes os torna desiguais e o nivelamento importa em desestímulo aos mais capazes, com graves prejuízos para a comunidade. Também não se poderá falar em uma igualdade de oportunidades, desejável sobre todos os títulos, quando se estabelecem distinções entre classes, para chamar a algumas — operários e camponeses — de «povo» e às demais de «anti-povo», segundo expressões que eram, entre nós, contraditórias no linguajar diário de certos «líderes».

De igual modo, não se pode falar em segurança onde há alienação de liberdade; onde o poder de sancionar não encontra outros limites que o da satisfação dos fins estatais personificados em um partido único com um chefe único, dotado de poderes ditatoriais; onde a lei é processo de realização da política partidária, que se impõe à obediência dos cidadãos e dos administradores, mas não à dos governantes; onde «o direito é mera técnica de realização do socialismo», para citar as palavras do prof. ARNOLD WALD, da Universidade do Brasil, em seu brilhante trabalho «A Função do Jurista na Crise Desenvolvimentista Brasileira», recentemente publicado em «Digesto Econômico», vol. 175, referente a janeiro e fevereiro de 1964:.

Pela sua oportunidade, pedimos vênica para transcrever um dos seus expressivos parágrafos:

«Na legalidade socialista, não há superioridade ou primado da lei. A lei é modo de realizar a política partidária. A lei, escreve René David, se impõe aos administradores e aos cidadãos, mas não aos governantes. O governo representado pelo Conselho dos Sovietes tem a plenitude de poderes, sendo também onipotente o Conselho de Ministros. O princípio da legalidade não poder-lhes-ia ser oposto, pois o direito é mera técnica de realização do socialismo, sendo o partido o órgão do processo dinâmico dessa realização» (pág. 47).

SOCIALISMO E SOCIALIZAÇÃO

Vale, a essa altura, ressaltar que as expressões socialismo e socialização exprimem idéias diversas, que precisam ficar, para logo, perfeitamente esclarecidas.

A primeira — socialismo — traduz o regime sócio-político e econômico que estamos analisando, e a segunda — socialização — simples processo sociológico de integração crescente e participação, também crescente, das pessoas e dos grupos sociais, em atividades comuns, tal como a conceituou o Papa JOÃO XXIII, em sua célebre encíclica «Mater et Magistra», para recomendar que:

«a socialização pode e deve realizar-se de maneira tal que proporcione aos cidadãos o máximo de suas vantagens e se reprimam, ou, pelo menos, se reduzam ao mínimo as suas desvantagens.

«Para se alcançarem, porém, com maior facilidade, êstes resultados, os governantes devem ter uma exata noção do bem comum. Êste compreende o conjunto das condições sociais que permitem aos homens atingir mais plena e facilmente a sua própria perfeição. (Mater et Magistra, ns. 64/65).

A SOLUÇÃO MARXISTA-LENINISTA

Dentre as inúmeras formas de socialismo, algumas das quais, vale dizer, por imperativo de justiça, lhe levam, apenas, o nome, mas pretendem exclusivamente uma socialização, avulta, pela sua importância atual e pelo grau de radicalização, o marxismo-leninismo, como, em passado próximo, se destacaram o nacional-socialismo alemão nazista, com a mística da raça e o fascismo italiano, com a mística do nacionalismo.

A sua filosofia, o materialismo dialético, nega, como sabeis, qualquer valor espiritual e reduz o homem à matéria, em evolução dialética, superando as tensões a que está sujeita até atingir uma sociedade comunista perfeita. A luta de classes é considerada o instrumento eficaz para essa evolução porque rompe as estruturas e faz surgir nova síntese, que reúne os elementos positivos da tese e da antítese em choque.

A própria psicologia humana demonstra, porém, que êsse ideal é utópico, uma vez que o homem nunca está satisfeito com o que produz e sempre procura atingir formas mais perfeitas. A história igualmente demonstrou que os Estados capitalistas evoluíram para o neo-capitalismo e nêles se afasta, cada vez mais, a possibilidade de implantação do comunismo, bem como, que êste medrou, apenas, em países que não se encontravam em fase pré-capitalista, como previra MARX.

O neo-capitalismo, de que já vos falei, obteve, pela evolução, uma crescente socialização da propriedade, instrumentalizada na sociedade anônima, com milhares de acionistas, e, com o sindicalismo sadio e forte, realizou as grandes reivindicações do Manifesto do Partido Comunista. Demonstrou, assim, por mais essa forma, a falência total das previsões teóricas de MARX, no sentido de que só uma revolução as alcançaria.

Cumprido, aqui, também como acertadamente ressaltou o Padre ÁVILA, em seu ensaio citado, distinguir o comunismo como protesto contra as injustiças sociais, do comunismo como programa de emancipação, para dizer que aquele, em virtude da justiça e da pertinência de algumas das suas reivindicações, tenta o operário e empolga os jovens com a sua mística do bem estar social, quando, em verdade, quer, apenas, dela se servir para disfarçar os seus reais objetivos de instrumento do imperialismo soviético.

Como protesto contra injustiças sociais, o comunismo necessita e sempre tem se servido, para a sua implantação, da miséria do povo e da corrupção. Por isso, as alimenta quanto pode. Fomenta as lutas sociais e, através delas, enfraquece a autoridade, desorganiza as finanças e os abastecimentos. Através de greves sucessivas treina a eficiência do seu dispositivo revolucionário. O que lhe interessa não é extirpar esses males sociais, nem tão pouco os seus agentes, sejam pelegos, reacionários ou exploradores, mas deles se aproveitar a fim de aumentar a miséria e incrementar a corrupção, de modo a criar um clima propício ao seu estabelecimento, no Estado visado. Prova dessa afirmativa reside na ausência de qualquer trabalho construtivo dos seus agentes, que são propositadamente infiltrados nos vários escalões da vida social.

Como programa de emancipação, o comunismo é arma do imperialismo soviético em busca da liderança mundial e, obediente a essa linha, o partido comunista tem-se colocado, invariavelmente, ao lado da Rússia, toda a vez que os interesses nacionais com ela conflitam. Em Moscou ou, agora também em Pequim, procuram orientação para as suas decisões, inclusive quanto a problemas internos. São bastante expressivas as entrevistas e declarações dos seus líderes na imprensa, em livros e panfletos.

A SOLUÇÃO PERSONALISTA

Finalmente, minhas queridas assistentes sociais de 1963, a solução personalista, encarnada pelo solidarismo cristão, assenta no princípio que a sociedade existe para o homem, como instrumento necessário para ajudá-lo

na consecução do seu fim como pessoa, isto é, como sujeito de direitos e titular de deveres inerentes a essa sua natureza humana, os quais obrigam a todos, independente de reconhecimento pelo Estado.

Segundo êle, são bilaterais as relações entre o homem e a sociedade. Esta proporciona os meios necessários ao seu pleno desenvolvimento e aquêle colabora eficazmente para a formação e o progresso desta, no seu objetivo de realizar o bem comum.

Na perseguição dêsse objetivo, tanto a ação do homem como o ordenamento societário ficam sujeitos a princípios morais que lhes impede de utilizar meios imorais, embora para alcançar fins lícitos, e de suprimir direitos ou impor deveres contrários à natureza racional, livre e social da pessoa humana.

Em sendo assim, para o solidarismo, que alguns preferem chamar de personalismo cristão, tôda e qualquer atividade social é impregnada dêsse sentido moral, dela indissociável, que seleciona os meios que devem atingir os fins, sempre lícitos, e situa o Estado, como comunidade nacional, no seu papel de guardião do bem comum, com a obrigação de respeitar, e fazer respeitar, os direitos e deveres naturais da mesma pessoa humana.

Para êle, a vida social tem dois fundamentos: a justiça e a caridade. A primeira prescreve dar a cada um o que lhe é devido, seja no plano pessoal, no plano comunitário ou no plano social, e a segunda manda amar a todos, e a cada um, como criatura de Deus. Ambas incumbem ao indivíduo e aos seus agrupamentos.

A justiça, por obrigar ao que é devido pode criar ressentimentos, mais ou menos profundos e impedir até a harmonia social. Mas a caridade, porque penetra no fundo dos sentimentos propicia o entendimento e a compreensão, tão necessários à solução de certos problemas que, sem ela, não encontrariam deslinde satisfatório. Complementa a justiça, como a maior das virtudes e é descrita, pelo apóstolo PAULO, através dos seus caracteres, nos termos seguintes:

«A caridade é paciente, a caridade é benigna. A caridade não é invejosa, não se ufana, não se ensoberbece. A caridade nada faz de inconveniente, não busca os seus próprios interesses, não se irrita, não suspeita mal. Não se alegra com a injustiça, mas se rejubila com a verdade. Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta» (I Coríntios, 13, 7).

Alicerçado nesses dois princípios, o solidarismo cristão concebe a empresa — unidade de produção — e o Estado — unidade nacional — como comunidades que objetivam realizar o bem comum, nas quais todos devem participar, cada vez mais ativamente.

Na empresa, essa participação integrativa crescente reclama uma alteração na sua atual estrutura individualista e no seu fundamento. Em sua estrutura, para tornar o trabalho — concebido como um direito e um dever — real participante da sua formação e também responsável pelo seu destino, dando-lhe um tratamento nunca inferior ao dispensado ao capital. No seu funcionamento, para capacitá-la a promover o desenvolvimento da comunidade, sem pretender exclusivamente o lucro, para dirigí-la aos setores prioritários prefixados pelo poder competente, e para que aumente o poder aquisitivo da população pela redistribuição das rendas. As experiências realizadas em empresas nacionais e estrangeiras demonstram os excelentes resultados práticos alcançados.

No Estado, essa mesma participação integrativa crescente exige um aperfeiçoamento na sua estrutura e no seu funcionamento. Em sua estrutura, para garantir um regime democrático, econômico e social, em que o poder seja exercido por órgãos distintos e harmônicos, que representem a sua população; que estes sejam providos mediante processos seletivos ou eletivos; que seja assegurada a pluralidade partidária, onde se desenvolvem as diversas correntes de opinião, em diálogo construtivo. No seu funcionamento, para que ele, efetivamente, promova e assegure a realização do bem comum, sem buscar interesses de classes ou de grupos, sejam quais forem o seu matiz e a sua natureza.

Isto não se obtém, bem o sabeis, sem ordem e sem autoridade. Ordem fundada em normas controladoras da conduta social do homem e autoridade que garanta o cumprimento dessas mesmas normas, dêsses padrões de comportamento prefixados como meios essenciais à realização do bem comum e que não prive o homem da liberdade necessária ao seu pleno desenvolvimento como pessoa.

A MELHOR SOLUÇÃO

O exame sumário das três opções que o panorama mundial nos apresenta, tal como vos esbocei, revela, para logo, minhas caras paraninfadas, que o solidarismo, traduzido na doutrina social da Igreja, é, entre esses vários sistemas de vida, aquele que corresponde, integralmente, aos

nossos anseios de cristãos, E corresponde a êsses nossos anseios porque vê, em cada homem, ao mesmo tempo, a pessoa criada por Deus, racional, livre e social e que deve voltar para Deus, e o indivíduo que, como unidade de destino, integra a sociedade.

Como pessoa, reconhece que o homem — e cada homem em particular — tem deveres e direitos anteriores e superiores aos da sociedade em que vive e onde cumpre a sua missão terrena, os quais são necessários ao seu pleno desenvolvimento, à consecução do seu objetivo extra-terreno. Por serem inerentes à sua própria natureza êstes não podem ser negados ou subtraídos pela sociedade. Ao Estado e às outras comunidades cumpre tão só, reconhecê-los e assegurar o seu exercício para o bem comum, isto sem prejuízo, como é óbvio, da função que lhes compete de editar outras normas de conduta.

É mister, porisso, não esquecermos que o CRISTO que nos ensinou a ver, em cada homem, um irmão, independente da sua condição, raça, língua, religião ou nacionalidade, alterando, dessarte, a concepção vigente entre os seus conterrâneos, que sòmente a alguns consideravam como o próximo, conforme a lição da parábola do bom samaritano (LUCAS, 10, 25/37), foi o mesmo CRISTO que expulsou os vendilhões do Templo (MATEUS, 21, 12), foi o mesmo Deus que impôs, a todos os homens, a obrigação do trabalho penoso, como castigo, até hoje persistente, pela desobediência dos nossos primeiros pais (Gênesis, 3, 17).

Caridade e justiça não se opõem, como bem vêdes. São, ao contrário, deveres que se impõem como fundamento primário da vida social, como condição para construirmos um mundo sem ódios e sem injustiças, onde homens livres se tornem cada vez mais iguais, sem perda, porém, da sua personalidade e das suas condições personalíssimas, em que o Estado oriente, permita e promova o desenvolvimento, sem contudo absorver as atividades individuais.

SAUDAÇÃO FINAL

É chegado, agora, o momento, minhas queridas paraninfadas, de vos renovar os agradecimentos pela honra que me conferistes de ser o vosso guia na hora em que deixais, vitoriosas, esta Escola e de vos transmitir, numa prece pela vossa felicidade, tôda a saudade que nos deixa a vossa separação, todo o sentimento que nos comove com a vossa partida para a luta árdua contra os desajustamentos sociais, em um mundo tão

contraditório que, muitas vezes, não o entendemos, porém, cada vez mais solidarista, que desafia a vossa capacidade pelo grau de complexidade dos casos que vos propõe, mas reclama solução justa e humana para os seus problemas, em que «o serviço de cada um seja colocado a serviço de todos e acima dos lucros pessoais», na expressão oportuna e feliz do Papa PIO XII (Discurso aos delegados norte-americanos ao «Bureau International du Travail», em 16 de julho de 1947, apud Domingos CRIPPA: «À Ordem do Bem Comum e a Ordem Social», «Convivium», vol. 3, n. 8, outubro de 1963, pág. 17).

Estou certo de que não faltareis, para essas soluções, com a vossa inteligência moça e brilhante e, sobretudo, com o vosso amor e com a vossa dedicação.

Sêde felizes, minhas caras assistentes sociais de 1963, e, se alguma dia precisardes do vosso antigo mestre, podeis ficar certas de que nêe encontrareis sempre um amigo.

(1) - Discurso proferido como paraninfo das Assistentes Sociais de 1963 pela Escola de Serviço Social de Pernambuco, em 18 de abril de 1964.



Anotações Fonético-Etimológicas ao "Foral da Guarda" (1)

P. ANÍBAL DE SOUSA MELO, S. J.

É nosso intento uma análise etimológica de cunho quase estritamente fonético. Uma tentativa de levar os alunos de Letras a uma aplicação do estudo tantas vêzes enfadonho das correspondências ou resultantes fonéticas na deriva do latim-português.

Depois da transcrição do texto, apresentaremos uma adaptação ao português atual. Exploraremos a seguir cada palavra, na forma antiga e na atual. (2)

Texto :

«...Aquel que casa fezer ou uinha ou sa herdade onrrar e per l ano en ella seuer, se depouys en outra terra morar quiser, seru (i)a a el toda sa herdade u quer que morar. E, se as quiser uender, uenda a quem quiser per foro de uossa cidade. ...Homëes da Guarda non pagen pen(h)ora polho sen(h)or da Guarda, nõ por meyrriho, në seyã pennorados senõ por seu uizõ. Cavaleyros da Guarda në molheres uiuvas nõ dë pousada per foro da Guarda senõ per mãdado do iuiz. Omëes de uossos termynos que seuerë en uossas herdades ou en uossos solares e seus sen(h)ores non forë y, uen(h)ã ao synal do iuiz e dë fiadores que respõdã o deryto, quando ueerë seus sen(h)ores. E, se fezerem coomya, peytë-na a seus sen(h)ores e a VIIa. ao paaço, e nõ seruiã outro homë senõ a seus senhores em cuio(s) solares seuerë».

Adaptação ao português atual (3)

«...Aquêl que fizer casa ou vinha ou honrar sua herdade (propriedade) e por l ano nela estiver, se depois quiser morar em outra terra, sirva a êle (seja-lhe útil) tôda sua herdade onde quer que morar. E, se as qui-

ser vender, venda a quem quiser, segundo o direito de vossa cidade. . . . Os homens da Guarda não paguem penhor (fiança) pelo senhor da Guarda, nem por meirinho, nem sejam penhorados senão por seu vizinho. Nem cavaleiros da Guarda nem mulheres viúvas dêem pousada por título da Guarda senão por mandado do Juiz. Os homens de vossos territórios que estiverem em vossas herdades e em vossos solares e seus senhores não estiverem aí, venham (acorram) ao sinal do juiz e dêem (apresentem) fiadores que respondam o direito, quando vierem seus senhores. E se fizerem (impuserem) multa, paguem-na a seus senhores e a VIIa. (parte) ao paço, e não sirvam a outro homem (outrem) senão a seus senhores em cujos solares estiverem».

ANÁLISE DO TEXTO

Obs. — Atendendo aos que estão muito à altura de trabalhos dêste feitio, mas se sentem, pròximamente, desprovidos da parte gramatical, seguirá, em apêndice, um resumo para recurso rápido. (4)

1. — AQUEL, AQUÊLE: * **accu ille** —> aquêle. Ou ainda: **atque ille** —> **aquêle**. * **Accu** seria um cruzamento de **ecce** com **atque**, segundo proposta de Bourciez e Grandgent. Melhor se diria: cruzamento de **eccu** com **atque**. Com efeito, **eccum**, talvez um composto de **ecce eum** — pois no latim arcaico se encontram as formas **eccum, eccam, eccos, eccas, ecca, eccillum, eccistum, etc.** é bastante empregado em latim como partícula demonstrativa. «Nam meus Pater intus nunc est, **eccum**, Jupiter», «Hem tibi nateram, **eccam**», «Sed **eccos** video incedere sodalis patrem et magistrum», «Sunt crepundia. **Ecca** video» (5). «Apud nos **eccillam** festinat cum sorore uxor tua» (6). «Certe **eccistam** video» (7).

Não é raro encontrar-se a composição «atque eccum» que nos daria o tão falado ***accu**. «Audire vocem visa sum modo militis. **Atque eccum**» «Uxor ubi me ad filiam ire sensit, se duxit foras: **Atque eccam** video» (8).

Mas o **atque**, sugerido por Grandgent (9) como partícula demonstrativa junto a um pronome, se encontra, igualmente, para indicar a presença de um obieto inesperado. «Salvete, inquam, quo imus una: ad prandium? **Atque illi** tacent», «Cum ad portum venio, **atque ego illam ille** video praestolareir» (10).

O emprêgo proclítico explicaria mais facilmente a forma **aquele** e o enclítico **aquêle**, em que o **e** final se conservaria com ênfase. É certo no entanto, que apesar do **l**, a forma **aquêle** se usou em ambas as posições

e até se perpetuou no português. Na Demanda do Santo Graal se registam ambas as formas, como se pode ver no vocabulário do P. Augusto Magne no Santo Graal.

Se no presente foral só encontramos a forma **aquel**, em texto da mesma época encontramos **aquê** — **per aquelle scripto**. (11)

Para a formação dos antigos **aqueste** e **aquesse** que rivalizavam com **êste** e **êsse**, teríamos que apelar para os mesmos ***accu** ou **atque**, ligados respectivamente a **iste** e **ipse**.

Ille —> **êle**. Com efeito **î** → **ê** e o duplo — **ll** — se simplifica. Mas o **e** cai quando precedido de **l, r, s, z, n**, porque qualquer destas consoantes pode formar sílaba com a vogal precedente. Ou também cairá, facilmente, por posição proclítica. E temos a forma **el**. Esta, talvez por se distinguir de uma certa forma articular (**el-rei, el-conde**, etc.) terminou sendo preterida.

A forma **el** é muito mais freqüente na língua arcáica, mas na «Lenda do Rei Leir» (12): «...nõ auia cousa no mundo que tão amasse como a elle...», «E elle quis-lhe mall...» Mas **delle (dele), elles (eles)** são freqüentes.

Sabemos que ainda hoje em Portugal, se pronuncia **êl**.

2. — **QUE**: Trata-se do **que** relativo. Com a redução dos casos, o relativo latino ficou reduzido a três formas — **qui, quem, quid** — usadas um tanto promiscuamente. Como tôdas três eram usados, de qualquer das três nos pode ter vindo o nosso **que** ou mesmo do cruzamento de tôdas elas:

Quí —> **qui** —> **que**: Teria apenas havido uma redução de quantidade e posterior sonorização, como em **sí** —> **si** —> **se**. É bom argumento do P. Augusto Magne.

Quem —> **que**: apesar de monossílabo, teria perdido a nasalação diante de outra palavra começada por nasal, p.ex. **que(m) novi**, como nos terá vindo a palavra **já** de idêntica confluência de nasais **ia(m) nox erat**, conforme Serafim da Silva Neto, nas Fontes pág. 146. Mas o **quem** latino tônico —> **quem** português, que antigamente era referido também a coisas.

Quid —> **que**: teria a favor a facilidade do **i** breve e simples apócope do **d**.

Obs.: A título de complementação apresentemos o **Que** em outras funções:

que interrogativo: **quis** —> **qui** (longo ou breve) —> **que**;

que substantivo: **quid** —> **que**. «Tem seus **quês**. Não tem de **quê**».

que integrante: **quia** —> **ca**, arc. —> **que** (por redução vocálica como se **ca** fôsse uma composição de **que a**); ou ainda: **quid** —> —> **que**.

que causal: **quia** —> **ca**, arc. —> **que**.

que comparativo: **quam** —> **ca**, arc. —> **que**. (13)

Outras formas compostas de **que**, como **para que**, **porque**, **antes que**, **logo que**, etc. também se podem considerar como remontando ao próprio latim vulgar, continuadoras de formas como **per ad quid**, **per quid**, **ante quam**, **locu qui** (com mudança da idéia de lugar para a de tempo), etc.

3. — **CASA**: **Casa** —> **casa**. Mas o nosso **s** é sonoro, equivalendo ao som de **z**.

A **casa** do latim clássico era uma **choupana** portuguêsã. Mas já tinha amplificado o seu sentido no latim vulgar, uma vez que é comum às línguas românicas no sentido de **morada**, **habitação**. E sem nenhuma modificação gráfica se encontra no português, no espanhol, no italiano.

4. — **FEZER**: **fecerit** —> ***fezere** —> **fezer**. **t** final sempre cai. Queda do **e** final, porque o **r** pode formar sílaba com a vogal que o precede. — **c** — intervocálico antes de **e** ou **i** sonoriza-se em **z**. Mas por que se há de pronunciar o **e** da última sílaba como aberto — **fizer**? É questão bem discutida, sem solução satisfatória.

Temos, atualmente, a forma **fizer**, com **i** na primeira sílaba. Talvez por influência remota do **i** do perfeito — **fiz**. Ao menos é explicação mais comum. Possivelmente, por ser átono, já era pronunciado como **i** que passou a ser grafado. (14)

É curioso que às antigas formas do perfeito **fizi** ou **fize**, **fezi** e **figi** ou **fige** correspondem as formas **fizer**, **fezer**, **figer** (15). Sabemos que destas três últimas a forma **fizer** é atual. Mas não teria sido já antiga competidora das outras, suplantando-as afinal?

5. — **OU**: **aut** —> **ou**. Apócope normal do **t**. O ditongo **au** —> —> **ou**, por assimilação imperfeita.

6. — **VINHA**: **vinea** —> **vinya** (passagem a semivogal) —> **vinha**. A passagem de vogal a semivogal já está exigindo nossa palatal **nh**. A palatalização se operou pelo fim do Império, cerca do século III, D.C. (16) É de norma esta palatalização do-**ni**- intervocálico.

7. — **SÁ**: **sua** —> **swa** (semivogal) —> **sa**. Esta forma **sa** era muito usada em posição proclítica. **Sua**, forma predominantemente enclítica, sempre se usou indistintamente, predominando no séc. XIV.

Neste mesmo foral, para não irmos longe, encontramos as duas formas em posição proclítica — **sa herdade, sua carta** (esta última no fim do trecho aduzido pela Crestomatia, na parte que não submetemos a análise).

Na citada lenda do Rei Leyr encontramos **sas, rrazões, sa velhice, sa filha**, mas também **sua ventujra**.

Ainda hoje, em fala corrente, se usa a forma **swa** em posição proclítica: **swa mãe**.

Parecem ter seguido, anàlogamente, as formas **ma** e **ta**, das quais a primeira teria seguido êste caminho **mia** —> **mya** (semivogal) —> **ma** e a segunda **tua** —> **twā** —> **ta**. (17)

Grandgent fala de um possessivo arcaico da terceira pessoa **sus, sa, sum**, que é lembrado também por outros autores, por exemplo, Ernout. (18)

8. — HERDADE: **hereditate** —> **eredidade** —> **(h)erdade**. **(H)erdidade** parece que seria a forma de que, por haplologia, teríamos **(h)erdate**. Mas J. Pedro Machado cita a forma **erdate** em um texto latino. Assim, a haplologia já se teria verificado no próprio latim. E teríamos: **hereditate** —> **erdate** —> **erdade**. Bem mais simples para nós.

Em Corominas, porém, são registadas as formas espanholas não sinopadas: **eredidade, ereditate, hereditat, hereditad**.

Mas há um concorrente poderoso — **herança**. Em textos latinos encontram-se as formas **herentia** e **herencia**, já como adjetivo já como substantivo, no sentido de **pertences**. É participio presente do verbo **haerere** que significa **estar ligado, fixo, prêso**. Tivemos a forma **herencia** de comum com o espanhol. E ainda a forma **herença**. Mas contagiada pelo sufixo — **ar** dos verbos da primeira conjugação, tornou-se **herança**. Mais uma influência do verbo **herdar** e temos **herdança**. (19)

«**Dedimus vobis sancti Michael de Buenco, cum tota sua herencia et omni integritate**», «**cum omnibus omnino domos, ortos, vineis vel omni herencia, molinos, pratos, etc.**». (20) «**Mihi complacui ut venderem... omnia mea erentia quae habeo in Burgos, id est terras, cassas, ecclesia... quantumcumque potueris invenire, quod in mea potestate abui**». (21)

Herdamento é a palavra que se encontra em um **testamento**, extraído dos documentos do Mosteiro de Vairão (séc. XII a XIII): «**offeyro co'no meu corpo todo herdamento que eu ey...**» (22)

9. — ONRRAR, HONRAR: — **honorare** —> **honrar**. Houve síncope do segundo — **o** — por ser vogal pretônica adjacente à tônica. O **h** inicial falta à forma antiga, por não ter valor fonético. Na antiga escrita,

de cunho bem fonético, o **h** era empregado, normalmente, como símbolo fonético, ora formando com o **n** a palatal **nh** e com o **l** a palatal **lh**, ora como símbolo da semivogal **i** que também era simbolizada por **y** e por **j**. É ver a nota 2.

O duplo **rr** mostra uma preocupação fonética, esquecida na palavra anterior **herdade**, como se pode ver à citada nota 2.

10. — PER: **per** —> **per**, arc. Hoje ainda existe esta forma em combinações com o artigo definido — **per lo** —> **pello** —> **pelo** — e nas locuções **de per si**, **de per meio**.

11. — SEUER: **seduerit** —> **seuere** —> **seuer**. Síncope do — **d** — intervocálico. Apócope do — **t**. E o **i** que além de breve se tornara final passa a — **e** que por sua vez desaparece porque precedido do **r**. O — **u** — se consonantizou em — **v** — pela própria posição ocupada com a queda do — **d** —.

É claro que o tempo estudado é derivado do perfeito ***sedui** que passou a **sevi** em português e depois a **sive**, por metáfora.

Encontra-se muito no Santo Graal em diversas formas, tempos e pessoas: **seve**, **severom**, **sevi**, **sevesse**, conforme se vê no Glossário ao Santo Graal.

12. — SE: **sí** —> **si** —> **se**. O abreviamente do **i** é devido, parte à posição proclítica que sempre ocupa esta conjunção, parte à geral harmonização quantitativa no latim vulgar.

Obs.: O **si**, forma tônica indireta da terceira pessoa, vem de **sibi**. No português antigo encontra-se palatalizado em **xi** ou **xe**, forma ainda hoje usada no galego. (23) «...quenquer x'a pode entender». (24) O **se**, objeto direto reflexo, continua o **se** latino.

Havia ainda um **si** vindo de **sic**. Recebeu mais tarde um **m**, tornando-se **sim**, talvez por influência do antônimo **não**.

13. — DEPOYS, DEPOIS. — Ainda as formas **despoys** e **depós**.

Partindo da forma mais simples **depós**, vemos que veio, normalmente, de **de post**, por **simples** apócope do — **t**. É forma muito usada no Santo Graal. E hoje usamos as formas **após** e **em pós de**.

A maior dificuldade será para as formas terminadas em **pois**. Ernout-Meillet propõe várias formas de raiz comum — ***posti**, **poste**, **post**, **postid**, **postea**, **postidea**.

Se tomamos **post**, vemos que se desenvolverá, normalmente **pós**. Mas, olhando para uma certa tendência popular de introduzir um **i** (epentético)

entre a vogal e o **s** final das palavras oxítonas, e até em outras — **Jesuis**, **Moisés**, **lúiz** — teríamos uma explicação plausível, **depost** —> **depós** —> —> **depois**.

Mas se tomarmos a forma **posti** ou **poste** ou **postid**, também nos sorri uma solução: **deposti(d)** —> **depoist** (por metátese) —> **depois** (por apócope do **t**). Acresce que **posti** explicaria ainda o it. ant. **dipoi**, o fr. **depuis**.

Leite de Vasconcelos sugere uma forma ***pox**, segundo o modelo de **mox**. E teríamos **pox** —> **pois**, como **sex** —> **seis**, porque o **x** = **cs**.

Bourciez apresenta um étimo mais complicado — **desposteis**.

Para a forma **despois**, bastaria introduzir-se o **ex** entre o **de** e a forma final há pouco discutida — **de ex post** ou **de ex posti** ou **de ex pox**. (25)

14. — OUTRA: **altera** —> ***alt'ra** —> ***autra** —> **outra**. Síncope da vogal átona postônica medial, vocalização do **l** no grupo **lt** e finalmente o ditongo **au** que passa a **ou**, por uma assimilação incompleta do **a** pelo **u**.

15. — QUISER: o perfeito é **quaesivi** —> **ꞥuaesii** —> **quaesi** —> —> **quis** (por metafonia). Daí pode provir êste futuro do subjuntivo formado, analógicamente, segundo o modelo dos outros verbos em português. Poder-se-ia também tomar o latim **quaesierit** —> **quiser** por influência do perfeito **quis**.

De par com a forma **quis**, houve também as formas **quisi**, **quigi**. E desta última houve futuro palatalizado **quiger**. (26)

16. — SERU(I)A, SIRVA: **serviat** —> **sirva**, por simples metafonia devida à semivogal.

As formas **sérvio** e **sirvo**, **dormio** e **durmo**, **cômio** e **como** se encontram rivalizando nos trovadores.

O **iod** ou **i** semivogal pode influenciar diversamente: **salio** —> —> **saio**, **respondeo** —> **respondo**, **servio** —> **sirvo**, **video** —> **vejo**, **metio** —> **meço**, **capio** —> **caibo**. Ora permanece inalterado, ora cai, ora impõe metafonia, ora palataliza, ora assibila, ora se transpõe, conforme os modelos apresentados. (27)

Obs.: Além da metafonia provocada pelo **i** sobre a sílaba anterior, também o —**u** (—**o**) tende a fechar a vogal tônica (**focu** —> **fogo**) e o —**a** a abrir (**apotheca** —> **bodega**).

17. — A (prep.): **ad** —> **a**. Opõe-se ao artigo e ao pronome que em breve trataremos.

18. — TODA: **tôta** —> **tôda**. O —**t**— sonoriza-se em —**d**—. O

o longo nos dá **ô** fechado. Apenas é curioso que o **a** final não tenha imposto a metafonia do **ô** para **ó**.

19. — U: **ubi** —> **u?** **Huc** —> **u?** Partindo de **huc**, nenhuma dificuldade na evolução: o **-c** final sempre cai e o **h** inicial não tem valor fonético. Haveria apenas um certo desvio no sentido de lugar.

Ubi evoluirá para **u**, mais facilmente, se o tomamos em posição proclítica. Tem a vantagem de conservar uma alta fidelidade semântica. Com efeito, no português antigo, além do sentido de **lugar**, representava também o de **tempo** — «u queria beber, fugiu-lhe a água» sentido tão comum ao latim.

U, apresenta também as variantes de sentido **donde** e **para onde**. (28)

20. — QUER: **quaerit** —> **quere**, —> **quer**. Apócope do **-t**; **i** breve —> **e**; queda do **-e**, porque o **r** forma sílaba com a vogal que precede.

21. — MORAR: **moravit** (por **moraverit**) —> **morare** —> **morrar**. Como a palavra anterior.

22. — AS: **illas** —> **elas** —> **las** —> **as**. Redução dos dois **ll**, **i** breve dando **ê**; queda dêste **e** inicial, pelo uso da palavra em posição proclítica; finalmente queda do **l** em posição medial, p.ex. **de las vidas**. Assim temos o plural masc. **illos** —> **elos** —> **los** —> **os**, o masculino singular **illu** —> **elo** —> **lo** —> **o**, e o singular feminino **illa** —> **ela** —> **la** —> **a**. As explicações são praticamente as mesmas. (29)

Assim temos o nosso artigo definido e também o objeto direto do pronome da terceira pessoa.

Como artigo, era muito comum, antigamente, em aglutinação a forma **lo, la, los, las** — **todolos, ambolos, sobolos, polo**. Hoje, na composição — **pelo, pela, pelos, pelas**. E em algumas expressões que a tradição tem conservado — **a la paz, a la moda**, etc. Lembramos ainda as formas antigas **todallas, perllos, subello, pello**. (30)

Nasaliza-se, se precedido por sílaba nasal: **amam-no, bem no dizes** . .

23. — VOSSO: **vossu** —> **vosso**; **vestru** —> **vosso**, por analogia com **nosso**; **vostru**, arc. e pop. —> **vosso**. (31)

Tomando êste último — **vostru** — teríamos tido uma assimilação progressiva do **s** sôbre o **t** e uma dissimilação total do **r** ou ainda uma assimilação do **s** sôbre o **r** e dissimilação total do **t**. Simpatizo mais com a primeira formulação, pois a dissimilação do **r** em tais casos parece mais

frequente, se lembramos que a palavra **patre** —> **pade**, pop. —> —> **pai**. —> **pai**, a palavra **madre** —> **made**, pop. —> **mãe** (nasalação provocada pelo **m** inicial), **fratre** —> **frade**, pop. —> **frae** —> —> **frai** —> **frei**. **Frade** é forma tanto antiga como atual ainda. É verdade que se encontra muito a forma **fraire**, provençalismo, que levaria a **freire** e esta, por posição proclítica a **frei**. Às formas **frade**, **fraire** e **freire** são consignadas no Dicionário de J. P. Machado.

Não sei por que razão não pensou alguém no fato de o **s** em pronúncia forte ter assimilado o **t** e o **r**, embora se continuasse escrevendo apenas com dois **ss**, por parecer que «dois é bom, três é demais», para escrever, embora não para assimilar.

24. — FORO: **foru** —> **foro**. O **o** tônico português, apesar de vir de um — **o** breve latino, é fechado por influência do **o** final. A palavra latina **forum** passou pelos sentidos de **praça pública**, **mercado**; depois de **tribunal**, **justiça**; depois ainda de **lei**, **direito**, privilégio; e ainda de **jurisdição**, **domínio útil**. Todos êstes sentidos parecem mais ou menos aplicáveis ao português. Rodrigo Fontinha em «Novo Dicionário Etimológico da Língua Portuguêsa», Editorial Domingos Barreira, Pôrto, apresenta a expressão **a for de**, arc. como significando **à maneira ou segundo os hábitos de**. Afinal parece uma adaptação do sentido **direito**, **costume**. Daí **foral** — carta de lei para regular a administração, tributação e privilégios de uma cidade. Mais tarde: carta de aforamento de terras. E até: qualquer regulamentação. (32)

25. — CIDADE: **Civitate** —> ***cividade** —> **ciidade** —> —> **cidade**. Apócope do **v** entre dois **ii**; sonorização do **t** medial em **d**; crase dos dois **ii**.

Mas houve também **cibidade** (33), em que o **b** podia ser mera confusão com **v**, herança que nos veio do latim. Mas esta forma se aproxima da galega e ant. esp. **cibdad** e da castelhana atual **ciudad**. Poderia ter sido um caminho para a nossa **cidade**, embora não tão claro quanto o primeiro que apresentamos acima.

26. — HOMÊES, HOMENS: Magne acha que **homem** nos veio de **homine** através de **om'ne**. Parece mais normal assim:

homine —> **(h)omëe** —> **(h)omë** .>>>> **(h)ome** (com perda da nasalação)
 .>>>> **(h)omem** (conservando a nasalação)

homines —> (h)omëes

»»»→ (h)omës, homens (conservando a nasalação)

»»»→ (h)omes (com perda da nasalação)

Seria como **vimine** —> **vimë**, arc. —> **vime**, **vermine** —> **ver-mëe** —> **verme**, **virgine** —> ***virgëe**, —> **virge**, pop., **virgem**. (34)

Homem tinha também o sentido de indefinido ou de impessoalização, ainda hoje conservado no **on** francês.

27. — DA: **de (il) la** —> **de la** —> **de a** —> **da**. Sem mais explicações, depois do que já foi dito sôbre o artigo definido.

28. GUARDA: **wardan** (germânico) —> **vardare** (ger. latinizado) —> **gardare**, **guardare** (latim) —> **guardar** —> **guarda**. Afinal **guarda** seria um deverbais de **guardar**; êste, por sua vez, seguiu todo aquê-le caminho. É ver Nascentes no seu Dicionário Etimológico. Lembro ainda que o **v** inicial latino pôde sofrer influência germânica para **g** velar. Assim o nosso popular **gomitar** vindo de **vomitare**.

29. PAGEN, PAGUEM: O subjuntivo **pacem**, de **pacare**, não nos poderia dar **pague**.

Mas o processo analógico se impõe com uma fôrça única: **pacare** —> —> **pagar**. A passagem do **k** (**c** surda velar) a **g** (sonora velar) se dá em todos os tempos, por evolução normal, e arrasta consigo o subjuntivo também.

30. PEN(H)ORA, PENHORA: Partindo do latim literário, teríamos simplesmente:

pignus, oris —> **pignorare** —> **penhorar** —> **penhora**; ou ainda:
pignus, eris —> **pignerare** —> **pignorare** —> **penhorar** —> —> **penhora**.

Penhora seria um deverbais de **penhorar**, que veio de **pignorare**, por palatalização do **gn**, como **pugnu** —> **punho**.

Mas é normal que com o desaparecimento do neutro, se formasse, no latim vulgar, a forma ***pignore**. O neutro plural, por sua vez, teria passado a **pignora** (feminino da primeira declinação) que, no latim imperial, significava **provas de amor (filhos)**. (35)

Neste caso, **penhora** não seria deverbais de **penhorar**, mas simples continuação do latim **pignora**, com palatalização do **gn**. Sempre se conservaria o sentido **penhor**, **prova**, **segurança**, **fiança**, **direito**, anexo à palavra **pignus**.

31. POLHO, POLO: **por lo** —> **pollo** —> **polo**. É fusão de **por**,

prep. com o artigo **lo**. Houve assimilação do **r** pelo **l** e conseqüente dissimilação de um dos **ll**. A grafia **polho** com **h** não tem sentido.

Paralelamente temos: **per lo** —> **pello** —> **pelo**, concorrente e vencedor do primeiro. Mais pormenores se encontram na análise da palavra 22.

32. SENHOR: **seniore** —> **senhor**. O **é** final cai, porque o **r** que o precede pode formar sílaba com a vogal antecedente. O — **ni** — intervocálico palataliza-se em **nh**, com efeito a pronúncia rápida já leva para isto. A evolução semântica: **seniore** = **mais velho** —> **que merece mais respeito**.

33. NÕ, NÃO: **non** —> **nõ** —> **não**. Primeiramente o **n** final ficou como símbolo de nasalação. Depois a terminação — **õ** se arredondou em ditongo nasal — **ãõ**, como em tantos outros casos, conforme se vê em Apêndice.

34. NĒ, NEM: **nec** —> **nĕ**, **nem**. Apócope do **c**. Nasalação do **e**, provocada pelo **n** — inicial.

35. MEYRĪHO, MEIRINHO: **maiorinu** —> ***mairio** —> **meirio** —> **meirinho**. Queda do **o** pretônico medial adjacente à tônica; queda do — **n** — medial, nasalando o **i** adjacente; finalmente, a palatal — **nh** —, para desfazer o hiato.

Maiorinus significa, primeiro, **da maior dimensão ou espécie**; depois, nas línguas hispânicas, **juiz de direito**, segundo Ernout-Meillet.

36. SEYÃ, SEJAM: **sedeant** —> **seyã**, **sejam**. O **-di-** ou **-de-** intervocálico já está bem preparado, foneticamente, para passar a — **dy** — e logo a — **j** —. Parece o melhor caminho, uma vez que o verbo **sedere** se encontra no sentido de **ser**, em latim de escritores tardios. (36). Assim, nenhuma dificuldade fonética, nenhuma dificuldade semântica.

Um subjuntivo ***siant**, em vez de **sint**, não seria viável? Seria antes como substitutivo da forma arcaica **sient**. Parece exigido pelo italiano. E teríamos no latim hispânico uma forma ***siant**. Mas a preferência é mesmo a partir de **sedere**, embora pareça êste contagiado por ***essere** (em vez de **esse**) no sentido e na evolução fonética (37).

37. SENÕ, SENÃO: **si non** —> **senõ**, **senão**. Sem dificuldade especial, pois os dois componentes já foram estudados.

38. SEU: o latim **suu** daria, normalmente, **sou** que existiu no antigo português. O nosso **seu** pode ter vindo de **suu**, contagiado por **meu**. Mas já no próprio latim vulgar se formou o adjetivo **seus**, seguindo o possessivo da primeira pessoa **meus** (38).

39. VIZIÃO, VIZINHO: **vicinu** —> **vizião** —> **vizinho**. O — c — antes de **i** se sonoriza em — z —; o — n — desaparece, tendo antes nasalado o **i** adjacente; a palatal — nh — faz desaparecer o hiato. **Vicinu** se radica em **vicus** que significa **fileira de casas, bairro, quarteirão, cidade, rua**.

Mas se registra também a forma **vezinho**, originada de **vecinu** (com evolução análoga à anterior) que provém da forma dialetal **vecus**, com o mesmo sentido de **vicus** (39).

40. CAVALEYROS, CAVALEIROS: **cavalo+eiro** —> **cavaleiro**, segundo Nascentes.

Mas Ernout-Meillet registra a forma **caballarius**. Conseqüentemente: **caballariu** —> ***cavalairo** —> **cavaleiro**.

Em parte não analisada do presente foral, encontra-se **caulleyros**.

41. MOLHERES, MULHERES: **mulieres** —> ***mulyeres** —> **molheres**. O **u** breve passa a **ô**; a vogal **i** passa a semivogal e temos — ly —, abrindo-se caminho à palatal — lh —.

Mas a palatal — lh — fechou a vogal anterior, e temos **mulheres**. As duas formas rivalizaram com predomínio desta última.

42. UIUUA, VIUVA: **vidua** —> **viua** —> **viuua, viúva**. Síncope do **d** e epêntese do **u** que passa a **v** para evitar o hiato. Assim Magne. (40)

***viduua** —> **veuva**, arc. **viuva** (41),

viduu —> **viduvu** —> **viuvo** (42),

viduviu —> **viuivo** (por metátese) —> **viuvo** (por dissimilação) —> **viuva** (feminino), como **pluvia** —> **chuiva**, arc. —> **chuva**.

43. DÊ, DÊEM: **dent** —> **dë**. O — t sempre se apocopa e o — n — fica nasalando a vogal adjacente. A forma atual **dêem** é talvez análogica a **vêem**.

44. POUSADA: **pausa** (pausa, cessação) —> **pausare** —> **pou-sar** —> **pousada**.

É a explicação de Nascentes.

45. MANDADO: **mandare** —> **mandatu** (part.) —> **mandado**. Simples sonorização do — t — em — d —. **Mandare** significa **confiar, recomendar, encomendar, dar um mandato ou mandamento, mandar**.

46. JUIZ: **judice** —> ***judíce** (por influência das palavras em — íce, p. ex., **radíce**) —> ***juize** —> **juiz**. Síncope do — d —; — c — antes de **e** passa a **z**; apócope do — e, porque o **z** pode formar sílaba com a vogal anterior.

Curioso que na mesma base etimológica, encontremos duas palavras — **juigar**, arc. (forma que se encontra em parte não analisada do nosso foral)

e **judgar**, ambas a partir de um latim **iudicare** :

 ▶▶▶ → **juigar**, arc., por vocalização do **d** no grupo **dg**
iudicare —> **judgar**

 ▶▶▶▶▶ → **judgar**, com um **d** passando a **l**, antes de gutu-
 ral. Outros exemplos: **med(i)ca** —> **melga**, **portat(i)cu** —> ***portad-**
go —> **portalgo**, **natica** —> **nádega** —> ***nadga** —> **nalga**. Mas
maritima —> ***maridema** —> ***maridma** —> **marisma** (43), porque
 o **d** não está antes de gutural.

47. **TERMYOS, TÊRMOS**: **terminu** —> ***termio** —> **termio** —>
 —> **termyo** —> **têrmo**;

terminos —> ***termios** —> **termios** —> **termyos** —> **têrmos**.

Queda do **—n—**, nasalando o **i**; desnasalação posterior; passagem do
 vogal a semivogal; finalmente, esta, em pronúncia rápida, foi dissimilada
 totalmente. O **e** da palavra é fechado em português, por força do **—o** final.
 O timbre do singular teria contagiado o plural. Ou, talvez com maior ra-
 zão: a semivogal fechou o **e** no singular e no plural.

A palavra latina que continua o seu sentido no português antigo,
 quer dizer **limite, fim, extremidade**. No sentido de **palavra** é metáfora que já
 se encontra também em latim.

48. **SOLARES**: **solo** + **ar** —> **solar**. É a explicação comum;
 ..**solar** + **es** (por analogia com os outros plurais —> **solares**).

Solum é a **parte inferior de um corpo, base, sustentáculo, fundamen-**
to, solo, chão, território. Daí parece ter passado, através de **solar**, a **algo**
pertencente ao território, ao solo, herdade, a algo que é centro da her-
dade, casa, casa antiga e nobre. Meillet liga **solum** a **sola**, alteração
 vocálica do longobardo **sala** que significa **casa, construção** (44).

No entanto, encontramos **solares** e **solarium** ligados a **sol**. **Solarium**,
 além de significar **quadrante solar** e **clepsidra**, também queria dizer **gale-**
ria ou terraço voltado para o sol. Partindo dêste último sentido, teríamos
 apenas uma extensão da parte ao todo, e a evolução normal semântica:
terraço ou galeria, casa, casa grande (em uma propriedade), casa grande
e nobre. E então o nosso **solar** viria do **solare** latino, bem próximo a **sola-**
rium, ligado a **sole**, mas referente a **solum** ou **parte de solum**, no sentido
 acima comentado.

Um colega me sugere ainda uma referência a **solus, a, um**, no senti-
 do em que **solar** é uma casa isolada do burgo.

Mas parece que estaremos mais seguros com a primeira explicação

49. FORÈ, FOREM: **fuerint** —> ***furint** (num esforço de conservar o acento da primeira sílaba, teria havido a síncope do **e**) —> **forè**; **forem**. O **u** breve evolui para **ô**, o **i** breve para **e**, no caso nasalado pelo **r** que se tornara final com a apócope do **t**. As anotações **ë** e **em** são plenamente equivalentes.

50. Y; arc.: = **ái**: **ibi** —> **i?** ou: **hic** —> **i?** Ver explicações dadas a propósito de **U**, nº 19.

O atual **ái**, também antigo, vem de **ad ibi** ou **ad hic**.

51. VENHÃ, VENHAM: **veniant** —> **venham**. O —**ni**— intervocálico passa a —**ny**— que induz a palatal —**nh**—. **Venhã** e **venham**, de plena equivalência fonética, como se pode ver da instabilidade fonética de então.

52. SYNAL, SINAL: ***signale** (45) —> ***siinal** —> **sinal**. Vocalização do **g** no grupo **gn**, como **regnu** —> **reino**, **pigmenta** —> ***piimenta**. Finalmente, crase dos dois **ii**, como em ***piimenta** —> **pimenta**. O **e** final cai depois de **l**.

***Signale** se radica em **signum** (que nos deu **sino**) na seguinte sequência semântica: **sêlo**, **carimbo**, **o que marca**, **o que indica**, **o que assinala**. Portanto são naturais outros sentidos correlatos: **insígnia**, **imagem**, **gesto**, **sintoma**; **bandeira**.

53. FIADOR: ***fidare** (por **fidere**) —> **fiar** —> **fiador**. Ou ***fidatore** (de ***fidare**) —> **fiador**. Síncope do —**d**—, sonorização do —**t**— em idêntica posição, queda do —**e** depois do **r**.

54. RESPÕDÃ, RESPONDAM: ***respondant** (por **respondeant**) —> —> **respondam**. (Ver **SIRVA**, nº 16). **Respõdã** e **respondam** equivalem foneticamente.

55. DEREYTO, DEREITO: **Directu** —> **dereito**. Vocalização de **c** no grupo —**ct**—. E **u** final passa a **o**.

Directum —> **direito**.

Directum vem de **derigere** = **levar de um lugar para outro**, de alto para baixo, **dirigir**.

Directum procede de **dirigere** que significa **levar para diferentes direções**, **traçar diversos caminhos**, **traçar o caminho**, **dirigir**.

tium que era o **Palatino**, colina de Roma, onde estava a morada imperial. Daí a transferência para o sentido que damos às palavras **palácio** e **paço**.

60. CUIO(S), CUJOS: **cuios** —> **cujos**. Costuma-se falar em consonantização do **i** em **j**. Mas afinal aquêlé **i** já tinha valor consonântico em latim. O nosso **cujo** não vem, pròpriamente, do genitivo de **qui, quae, quod**, mas é continuador fonético, semântico e sintático do adjetivo relativo **cuius**, **a, um**, de cunho poético e popular.

Curioso aquêlé **s** entre parênteses (**s**). Dá a impressão de o copista o sentir dissimilado por fôrça do **s** da palavra seguinte **solares**. Mas então, deveria ter feito o mesmo em outras sequências idênticas. Enfim, instabilidade gráfica de então, dúvida do copista?

Note-se o emprêgo do **cujo** no nosso contexto. É bem igual ao do português atual.

APÊNDICE GRAMATICAL (49)

Correspondências fonéticas

As verificações fonéticas que se seguem visam a facilitar a ulterior análise do texto acima. Serão noções conhecidas lembradas com a precisão possível.

Fenômenos mais gerais

Sonorização — passagem de fonema surdo a sonoro: **cito** —> **cedo**.

Vocalização — mudança de consoante em vogal: **octo** —> **oito**.

É freqüente a vocalização na 1.ª consoante de certos grupos consonânticos mediais impróprios, **—ct—**, **—lt—**, **—pt—**, etc.

Crase — fusão de duas vogais idênticas: **pede** —> **pee** —> **pé**.

Assimilação — atração de um fonema por outro da mesma palavra: **ipsu** —> **isso** (assimilação perfeita regressiva), **en lo** —> **enno** (assimilação perfeita progressiva), **in piu** —> **impiu** (assimilação imperfeita regressiva), **vipera** —> **vipera** —> **víbora** (assimilação imperfeita progressiva do **e** pelo **b**, além da sonorização do **p** em **b**).

Dissimilação — diversificação de fonemas (ou até queda, quando perfeita): **Massilia** —> **Marselha**, **aratrum** —> **arado**.

Nasalação — passagem de som oral a nasal: **mi** —> **mim**.

Desnasalação — de nasal a oral: **luna** —> **lũa** —> **lua**.

Aférese — eliminação de fonema inicial: **horologiu** —> **relógio**.

Síncope — eliminação no meio da palavra: **pelagu** —> **pego**.

Apócope — eliminação no fim: **fidele** —> **fiel** (nesta palavra também se deu síncope).

Prótese — acréscimo no início da palavra: **stylu** —> ***istilu** —> **estilo**.

Epêntese — acréscimo no meio: **area** —> **areia**.

Paragoge — no fim: **ante** —> **antes**.

Metátese — transposição de fonemas: **super** —> **sôbre**; **rabia** —> **raiva**.

Palatalização — passagem de um fonema não palatal a palatal: **filii** —> **filyu** (passa por semivogal) —> **filho**.

Vocalismo — Embora no latim vulgar não vigore a quantidade, havia uma intensidade e um timbre anexo que nos ficaram. E porque a quantidade está mais ao nosso alcance, através de documentos, a ela aparemos no estabelecimento das seguintes correspondências:

Vogais tônicas: — **a** (longo ou breve) —> **a:** **aqua** —> **água**; **lâtu** —> **lado**. Mas **fame** —> **fome**, talvez por influência das labiais. **Paca** —> **Beja**, **portulaca** —> **beldroega**, de influência árabe. **Capu** —> **chefe**, através do francês.

— **ê** —> **ê:** **acêtu** —> **azedo**. Mas pode sofrer metafonia, por influência vogal seguinte: **fêci** —> **fiz**, **monêta** —> **moeda**.

— **e** —> **é:** **ferru** —> **ferro**. Pode, porém, sofrer metafonia também: **pretiu** —> **preço**, **pectu** —> **peito**, **ferio** —> **firo**, **metu** —> **mêdo**.

— **î** —> **i:** **amicu** —> **amigo**.

— **i** —> **ê:** **cito** —> **cedo**. Pode, no entanto, conservar-se **i** por influência da semi-vogal seguinte: **vitrium** —> **vidro**, **língua** —> **língua**. Ou por se encontrar em hiato: **dia** —> **dia**, **piu** —> **pio**.

— **ô** —> **ô:** **amore** —> **amor**. Mas há os casos de influência erudita, em que se mantém como **ó** (aberto): **votum** —> **voto**. E a metafonia por influência da palatal: **testimoniu** —> **testemunho**. Pode-se ainda considerar a influência dialetal: **octubre** (por **octobre**) —> **outubro**. E o **a** final que abra a tônica: **formôsa** —> **formosa**.

— **o** —> **ó:** **nove** —> **nove**. Mas não se esqueçam as metafônias provocadas pela semi-vogal: **focu** —> **fogo**, **octo** —> **oito**, **dormio** —> **durmo**, **posi** —> **pus**.

— **u** —> **ô:** **lupu** —> **lobo**. Mas influem as palatais: **pugnu** —>

—> **punho, acuc(u)la** —> **agulha**; influiu a sem i-vogal: **lucta** —> **luta** —> **luta**; e o a final: **cuppa** —> **copa**.

Vogais átonas: — Se são **pretônicas iniciais**, podem cair por desapoio ou deglutição (confusão com o artigo): **(h)orologiu** —> **relógio**, **apot(h)eca** —> **bodega**.

— Se são **pretônicas mediais adjacentes** à tônica, desaparecem: **veritate** —> **verdade**, **vindicare** —> **vingar**. As não adjacentes à tônica sofrem acidentes diversos: **litania** —> **ladainha** (assimilação), **resicare** —> **rasgar** (influência do r), **ad sibilare** —> **assobiar** (i assimilado pelo b passando a o).

As **vogais postônicas mediais** caem, se, praticamente, não prejudicam a continuação vocabular. Já se verificava no próprio latim vulgar, em que **viridis, calmus, valde** eram as formas correntes de **viridis, calamus, valide**. Assim, teremos: **asinu** —> **asno**, **opera** —> **obra**, **teg(u)la** —> —> **telha**. Mas não seria falho supor a queda já no próprio latim. Evitar o proparoxítono é tendência do latim vulgar e do português.

Pode surgir, por queda da consoante medial, uma ditongação: **lege** —> **lee**, arc., —> **lei**, **amade** —> **amade** —> **amae** —> **amai**. Ou uma crase: **monacu** —> ***moago** —> ***moogo** —> **mogo**, arc. **pede** —> **pee** —> **pé**.

Quanto às **vogais finais**:

— i e u finais latinos passam, respectivamente, a —e e —o: **dixi** —> —> **disse**, **hortu** —> **horto**.

— e latino cai, depois de **l, n, r, s, z**, (oriundo de **ci** ou **ce**) porque cada um destes fonemas pode formar sílaba com o precedente: **crudele** —> —> **cruel**. Pode também apocopar-se por próclise. O mesmo se aplica, embora menos comumente, ao a e o (proveniente de u), em **cas de, a for de, bel**.

Ditongos: — Consideremos apenas alguns casos:

— ae tônico —> é: **caecu** —> **cego**. Mas pode encontrar-se fechado em forma dialetal hispânica: **praeda** —> **prea**.

— oe tônico —> ê: **foedu** —> **feo** —> **feio**.

— ai tônico —> ei: **amai** —> **amei**. O a foi assimilado imperfeitamente pelo i.

— au tônico —> ou: **tauru** —> **touro**. O a é assimilado imperfeitamente pelo u. Mas **au** —> **ó**, por influência dialetal itálica: **paupe-re** —> **pobre**. (50).

Formação de ditongos: Em português há muito mais ditongos do

que em latim: **palu** —> **pau** (por síncope da consoante medial), **factu** —> **faito** (por vocalização) —> **feito**, **primariu** —> **primairo** (por metátese) —> **primeiro**, **arena** —> **area** —> **areia** (por epêntese de semivogal, para evitar o hiato), **veranu** —> **verão** (por nasalação). É curioso que este último caso, de nasalação, se tenha alastrado tanto no português, a partir de um sufixo — **anu** (mais comum) como termo ativo da analogia. **Pão, oração lentidão, são, dão, não, vão, então** provêm de terminações tão diversas em latim.

Hiato: — embora haja uma tendência a evitar os hiatos, sempre haverá hiatos estáveis: **dia, rio, rua**, etc. E até se formam novos hiatos populares: **a i água, boia** (em vez de **boa**).

Vejamos o desaparecimento de alguns hiatos: **legere** —> **leer** —> **ler** (crase), **palomba** —> **paomba** —> **poomba** —> **pomba** (assimilação e crase), **angelu** —> **anjo** (absorção da semivogal por consoante da mesma natureza), **foedu** —> **feo** —> **feio** (epêntese de semivogal), **vinu** —> **vio** —> **vinho** (palatal de transição).

CONSONANTISMO

Consoantes iniciais simples conservam-se. Se se modificam, será ou por mudança operada no próprio latim (**kommi** —> **gummi**); ou por posição — influência da vogal final da palavra anterior, fenómeno de fonética sintáctica (**cattu** —> **gato**); ou por analogia (**verruc(u)lu** —> **ferroho**, por influência de **ferru**), ou por dissimilação (**memorare** —> **nembrar**, arc. —> **lembrar**), ou por influência estrangeira (**capu** —> **chefe**, pelo francês).

Consoantes mediais intervocálicas simples, quando surdas, sonorizam-se; quando sonoras, caem. Tomemos como base uma pequena amostra de correspondências entre surdas e sonoras:

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---------|
| p | f | t | s | k | — | surdas |
| b | v | d | z | g | — | sonoras |

Interessa-nos o som representado por cada letra. O **k** é velar (pronúncia do **c** antes de **a, o** ou **u**), o **g** também é velar (como o **g** antes de **a, o** ou **u**). O **s** é a fricativa dental surda, que abrange também o **c** antes de **e** ou **i**: **passo, paço, sócio, cego**.

Lembremos, rapidamente, através de exemplos, este processo de sono-

rização que não é mais do que uma influência assimilatória do ambiente sonoro vocálico sôbre a consoante: **faba** —> **fava** (—b— sonora bilabial passa à mais sonora quase homorgânica, labiodental, -v-), **pacare** —> —> **pagar** (k —> g), **facere** —> **fazer** (—s— —> --z--), **iudiciu** —> —> **juízo** (—ci— ou —ce— precedido de vogal passa a —z—), **facio** —> —> **faço** (—ci— ou —ce— em palavras de introdução posterior, passa a s, i.é., fricativa dental surda), **gradu** —> **grau** (—d— cai), **hodie** — **hoje** (—di— intervocálico passa a —j—; mas se precedido de consoante passa a ç: **ardeo** —> **arço**, arc. Pode-se ainda pensar em influência semi-erudita, quando o —i— se conserva: **mediu** —> **meio**), **aurifice** —> **orivize** —> **ouvi- ves** (—f— —> —v—), **plaga** —> **praia** (—g— —> —i—), **vagativu** —> **vaadio** —> **vadio** (—g— caiu), **castigare** —> **castigar** (—g— conservou-se, provavelmente por influência erudita), **maiore** —> **maior** (—i— conservou-se), **cuiu** —> **cujo** (—i— —> —j— consonantizou-se; aliás já tinha êste valor em latim), **pelagu** —> **peago** —> **peego** —> **pego** (—l— cai, mas pode conservar-se por influência erudita como em **cálice**, por analogia como em **mel**, fundir-se com a semivogal em uma palatal como em **filho**), **luna** —> **lũa** —> **lua** (—n— cai, deixando uma nasalação que depois desaparece), **lana** —> **lãa** —> **lã** (—n— cai, deixando uma nasalação permanente), **vinu** —> **vïo** —> **vinho** (n deixa uma nasalação remanescente que ainda provoca uma palatal, para evitar o hiato), **fortuna** —> **fortuna** (—n— permanece por influência erudita), **seniore** —> —> **senhor** (—ni— —> —ny— i.é, o —i— se torna semivogal, depois já está provocada a palatal —nh—), **lupu** —> **lobo** (p —> b), **popu- lu** —> **poboo** —> **povo** (—p— —> —b— —> —v—; supõe maior antiguidade da palavra), **arena** —> **area** —> **areia** (—r— conserva-se, mas **prora** —> **proa**, por dissimilação), **rosa** —> **rosa** (—s— —> —z—, conforme o nôvo som da palavra portuguesa), **basiu** —> **baijo** —> **bei- jo** (—si— —> —i—), **mutu** —> **mudo** (t —> d), **ratione** —> **razão** e **oratione** —> **oração** (ver —ci—), **sanativu** —> **saadio** —> **sadio** (v cai nesta terminação **ivu**).

Das **Consoantes finais simples** latinas se conservam em português: —s: como símbolo do plural (**árvores**), em alguns advérbios (**menos**), em terminações verbais (**amas, devemos**), em algumas formas nominativas (**Marcos, deus**).

— m: só nos monossílabos, como mera ressonância nasal (**com quem**).

— r de sílaba final não acentuada sofre metátese (**semper** —> —> **sempre**).

Obs.: **Fiel, mar, mês, luz**, etc. terminam nestas consoantes, por causa da queda do e final latino (**fidele, mare, mense** —> ***mese, luce** —> —> ***luze**).

Consoantes duplas — Grupos iniciais próprios (os formados por duas consoantes, das quais a primeira é uma oclusiva ou fricativa (**f** e **v**) e a segunda uma lateral ou vibrante) conservam-se, se a segunda consoante do grupo é **r** (mas **cr**— pode dar **gr**—); mudam-se, se a segunda consoante é **l**: **breve** —> **breve**, **dracone** —> **dragão**, **frenu** —> **freio**, **granu** —> —> **grão**, **pratu** —> **prado**, **trabe** —> **trave**, **credere** —> **crer**, **crate** —> **grade**, **blandu** —> **brando**, **gloria** —> **grória**, arc. e pop. Mas, por dissimilação, **blastimare** —> **lastimar** e **glatire** —> **latir**.

cl—, **fl**—, **pl**—, —> **ch**, em camada mais antiga da língua: **clave** —> **chave**; **flagrare** —> **cheirar**; **plorare** —> **chorar**.

cl—, **fl**—, **pl**—, —> **r**, em época posterior: **clavu** —> **cravo**; **flaccu** —> **fraco**; **placere** —> **prazer**.

Obs.: A palatalização dêsses grupos parece devida à cooperação de tendências célticas com ibéricas e lígures (Serafim, citando Viggo Brondal). (51)

O grupo impróprio **sc** impuro inicial recebeu já no latim a prótese de um **i** que nos deu **e** em português: **escola** (**isocal**), **espada** (**ispata**), **estar** (**istare**), etc.

Consoantes Mediais duplas ou dobradas se simplificam: **abbate** —> —> **abade**, **siccu** —> **sêco**, **offendere** —> **ofender**, etc. Mas —**rr**— e —**ss**— se conservam; —**ll**— e —**nn**— podem dar, respectivamente, —**lh**— e —**nh**—, por influência espanhola; —**ssi**— intervocálico passa a —**ix**— **passione** —> **paixão**.

Consoantes mediais diversas, formando grupos heterogêneos próprios apresentam-se da seguinte maneira:

— Se a segunda consoante é **r** e a primeira está precedida de consoante, o grupo se conserva: **membu** —> **membro**, **praescriptu** —> —> **prescrito**, **lorandru** —> **loendro**, **exfricare** —> **esfregar**, **comp(α)-rare** —> **comprar**, **extraneu** —> **estranho**.

— Se a segunda consoante é **r** e a primeira está precedida de vogal, sonoriza-se esta: **libru** —> **livro**, **secretu** —> **segrêdo**, **africu** —> —> **ávrego** (ou **ábrego**), **latrone** —> **ladrão**.

Mas em **aratru** —> **arado**, houve dissimilação; em **catedra** —> —> **cadeira** e **integru** —> **inteiro**, vocalização.

— Se a segunda consoante do grupo fôr **l**, teremos então: —**cl**—, —**fl**—, —**pl**— quando precedidos de consoante darão —**ch**—; **masc(u)lu** —> —> **macho**, **inflare** —> **inchar**, **implere** —> **encher**; —**cl**—, —**pl**—, —**gl**—, —**bl**—, quando precedidos de vogal passam a —**lh**—: **oc(u)lu** —> **ôlho**, **scop(u)lu** —> **escolho**, **teg(u)la** —> **telha**, **trib(u)lu** —> **trilho** (por influência espanhola).

Mas há ainda em camada posterior de palavras, a passagem de **l** a **r**: **eclesia** —> **igreja**, **afflictione** —> **africom**, arc., **duplare** —> **dobrar**, ***implicita** —> **empreita**, **obligare** —> **obrigar**, etc.

Note-se que o —**tl**— deve ser tratado como o —**cl**—: **ast(u)la** —> **acha**, **vet(u)lu** —> **velho**.

Nos **grupos mediais impróprios**, pode haver **vocalização** da primeira consoante do grupo: **lacte** —> **leite**, **actu** —> **auto**, **multu** —> **muito**, **alteru** —> ***autro** —> **outro**, **conceptu** —> **conceito**, **baptismu** —> **bautismo**, arc., **absentia** —> **ausência**, **falce** —> ***fauce** —> **fouce** (**foice**), **palpare** —> ***paupar** —> **poupar**, **regnu** —> **reino** (mas **pugnu** —> **punho**), **flegma** —> **freima**, **Magdalena** —> **Maudalena**, arc. Em certas concorrências consonânticas, haverá **assimilação** ou **dissimilação**, conforme o caso: **persona** —> **pessoa**, **adversu** —> **avesso**, **autumnu** —> **outono**, **com(i)te** —> **conde**, **miscere** —> **mexer**, ***patescere** —> **padecer**, **mensa** —> **mesa** (**n** cai antes de fricativa), **carbone** —> **carvão** (talvez influência de um pequeno **e** de **sucarabácti** ou epentético entre o **r** e o **b**), **sim(u)lante** —> **sembrante**, arc. e pop. (**m**, seguido de lateral ou vibrante, exige o **b**, que também é labial e forma um grupo próprio com o **r**), **num(e)ru** —> **nombro**, arc., ***adcin(e)rare** —> —> **acendrar** (talvez por influência estrangeira ou o **n** do grupo exigindo o apoio do **d**, igualmente dental e capaz de formar grupo com o **r**), **infernu** —> **iferno**, arc. (**n** cai antes de fricativa), **coron(u)la** —> —> **corolla** —> **corola**, —> **cal(i)du** —> **caldo**, **pall(i)du** —> **pardo** (?), **saxu** —> **seixo** (**x** = **cs**, vocalização do **c**), **exame** —> **enxame** (cruzamento de prefixos, ou supostos prefixos por confusão, **in—ex—**), **cristianu** —> **crischão**, arc.

Grupos de **mais de duas consoantes** simplicam-se, numa redução a duas, por um processo de assimilação e dissimilação: **sanctu** —> **santo**, **undece** —> ***ond(e)ze** —> **onze**, **nostru** —> **nosso**.

N O T A S

(1) — Em 1199, D. Sancho I deu foral de amplas regalias à cidade da Guarda, mais tarde sede de bispado. Esta carta foral foi confirmada por outros monarcas, entre os quais D. Afonso II e D. Afonso III. D. Manuel I reformou-o, em 1510. Guarda foi enriquecida por reis e hospedou grandes monarcas (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Editorial Enciclopédia Limitada, Lisboa — Rio de Janeiro, vol. XII, na palavra «Guarda»).

(2) — O texto escolhido é um excerto do Foral da Guarda, que se encontra na pág. 3 da CRESTOMATIA ARCAICA de José Joaquim Nunes.

(3) — O contraste entre o texto antigo e a acomodação ao português atual nos põe em relêvo, à primeira vista, certas características que transparecem do aspecto mesmo das palavras grafadas no séc. XII. O emprêgo do **h** é instável — **herdade, homës, omëes**. O mesmo se diga do grupo **rr** — **herdade, onrrar, seru(i)α** — e do **nh** — **sen(h)or, pen(h)ora, pennorados**. O **y** ora é constante em simbolizar a semivogal posposta à vogal do ditongo — **meyriho, cavaleyros, dereyto** —, ora como **j** e como **i** — **seyã, iuiz, cuio, juiz** (êste em parte não analisada do texto). Há também formas como **nō** e **non, seuerë** e **fezerem**. Não se encontra no presente texto o ditongo —**ão**, ao menos assim grafado, mas em texto quase coevo temos **crischão** (Tradução Portuguesa do **Fuero Real** de Afonso X, citado por Nunes, Crestomatia, págs. 8 e 9). Na parte não analisada do nosso texto, encontra-se o ditongo —**ões**— **bëenções, entenções**.

Enfim tôda a escrita antiga revela preocupação fonética, de mistura com instabilidade gráfica e hesitações do copista.

Lembramos ainda que **u** e **v**, **i** e **j** só se firmaram como bem distintos no séc. XVI.

(4) — **Siglas adotadas:**

→ = dá, passa a, muda-se em

* sôbre a vogal latina = longa

— em baixo da letra = letra em questão, da qual se trata, na qual se verifica o fenómeno, letra acidentada

— depois de um letra = inicial, ex: c— (**c** inicial)

— antes e depois = medial, ex: —c— (**c** medial)

— antes da letra = final, ex: —c (**c** final)

w = **u** semivogal

y = **i** semivogal

* = forma conjectural ou hipotética, i. é, não documentada.

Ë, Ì, Ū, ë, ì, ü, em lugar de **E, I, U, e, i, u**, com acento til.

Sôbre as citações, ver Bibliografia.

(5) — Plauto, Amph., prol. 120; ib. 620; Bacch. 368, 369; Rud. 1075. Plaute, trad. Henri Clouard, Librairie Garnier Frères, Paris, T.I.V.

(6) — Id., Stich. 530. Ib., T. III.

(7) — Id., Curc. 618. Ib. T. II.

(8) — Terêncio, Eun. 3, 2, 1 e 2; Hec. 4, 1, 7 e 8. Les Comédies de P. Térence, trad. M.J.A. Amor, C.L.F. Panckoucke, T. I (1830), T. III (1831).

(9) — Grandgent, pág. 36, n° 24; pág. 70, n° 65. Vejam-se ainda Nascentes e Corominas, **aquêle, aquel**. E Nunes, pág. 245.

(10) — Plauto, Capt. 411; Epid. 220. Ib. T. II.

(11) — Tradução Portuguesa do «Fuero Real», «Crestomatia» pág. 11, 3ª linha

(12) — Livro de Linhagens, «Crestomatia» pág. 17.

(13) — Nascentes e Magne, **que**.

- (14) — Sôbre tais questões pode-se ver Ismael pág. 352-359.
- (15) — Magne, **fazer**.
- (16) — Fontes, pág. 71.
- (17) — Nunes págs. 241, 242.
- (18) — Grandgent, pág. 239. Ernout, «Morphologie Historique», 1914, Paris, pág. 191.
- (19) — Corominas e Machado, «**herencia**» e «**herança**», respectivamente.
- (20) — De um documento navarro, apud Corominas.
- (21) — Berlanga, Antigüedades de España, II, 373. Apud Corominas.
- (22) — J. L. Vasconcelos, Textos Arcaicos, 4ª ed., pág. 14-15.
- (23) — Nunes, pág. 240.
- (24) — Cantigas d'Amor, Crestomatia, pág. 231. É freqüente.
- (25) — Ver Nascentes, **pois** e **depois**.
- (26) — Magne, **querer**.
- (27) — Ismael, pág. 331.
- (28) — Magne, **u**.
- (29) — Ismael, pág. 294-295.
- (30) — Crestomatia, págs. 8, 9, 10.
- (31) — Ismael, pág. 303-304.
- (32) — Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, já citada, à palavra **Foral**.
- (33) — Machado, **cidade**.
- (34) — O último nome foi acrescentado por nós à série das Fontes, pág. 96.
- (35) — Ernout-Meillet, **pignus**.
- (36) — Machado, **ser**.
- (37) — Corominas, **ser**.
- (38) — Nunes, pág. 241.
- (39) — Ernout-Meillet, **uicus**.
- (40) — Magne, **viúva**.
- (41) — O e átono já pronunciado **i** termina sendo escrito. Cf. Fontes, pág. 75 e Nunes, pág. 47.
- (42) — Nascentes, **viúvo**.
- (43) — Nunes, pág. 136.
- (44) — Ernout-Meillet, **solum**.
- (45) — Idem, **signum**.
- (46) — Idem, **calumnia**.
- (47) — São quase tôdas formas registradas por Machado, embora não as precise na seqüência apresentada.
- (48) — Rodrigo Fontinha, Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, Editorial Domingos Barreira, Pôrto, **peita**.
- (49) — Trata-se, praticamente, de um resumo de Ismael, com influências de Nunes e alguma maneira própria de observar.
- (50) — História, pág. 197.
- (51) — ib., pág. 144-145.

LIVROS MAIS UTILIZADOS NO PRESENTE TRABALHO :

1. **A. ERNOUT** e **A. MEILLET** — DICTIONNAIRE ETYMOLOGIQUE DE LA LANGUE LATINE, 1951, Librairie C. Klincksieck, Paris. Citá-lo-emos como «Ernout-Meillet».
2. **ANTENOR NASCENTES** — DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, 1955, Rio de Janeiro. Citado simplesmente: «Nascentes».
3. **AUGUSTO MAGNE** — A DEMANDA DO SANTO GRAAL, VOLUME III, GLOSSÁRIO, 1944, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro. Em citação será «Magne».

4. **C. H. GRANDGENT** trad. FRANCISCO DE B. MOHL — INTRODUCCION AL LATIN VULGAR, 2ª ed., 1952, Madrid. Em citação: «Grandgent».
5. **ISMAEL DE LIMA COUTINHO** — PONTOS DE GRAMÁTICA HISTÓRICA, 5ª ed., 1962, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro. Citado com «Ismael».
6. **J. COROMINAS** — DICCIONÁRIO CRÍTICO ETIMOLÓGICO DE LA LENGUA CASTELLANA, 4 vols., Editorial Francke, Berna. Em citação «Corominas».
7. **J. J. NUNES** — COMPÊNDIO DE GRAMÁTICA HISTÓRICA PORTUGUESA, 5ª ed., 1956, Livraria Clássica Editora, Lisboa. Em citação «Nunes».
8. **J. J. NUNES** — CRESTOMATIA ARCAICA, 3ª ed., 1943, Livraria Clássica Editora, Lisboa. Em citação «Crestomatia».
9. **JOSE PEDRO MACHADO** — DICCIONÁRIO ETIMOLÓGICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2 vols., 1ª ed., 1956 (o 1º vol.), 1959 (o 2º). Em citação «Machado».
0. **SERAFIM DA SILVA NETO** — FONTES DO LATIM VULGAR, 3ª ed., 1956, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro. Citado como «Fontes».
1. **SERAFIM DA SILVA NETO** — HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA, 1952, Livros de Portugal, Rio de Janeiro. Em citação «História».



A «Civilização» do Babaçu e a Economia Maranhense

Manuel CORREIA DE ANDRADE

A civilização do babaçu

As palmeiras que são uma constante na paisagem maranhense, têm decisiva importância na vida dos seus habitantes. Como só recentemente o Maranhão está se tornando mais conhecido e como quase todos os seus municípios exploram o babaçu, julgou-se, durante muito tempo, que essas palmeiras formavam uma cobertura vegetal contínua que se colocava entre a floresta amazônica e as caatingas do Noroeste.

Sabemos hoje, porém, que elas se estendem, sobretudo, em ampla faixa que se espraia em sentido Noroeste-Sudeste, desde o vale do Turiaçu até o Parnaíba, aparecendo ora mais, ora menos concentradas. Localizam-se, de preferência, nas planícies e nas várzeas onde é maior o teor de umidade do solo, embora às vezes recubram também as áreas de interflúvios, sobretudo quando são baixas e relativamente próximas da costa. Muitas vezes formam «ilhas», ora amplas ora de pequenas dimensões, cercadas por vegetação de cerrado, localmente chamadas de chapadas.

À proporção que se caminha para o Sudeste, as formações de babaçu vão-se tornando menos densas, sendo pouco a pouco substituídas pelas carnaubeiras, que dominam completamente a paisagem nos vales secos do Piauí, do Ceará e do Oeste do Rio Grande do Norte. Assim, à proporção que o clima se vai tornando semi-árido, a carnaúba vai substituindo o babaçu. Daí o fato de ser a produção maranhense de cêra de carnaúba bastante diminuta quando comparada com a do Piauí, do Ceará (o maior produtor) e do Rio Grande do Norte, raramente correspondendo a mais de 10% da produção nacional. Pois sendo a cêra uma defesa da planta contra a evaporação nos climas secos, não apresenta o Maranhão, com clima úmido ou semi-úmido, condições muito favoráveis à

sua formação, como ocorre com os Estados localizados mais a Leste com climas semi-áridos. Ao lado do babaçu, vicejam outras palmeiras como o tucum, que prefere os solos argilosos da baixada maranhense e da várzea do Parnaíba, e o buriti que forma pequenas e densas colônias nos baixios mais úmidos.

Apesar da sua abundância e da sua presença quase constante, o babaçu nem sempre despertou interêsse econômico, e os economistas que nos primeiros séculos escreveram sôbre o Maranhão, não se referiram a seu respeito. Só Frei Francisco de N. S. dos Prazeres em seu livro *Poranduba Maranhense* (1) a êle se referiu, chamando-o, simplesmente de palmeira e salientando que produzia côcos oleosos e palmito usados na alimentação. Da utilidade de suas fôlhas informou apenas que serviam para cobrir casas e fazer **côfos** e esteiras.

Se os intelectuais não deram ao babaçu a atenção que êle merecia foi em conseqüência do alheamento em que viviam os homens cultos do Brasil, dos problemas nacionais, alheamento que resultou, em grande parte do sistema educacional brasileiro que procurava incutir nos estudiosos a preocupação com o conhecimento da realidade e dos problemas europeus. Um sistema educacional responsável pelo desejo dominante nas chamadas elites, de transpor para o nosso país, na análise da nossa problemática, os métodos de estudo e de pesquisa e as soluções utilizadas com êxito naqueles países, naquelas regiões temperadas. Daí haver-se generalizado entre as classes mais cultas, a crença na incapacidade do nosso povo, na nossa inferioridade às vêzes atribuída à influência do clima e outras à formação social.

O caboclo, porém, sem instrução, sem preocupações com outras terras e sem conhecimento de outros povos, vive cotidianamente, ao lado e à sombra das palmeiras e delas retirou o que podia, o que lhe era, gratuitamente, oferecido. Daí podermos concluir que houve no Maranhão uma civilização do babaçu, como houve no Ceará a da carnaúba e nos sertões nordestinos a do couro, de que falou Capistrano de Abreu.

A civilização do babaçu, apesar de representar uma notável adaptação do homem ao meio, não teve a sua fase áurea, uma vez que o Maranhão só teve períodos de riqueza graças ao algodão, ao açúcar e ao

(1) Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LIV, Parte I, pág. 157. Rio de Janeiro 1857.

arroz; não se pode falar de uma nobreza de terra, com barões e condes, como ocorre em Pernambuco com a civilização do açúcar; representou, entretanto, um notável aproveitamento dos recursos naturais por uma população humilde e desambiciosa. Por isto não teve os seus historiadores nem os seus sociólogos. Não representando riqueza, não despertou a atenção de escritores preocupados em esconder do conhecimento dos outros povos ou das próprias populações urbanas os problemas do meio rural, da maioria da população do país.

O cabloco, porém, pacientemente, apanhava os coquilhos que se espalhavam pelo solo e partindo-os por processos rudimentares, ainda hoje utilizados, usavam as amêndoas diretamente como alimento. Para extrair o leite, pisavam-nas em pilões e êsse leite era usado para condimentar os alimentos, dando origem ora a pratos regionais, como o peixe de côco, ora para fabricar o óleo. O óleo quando fabricado pelo processo «a quente», era de ótima qualidade, não apresentava ranço, sendo utilizado no preparo de variadas iguarias como peixe, camarão, crustáceos e até doces secos (2). Posteriormente, passaram a fabricá-lo pela compressão da massa a baixa temperatura, passando a sofrer fermentação em contacto com o ar, a ter carácter pútrido e a se apresentar rançoso, tornando-se imprestável para a alimentação, passando a servir apenas na indústria de sabão.

Não era a amêndoa, porém, o único alimento utilizado, pois apetitoso e igualmente disputado era também o palmito. O consumo dêste era grande, servindo tanto na alimentação do homem como na de animais, apesar da sua coleta provocar a morte da pindoba — nome dado ao babaçu novo.

Seu caule era usado na construção de habitações, servindo de es-
teios, sendo a coberta e as paredes fechadas com palha. Ainda hoje é esta a habitação típica no meio rural maranhense. Com a palha faziam e ainda fazem cestos, os chamados «cofos», em que transportam os coquilhos do babaçual para o lugar em que serão quebrados.

De outra palmeira, pequena e espinhosa — o tucum — utilizam não só a amêndoa como a fibra com que fazem redes que é o leito da maioria da população, não só por ser mais abundante e barata que a cama, como também por ser mais ecológica, mais agradável, em um clima quente como o do Maranhão.

2) Macêdo, Eurico — O Maranhão e suas riquezas, págs. 129 e 130. Bahia, 1947.

2 — A exportação do babaçu e a economia Maranhense

Seu interêsse econômico, apesar de tentativas feitas no século passado para colocação no mercado europeu, só se tornou pronunciado na segunda década do século XX, quando passou a encontrar mercado consumidor externo, inicialmente na Alemanha. Assim, em 1911, para atender à demanda do mercado alemão, começou a ser explorado na região de Pinheiro e do Pindaré (3). Logo várias firmas estrangeiras como a «The Ovasea. Co Ltd.» (norueguesa), «Cia Turiense» (belga), «Cia de Culturas de Plantas Tropicais (francesa), «Brazilian Babaçu Corp» (americana) e «Cia Agrícola de Pinheiro» (francesa) (4) se interessaram pelo comércio de nossa oleaginosa no período que se estendeu de 1918 a 1928 e nêle empregaram vultosos capitais. Apesar disto, porém, a desorganização da produção, a falta de conhecimentos geo-econômicos seguros sobre a área produtora, as contingências da produção e os problemas ligados ao mercado internacional de oleoginosas, levaram essas firmas a verem os seus intentos malogrados.

A falta de conhecimentos a respeito da ecologia do babaçu e da infra estrutura geo-econômica de sua produção é, atualmente, de pasmar e contribui, de forma notável, como empecilho ao desenvolvimento desta atividade econômica que durante vários anos constitui o principal e mais valioso produto de exportação do Estado (5). Orlando Valverde (6), com sua visão experimentada de geógrafo e de conhecedor das realidades e dos problemas brasileiros, salienta o desconhecimento dos dados mais necessários à esquematização de qualquer política que visa o incremento da produção do babaçu. Assim desconhecem as suas áreas de ocorrência mais densa; o número médio de palmeiras, por hectare, encontrado nes-

(3) Lopes, Raimundo — Torrão Maranhense, em Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nº 38, pág. 316, Rio de Janeiro, agosto de 1937.

(4) Galvão, Roberto — Introdução ao conhecimento da Área Maranhense Abrangida pelo Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em Revista Brasileira de Geografia, Ano XVIII, Nº 3, pág. 281. Rio de Janeiro, 1955.

(5) Soares, Maria Teresinha Segadas — Alguns aspectos da Evolução Econômica do Maranhão no Século XX, em Boletim Geográfico, Ano XV, nº 139, pág. 453. Rio de Janeiro, 1957.

(6) Valverde, Orlando — Geografia Econômica e Social do Babaçu, em Revista Brasileira de Geografia, Ano XIX, nº 4, pág. 409. Rio de Janeiro, 1957.

tas áreas, bem como o total das palmeiras existentes na mesma. Tão pouco se sabe ao certo qual a idade em que o babaçu começa a frutificar, qual o seu ciclo vital, quais os tipos de solos e climas que prefere, qual o número médio de cachos por pé, tanto nos babaçuais nativos quanto nos desbastados, o preço médio do desbaste de um hectare no babaçual e qual o espaçamento mais adequado para que o babaçu desenvolva, ao máximo, a sua capacidade produtiva. Também não se fez ainda experimentação para assinalar qual o tipo e as quantidades de adubos necessários ao aumento da produção. Números, cifras, informações a respeito de todos êstes itens são encontrados nos livros e artigos que ultimamente se têm escrito sobre o assunto, mas os mesmos apresentam as variações mais acentuadas e se baseiam ora em cálculos feitos sem um certo estudo, ora em informações empíricas. Necessário se faz a realização de estudos detalhados e de experimentações que forneçam os dados indispensáveis, respostas seguras a êstes itens.

É estranho êste desconhecimento dos problemas ligados à produção do babaçu, quando sabemos que êle oferece uma enorme gama de produtos e que no dia em que sua exploração fôr racionalizada, grandes problemas econômicos do Estado e quiçá do país poderão ser solucionados. Assim, uma exploração racional do babaçu poderia oferecer uma série de produtos como a celulose para fabricação de papel (7), carvão com um teor calorífico, uma rapidez de ignição, uma durabilidade de combustão superior e uma eficiência mais elevada que o famoso carvão mineral de Cardiff (8) e que não pode ser usado como coque metalúrgico devido, apenas, ao tamanho dos fragmentos e à inferior resistência ao esmagamento (9). O endocarpo, uma vez polido, pode ser utilizado na fabricação de enfeites, botões, puxadores de móveis etc. — Além disso, fornece por destilação, o alcatrão, o acetato cálcio e álcool metílico. Isto em um país que importa celulose e papel, o que onera consideravelmente a sua

(7) Rego, José Fernando do — O Babaçu (Matéria prima à espera de industrialização) em Boletim Geográfico, Ano X, N^o 110, pág. 541 — CNG Rio de Janeiro, 1952.

(8) Mattos, Dirceu Lino — Traços Essenciais da Geo economia do Vale do Itapicuru em Viagem ao Maranhão (julho de 1950), pág. 60, Boletim n^o 120 da Fac. de Fil. Ciências e Letras, São Paulo, S/d.

(9) Abreu, J. Froes — O Côco Babaçu e o Problema do Combustível, pág. 66, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1929.

economia (10), em um Estado que não dispõe nem de carvão mineral nem de numerosas quedas d'água que possam fornecer energia hidrelétrica.

Apesar do fracasso das grandes firmas exportadoras estrangeiras, a produção de babaçu do Maranhão cresceu muito nos últimos anos, levando este produto a ter uma importância considerável na economia do Estado. Podemos observar esta evolução, no quadro abaixo.

QUADRO N° I

Produção do babaçu do Maranhão

| ANO | QUANTIDADE (T) | VALOR (Cr\$ 1.000) |
|------|----------------|--------------------|
| 1953 | 51.595 | 306.100 |
| 1955 | 66.239 | 461.362 |
| 1957 | 73.669 | 653.290 |
| 1959 | 69.599 | 1.394.384 |
| 1961 | 99.579 | 2.778.396 |

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil — IBGE

Pela análise deste quadro, vemos que o crescimento do valor da produção de trezentos milhões para quase três bilhões de cruzeiros — igual a nove vezes —, não se deveu apenas à inflação, de vez que a produção quase duplicou neste período. Isto se observa, apesar de ter havido uma queda no ano de 1959, logo recuperada, com grande vantagem, em 1961. Estas oscilações no volume da produção maranhense de babaçu, vêm-se observando nos cinquenta anos em que este produto tem tido importância comercial, mas o ritmo de crescimento da produção nos períodos de ascensão tem sido sempre maior que o ritmo de retrocesso nos anos de queda. Essa produção destaca-se ainda pela sua importância no total da produção nacional, ocupando sempre uma percentagem superior a 80%. Assim, apenas para efeito de ilustração, apresentamos um quadro comparativo entre a produção maranhense e a brasileira nos últimos anos.

(10) Andrade, Manuel Correia de — A IKPC e a indústria de papel e celulose no Paraná (inédito) a ser publicado pela A.G.B., em São Paulo.

QUADRO II

**Comparação entre a produção brasileira
e a maranhense de babaçu**

| ANO | PROD. MARANHENSE | PROD. BRASILEIRA | Porcentagem da prod. maranhense na brasileira. |
|------|------------------|------------------|--|
| 1959 | 69.599 | 85.075 | 81,8 |
| 1960 | 84.286 | 100.708 | 83,7 |
| 1961 | 99.579 | 117.808 | 84,5 |

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil — IBGE

O segundo produtor nacional, o Piauí, tem uma produção que equivale a um décimo da maranhense e os demais Estados têm produção insignificante. Daí decorre o fato de ser o Maranhão o mais importante, quase o único fornecedor de babaçu ao mercado nacional e o principal exportador do país.

Na realidade, é o único Estado em que o babaçu tem grande importância em sua economia.

Esta importância pode ser constatada quando comparamos o crescimento nos oito últimos anos — 1953 a 1961 — da produção de babaçu com o dos principais produtos agrícolas maranhenses.

QUADRO Nº III

**Comparação do crescimento dos principais produtos
da economia maranhense**

| Ano | Babaçu Prod. (T) | Valor (Cr\$ 1.000) | Algodão Prod. (T) | Valor (Cr\$ 1.000) | Arroz Prod. (T) | Valor (Cr\$ 1.000) |
|------|---------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|
| 1953 | 51.596 | 306.100 | 9.587 | 117.918 | 201.035 | 354.639 |
| 1955 | 66.239 | 461.362 | 10.249 | 184.480 | 262.760 | 513.127 |
| 1957 | 73.696 | 653.290 | 37.591 | 221.272 | 279.602 | 976.870 |
| 1959 | 69.599 | 1.394.384 | 41.339 | 492.532 | 372.458 | 1.924.405 |
| 1961 | 99.579 | 2.778.396 | 58.425 | 1.349.088 | 491.500 | 3.675.683 |

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil — IBGE

Podemos ver que, embora não seja mais o babaçu o principal produto do Estado, quanto ao valor da produção, mantém o segundo lugar, de vez que êsse valor corresponde a duas vêzes o do algodão que é o terceiro produto do Estado.

O arroz que é hoje a cultura comercial mais importante do Estado, graças ao transporte rodoviário e ao crescimento dos centros urbanos, ganha mais importância, aumentando de ano para ano o volume e o valor de sua produção, distanciando-se cada vez mais do babaçu. Assim, se a produção do babaçu quase duplicou em oito anos e teve o seu valor multiplicado nove vêzes, a produção do arroz cresceu duas vêzes e meia e teve seu valor multiplicado por mais de dez vêzes.

O grande problema para a economia maranhense de babaçu é que a maior parte de sua produção é exportada sem beneficiamento, sob a forma de emendôas. Isto é vantajoso para os Estados consumidores do óleo de babaçu, principal produto extraído do mesmo, e prejudicial ao Maranhão que se torna, sobretudo, em fornecedor de matéria prima. Assim, sabemos que apesar de contribuir com quase 90% da produção nacional de amendoas, não é, porém, o primeiro produtor nacional de óleo, cedendo êste lugar para a Guanabara que produz cêrca de 35% da produção nacional, enquanto o Maranhão coloca-se em terceiro lugar com uma participação de apenas 17% do total nacional. É que São Paulo e Pernambuco também adquirem grande quantidade de amendôas, beneficiando-as nas áreas próximas ao mercado consumidor. Êste escoamento vem-se intensificando, sobretudo, depois da construção de rodovias (transitadas durante todo o ano) e da intensificação do transporte rodoviário, porque os caminhões que levam para o Maranhão mercadorias do Sul do país e de Pernambuco necessitam de cargas de retôrno e transportam por preços módicos o arroz e o babaçu. A estrada, desse modo, contribui para dificultar o desenvolvimento industrial do Estado, beneficiando aqueles que são mais desenvolvidos. Pode-se comprovar esta tese com o quadro que se segue, em que se comparando a produção maranhense com a brasileira, vê-se como é insignificante o aumento daquela em relação ao desta.

QUADRO Nº IV

**Comparação entre a produção maranhense e a brasileira
de óleo de babaçu**

| Ano | Prod. brasileira | | Prod. maranhense | | Porcentagem % |
|------|------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|------------------|
| | Quant. (T) | Valor (Cr\$ 1.000) | Quant. (T) | Valor (Cr\$ 1.000) | |
| 1953 | 27.438 | — | 3.543 | — | 12,9 |
| 1955 | 41.229 | 790.262 | 3.621 | 60.224 | 8,9 |
| 1957 | 29.188 | 794.999 | 4.151 | 95.070 | 14,2 |
| 1959 | 42.417 | 1.759.127 | 6.831 | 299.864 | 16,1 |
| 1961 | 52.038 | 4.410.505 | 8.874 | 579.426 | 17,0 |

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil — IBGE

Observa-se que apesar do crescimento extraordinário da população do Maranhão, em proporções superiores à média nacional, o crescimento do consumo de óleo de babaçu, o mais importante óleo vegetal utilizado no Estado, não conseguiu aumentar, expressivamente, a sua participação na produção brasileira, elevando em oito anos a sua porcentagem apenas de quase 13 a 17%.

Ainda convém assinalar que as principais fábricas de beneficiamento de babaçu existentes no Maranhão pertencem a empresas do Sul do país; exploradas por um grupo paulista, outra pela Shell e uma terceira por um grupo carioca. Além disto, têm funcionamento em caráter precário, fazendo apenas um aproveitamento parcial das amêndoas. Assim, a Fábrica Brasileira de Óleos, localizada em São Luís e pertencente ao grupo Simonsen, foi instalada em 1951 e só em 1961 começou a funcionar. Apesar de dispôr de material para refinação de óleo e fabricação de sabão, ela paralizou essas atividades limitando-se a fabricar o óleo que é vendido para outras empresas e exportado para o Sul. A torta é vendida no mercado local.

Outra fábrica, a Carioca, fábrica óleo e gordura de côco. Infelizmente até hoje não se fez ainda a exploração de andiroba oleaginosa que poderia ser associada ao babaçu na fabricação de sabão, substituindo assim, o óleo de pinho importado do Paraná e de São Paulo.

Em Parnaíba, a firma Moraes SA, a melhor aparelhada e mais identificada com os interesses locais, de vez que pertence a capitalistas piauienses, beneficia em larga escala o babaçu maranhense do vale de Parnaíba fabricando óleo e sabonetes. Para o transporte de óleo dispõe de um navio tanque com capacidade de 800 toneladas.

Daí se vê como está mal organizada a economia e como esta desorganização vem desde o aproveitamento de amêndoas, feito ainda pelos processos empíricos e predatórios. Enquanto a coleta do coquilho não for organizada, não poderá a indústria de beneficiamento de babaçu se desenvolver e contribuir para o enriquecimento do Estado que detém os maiores babaçuais e a quase totalidade da produção brasileira de amêndoas.

3 — A Exploração do Babaçu e o Trabalhador Rural

A coleta do coquilho é feita de forma rudimentar, primitiva, num período de cinco a seis meses por ano e que corresponde à estiagem. Os babaçuais são nativos e se formam com grande pujança logo após a queimada e a destruição da floresta, como se observa ainda hoje na área entre os rios Pindaré e Turiaçu. Os proprietários da terra são os proprietários dos mesmos, limitando, em geral, o direito da coleta aos seus moradores. Este direito acarreta aos moradores a obrigação da venda do produto à casa comercial do proprietário ou de alguns dos seus prepostos cabendo a estes o estabelecimento do preço quase sempre inferior ao corrente nas cidades.

Na área de intensa atividade agrícola, como as do Oeste, na retaguarda da frente pioneira, os homens em geral se dedicam ao trabalho de derrubada da floresta e à agricultura, ficando a coleta com o encargo para as mulheres e crianças. Em áreas velhas, de terras cansadas, onde a agricultura é inexpressiva, como ocorre no Itapecuru, os homens se dedicam à atividade extrativa.

Os apanhadores de babaçu pela manhã, após uma magra refeição em que comem a **tiquara**, apanham o **cofo** — cesto de palha da palmeira — e se dirigem para o palmeiral a fim de apanhar os côcos que se são numerosas e que em geral cada uma tem em média cerca de 12 cachos, com 200 a 300 coquilhos. O trabalho é penoso; as palmeiras se localizam muito próximas umas às outras e são entremeadas por vegetais de baixo porte, sendo abundantes aí os espinhos e animais como cotias,

atus e cobras. Estas são responsáveis, anualmente, pela morte de muitos trabalhadores.

Os coquilhos nem sempre estão em condições de ser apanhados, de vez que alguns animais estragaram muito para comer e outros são atacados por um coleóptero (*Brochus nucleorum*, Fabi) que destrói as amêndoas. Os coquilhos apanhados são colocados nos cofos, trazidos e empilhados junto à habitação, onde ficam alguns dias a secar.

Aí, sentadas no chão, as mulheres quebram os côcos por processo manual. Como êstes são muito resistentes costumam pôr um forte e afiado facão no chão, prêso entre as pernas, com o gume voltado para cima e colocando o côco sôbre o gume, batem com um macête a fim de dividi-lo em duas partes. Uma vez dividido o côco, retiram as amêndoas que nunca excedem o número de seis, caindo às vêzes para duas e três, colocando-as em uma **cuia**. Trabalhando todo o dia não consegue um trabalhador obter mais de 8 a 10 quilos que eram vendidos a Cr\$ 30,00 o quilo em outubro de 1962. O comerciante vendia então às fábricas de óleo a Cr\$ 50,00, percebendo assim um lucro de mais de 60%.

Êste sistema primitivo é o grande responsável pelos baixos níveis de vida dominante entre os trabalhadores rurais. O trabalhador ignorante procura «se defender» como pode, prejudicando, muitas vêzes, a qualidade do produto, de vez que ao mesmo mistura uma série de impurezas, a fim de aumentar o pêso e, conseqüentemente, o valor do seu produto. Para isto usa várias estratagemas; assim, sabendo que a desidratação diminui o pêso e por conseguinte o preço do produto, êle procura vender as amêndoas no mesmo dia em que quebra o côco e se não o consegue, junta terra, deixa porções de cascas aderidas às mesmas e, se não consegue ainda vender logo, molha com água salgada e em casos extremos chega a urinar sôbre as amêndoas durante quatro ou cinco dias. São processos que usa para evitar a «quebra» do pêso. Mas não fica aí. Há os que, precisando de dinheiro, não esperam pela queda do coquilho, cortam cachos verdes, põem no chão, cobrem com fôlhas e fazem por cima uma fogueira leve. No dia seguinte quebram os côcos. Outras vêzes o cabloco «faz uma tocha na ponta de um bambu, com fôlhas, papéis ou trapos e com ela chamusca os côcos. Dentro de três dias todos êles cairão» (11). Usam, assim, processos que lembram o amadurecimento da

(11) Valverde, Orlando, Obra citada, pág. 404-5.

banana sob a ação do carbureto, generalizado em algumas áreas do Brasil. O comprador reage elevando o preço das mercadorias que vende ao cabloco ou até recusando-se a pagar o produto.

Vê-se, dêsse modo, que a exploração do babaçu é feita de forma predatória e anti-econômica.

Predatória, porque contribui para destruir o grande patrimônio do Estado, desvalorizando pouco a pouco os babaçuais. Esta desvalorização é conseqüência também do nascimento desordenado de palmeiras, conseqüente da germinação dos coquilhos nos pontos em que caem ou para onde são levados pelos animais. As palmeiras crescem desordenadamente, quando tôda planta necessita para o seu pleno desenvolvimento de um espaçamento ideal. Esta falta de espaçamento vai provocar a diminuição da produção média por palmeira e às vêzes até impedir a penetração de animais de trabalho no palmeiral quando êste é muito denso. Animais que poderiam ser utilizados para transportar os coquilhos até os pontos em que deverão ser quebrados. Êste problema de densidade das palmeiras vem provocando acirrados debates entre os estudiosos; há os que defendem a idéia de se realizar um desbaste nos palmeirais mais densos visando aumentar a produção e facilitar a coleta e os que afirmam não ser racional fazer um desbaste sem saber qual o espaçamento ideal entre as palmeiras. É uma exploração predatória, porque, como ocorre sempre na coleta de produtos vegetais, não tem o trabalhador preocupação com as produções futuras, visa apenas o presente, — sobretudo quando sabe que o palmeiral não lhe pertence — e procura para ganhar mais, apanhar os coquilhos que estão sãos, que apresentam maior tamanho, na esperança de obter em cada um, cinco ou seis amêndoas. Com isto são retiradas do solo as sementes melhores que poderiam dar origem a palmeiras mais viçosas e produtivas. Assim, a seleção é feita em sentido contrário, evitando a germinação das melhores sementes e fazendo que só as piores garantam a produção da espécie (12). Além disso, é anti-econômica, devido ao fato do volume da produção não corresponder ao trabalho empregado para obtê-la. Já era tempo de se descobrir uma máquina que quebrasse os coquilhos, evitando o penoso trabalho manual, mas as várias máquinas descobertas nos começos dêste século, como a de Brito Passos, não apresentaram resultados positivos e foram abandonadas. Também a

(12) Andrade, Manuel Correia de — Geografia Econômica do Nordeste, pág. 22. Apostilhas mimeografadas. SUDENE. Recife, 1962.

mecanização da quebra do côco acarretaria uma modificação total no processo de apanha, forçando talvez a abertura de caminhos para animais e veículos que cortassem o babaçual, de vez que os processos hoje empregados não permitem a utilização de máquinas. Ainda é espantosa a quantidade de côco que é perdida devido ao fato de não ser a apanha suficiente, em quase todo o Maranhão, para atender à queda.

Outro sério problema é que, rigorosamente, até hoje, do babaçu só se tem aproveitado a amêndoa que corresponde a um décimo do côco. Quase todo o resto, é perdido, de vez que o cabloco o aproveita como combustível de uso doméstico ou o abandona no babaçual.

Sabendo-se o valor calorífico do epicarpo e do endocarpo do babaçu e a variedade de artigos que êle poderia produzir tem-se uma idéia da riqueza que é posta fora, abandonada pelo cabloco. Daí resulta apenas uma vantagem é que os resíduos do côco voltando ao palmeiral, servem para adubá-lo, de vez que são ricos em potássio, fósforo e cálcio. Assim o cocal, da mesma forma que a floresta Amazônica, se auto alimenta, fornece ao solo aquelas substâncias de que necessita para sua manutenção.



Analise Grafológica e Diagnóstico de Distúrbios Somáticos Sentido e Objetivo de Uma Pesquisa (*)

P. Pedro de Mello, S. J.

Introdução — A muitos parecerá extremamente estranho que se possa estabelecer relação não só entre análise grafológica e método científico de trabalho, mas, muito mais ainda, entre Grafologia e diagnóstico de enfermidades, psíquicas ou orgânicas. Não admira que assim seja. Não anda longe o tempo em que muita gente colocava sob o mesmo signo Grafologia e «ciências» ocultas. Não somente andou a Grafologia em anúncios de revistas e jornais de parelha com a Quiromancia e Astrologia, (1) mas não raro foi apresentada de modo inteiramente anti-científico e absurdo, como no livro «Grafologia» da Editôra «O Pensamento» de São Paulo. Nesta obra de fancaria a técnica grafológica anda de permeio com conceitos abstrusos de Astrologia ocultista.

Por outra parte, o desconhecimento das leis e método da Grafologia científica moderna levou não poucos a suporem ser essenciais ao Grafólogo dotes e qualidades extraordinárias de percepção extra-sensorial. Ora, o problema da percepção extra-sensorial, no sentido em que a tomam Rhine e os atuais Parapsicólogos, não se põe como ponto de partida necessário à compreensão e à prática da Grafologia. O que comumente se chama de

(*) De outubro de 1963 a junho de 1964 tivemos a oportunidade de consultar, na Alemanha (Munich) obras antigas e recentes sôbre o tema que estudamos neste artigo. Agradecemos ao Consulado Alemão em Recife e ao «Deutscher Akademischer Austauschdienst» a possibilidade que nos ofereceram. Ao dr. Lutz Wagner, Professor de Grafologia da Universidade de Munich, deixo, também, o agradecimento pela atenção com que sempre nos recebeu em sua residência em Obermenzing.

(1) — cf. Pierre Foix : La Graphologie dans la vie moderne, Payot, Paris, 1959, pg. 12.

elemento **irracional** (com mais propriedade deveria dizer-se **arracional**), não constitui factor **indispensável** à análise grafológica. É certamente poderoso auxílio, quando presente, mas pode-se conseguir grande perícia na analítica grafológica, sem dotes extraordinários de percepção extra-sensorial. (2)

Felizmente o esforço permanente de muitos pesquisadores no campo da Psicologia Aplicada e particularmente da Grafologia fêz com que, embora lentamente, a análise grafológica fôsse submetida a processos científicos positivos e a tese ou falsa opinião sôbre seu carácter «ocultista» perdesse inteiramente sua razão de ser. (3)

I — Aspectos básicos. Na elaboração do método científico da Grafologia moderna existem dois aspectos fundamentais a considerar-se, embora de relance e apenas a modo de insinuação: a escrita participa da natureza do movimento **fisiológico e expressivo**. Por um lado, o gesto gráfico depende, necessariamente, do sistema nervoso central e, por outro, exprime,

(2) — Neste sentido, não corresponde hoje à verdade científica a opinião do médico brasileiro, Dr. Antônio da Silva Mello, em seu livro: *Die Frage nach dem Jenseits* (Frankfurt, 1961). Nos dois capítulos (4º e 5º) consagrados, um à Grafologia, outro ao caso singular de Rafael Schermann, parece-nos argumentar com dados hauridos em fontes atualmente ultrapassadas e em literatura anterior a 1930 ou até então. Pelo seu livro não se pode saber se o A. conhece a literatura científica atual sôbre assuntos grafológicos. De 1930 a esta parte a ciência evoluiu muito e com ela os estudos de Psicologia Aplicada e de Grafologia.

Embora colocada em plano científico diferente do em que se encontra o dr. Silva Mello, não nos parece convincente a argumentação do autor do capítulo sôbre Grafologia, inserto na coletânea sôbre temas parapsicológicos: *Die Welt der geheimen Mächte*, publicada pela Verlag Tiroler Graphik de Innsbruck. O volumoso livro, publicado em 1952 consagra à Grafologia, o capítulo *Schrift und Mensch*. Insere-a o Autor entre os ramos da Parapsicologia ou «porque o Grafólogo não pode dispensar uma visão **intuitiva** da escrita», ou porque a interpretação grafológica, dentro de seu âmbito, trabalha com símbolos hauridos do «inconsciente coletivo». Não podemos deter-nos em aspectos críticos desta concepção. Cremo-la inteiramente insuficiente, sobretudo porque a Grafologia é uma ciência de observação, embora não ponha de parte, de forma alguma, nem a intuição, nem os elementos infraconscientes (melhor dito, inconscientes), que possam entrar na compreensão sintética de uma escrita.

(3) — Para se avaliar da seriedade com se trabalha atualmente no campo da Grafologia científica, permitimo-nos mencionar apenas um exemplo. O professor de Grafologia da Universidade de Munique, Dr. Lutz Wagner, acaba de publicar um artigo, cuja delicada oferta agradeço, que constitui o resultado de trinta (30) anos de estudo e de pesquisa sôbre «arcadas ativas». Seu trabalho apareceu na *Zeitschrift fuer Menschenkunde und Zentralblatt fuer Graphologie*, Heft 4 1963.

de maneira inconsciente e involuntária, tendências profundas de nossa vida inconsciente.

Foram médicos europeus que, de modo especial, dedicaram seu esforço ao estudo da fisiologia do gesto gráfico. A obra de Rudolf Pophai na Alemanha (4), de Périot e Brosson na França (5), de Buytendjik na Holanda (6), trouxe indispensável contribuição à pesquisa científica da letra. Os diferentes movimentos musculares, flexão, inflexão, adução, abdução, necessários à realização da grafia, dependem do trabalho de coordenação do córtex cerebral. Assim como, no plano dos movimentos e atividades reflexas ou fisiologicamente inconscientes toda atividade depende da parte sub-mesencefálica do nevráxio (pedúnculo, protuberâncias, bulbo e medula), da mesma forma, sob o ponto de vista consciente e voluntário, nossos movimentos e gestos estão em relação necessária com os centros nervosos do lobo frontal, na zona que se estende da parte dianteira dos hemisférios até ao sulco de Rolando e seção inferior do vale de Sílvio. Com mais precisão o centro da grafia encontra-se na segunda circunvolução frontal esquerda.

Quem conheça a relação existente entre gesto gráfico e atividade nervosa central, sabe, além disso, como os fatores emocionais influem na formação da escrita. Distonias cíclicas do equilíbrio emocional modificam profundamente a forma, disposição, direção, continuidade da letra. Ora, existe, sob este aspecto uma verificação importante: os centros paleo e neo-estriados, bem como a região talâmica, exercem grande influência na vida emocional da pessoa. Nossos gestos, nossas atitudes carregadas de expressão emotiva, traduzem, sem que o saibamos, atividade nervosa tálamo-estriada. A zona superior do eixo pedúnculo-medular, onde se localizam os nervos estriados e a camada ótica, tem de ser levada em conta, por causa de seus efeitos, toda vez que estabelecemos uma análise grafológica. Quem isso ignore não fará obra científica de interpretação grafológica. Entre pa-

(4) — Aludimos, a título de informação, às suas obras fundamentais: *Grundlegung der bewegungsphysiologischen Graphologie, Zur Psychophysiologie der Spannungerscheinungen in der Handschrift* e especialmente, *Die Handschrift als Hirnschrift*. Nesta obra Pophai estuda rigorosamente as relações entre movi-

(5) — Dr. Maurice Périot e Paul Brosson: *Morpho-physiologie de l'Écriture* Payot, Paris, 1957.

(6) — Refirimo-nos particularmente ao livro que o Psicólogo holandês publicou sob o título: *Allgemeine Theorie der menschlichen Haltung und Bewegung*. Berlin, 1956.

ta nas mãos de gente sem conhecimentos e que se arrisca assim a charlatanices perigosas até mesmo sob o ponto de vista moral, para silenciarmos o lado profissional.

Gesto gráfico e sincronaxia total. Não podemos esquecer, sem prejuízo da objetividade científica, que, embora se conheçam com precisão, centros especializados de atividade específica nervosa, existe na realidade a mais íntima colaboração e interdependência dos diferentes centros ner-rêntese poderíamos dizer que nisso se encontra o perigo da Grafologia pos-vosos. Ninguém ignora os efeitos do influxo do córtex sôbre o Tálamo para refrear, em determinados casos, danos psíquicos de tipo emocional. A íntima relação que existe entre os centros estriados e o tônus afetivo pode, não raro, dar ocasião a transtornos prejudiciais ao equilíbrio psíquico. Quem conhece a influência das distonias do vago sôbre nossa vida emocional, conhece, também, sem maior dificuldade, o que elas significam para nossa atividade gráfica.

Sob o ponto de vista fisiológico, como sob o psíquico, o homem é uma unidade profunda. Age como um todo. Como no setor do psiquismo superior podemos distinguir não só categorias fenomenológicas de ação, mas centros específicos de atividade diferenciada, assim no âmbito da atividade nervosa. Mas cumpre nos lembrarmos de que distinguimos sobretudo por finalidade metodológica e crítica. Na ordem da existência existe uma unidade estrutural e funcional surpreendente no homem.

A letra como gesto expressivo. Na unidade dinâmica de nossa vida psico-fisiológica existe íntima relação entre nossas tendências, pulsões e impulsos, cargas emocionais, antagonismos ou conflitos, resistências e mecanismos inconscientes e sua manifestação externa, através de sinais e símbolos. Gestos, sinais, comportamento emocional, reações cinestésicas, posição etc., tudo isso pode traduzir, de forma mais ou menos precisa, o que se passa em nossa vida psíquica inconsciente.

Com razão se pode chamar a letra de «gesto» gráfico. Da mesma forma que o desenho, também a letra desenho — em miniatura — exprime nosso mundo interior, não apenas na sua configuração do momento, mas no contexto da trama inconsciente de nossos automatismos e hábitos. Pode-se afirmar, sem exagêro, que a letra participa ao mesmo tempo do caráter de expressividade e de projetividade, enquanto instrumento de catársis ou de expansão interior. É exatamente sob êste aspeto que se fala de Grafoterapia nos centros de cultura européia. O gesto gráfico não só expressa nos-

so mundo consciente e inconsciente, mas serve de meio de abreação emocional.

Enquanto movimento expressivo, foi sobretudo a partir dos estudos de Allport e Vernon sôbre os movimentos expressivos (7), que a letra começou a ser estudada sob êsse aspeto. Convém lembrar aqui, igualmente, a contribuição de Klages na Alemanha (8) e de Buytendjik na Holanda (9), bem como de Eysenck na Inglaterra (10), de Theiss em Dresden (Alemanha), de Hull e Montgomery, especialmente de W. Wolff nos Estados Unidos. As experiências realizadas por diversos Psicólogos vieram confirmar, dentro de rigorosas condições científicas, a consistência e validade do teste grafológico como instrumento de análise da expressão do psiquismo humano. Os resultados obtidos na aplicação de testes de desenho, pintura e Rorschach mostraram em muitos casos a coincidência dos índices alcançados. É importante, neste sentido, a contribuição de Wolff nos Estados Unidos.

O caráter expressivo de nossos diferentes gestos ou movimentos vem dar-nos uma confirmação manifesta das conclusões a que chegou a moderna Medicina Psicossomática: entre o psíquico e o orgânico existe a mais estreita unidade e interdependência, de que surge, espontaneamente, a interrelação funcional no plano psico-fisiológico. Quando se tem em vista essa unidade fundamental, impõe-se, naturalmente, a concepção holística que explica o gesto e o movimento como expressões do **homem todo**, como centro de vivências que afloram à tona da consciência clara e de fôrças que se escondem na sombra do mundo inconsciente.

Sòmente uma perspectiva de tipo e orientação cartesiana poderia rejeitar essa unidade de estrutura — corpo e espírito — e conseqüentemente

(7) — Foram sobretudo Gordon Allport e F. E. Vernon que abriram caminho aos modernos estudos da expressão psicológica dos gestos e movimentos. É clássica a obra comum a ambos os Psicólogos americanos: «Studies in expressive movements» (Nova Iorque, 1953). Posteriormente, em seu livro «Pattern and Growth in Personality», Allport consagra um capítulo (19) ao mesmo tema.

(8) — É a Ludwig Klages que, na Alemanha, se devem os estudos da Psicologia da Expressão (Ausdrucklehre). São fundamentais suas obras: Grundlegung der Wissenschaft vom Ausdruck e Ausdrucksbewegung und Gestaltungs kraft. A referência às obras de Klages não implica, por si só, aceitação de certos pontos filosóficos subjacentes ao seu pensamento, sobretudo ao problema tão de seu gôsto: **Seele-Geist**.

(9) — cf. livro cit. em o nr. 6.

(10) — Cf. Eysenck, H. J. «Les Dimensions de la Personnalité — PUF — Paris, 1950.

(o Paralelismo psico-físico não corresponde a uma exigência científica) —, temos, contudo, de aceitar, na dinâmica do psiquismo humano, a interdependência de fatos e fenômenos psíquicos de um lado e de fisiológicos de outro. Quem negar êste aspecto da Psicologia humana, rejeita, em seu fundamento, tôda a teoria dos gestos e movimentos expressivos. Entretanto, se separar, de maneira estanque, funções psíquicas e orgânicas. Embora defendamos a **distinção qualitativa e essencial** entre fisiológico e psíquico — o fizer, não o fará em nome da experiência científica.

Em conclusão podemos dizer que os estudos do gesto gráfico não só como movimento **fisiológico**, mas como **expressivo** trouxeram ao trabalho dos Grafólogos o fundamento científico positivo de que estava necessitando a Grafologia moderna.

Objetivo e limites da Grafologia científica. O caráter científico da Grafologia, enquanto instrumento de penetração da personalidade humana, deve proporcionar-nos uma visão objetiva de seu alcance e perspectiva.

Enquanto método e técnica científica, ela pode, realmente, dentro de seus limites, levar-nos ao conhecimento de diferentes zonas ou camadas da vida psíquica ou anímica. Pode dar-nos um conhecimento real e objetivo, embora **sempre limitado**. A vida psíquica de cada personalidade leva consigo sempre algo de inexprimível, de único, que se não submete a processos rígidos de cálculos matemáticos ou estatísticos. No final de uma exploração psicológica, temos de concluir sempre que nos fica uma imensa margem a ser explorada e conhecida. Não existe teste psicológico que possa de **facto exaurir** a riqueza psíquica de uma personalidade. O que de inefável existe na personalidade humana fica sempre, em grande parte, para além de qualquer pesquisa científica. Infelizmente, muitos ilusionistas da moderna Psicotécnica julgam poder esgotar o manancial da vida psíquica humana, através de palavras, desenhos, figuras ou números.

Apesar do limite natural de tôda e qualquer técnica de pesquisa, que tenha por objetivo a personalidade humana, pode-se, entretanto, afirmar

(11) — Nisto precisamente consiste uma das grandes vantagens da análise grafológica sôbre outros testes como os de Rorschach e TAT: não se faz mister que o consulente interprete figuras ou desenhos. A letra fala por si mesma e exprime, na sua espontaneidade, o que vai pelo mundo inconsciente do homem. Isso não significa que, ao traçar um perfil de personalidade, nos contentemos apenas com o só teste grafológico. Muitas vêzes será útil ou até necessário confrontar os resultados obtidos na análise de uma escritura com diagnósticos psicológicos obtidos por meio de outras técnicas. Por seu parentesco com a escrita, utilizamos freqüentemente o teste de Koch ou mesmo Machover.

que muitos aspectos do psiquismo humano já nos são conhecidos e não o seriam, cremos, se não existissem as técnicas modernas de penetração psicológica. Aqui situa-se também a Grafologia.

Como instrumento científico de exploração da realidade psíquica do homem, a Grafologia participa de outro carácter essencial à ciência positiva: toda elaboração científica é, pelo menos inicialmente, um **processo**. A ciência caminha sempre ou quasi sempre por etapas sucessivas, mais ou menos provisórias. Daqui a razão porque, freqüentemente, ela não pode dar por definitivos os seus trabalhos e esforços. Há sempre algo a fazer ou a conquistar. Neste sentido seria inteiramente ingênuo o pensar-se que a técnica grafológica já está de posse de todos os elementos necessários para o conhecimento da personalidade humana.

Apesar dêsse aspecto relativo e provisório da Grafologia, como técnica de conhecimento psicológico, a experiência permanente dos homens de estudo já nos pode oferecer, em diferentes sectores da observação e da análise psicológica, contribuição positiva e objetiva. No plano consciente ou inconsciente, a personalidade encontra já seu mundo bastante desvendado. Na Pedagogia (12) ou na Orientação profissional, (13) na Criminalística (14) ou na solução de problemas éticos ou morais, (15) a

12) — Ao situarmos a Grafologia no campo da Psicologia Aplicada, não ignoramos críticas pouco objetivas de alguns Psicólogos Americanos, como Annette Walters e Kevin O'Hara: *Persons and Personality* (N. Y.), p. 518-519, ou J. Anable, S. J. em *Philosophical Psychology* (Fordham University Press, N. Y.), XIV, que a têm como «Pseudopsychology». Na América existe, entretanto, atualmente, quem dê à Grafologia o lugar que lhe compete entre as técnicas projetivo-expressivas. Bastará citar Anderson e Anderson. A análise feita no livro *An Introduction to Projective Techniques* (Prentice Hall, Inc. Englewood Cliffs, N. J.) reflete outra tomada de posição (Esta obra encontra-se já traduzida para o espanhol pela Editora RIALP de Madrid (1963), sob o título: «Técnicas Proyectivas del Diagnóstico Psicológico».

13) — cf. Erich e Lotte Schelenz: *«Paedagogische Graphologie»*, Munich, 1958.

14) — Pierre Foix: *«L'Orientation professionnelle et la Graphologie»*, Paris. Do mesmo Autor pode-se consultar a segunda parte do livro *«La Graphologie dans la Vie moderne»*, que traz título quase idêntico *«L'Orientation Professionnelle par la Graphologie»* (Payot, Paris, 1959).

15) — Neste sector são demasiado conhecidos nos meios psicológicos, os trabalhos da Grafóloga Austríaca, Roda Wieser, de Viena. Seu livro: *Der Verbrecher und seine Handschrift* (Stuttgart, 1956) é o resultado de longa observação e experiência relativamente às tendências e impulsos de criminosos. Já antes de Wieser, Max Pulver, psiquiatra suíço, publicara *«Trieb und Verbrechen in der Handschrift»* (Zurich, 1954).

Grafologia tem o seu lugar conquistado no campo da Psicologia Aplicada.

III — Letra e diagnose de enfermidade. Se freqüentemente se nega à Grafologia a possibilidade de uma análise caraterológica, muito menos se aceitará a possibilidade, mesmo longínqua, de um diagnóstico de distúrbios psíquicos, sobretudo somáticos. Naturalmente são sobretudo os médicos que se insurgem contra a tese que sustentasse tal possibilidade. Sem defender, de forma alguma, a tese da viabilidade de uma diagnose médica baseada no estudo da grafia, chamamos entretanto a atenção dos estudiosos para alguns aspectos do problema.

Não data de hoje o interêsse científico por pesquisas no plano nosológico, quer psíquico, quer orgânico e psicossomático, tomando-se para isso por base a análise da letra. Escritas profundamente irregulares, com torsões ou curvas demasiado acentuadas, com formas bizarras e estranhas, dimensões exageradas ou ornatos excessivos, excessivamente desligadas ou com prolongações exorbitantes **podem** ser realmente sinais de distúrbios psíquicos ou somáticos. A começar por Buchwald (16) ou Erlenmeyer (17), médicos e Grafólogos dirigiram sua atenção para a correlação existente entre profundas irregularidades da letra e manifestações patológicas nos indivíduos. Estudos e pesquisas existem que consideram ora aspectos gerais da patologia gráfica, ora, em muitos casos, determinadas enfermidades ou síndromes de enfermidades. Assim, por exemplo, para citar apenas algumas pesquisas, vamos encontrar na farta literatura grafológico-médica, estudos realizados em letras de diabéticos (18), de pessoas portadoras de lesões cerebrais (19), casos de pacientes lobotomizados (20) ou

(16) — cf. Robert Maurice: «L'appréciation de la valeur morale en Graphologie», em «La Graphologie» (reviste), nr. 55. e o Dr. Luigi Spotti: «Importanza delle inlevarzioni grafologiche nello studio del giudizio e condotta morale», em *Archivo Generale di Neurologia e Psichiatria*, vol. 14, 1933. Sobre as implicações éticas no conceito de «caráter» e de «personalidade, pode-se consultar a obra de Crépieux-Jamin, «Écriture et caractère», de Klages, «Handschrift und Charakter» ou recentemente a magnífica obra de Augusto Vels (Barcelona), «Escritura y Personalidad», em muitas de suas análises, tão lúcidas e sóbrias.

(17) — Buchwald: *Spiegelschrift bei Hirnkranken*, em *Klinische Wochenschrift*, Berlin, 1878.

(18) — Erlenmayer, A.: *Die Schrift*. 1879. Wilhelm Mueller em seu livro: *Mensch und Handschrift*, diz ser fundamental a obra de Erlenmayer para o estudo do problema a que nos referimos.

(19) — cf. Gestner, H. *Die Handschrift des Diabetikers*.

(20) — cf. nr. 11. Entre outros mais poderíamos citar O. Sittig: *Ueber Schreibkrampf bei Encephalitis epidemica*, em *Klinische Wochenschrift*, vol. 17.

de pessoas ameaçadas de câncer (21). Se passarmos ao campo da Psiquiatria, deparamos, facilmente, com trabalhos sôbre fenômenos patológicos em geral (22) ou em particular sôbre a personalidade dos esquizofrênicos (23), sôbre histeria e depressão psíquica, tendências inconscientes ou profundas e aspectos da psicologia do criminoso (24). Muitos outros problemas de natureza psico-fisiológica suscitaram a curiosidade dos pesquisadores. Naturalmente dentre o enorme material de que podemos dispôr hoje no setor da pesquisa grafológica muita coisa existe anti-científica e que por isso não poderá resistir a uma crítica sã e construtiva. Mas, felizmente, trabalhos existem que merecem atenção pela seriedade com que foram elaborados. Seria leviandade ou precipitação querer-se negar simplesmente, a priori, o mérito de muito esforço despendido em pesquisas de caráter médico.

Problema que se põe. A qualquer que investigue, conscienciosamente, os problemas que surgem em face de uma análise grafológica no plano patológico, põe-se imediatamente uma pergunta: que relação poderá existir entre letra e distúrbios psíquicos e sobretudo somáticos?

A esta pergunta, muita gente e inclusivamente médicos (ou sobretudo médicos), é tentada a responder simplesmente (não raro, simploriamente): impossível qualquer relação e por isso qualquer afirmação neste sentido é sempre desprovida de fundamento científico.

Felizmente a ciência não se contenta com o simplismo de muita gente, sobretudo quando a negação não encontra fundamento na observação da realidade por parte de quem a defende ou sustenta. A ciência não pode

(21) — Feuillet Dr. e Battachon, J.: Étude des écritures des lobotomisés, na revista parisiense, *La Graphologie*, nr. 46.

(22) — cf. Vértesi, Etl: Handschrift und Eigenart der Krebsgefahrdeten. Budapest, 1938.

(23) — cf. Resten, Dr. René: Les écritures pathologiques. Paris, 1949. Goldschneider: Zur Physiologie und Pathologie der Handschrift, em *Arch. fuer Psychologie*, vol. 24.

(24) — Em 1953 o Grafólogo e Psiquiatra holandês, Dr. M. A. Breil publicou interessante monografia sôbre a psicomotricidade dos Esquizofrênicos. Seu estudo baseia-se na escrita de 287 esquizofrênicos, comparadas com as 61 portadores de outras doenças mentais e de 172 indivíduos psiquicamente sadios. Intitula-se: *Graphologische Untersuchungen ueber die Psychomotorik der Schizophreniker* Basiléia, 1953.

construir-se com esquemas apriorísticos. Urge se atenha à observação da realidade, quem quiser negar a existência de factos.

Uma visão objetiva, à base de factos cuidadosamente verificados mostra-nos a íntima relação entre fenómenos psíquicos e somáticos ou orgânicos, na unidade mais ou menos profunda da natureza humana em concreto. A síntese vital do orgânico e do psíquico, em sua mútua interdependência, postula uma unidade essencial que a Psicologia positiva desconhece, por estar fora do âmbito de sua perspectiva e concepção. Essa concepção psicológica exige, pois, a aceitação da interdependência da atividade somática e da psíquica (25).

Apesar dos obstáculos intelectuais e, talvez, emocionais, que se põem no plano de uma visão filosófica do homem e do mundo, deveriam os Psicólogos positivos colocar-se sinceramente o problema ou aporia: que existirá para além do dado observado cientificamente? Teremos, realmente, razão objetiva e fundada, para negar a realidade de um princípio que, por sua natureza, não está ao alcance dos atuais instrumentos de investigação científica?

Sabemos, entretanto, por outro lado, firmados em dados comprovados pela moderna Psicossomática, que ninguém de boa fé poderá duvidar da influência do psíquico sobre o orgânico. Conhecem-se muitas lesões ou distúrbios orgânicos cuja causa é de natureza psíquica e não orgânica ou pelo menos mais predominantemente psíquica. Ou quererão ainda os cientistas permanecer obstinadamente, por razões mais afetivas do que racionais, na simples negação do facto?

Se, pois, a influência é tão profunda, na unidade essencial da natureza humana, não admira que, através da letra ou do sinal gráfico, se manifestem sintomas de distúrbios não só psíquicos, mas também orgânicos. Os movimentos musculares, governados pelo cérebro ou pelo sistema nervoso central, permitem, por vias inconscientes (26), que, em certo sentido,

(25) — cf. nr. 14.

(26) — A História da Psicologia mostra-nos com suficiente clareza o influxo exercido por correntes materialistas sobre a Psicologia moderna positiva, especialmente nos EE.UU., onde o Comportamentismo (Behaviorismo) impediu se elaborasse uma síntese mais profunda dos dados referentes à personalidade humana. A doutrina comportamentista teima em negar a existência de realidades psíquicas qualitativamente superiores ao mero fenómeno fisiológico. Esquecem-se certos mentores da Psicologia positiva que nenhum fenómeno psíquico poderá ser integralmente compreendido e explicado, se se parte de falsos pressupostos ou premissas, de que apenas existem factos psíquicos de natureza fisiológica. Mesmo dentro de uma interpretação teleológica à Tolman, o impasse permanece.

se projete a personalidade humana, na estrutura mais profunda de suas tendências e impulsos fisio-psicológicos.

Os fatos comprovam nossa maneira de pensar.

Objetividade e limite do fato. A experiência pessoal, confirmada durante vários anos de trabalho e a experiência constante de Grafólogos de diferentes nacionalidades e orientações filosóficas, dão-nos testemunho de que, se os factos são reais, é ainda muito limitado o seu alcance. Conhecem-se sinais manifestativos de distúrbios ou fenômenos patológicos, mas ignora-se ainda por completo a razão de ser de tais sinais. Por que e como aparecem, na escrita, sinais que nos revelam desarmonia psíquica ou transtornos somáticos? Poderá com o tempo a Psicologia dar-nos uma explicação plausível dêsse fenômeno? Será que um dia, como resultado de constantes esforços poderá a Psicofisiologia dar-nos a resposta satisfatória? (27)

Estamos diante de factos que podemos observar numa simples análise grafológica e cuja natureza nos permanece desconhecida. Tal o seu limite ou o limite imposto aos nossos conhecimentos atuais.

A não especificidade dos sinais. Nenhuma pesquisa conseguiu determinar, até hoje, com clareza a **especialidade de nenhum** sinal manifestativo de enfermidades psíquicas ou orgânicas. Na pesquisa que ora apresentamos e em que trabalhamos há quase quatro anos, pode verificar-se que, em mais ou menos 80% dos casos por mim examinados, o sinal indica um distúrbio, mais ou menos profundo das amígdalas ou simplesmente que se trata de amígdalas operadas. Na maioria dos casos examinados é muito maior a frequência de casos de amigdalite. Mas outros casos existem, em que o mesmo sinal também revela ou traduz presença de distúrbios diversos, quer presentes, no momento da análise, quer anteriores. Na realidade, porém, não nos é possível concluir para a existência de um **sinal específico**, muito embora, na quase totalidade dos casos, estejamos em presença de afeções, infeções, lesões, irritabilidade atuais ou não, não região da garganta.

Daqui a razão porque, ao fazer-se uma análise grafológica, seria

(27) — Recomendamos a êste propósito o livro de Brosson, antes citado.

demasiado perigoso ou precipitado traçar-se um diagnóstico à base de determinado sinal.

Cumpre-nos entretanto, salientar que, embora não possamos diagnosticar distúrbios psíquicos ou transtornos somáticos através da letra, podemos, entretanto, **em não poucos casos**, conhecer quando se apresentam certos quadros patológicos ou pelo menos desconfiar, não sem base, de sua presença. Será sempre demasiado perigoso querer ultrapassar os dados atuais das pesquisas científicas. Tão perigoso, **sob o aspecto científico**, quanto a leviandade de alguns psicanalistas de orientação nitidamente freudiana, que afirmassem, sem fundamento estatístico sério, ser de ordinário suficiente um gesto de tipo agressivo para causar uma fixação infantil. A ciência vai mais devagar e com maior prudência.

IV — Sentido de uma pesquisa. Há cêrca de quatro anos começamos, por fôrça de simples coincidência, a interessar-nos por um determinado sinal, que nos revelou, muitas vêzes, a presença de um distúrbio ora na laringe (em dois casos distintos), ora nas amígdalas (a maioria das vêzes), ora na glândula tiróide. Em numerosas análises grafológicas que fizemos, encontramos, no **α** final de muitas palavras, um traço que nos chamou freqüentemente a atenção. Trata-se de um traço mais ou menos descendente no final do **α**, como se verá a seguir nos exemplos que apresentarei. O **α** é normalmente aberto com o traço característico.

A partir de 1960 temos tido a possibilidade e a paciência de examinar, através de um teste grafológico simples, mais de uma centena de casos, que conservamos nas suas amostras mais características. Nossa finalidade foi de início verificar se se poderia ou não chegar a uma conclusão definitiva sôbre a possibilidade de se conhecer a existência de amigdalite. Diante, entretanto, da diversidade de resultados obtidos (infecção de amígdalas, distúrbio tiroideano, distúrbio de cordas vocais, negação, por parte do Testando, da presença de qualquer disfunção), chegamos à conclusão de que no momento não se pode afirmar a existência de um sinal determinado ou específico.

Neste sentido situa-se hoje a moderna linha de pensamento e pesquisa da Grafologia alemã, que encontramos nas mais recentes publica-

ões, especialmente de Mueller-Enskat (28) e de H. Pfanne (29).

A necessidade de firmar nossas conclusões sôbre fatos rigorosamente observados, verificados e repetidos, não nos permite aceitar sem mais a afirmação de Duparchy-Jeannez: «Podemos até afirmar **a priori** que é a determinação dos estados mórbidos que a Grafologia chegará aos diagnósticos mais precisos e mais positivos, porque, sendo a escrita o resultado de um ato físico, uma manifestação motriz, pode-se presumir ser pelo estado dos centros nervosos que ela deve ser mais forte e diretamente influenciada» (30).

Sem rejeitar **a priori**, como o faz muita gente, a possibilidade de um conhecimento muito mais profundo do estado mórbido de uma pessoa através da análise grafológica, temos entretanto, presentemente, a obrigação de não passar além daquilo que nos permitem os fatos. Ora, falta-

28) — Sôbre minha experiência pessoal falarei a seguir. Sôbre a experiência de Grafólogos modernos, citaremos apenas Richar Pokorny, cujo livro: *Die moderne Handschriftdeutung* representa, sem dúvida, uma das mais belas sínteses teóricas da Grafologia; C. A. Froehlich: *Graphologie «Aberglaube oder Winssenschaft* (Basiléia-Munique, 1952; Carl van Bueler-Neuber: *Handschrift und Sexualitaet* (Wiesbaden, 1958); Philipp Miller: *Einfuehrung in die Graphologie* (Ulstein Buecher, Damrstadt, 1963) Dr. René Resten: *Écritures et malades* (Paris, 1949); «*Les écritures pathologiques*», Paris, 1947. Também os Psicanalistas e os pioneiros da Psicologia profunda se deram já ao estudo das relações entre a escrita e os impulsos profundos ou inconscientes. A êste estudo Ania Teillard consagra seu livro: *L'Âme et l'écriture* (Paris, 1948) e posteriormente, em edição alemã, *Handschriftdeutung-auf tiefenpsychologischer Grundlage* (Berna-Munique, 1963). Sôbre o tema é notável o livro do Psiquiatra suíço, Max Pulver, *Die Symbolik der Handschrift* (Zurick, 1955), em que estuda particularmente o problema do espaço simbólico na escrita humana.

29) — Mueller-Enskat: *Graphologische Diagnostik*. Verlag Hans Huber Berna e Stuttgart, 1961.

30) — Heinrich Pfanne: *Lenrbuch der Graphologie. Psychodiagnostik auf Grund graphischer Komplexe*. Walter de Gruyter e CO. Berlim, 1961.

-nos ainda modernamente um estudo científico aprofundado e generalizado do campo dos estados mórbidos, quer psíquicos, quer somáticos.

Não cabe à ciência negar a priori essa possibilidade. Ela deve, pelo contrário, deixar aberto o caminho às pesquisas no sentido de se chegar a uma conclusão definitiva. Todo e qualquer processo científico, por isso mesmo que processo, deve acompanhar o desenvolvimento lento e progressivo do estudo do real objetivo. Nenhuma ciência pode construir-se com fórmulas a priori.

V — Amostras de nossa pesquisa. Entre o material que possuímos e que arquivamos em filmes preparados na Alemanha, destacamos apenas alguns mais significativos. Embora em mais de setenta por cento dos casos tenhamos verificado, realmente, por meio de exames médicos, distúrbios de amígdalas, apresentamos, por dever de honestidade profissional, casos negativos. Nas amostras que se seguem poderão os leitores verificar facilmente o sinal α que nos referimos, pois colocamos o α final da palavra dentro de um pequeno círculo.

Há um fenômeno extremamente curioso na observação dos fatos que examinamos: o sinal permanece idêntico ou semelhante, ainda quando o cliente tenha sido operado há muitos anos. Em nosso arquivo possuímos casos de pessoas operadas aos cinco anos de idade e apesar disso o sinal se manifesta dez, quinze ou vinte anos mais tarde.

Se nossas ocupações nos permitirem, tentaremos estudar outros tipos de α , para vermos se, na ausência do sinal que apresentamos, se dão casos de lesões ou de afeções de garganta ou de glândula.

Se verificações posteriores confirmarem uma relação especial entre o sinal manifestativo e uma lesão ou afeção, deveremos então estudar ainda o lado estritamente psicológico do sinal em si mesmo. Sòmente depois poderemos chegar a uma conclusão cientificamente aceitável. Por ora estamos em face de simples verificações. Não podemos em rigor sequer levantar a possibilidade de uma hipótese. Que sentido psico-fisiológico tem o sinal descendente dêsse α que ordinariamente se abre para a direita, de forma mais ou menos irregular? Que tipo de inibição motora ou psíquica provoca seu aparecimento? Perguntas que deixamos suspensas até ultteriores verificações.

Esquematisando e exemplificando nossa experiência: o mesmo sinal ue aparece regularmente no a final de palavras ou no meio da palavra, uando se trata de escrita isolada ou agrupada, pode indicar, conforme caso:

1) — amígdalas infectonadas. É o que verifiquei nesta letra:

a) somb(a)ra da) palmeira) am(a)nga) que se encon-
tra(a) a) frente da) velha) casa) de meus pais,
pend(a)ra) tran(a)quila) e mui(a)ta). todas as lar-
das) abra(a)çar-me do) sol, em(a)qu(a)ndo, m(a) est-
e(a)cto), li(a) os) livros) de m(a)inha) "pe(a) de le(a)oa)"

Nº 1 — verificado em 24 de setembro de 1962, em Recife (Brasil)

2) — amígdalas operadas:

a) somb(a)ra da) palmeira) am(a)nga) que se encon-
tra(a) a) frente da) velha) casa) de meus pais,
pend(a)ra) tran(a)quila) e mui(a)ta). todas as lar-
das) abra(a)çar-me do) sol, em(a)qu(a)ndo, m(a) est-
e(a)cto), li(a) os) livros) de m(a)inha) "pe(a) de le(a)oa)"

Nº 2 — Operada aos cinco anos de idade. Examinada a 9-9-1962

3) — caso de adenóide :

a sombra) da) palmeira) @
 amiga) que encontrava) @) frente da
 velha) casa de meus pais, perdida),
 tranzuda). e. virá) tô das as tar-
 des, abrigar-me do sol, enfronto, na
 calçada) lia os livros de minha) pre-
 dileção.

Nº 3 — Verificado em 20-8-1962, em Recife (Brasil)

4) — distúrbios das cordas vocais :

@) sombra) @) @) palmeira) @) amiga) que
 se encontrava) @) @) frente de) @) velha) @)
 @) de meus pais, perdida), tranzuda)
 @) virá), tô das as tardes, @) abrigar-se
 do sol, enfronto, @) calçada) @), lia) os
 livros de minha) @) predileção), (55)

Nº 4 — Verificado em Recife (Brasil), a 5 de novembro de 1962

5) — casos de pessoas que nos afirmaram nada sofrer. O sinal, entanto, aparece manifesto: apresentamos dois exemplos típicos.

"(A) sombra da palmeira amiga que se encontra
 contra a frente da velha casa de meus pais,
 pensativa, tranquila e virada, tôrta as tardes, a
 brigar-me do sol, enquanto, na calçada, leio
 os livros de minha predileção." (17)

Nº 5 (a) — Verificado em Recife (Brasil) a 5 de outubro de 1962

... o sombra da palmeira amiga, que se en-
 contra a frente da casa de meus velhos pais,
 pensativa, tranquila, e virada manhã abrigar-me do
 sol, enquanto leio, apressadamente, página por página,
 os livros de minha predileção"

Nº 5 (b) — Verificado em Recife (Brasil), a 16 de novembro de 1962

Conclusão. As duas últimas grafias que apresentamos podem sugerir a quem as considere superficialmente, a possibilidade de aparecer o sinal característico do *a* final sem que, por isso, estejamos em presença de um distúrbio mais ou menos profundo. No momento não nos é possível pronunciar pro ou contra. Seria demasiado imprudente e temos de apelar, pacientemente, para a confirmação da experiência e verificação dos fatos. Será por isso preferível deixar tudo «entre parênteses» até que, mediante diagnóstico objetivo e especializado, se possa chegar a uma solução cientificamente aceitável. É que é tão pequena ainda a margem das coincidências — (presença de sinal e ausência de distúrbio) — que somente depois

de longa experiência poderemos afirmar ou negar essa possibilidade. Entretanto, por questão de exigência científica, devemos anotar essas exceções, conquanto não plenamente verificadas (31).

Falta-nos ainda um critério objetivo, seguro e constante por que possamos, pelo menos com relativa segurança, determinar **sempre** a presença de uma disfunção. Os sinais que nos podem levar ao conhecimento de um quadro patológico em geral, não nos dão direito a pronunciar-nos, **de maneira definitiva**, sobre distúrbios em particular. Não se conhece ainda sinal **específico**.

Freqüentemente a ciência tem de contentar-se com trabalhos realizados em etapas sucessivas e provisórias, para se aproximar da verdade e chegar depois a possuí-la. Todo o condicionamento da percepção humana e da complexidade do real o exige constantemente. Não raro tem ela de confessar a própria impotência em face do real que se não deixa penetrar.

Como no plano psicológico em geral, também noutros, como no psiquiátrico, psico-fisiológico e da Psicologia Profunda de modo especial, resta muito aos Grafólogos por andar. A Psicanálise e a Fisiologia do sistema nervoso e a Psicopatologia como até as conquistas da Parapsicologia poderão, em futuro talvez não muito remoto, dar maior contribuição ao estudo e técnica da Grafologia científica.

Estamos convencidos de que, mais cedo ou mais tarde, novos horizontes vão abrir-se aos Grafólogos interessados em fazer de sua técnica e de seus conhecimentos científicos um instrumento cada vez mais seguro de conhecimento do homem.

Se, no momento, não tivéssemos tido outro resultado, já no daríamos por satisfeitos com havermos encaminhado muitas pessoas, aqui e noutras partes, a médicos especialistas, inclusivamente em setor diverso do de infeções

(31) — Temos em nossa documentação um caso curioso de escrita, em que o sinal é manifesto e o consulente diz nada sentir. Afirmou-nos êle haver consultado um laringologista nos EE.UU. no tocante ao estado de suas amígdalas. O diagnóstico acusou um processo de amigdalite. Acaso não será possível que se esteja diante de um processo semelhante no caso das duas escritas apresentadas em último lugar?

de amígdalas. Neste sentido tenho testemunhas em Recife de um caso de tumor operado o ano passado (1963), após havermos dito a um de nossos clientes, procurasse o médico de família.

Nosso trabalho de investigação está longe de seu término. Não temos ainda suficientes dados estatísticos que nos forneçam um índice claro para uma conclusão definitiva. Esperamos poder com o tempo confirmar o que aqui deixamos à investigação dos Grafólogos. De antemão aceitamos suas críticas, desde que objetivas e baseadas em dados verificados. Rejeitamos apenas suposições apriorísticas por falhas de objetividade científica.

Se os fatos nos aconselharem, posteriormente, orientação diferente, não teremos receio de modificar nossa posição. Desejamos apenas a verdade. E somente a verdade pode e deve levar-nos a arripiar caminho, ainda quando nos custe o tempo perdido e as canseiras sofridas.

O Curso de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco

Em 1960, sob a responsabilidade do Centro de Educação Técnica e Cultural, fundava-se o Instituto de Psicologia Aplicada da Universidade Católica de Pernambuco, que passou a funcionar, efetivamente, desde o início do ano letivo de 1961, com um total de 39 alunos matriculados na 1ª série. Sua finalidade, a formação de pessoal técnico capacitado a satisfazer às exigências no campo da Orientação Educativa, Vocacional e Profissional, bem como de psicotécnicos e de psicologistas para serviço em Clínica Assistencial, de conduta e ajustamento pessoal.

A formação de profissionais idôneos e capazes, no setor da Psicologia, era já uma exigência que se impunha, tendo em vista o próprio desenvolvimento da região e a crescente ampliação do mercado de trabalho.

A partir de agosto de 1962, com a assinatura da Lei nº 4.119, que «dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo», tornou-se um imperativo a existência de um curso como o mantido pelo Instituto de Psicologia Aplicada. Isso porque a partir da vigência da referida lei, a formação em Psicologia somente poderá ser feita em cursos específicos de bacharelado, licenciado e psicólogo. Os dois primeiros, destinados à formação de professores, respectivamente de nível médio e superior; o último, mais especializado, completando um ciclo mínimo de 5 anos, formando pessoal técnico com as seguintes atribuições, regulamentadas pelo Decreto nº 53.464 de 21-1-1964 :

- 1) Utilizar métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de :
 - a) diagnóstico psicológico;
 - b) orientação e seleção profissional;
 - c) orientação psicopedagógica;
 - d) solução de problemas de ajustamento.

- 2) Dirigir serviços de psicologia em órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares.
- 3) Ensinar as cadeiras ou disciplinas de psicologia nos vários níveis de ensino, observadas as demais exigências da legislação em vigor.
- 4) Supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de psicologia.
- 5) Assessorar, tècnicamente, órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares.
- 6) Realizar perícias e emitir pareceres, sôbre a matéria de Psicologia.

Pioneiro em todo o nordeste, o I.P.A., atendendo a disposições expressas na Lei 4.119, foi transformado em curso, passando a funcionar anexo à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Pernambuco. O processo de seu reconhecimento pelo Governo Federal, através da Divisão do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, está sendo devidamente encaminhado e é de esperar que não encontre maiores dificuldades, dadas as excelentes condições materiais e técnicas que apresenta, bem como o alto nível de capacitação do seu corpo docente.

Com efeito, ocupando todo o 8º andar do moderno e funcional edifício da Universidade Católica de Pernambuco, o Curso de Psicologia dispõe de salas amplas e bem iluminadas, racionalmente projetadas tendo em vista a sua finalidade. Nelas são ministradas, aos seus atuais 130 alunos, as diversas aulas teóricas das disciplinas do currículo, assim distribuídas:

1ª Série (Curso Bacharelado):

Complementos de Matemática
Fundamentos Biológicos da Psicologia
Psicologia Geral
Psicologia da Infância
Técnica de Trabalho Científico
Introdução à Filosofia
Doutrina Social da Igreja

2ª Série (Curso Bacharelado) :

Cultura Religiosa
Psicologia da Adolescência
Estatística
Testes e Medidas
Psicologia da Personalidade
Psicopatologia Geral

3ª Série (Curso Bacharelado) :

Administração Escolar
Ética Profissional
Psicologia Social
Introdução à Medicina Psicossomática
Introdução à Psiquiatria
Psicologia Dinâmica
Testes e Medidas

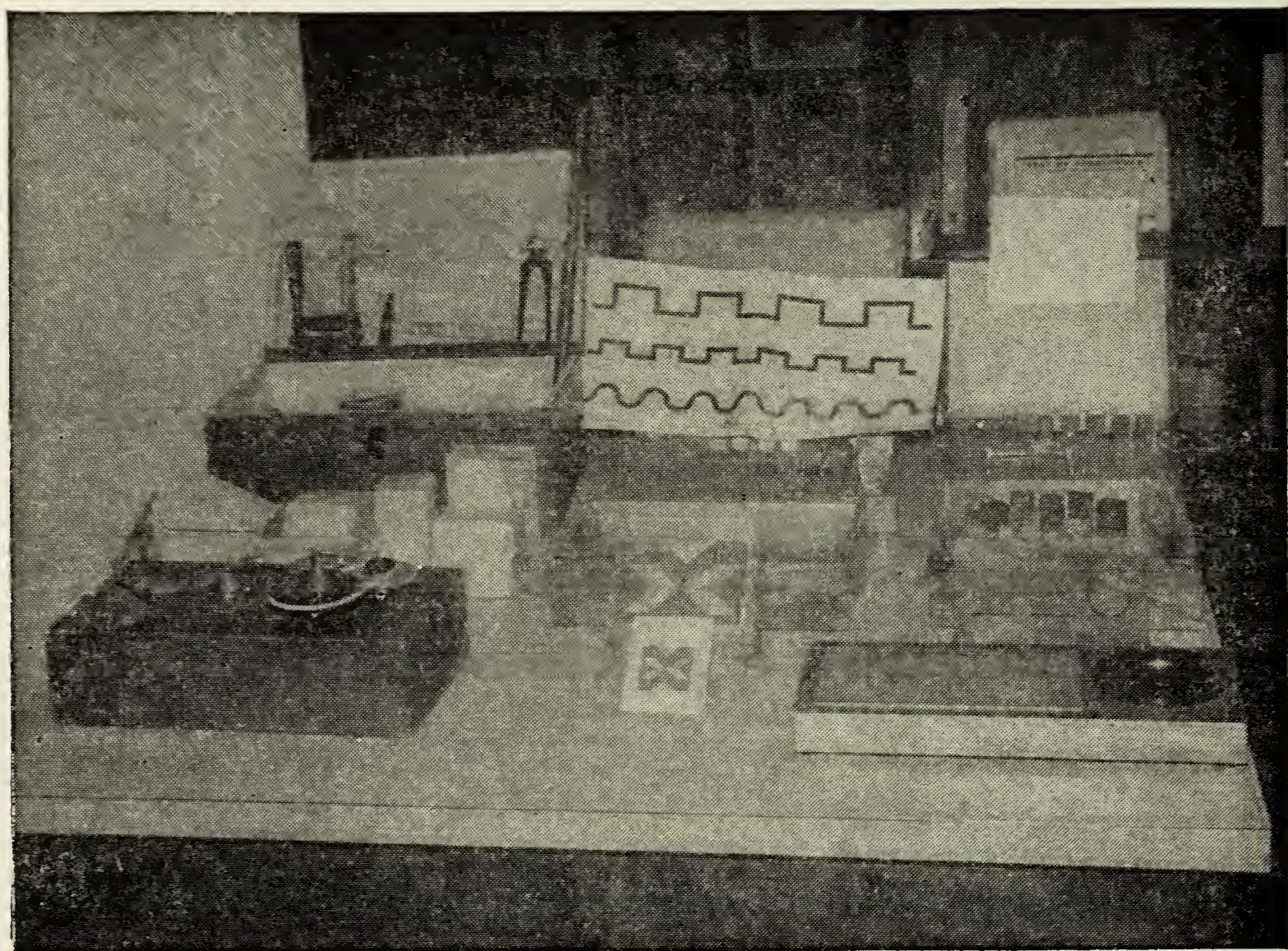
4ª Série (Curso Licenciado) :

Psicologia Filosófica
Psicologia Experimental
Psicoterapia
Seleção e Orientação Profissional
Técnicas de Exame
Didática Geral

5ª Série (Curso de Psicólogo) :

Aconselhamento Psicológico
Psicoterapia
Psicologia do Excepcional
Psicologia Profunda
Estágio supervisionado

As aulas, ministradas no horário noturno e, a partir de 1964, também pela manhã para uma turma de alunos da 1ª série são complementadas por estágios práticos de diversas cadeiras, no Hospital de Alienados da Tamarineira e na Clínica Psiquiátrica do Hospital Pedro II, assim como por seminários, realizados aos sábados.



Parte do Gabinete de Psicotécnica do Instituto

A fim de melhor atender à formação teórica de seus alunos, dispõe o curso de Psicologia de uma Biblioteca especializada, com mais de 1600 volumes sôbre diversos assuntos, de obras publicadas em inglês, francês, alemão, espanhol e português, muitas na língua original, outras em bem cuidadas traduções. Tenho em vista, outrossim, uma constante atualização de conhecimentos de professores e alunos, recebe regularmente a Biblioteca, mediante assinatura, 30 revistas especializadas, das mais diversas procedências.

Certamente, considerando-se as futuras atividades dos alunos, não basta uma formação teórica, ressaltando-se, como igualmente necessária a parte prática, que se cumpre tanto em instituições outras, como na bem equipada clínica do curso, onde já foi feito, desde a sua instalação, o atendimento gratuito de 73 pessoas, num total de 385 horas de trabalho e onde já foram aplicados mais de dois mil testes de diversos tipos.



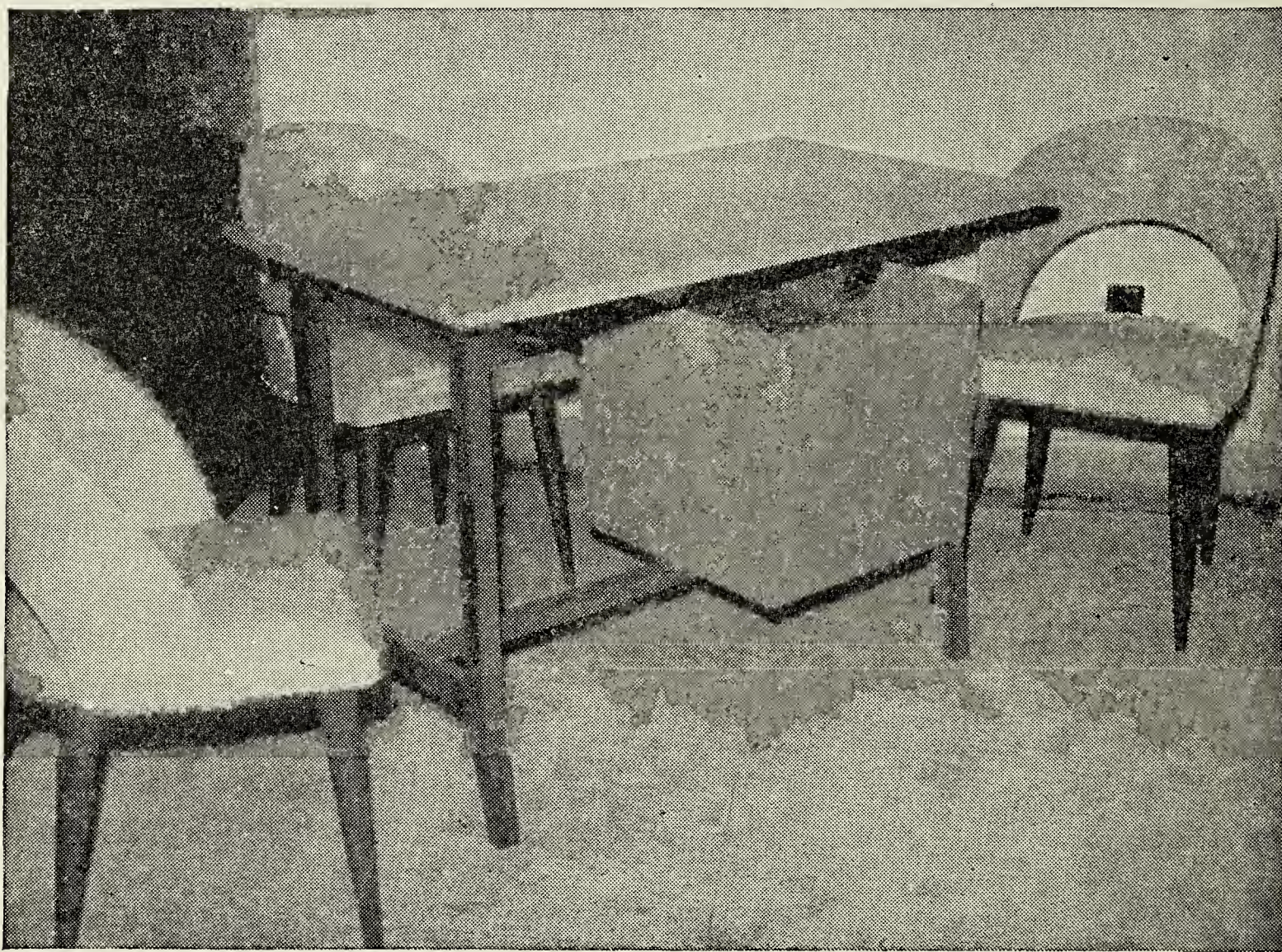
Biblioteca e salão de leitura do Instituto

Funcionando também no 8º andar do edifício da Universidade Católica, a Clínica Psicológica dispõe de 7 cabines individuais, três das quais equipadas com vidro espelho, a fim de que os alunos possam observar, sem serem percebidos, os clientes em atendimento. Numa das cabines, está ainda instalado um gravador Grundig, de grande utilidade para uma melhor análise e mais aprofundado estudo das entrevistas.

A clínica dispõe, no seu acervo, de um bom número de testes, tanto de rendimento intelectual e de aptidões, como de personalidade. Entre eles, o Teste das Matrizes Progressivas (Raven), o Dominó, a Bateria do D.A.T., o Stanford-Binet (formas L e M), o Terman-Merrill, o teste de Claparède-Walther, os Cubos de Kochs, o Inventário de Interesses de Thurstone, o Perfil e Inventário Pessoal de Gordon, o Rorschach, o Behn-Rorschach, o Fuchs-Rorschach, o Z-teste Diapositivo (Zulliger), o Teste das Pirâmides, o T.A.T., o C.A.T., o Teste de Szondi, mesas e material para aplicação do

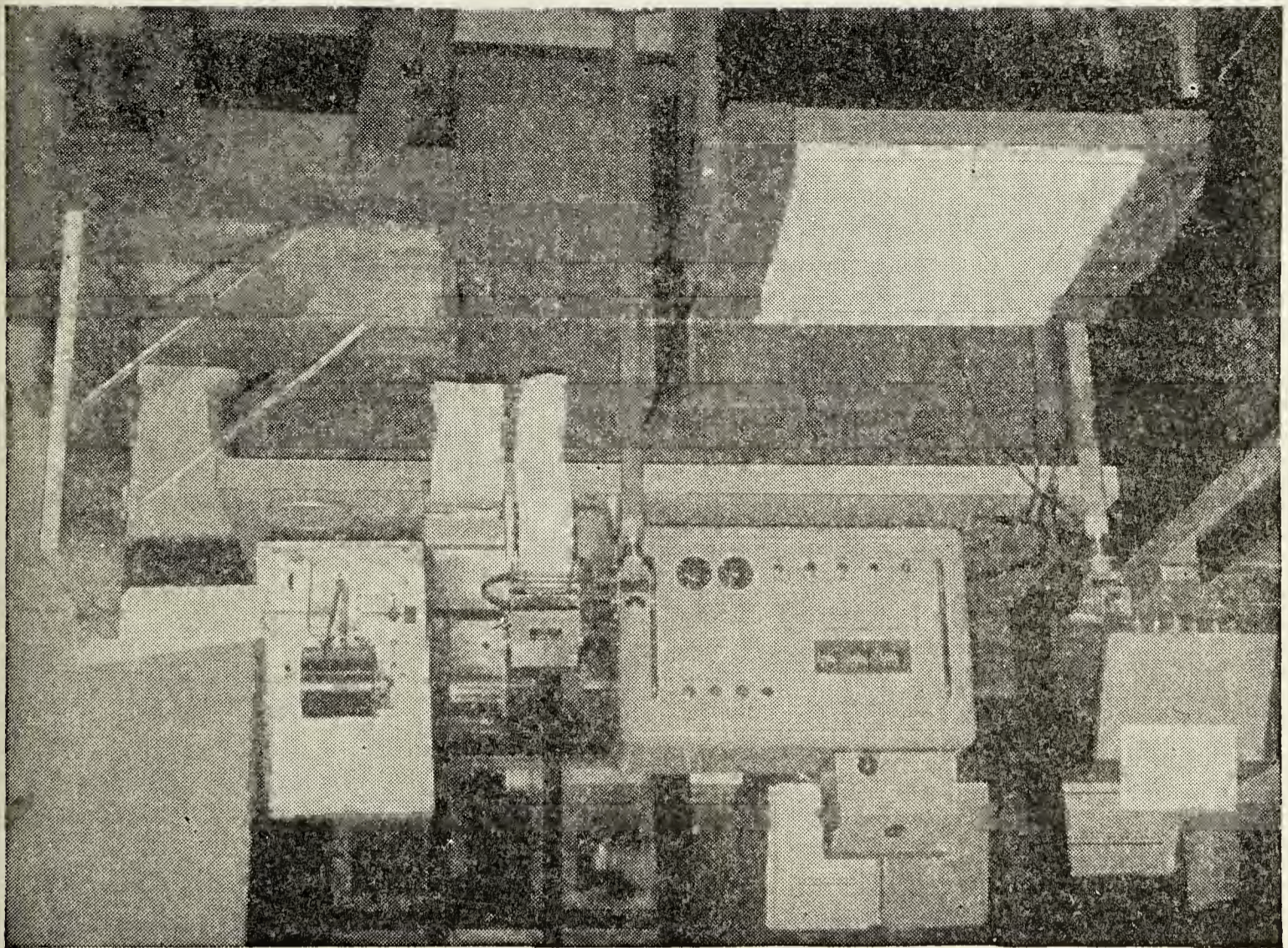
P.M.K. (Psico Diagnóstico Miocinético de Mira), o Sceno-Test de Staabs e o Teste para determinação de daltonismo, segundo Ishihara.

Além da Clínica, funciona, também no 8º andar do edifício, moderno laboratório de Psicologia Experimental, contando com material científico de grande precisão e valor. Entre êles, o reaciômetro eletrônico, o dexteroímetro de Chevilles, o Teste de Hebel, o aparelho de Kiel, a caixa de madeira segundo Giese, o conjunto de madeira para montagem segundo Moede.



Sala de entrevistas da Clínica Psicológica

No que diz respeito ao corpo docente, que credencia altamente o curso de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco e constitui uma garantia de sua idoneidade e da excelência de seu rendimento, os professores foram criteriosamente escolhidos, em função da experiência e das qualidades profissionais, a maioria deles com estágios e cursos de pós-graduação em universidades estrangeiras, europeias ou americanas. Atualmente, colaboram com a diretoria do Curso, ministrando as diversas



Material eletrônico do Gabinete de Psicologia

disciplinas os professores: P. Pedro Esmeraldo de Mello, P. Lúcio Flávio Campos, P. Aloísio Mosca de Carvalho, P. Alberto de Figueiredo Silva, P. Moisés Barreto, P. Luiz Ivan Araújo Corrêa, Antônio Carolino Braule Gonçalves da Silva, Murilo de Oliveira Santos, Ivone de Castro Santos, Tanceta Figueiredo, Itamar de Abreu Vasconcelos, José Bezerra de Souza Gil Braz de Araújo Nóbrega, Paulo Eugênio Sette, Maria do Carmo Souto Sette e Antonio Gama Vieira.

Finalmente, cumpre ressaltar, como uma das realizações do Curso de Psicologia, o cursinho pré-vestibular, que funciona de agosto a janeiro, com o fim de orientar os candidatos ao exame de habilitação à 1ª série, tendo em vista um melhor aproveitamento e mais rigorosa seleção.

Por outro lado, uma referência também deve ser feita ao funcionamento anexo do Curso de Orientação Educacional, com a duração de dois anos.

Assim estruturado, o Curso de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco vem firmando mais e mais o seu conceito, não só em Pernambuco como em todo o Nordeste, para êle acorrendo estudantes de tôda a região, interessados numa formação segura e criteriosa, que os habilite idôneamente ao exercício de uma profissão ainda nova e para a qual se abrem, cada vez mais amplamente, promissoras perspectivas.

(Notas coligidas por MARIA AUXILIADORA MOURA)

Centro de Pesquisas e Estudos de Psicologia

Tomou posse na 1ª quinzena de outubro a primeira Diretoria do Centro de Pesquisas e Estudos de Psicologia, que congrega alunos do Instituto de Psicologia Aplicada da Universidade Católica de Pernambuco.

Este Centro tem como finalidade pugnar por um maior desenvolvimento da psicologia no nosso meio, por um curso universitário mais eficiente e uma maior cooperação e integração entre os estudantes de psicologia.

Para consecução desses objetivos o Centro procurará promover conferências, seminárias, estágios, cursos de extensão, pesquisas, aulas práticas, feiras de livros, intercâmbio com sociedades afins.

É a seguinte a composição da diretoria:

Presidente Vitória Lúcia Gamplona
Vice-Presidente Luís Martinho Ferreira Maia
1º Secretário Aguinaldo Cordeiro da Silva
2º Secretário Uiara Carneiro da Cunha
1º Tesoureiro Maria Fernandes de Souza
2º Tesoureiro Cristina Almeida de Souza.

NIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

FACULDADE DE DIREITO

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

INSTITUTO SUPERIOR DE CULTURA RELIGIOSA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

ESCOLA DE ENFERMAGEM

A partir do próximo ano SYMPOSIUM aparecerá em três cadernos diferentes.

Em abril o primeiro caderno será dedicado a assuntos filosóficos, religiosos e culturais em geral.

Em agosto, a assuntos jurídicos, econômicos, sociais e antropológicos.

Em novembro a letras e temas afins.

Preço de assinatura :

| | |
|----------------------------|------------|
| Assinatura anual | Cr\$ 3.000 |
| Caderno isolado | Cr\$ 1.200 |
| Número atrasado | Cr\$ 1.300 |

Cada caderno ficará a cargo de dois ou mais responsáveis, cujos nomes indicaremos no primeiro caderno.

7:1 1965

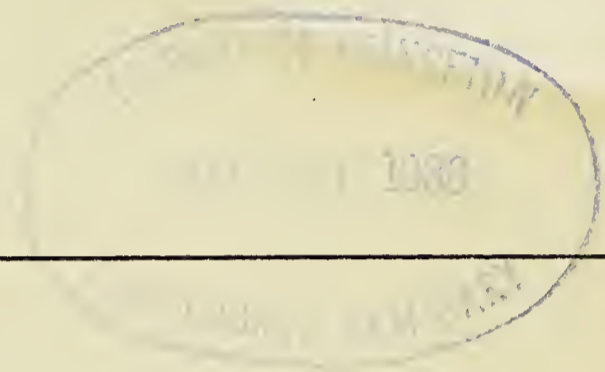
SYMPOSIUM

RECIFE

PERNAMBUCO

BRASIL

LAP



SUMÁRIO

DR. FELIX KARLINGER
Pe. Geraldo C. de Freitas S.J.

ETERNIDADE E TEMPO
Nelson Alexandrino Lins

DISCURSO DE PARANINHO
José Paulo Cavalcanti

RELATÓRIO SOBRE O «CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDO CIENTÍFICO DO RETARDAMENTO MENTAL» — COPENHAGEN — E VISITAS REALIZADAS AS DIVERSAS INSTITUIÇÕES PARA DEFICIENTES MENTAIS EM VÁRIOS PAÍSES DA EUROPA
Olivia da Silva Pereira

«SINAIS DOS TEMPOS»
Pe. Nércio J. B. Rodrigues

2º CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA DA LETRA
Trad. Resp. Pe. Pedro de Mello, S.J.

DISCURSO DE FORMATURA
Francisco Dário Mendes da Rocha

SÍNTESE DE DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA
Romeu Peréa

SITUACIONISMO ÉTICO DA DOCTRINA CRISTÃ
Pe. Pedro de Mello, S.J.

O LEIGONA IGREJA

Revista da
Universidade Católica
de Pernambuco

SYMPOSIUM

REVISTA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
DIRIGIDA PELOS PP. JESUITAS

ANO VII

RECIFE, 1965

Nº

| | | |
|-----------------|---|--------------------------------|
| Diretor | — | P. A. MOSCA DE CARVALHO, S.J. |
| Redator-chefe | — | P. PEDRO DE MELLO, S.J. |
| Redator-revisor | — | P. ANÍBAL DE SOUSA MELLO, S.J. |
| Administrador | — | P. ANTÔNIO ABRANCHES, S.J. |

| | |
|-------------------------------------|------------|
| Assinatura anual | Cr\$ 4.000 |
| Número avulso | Cr\$ 1.500 |
| Número atrasado | Cr\$ 1.800 |
| Assinatura para alunos da UCP | Cr\$ 3.500 |
| Assinatura para o Estrangeiro | \$ 4 |

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO :

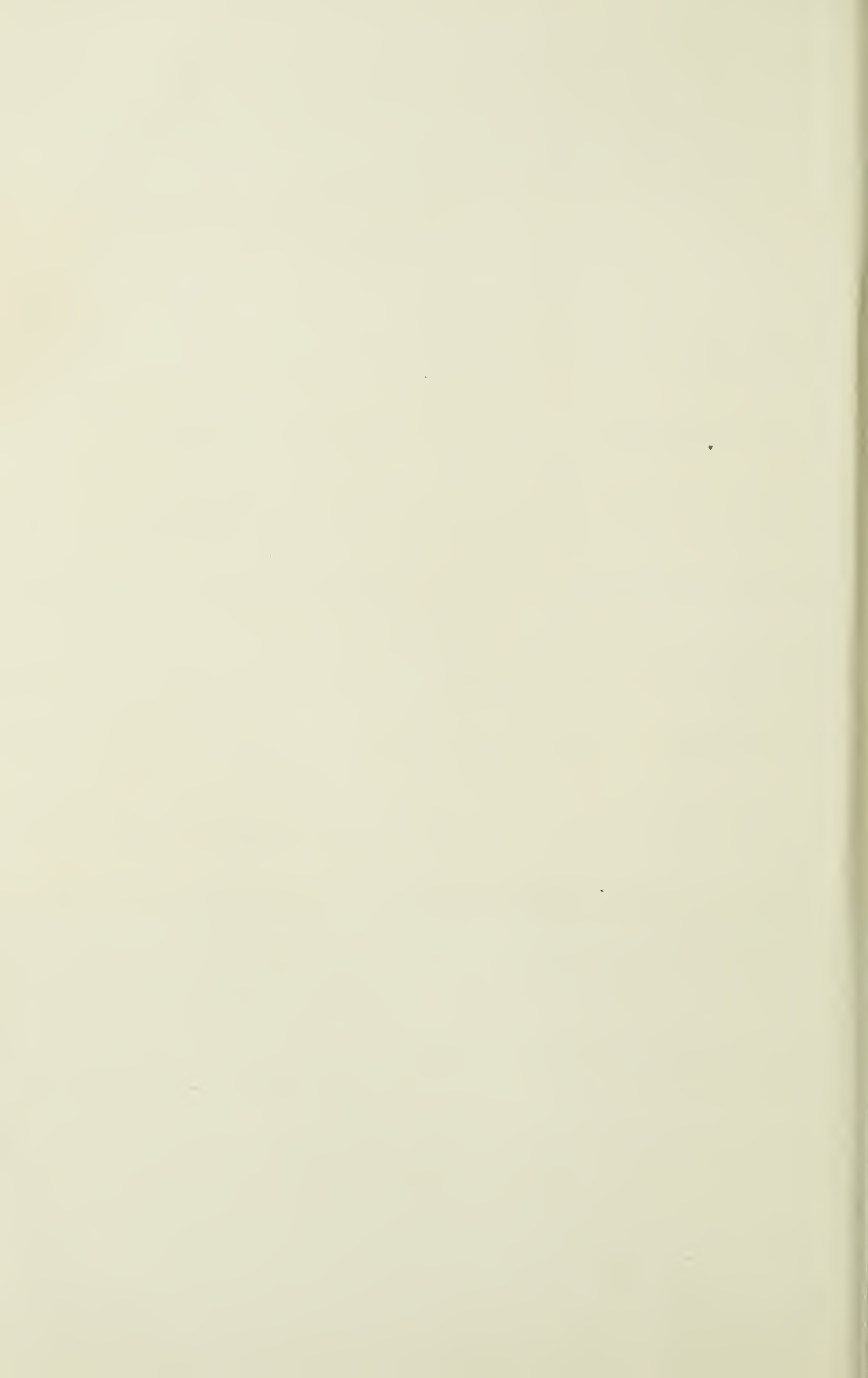
RUA DO PRÍNCIPE, 526 — FONE : 2-3776

RECIFE - PERNAMBUCO - BRASIL

ERRATA

Na página 121, em lugar de: “Situacionismo Ético da Doutrina Cristã” **LEIA - SE:** Situacionismo Ético e o Pensamento Cristão

| | | |
|---|----------------------------------|-----|
| CONFERÊNCIA DE ESTUDO CIENTIFICO DO RETARDAMENTO MENTAL» — COPENHAGEN — E VISITAS REALIZADAS ÀS DIVERSAS INSTITUIÇÕES PARA DEFICIENTES MENTAIS EM VÁRIOS PAÍSES DA EUROPA ... | Olivia da Silva Pereira | 93 |
| 2º CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA DA LETRA | Trad. Resp. Pe. Pedro Mello S.J. | 115 |
| SITUACIONISMO ÉTICO DA DOCTRINA CRISTÃ | Pe. Pedro de Mello, S.J. | 121 |



Dr. Felix Karlinger

PERFIL DE UM SÁBIO EUROPEU

Pe. GERALDO C. DE FREITAS, S. J.

B I O G R A F I A

Nasceu em Munique (Alemanha) em 1920. Estudou Letras Neo-Latinas, Música, Teatro e Tradições e Costumes Populares, doutorando-se em Filosofia em 1948.

Docente, em 1950, na Politécnica e, a partir de 1959, na Universidade de Munique, tem a seu cargo o ensino do Folclore e da Sociologia Cultural dos Povos Românicos. Seus estudos e pesquisas concentra no sector das narrações populares e da literatura de divulgação, sobretudo dos países do Mediterrâneo, sem deixar de lado investigações sôbre as crenças religiosas e músicas do povo.

Dando início a estudos sôbre a literatura popular brasileira tenta descobrir nela as influências recíprocas da tradição narrativa européia, africana e índia. Essa tentativa mostra tanto nas recensões de «Contos populares do Brasil» (Sílvio Romero), «Danças tradicionais das Américas» (Maria Amália Corrêa Giffoni), «Lendas Brasileiras» (Ester Ferreira Vianna Calderon), «Homem, Cultura e Trópico», «Vida Social no Brasil nos meados do século XIX» (Gilberto Freire), publicadas em «Hessische Blätter für Volkskunde» (Marburgo, Alemanha) e em «Österreichischen Zeitschrift für Volkskunde» (Viena, Áustria), como na tradução e apresentação de lendas portuguesas e brasileiras editadas em «Romanische Märchen» (Tubinga, Alemanha). É o autor da crítica aos «Estudos Etnográficos II» nos dois livros do escritor português Carlos Lopes Cardoso: «Do Uso da «Cegonha» no Distrito de Moçades» e «Cancioneiro Popular de Cete».

O Dr. Felix Karlinger é o Presidente da «Società Nazionale Dante Alighieri» de Munique e do «Centre d'études de la culture populaire européenne» e Membro de vários Institutos Internacionais de Pesquisa.

B I B L I O G R A F I A

I.) PESQUISAS

Beiträge zu einer Volkskunde der Pyrenäen im Spiegel des Volksliedes; Diss. Phil., München 1948. XXXVI 203 pp.

Das sardische Volkslied — Versuch einer Bestimmung seiner historischen und soziologischen Situation als Beitrag zur westmediterranen Volkskunde; Phil. Hab.=Schrift.

München 1959. 194 pp.

II.) LIVROS PUBLICADOS

1. Allegoria Hispanica, Sieben Streiflichter zu Spaniens Kultur und Volkstum; Donauwörth 1952. 42, III pp.
2. Heimkehrerprobleme im Volkslied Mittel= und Westeuropas; München 1957. 121 pp.
3. Inselmärchen des Mittelmeeres; Köln-Düsseldorf 1960, 1962. 336 pp.
4. Ennio Porrino e la Sardegna; Cagliari 1961. 18 pp.
5. Spanische Märchen (En coll. avec Harri Meier); Köln-Düsseldorf 1961. 327 pp.
6. Ennio Porrino — Skizze seines Lebens und Streiflichter zu seinem Kunstwerk; München 1961. 64 pp.
7. Romanische Märchen; Tübingen 1962. X, 68 pp.
8. Les contes des Frères Grimm — Contribution à l'étude de la Langue et du Style; Paris-Fribourg 1963. 35 pp.
9. Das Mädchen im Apfel — Italienische Volksmärchen; München 1964. 219 pp.
10. Der abenteuerliche Glückstopf — Märchen des Barock; München 1965. 212 pp.
11. Märchen oder Antimärchen? — Gedanken zu Basiles «Lo viso»; — München 1965. 36 pp.

III.) LIVROS NO PRELO

Einführung in die romanische Volksliteratur;
(München Max Hueber Verlag, ca. 1966)

Europäische Legendenmärchen

(Eugen Diederichs Verlag, Köln, ca. 1966)

IV.) ENSAIOS PUBLICADOS

1. Brauchtum spanischer Wallfahrten, in «Mitteilung der Gesellschaft «Kultur der Völker», 1951, pp. 1-8.
2. Verwandtes im Volkslied der Alpen und Pyrenäen, in «Zwiebelturm», 1952, pp. 240-243.
3. Vokal= und Instrumentalmusik — Eine Entgegnung, in «Deutsche Tagespost», 1954 pp. 3-4.
4. Schmugglerlieder im romanischen und deutschen Raum, in «Alpenland», 1954, Juni, pp. 1-8.
5. Antifonário visigótico mozárabe de la Catedral de Leon, in «Ars», 1955; pp. 664-666.
6. Volkstümliches in der Kirchenmusik Sardinien, in «musica sacra», Köln 1956; pp. 203-208.
7. Heimat und Fremde, in «Schönere Heimat», 1957; pp. 290-295.
8. Launeddas — Skizze eines Kultinstrumentes, in «musica sacra», Köln 1958; pp. 42-49.
9. Settimana musicale Sarda, in jeunesse musicale; 1958, Nr. 3, p. 2.
10. Zur belletristischen Literatur des 2. Weltkrieges, in «Wehrkunde»; 1958, pp. 114-116.
11. La musica popolare sarda, in «Eco del Regionale»; 1958, Nr. 5/6, pp. 5-7.
12. Musik in Sardinien, in «Neue Zeitschrift für Musik»; 1958, pp. 657-658.
13. Eine sardische Oper, in «Musica»; Kassel 1959, pp. 397-398.
14. «I Shardana» in Neapel, in «Musikalische Jugend»; 1959, Nr. 4, p. 13.
15. «Il processo di Cristo» — Ein modernes Oratorium von Ennio Porrino, in «musica sacra»; Köln 1959, pp. 290-296.
16. Zeitgenössisches am Lido, in «Musikalische Jugend»; 1959, Nr. 5, p. 12.
17. Giochi e favole per bambini, in «Musica», 1959, p. 706.
18. Klara Rambucher, in «Schönere Heimat»; 1959, pp. 91-92.
19. Ennio Porrino, in «musica sacra»; Köln 1960, pp. 14-18.
20. Salomo auf Sardinien, in «Stuttgarter Nachrichten»; 19. 11. 1960.
21. Musik auf Sardinien, in «Musica»; Kassel 1960, pp. 379-380.
22. Ennio Porrino (e la musica sacra), in «Eco del Regionale»; 1960, Nr. 10/12, pp. 13-14.
23. Ottorino Respighi, in «Musica»; Kassel 1961, p. 637.

24. Wagners Ring, in «Musica»; Kassel 1961, pp. 434-443.
25. Novitäten aus Italien, Einhistorischer Streifzug, in «Musica-Schallplatte»; 1961 pp. 78-79.
26. Die Begegnung mit der toten Braut im Volkslied, in «Jahrbuch des Österreichischen Volksliedwerkes»; 1961, pp. 48-54.
27. Die Sakralmusik in Valabregas Werk, in «musica sacra»; Köln 1961, pp. 270-272.
28. Josef Martin Bauer, in «Schönere Heimat»; 1961, pp. 314-316.
29. J. Rodrigos «Concierto de Aranjuez» und E. Porrinos «Concerto dell'Argentarola», in «Musica»; Kassel 1961, p. 6/II.
30. Der Prozess Christi als Oratorium, in «Musikalische Jugend»; 1961, Nr. 3, p. 17.
31. Hans Karlinger, in «Schönere Heimat»; 1962, pp. 424-427.
32. Cultura d'Europa oggi, in «Rheinischer Merkur»; 1962; Nr. 31, p. 17.
33. Was ist Volksmusik? in «Schönere Heimat»; 1962, pp. 535-536.
34. Volksforschung in Italien, in «Hessische Blätter für Volkskunde»; 1962, pp. 182-191.
35. L'Argentarola, in «Il Secolo d'Italia» 1962, Nr. 210, p. 3.
36. Antoni Maria Alcover, in «Hess. Blätter f. Volkskunde»; 1962, pp. 208-209.
37. Inkubationsbrauchtum sardischer Wallfahrtskirchen, in «Österreichische Zeitschrift f. Volkskunde»; 1962, pp. 201-210.
38. Europas Kultur heute, in «Musikalische Jugend»; 1962, Nr. 5, p. 13.
39. Märchenforscher und Germanist, in «Deutsche Zeitung»; Köln 1963, Nr. 190, p. 6.
40. Genovefa und Azénor, in «Schönere Heimat»; 1963, pp. 46-48.
41. Dante in der italienischen Musik des 20. Jahrhunderts, in «Mitteilungsblatt der Dt. Dante-Ges.»; 1963; pp. 13-15.
42. Ein byzantinisches Märchenmotiv in Sardinien, in «Märchen, Mythos, Dichtung — Festschrift zum 90. Geburtstag Friedrich von der Leyens»; München 1963, pp. 39-47.
43. Schneeweisschen und Rosenrot in Sardinien — Zur Übernahme eines Buchmärchens in die volkstümliche Erzähltradition, in «Brüder Grimm Gedenken»; Marburg 1963, pp. 584-593.
44. Italien, in «IRO-Volkskunde»; München 1963, pp. 121-139; pp. 267-268; p. 274; pp. 289-291.
45. Il linguaggio nazionale ed internazionale della musica tedesca ed italiana d'oggi, in «Riassunto delle relazioni principali del IV. convegno intern di studi italo-tedeschi»; 1963, pp. 38-39.

46. Friedrich von der Leyen, in «Hessische Blätter f. Volkskunde»; 1963, pp. 692-693.
47. Introdução à lírica popular, in «Symposium»; 1963, pp. 116-121.
48. Zur Vertonung der Lyrik von Michelangelo, in «Chigiana — Rassegna Annuale di Studi Musicologici»; 1964, pp. 239-247.
49. Das sardische geistliche Spiel vom Ende des 17. bis zum Ende des 18. Jahrhunderts, in «Literaturwissenschaftliches Jahrbuch»; Berlin 1964, pp. 61-78.
50. La funzione del monologo e del dialogo nelle fiabe di Basile e Creanga, in «Lettere Nuove»; 1964, Nr. 5, pp. 23-25.
51. Sardische Texte, in «Schriften der S.D.A.»; 1964, pp. 1-4.
52. Michelangelo in der Musik, in «Michelangelo Buonarroti»; Würzburg 1964, pp. 215-225.
53. Das Märchen von den kostbaren Katzen, in «Luzerner Neueste Nachrichten»; 1965, Nr. 63, p. 33.
54. Volkskunde als neuphilologische Hilfswissenschaft, in «Die Neueren Sprachen»; 1965, Nr. 5. pp. 232-236.

V.) ENSAIOS NO PRELO

Funcțiunea dialogului în basmele lui Basile și Creanga, in «Revista de Etnografia și Folclor».

VI.) CRÍTICAS E RECENSÕES

Bayerisches Jahrbuch für Volkskunde, Erasmus, Estero, Giornale d'Italia, Hessische Blätter f. Volkskunde, Lexikon f. Theologie und Kirche, Méditerranée, Musica, musica sacra, Musikforschung, Die Musik in Geschichte und Gegenwart, Neue Zeitschrift f. Musik, Österreichische Zeitschrift f. Volkskunde, Revue Ethnographique, Schöner Heimat, Südostforschungen, Unione Sarda, Zeitschrift f. Orientalistik, Zeitschrift f. Romanische Philologie.

Discurso de Parainfo (*)

JOSÉ PAULO CAVALCANTI

(*) Pronunciado no Teatro Santa Isabel, na noite de 11 de dezembro de 1964, na formatura da 1ª Turma de Bacharéis da Faculdade de Direito da Univ. Cat. de Pe.

Com a grande honra de paraninfado, cabe-me falar aos primeiros bacharéis da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco, na solenidade da sua formatura.

Quem, nas aulas ordinárias do seu curso, nunca conseguiu evitar que ao seu entusiasmo se juntasse uma ponta de emoção, como não se sentirá agora, nesta preleção de despedida?

Faltam Antônio Isaías Barbachan, que caiu tão cedo, antes mesmo que chegasse diante da minha banca de professor; e Luiz Tavares de Lira, que recebeu o aviso de partida, faz um ano, diante de um volume de Direito Civil; êle, que nunca faltou a aula alguma, como não se sentirá agora, perdendo a última lição?

Talvez estejam lá, na nossa escola, silenciosos, nos seus salões vazios.

Descendo para nosso espaço o pensamento, volto-o para uma cidade distante, uma pequena cidade chamada Pádua, na direção de um amigo, o Professor Alberto Trabucchi, jurista excepcional que vocês, com justiça, quiseram homenagear, tão ligado que é ao Brasil — por sôbre, como diz êle, os mares que nos separam — e especialmente à nossa cidade, onde pronunciou memoráveis conferências, inclusive na nossa então recém-criada Faculdade, no ano de 1959.

*

* *

De vocês, alguns talvez se dediquem a uma atividade jurídica científica ou didática; em muito maior número, por certo, serão juízes ou advo-

gados, os dois grandes gêneros em que se podem incluir todos os operadores práticos do direito.

Os que forem juízes, verão tôdas as fôrças inclinarem-se diante da sua toga, por exigência do bem comum. Seu pôsto, sendo o mais alto e o mais difícil, será também o mais belo. Por que os juízes que põem a integridade do seu espírito, sua resistência na fidelidade ao ideal do direito, por cima dos seus próprios interesses, de tôdas as difamações, de tôdas as pressões de fôrça, terão chegado aonde pode ir a grandeza do homem. Dêsses, assim falou Pontes de Miranda: «São raros, dir-se-á. Não tanto. Há-os por aí afora, como os que morrem na luta ou fracassam nas intrigas do mundo, lutando pelas idéias ou pelos interesses dos outros, dos outros que lhes são desconhecidos».

Os que forem advogados, verão como é necessária para que justiça se faça a emocionante advocacia forense (a parte material talvez não falasse do fato em que pode repousar todo o seu direito), com suas incertezas, suas alegrias, suas desilusões, seu desespêro com a inevitável lentidão do processo, que o leigo incapaz de abstrair imputa ao juiz e ao advogado, sem perceber que o processo rápido é um sonho inatingível, porque não é possível decidir depressa e decidir bem.

E compreenderão como é exigente e útil a advocacia do negócio jurídico, para a qual me inclinei depois de mais de dez anos de intensa atividade forense, atendendo a uma exigência de especialização, por todos a cada dia mais sentida.

Exigente porque opera sôbre o mais nobre tecido, sôbre as mais finas construções da dogmática jurídica. Socialmente útil porque o negócio que atende a todos os pressupostos e elementos de validade e de eficácia, que é regular e é claramente redigido, submete as partes ao cumprimento do seu conteúdo preceptivo, desestimula as impugnações da má fé, contribuindo para a redução do fenômeno da litigiosidade, contrário aos interesses da paz social. Enquanto o negócio mal feito é o pai de uma lide.

Mas do advogado sobretudo importa dizer que ninguém vê tão de perto o homem, no seu trágico barro, rareado de estrêlas.

*

* *

No curso que há pouco terminamos — além do estudo necessariamente elementar dos mais importantes institutos dos diversos campos do

direito civil — pudemos ver que é essencial o domínio dos princípios, sínteses científicas que permitem a escalada do teórico e a caminhada segura do aplicador prático, que sem êles se confundiria, com freqüência, diante da massa dos detalhes.

São os princípios que permitem a unificação conceitual de figuras aparentemente diversas e as distinções teóricas mais sutis, que não são inúteis porém fecundas, ao apanharem uma delicada diversidade íntima, preponderante sôbre as múltiplas semelhanças secundárias mais ostensivas.

Destacamos a importância do rigor terminológico, que o jurista deverá buscar com o maior empenho, embora não seja ainda possível conseguí-lo com a plenitude desejada, porque a terminologia da nossa ciência continua eivada de palavras polissensas e de expressões defeituosas, de par com certa falta de uniformidade.

E observamos que, já a braços com a incerteza que remanesce em parte dos termos técnicos da sua ciência, o jurista, na obra de doutrina, e sobretudo na redação da lei, da sentença, do negócio, deverá procurar o máximo — ainda assim tantas vêzes insuficiente — de precisão e de clareza na sua linguagem; para isso usando de uma só designação para cada figura, e explicitando qual o sentido com que a emprega, quando tiver ela mais de um significado; não fugindo de repetir palavras e locuções, tantas vêzes quantas necessário; não evitando as aparentes redundâncias que, na verdade, sejam úteis esclarecimentos; e não deixando que a brevidade do texto — desejável, mas não fundamental — implique em simplificar lacunosamente o regulamento da relação versada.

Essas noções de técnicas jurídica e de singulares institutos, que foram o objeto do nosso curso, não lhes bastarão, porém, para vencer as inumeráveis dúvidas e dificuldades em que se sentirão envolvidos quando mais adiante examinarem um problema teórico ou tratarem em concreto uma relação da vida, disciplinada pelo direito.

É necessário que retomem, amanhã, com inalterado, senão maior esforço, os estudos que nunca terminaremos.

*

* *

Entretanto, nossa tarefa não se pode esgotar no domínio da técnica jurídica e do direito constituído, e na sua aplicação concordante com a incidência.

Toca-nos um outro dever, que é o de não ficar indiferentes diante da relevantíssima situação geral que se estabelece quando o Estado não acolhe, no devido tempo, as novas aspirações de natureza jurídica da consciência coletiva.

Sabemos que as mudadas exigências do espírito do grupo exercem uma contínua pressão sôbre o ordenamento positivo, pressão que se deve resolver na modificação concorde dêste, única solução condizente com os interesses da paz social.

Êsse processo de adaptação algumas vêzes se realiza com maior rapidez, como se pode ver da história das transformações recentes dos maiores institutos, na suas mais assentes bases tradicionais.

Transformou-se profundamente o direito dos contratos, quando o triunfo do industrialismo, iniciado em fins do século XVIII e grandemente acentuado a partir da metade do século XIX, gerou o acúmulo de capitais e a concentração de emprêsas; então os contratantes dêsse lado, incomparavelmente mais fortes — servindo-se do antigo dogma da vontade como princípio supremo dos contratos, com as únicas e imprecisas restrições da ordem pública e dos bons costumes — impunham aos contratantes do outro lado as piores condições, não lhes deixando sequer a alternativa da recusa, porque não estavam em condições de resistir à necessidade do negócio.

Contra essa situação, levantou-se a consciência coletiva; e o Estado interferiu para impor acentuadas limitações legislativas à liberdade contratual, reconhecendo, assim, que, como está na frase famosa, «entre o fraco e o forte é a liberdade que oprime e a lei que liberta».

Mudou sobretudo o contrato do trabalho, para o qual a compra e venda perdeu a posição de mais importante negócio jurídico, pelos bem mais altos valores que o empregado nêle empenha.

Contra os efeitos da sua inclusão no esquema da locação, tendo o trabalho um preço de mercado, sujeito às leis da concorrência — o que vinha de um longo passado histórico — opuseram-se, como refere a doutrina, exigências ético-sociais, que reclamavam o reconhecimento de que o empregado « não empenha na relação com o empregador algo de seu patrimônio, distinto da sua pessoa, mas empenha a própria pessoa»; «que êle não põe em jôgo o seu porvir, mas talvez o seu ser»; «que na realidade não existe o trabalho, mas existem homens que trabalham», «Zé, Antônio, Severino».

Constrói-se, então, já no início do nosso século, o novo direito positivo do trabalho, fundado essencialmente no princípio da personalidade do

trabalho, separando-o do direito das mercadorias. «O trabalho» — como foi dito com exatidão — «não é mais objeto, mas é sujeito da economia».

Em decorrência, o trabalhador passa a ter direito a um salário suficiente para assegurar-lhe e à sua família uma existência digna e livre; e êsse direito excede o campo patrimonial dos direitos de crédito e passa para o campo superior e indisponível dos direitos da personalidade.

Neste ponto, permito-me considerar que, reconhecido o seu caráter essencial e indisponível, não pode êsse direito ao salário suficiente ser sacrificado a nenhum interêsse de abreviar o prazo do desenvolvimento econômico pelo aumento das reinversões (o que constitui o problema dos chamados «tempos do desenvolvimento»), nem a nenhum programa de recuperação e de saneamento da economia pública.

Porque se daquele desenvolvimento ou dessa recuperação dever-se-ão beneficiar as gerações futuras, ou, mais adiante, a própria atual geração, as restrições que ambos impõem não podem ser levadas a tal ponto que «obriguem a geração presente a sujeitar-se a privações desumanas, isto é, indignas da pessoa humana», como adverte a **Mater et Magistra**. Não podem, portanto, atingir o direito ao salário suficiente.

Modifica-se, ainda, ampliando-se, a subjetividade jurídica.

Ao lado do indivíduo, como protagonista da atividade econômica, alinha-se um novo sujeito, **a categoria**, mais apta para representar os interesses comuns a todos os seus componentes. E paralelamente se inscreve entre os tipos de negócio, junto aos contratos individuais, de eficácia relativa, os contratos coletivos, de imperativa eficácia normativa, de que é mais nobre e relevante espécie ainda o contrato do trabalho.

Transformou-se, por sua vez, a propriedade, instituto sensibilíssimo às novas concepções da consciência coletiva, com o desaparecimento do seu antigo caráter individualista, no jôgo entre as tendências de socialização, nacionalização, democratização e humanização.

A propriedade quando permanece **individual**, isto é, direito do indivíduo, não é mais, porém, **individualista**, isto é, o poder do proprietário é limitado pelas exigências dos interesses sociais implicados.

Tôdas essas modificações sofridas pelo direito positivo, não se fizeram sem que contra elas se levantassem as resistências mais tenazes.

Quando se davam os primeiros passos para a intervenção do Estado no sentido de dar um conteúdo de justiça aos contratos, opuseram que isso era uma restrição intolerável à liberdade de contratar.

Entretanto, sabemos em que opressão de fato se resolvia a abstrata liberdade de que falavam.

Quando se pretende uma atividade legislativa inovadora, no sentido de uma mais justa distribuição dos bens, para que o nível de vida da comunidade se eleve, opõem que uma nova legislação é desnecessária e até danosa, bastando, para atingir aquêlê objetivo, incrementar o processo de desenvolvimento econômico, estimular o aumento da produção nacional.

Entretanto, sabemos que o desenvolvimento econômico não beneficia necessariamente a todos os membros do grupo, ou beneficia minimamente, podendo resvalar no proveito de apenas alguns ou de poucos; em síntese, sabemos que o progresso econômico não implica o progresso social.

Lembremos aqui as palavras da **Mater et Magistra** :

«Pôsto que a economia das nações se desenvolve com tanta rapidez em nosso tempo, e sobretudo depois da última guerra mundial, julgamos oportuno advertir a todos sôbre o gravíssimo preceito de justiça social que expressamente exige o desenvolvimento econômico e o progresso social mutuamente ligados e ajustados, de modo que tôdas as classes sociais se beneficiem, eqüitativamente, com o aumento da riqueza nacional. Para isso, é preciso vigiar e lutar com todo o empenho, a fim de que as discrepâncias entre as classes sociais, em razão das desigualdades econômicas, em vez de aumentarem, se atenuem quanto possível».

E recordemos a **Pacem in Terris** :

«Faz-se mister que os poderes públicos se empenhem a fundo para que ao desenvolvimento econômico corresponda o progresso social».

É necessário, portanto, que o direito positivo atue, de modo a fazer com que os resultados do desenvolvimento econômico não se limitem a uns poucos, mas se estendam a todo o grupo social.

Quando, por outro lado, o Govêrno sàbiamente se empenha na reforma agrária, que a consciência brasileira reclama, contrapõem que nada adianta subdividir as grandes terras ociosas, sem o concorrente financiamento e assistência técnica, que excedem as fôrças do Estado.

Entretanto, aqui se deve contar com a natureza humana e esperar que com a só entrega de um pedaço de chão a quem o cuide como seu, a terra, como já antevira a **Rerum Novarum**, «produzirá tudo em maior abundância, pois o homem é assim feito: o pensamento de que trabalha em terreno que é seu redobra o seu ardor e a sua aplicação. Chegará a pôr todo o seu amor numa terra que êle mesmo cultivou, que lhe promete a si e aos

seus não só o estritamente necessário, mas também uma certa abastança».

E «não há quem não descubra sem esforço os efeitos desta duplicação da atividade sôbre a fecundidade da terra».

A reforma agrária será, portanto, benéfica em si mesma; sem que com isso se diga que medidas governamentais complementares não a possam fazer ainda mais fecunda.

*
* * *

Sôbre êsse quadro de contradição entre as aspirações da consciência coletiva e o direito constituído devem debruçar-se, com o espírito e o coração, todos os que exercem uma atividade jurídica, para sermos fiéis ao ideal democrático, que quer no comando estatal um autocomando, isto é, um ordenamento que exprima a consciência geral.

Mas não sòmente nos devemos empenhar para que o direito positivo avance para atualizar-se, mas também cuidar para que não sejam desfeitos os progressos conseguidos, porque, como nos adverte a doutrina, «o progresso social é um valor frágil e facilmente ameaçável», sendo necessário «ter sempre vivo o sentido da precariedade das conquistas da civilização, mesmo dessas verdades tão evidentes e conformes ao comum sentimento de justiça, cujo ingresso no campo do direito foi tão lento e laborioso através dos séculos, cuja permanência continua sempre sujeita a perigos».

Dêsse modo, porque «as conquistas da civilização não são nunca definitivas, antes estão sempre sujeitas a contínuas ameaças, e séculos de progresso podem ser repentinamente cancelados», não só é necessário fazer com que o direito positivo avance — êle que já é, por sua natureza, sempre mais lento na sua evolução do que a sensível consciência coletiva — como é necessário impedir que recue.

Mais freqüentemente, êsse recuo do progresso social atinge o grupo no seu maior bem, que é a liberdade, aquela que lhe cabe não porque esteja inscrita em textos positivos, mas porque faz parte da própria natureza do homem, que dela não se pode separar sem desfigurar-se.

O direito, escreve Giuseppe Gapograssi, «o direito, a liberdade, o valor do indivíduo e da livre espontaneidade da sua vida são como o ar e a luz: quem se advertia dêsses bens, quando existiam? Quando trágicamente faltaram, nasceu no espírito prêso no meio das dificuldades e das negações da história a advertência prática e vivida dessas coisas e do seu valor».

Nesse ponto, permitam vocês que eu me reporte a uma aula do nosso curso, aquela que recordo ter sido a última do mês de março do corrente ano, porque logo se lhe seguiu a Semana Santa.

Disse-lhes naquela aula, versando as limitações a que se deve submeter o Estado na determinação da esfera jurídica de cada cidadão, que regime algum, de qualquer tipo ou qualquer que fôsse o matiz de que se quisesse revestir, é compatível com a dignidade humana, se comprime a liberdade dos cidadãos.

Observei que a história estava marcada pela trágica revivescência de regimes de opressão; e que, quando o despotismo se instaura, há, quase sempre um jurista que não lhe falta com os seus serviços, como se o direito fôsse matéria informe sôbre a qual se pudesse operar livremente e não devesse ter substancial conteúdo de expressão da consciência coletiva.

E lhes li, na ocasião, o seguinte trecho de Tocqueville, transcrito em livro de Giuseppe Stolfi, que para êsse fim levava comigo :

«Se se estudasse atentamente aquilo que tem sucedido no mundo desde quando os homens conservam a recordação dos acontecimentos, se descobriria sem trabalho que, em todos os países civis, ao lado de um déspota que comanda, se encontra quase sempre um jurista que dá sistema às vontades arbitrárias e incoerentes do primeiro. Ao amor geral e indefinido do poder que têm os reis, os juristas conjugam o gôsto do método e a ciência dos particulares do govêrno, que naturalmente possuem. Os primeiros sabem constranger momentâneamente os homens a obedecer; os segundos possuem a arte de curvá-los, quase voluntariamente, a uma obediência durável. Uns fornecem a fôrça, outros o direito. Aquêles se conduzem ao poder através do arbítrio. Êstes através da legalidade. Onde aquelas duas fôrças se juntam, se estabelece um despotismo que deixa apenas respirar a humanidade; aquêle que tem sômente a idéia do príncipe sem aquela do jurista, não conhece senão uma parte da tirania. É necessário referir-se a ambos, no mesmo tempo, para compreender o todo».

E ao encerrar, naquela aula de março dêste ano, o tratamento do assunto, disse-lhes que traía sua ciência o jurista que legalizava a tirania

Agora, pela compreensão e nobreza com que inalteravelmente se trataram, até o termino da nossa convivência, pelo respeito que mostraram pela dignidade humana, pelos valores morais e espirituais de cada um — o que é incompatível com a natureza pessoal que hão de ter os que fazem as leis da opressão — estou certo de que nenhum dos bacharéis da primei-

ra turma da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco virá a ser jurista de absolutismo algum.

Quando falamos no sufocamento das liberdades, cinco observações fundamentais devem ser feitas.

A primeira é a de que não há verdadeira liberdade quando, de par com o seu antigo conteúdo meramente negativo — que se resolvia no poder de fazer ou de deixar de fazer tudo aquilo que não fôsse impedido ou exigido por uma norma cogente — não esteja presente seu indispensável conteúdo positivo, de construção mais recente, isto é, a efetiva possibilidade assegurada a todo cidadão de traduzir em comportamentos concretos as abstratas faculdades previstas nas regras constitucionais; o que implica, como adverte Norberto Bobbio, poder econômico suficiente para satisfazer algumas exigências fundamentais, sem as quais tôdas aquelas possibilidades abstratas serão vazias ou estéreis.

A segunda é a de que tôdas as diferentes espécies de liberdade — como a de locomoção, a de pensamento, a de informação, a de expressão, inclusive pela imprensa, a religiosa, a de reunião, a de associação — supõem a existência real da chamada «liberdade do medo», isto é, a segurança de que não se estará sujeito pelo exercício de qualquer liberdade a nenhuma arbitrária ação de fôrça, qualquer que seja o foco do qual provenha; pelo que a «liberdade do medo» funciona como pressuposto de tôdas as demais liberdades.

A terceira observação é a de que tôdas as diversas espécies de liberdade, asseguradas igualmente a todos os cidadãos, são, como adverte Mortati, conexas, de tal modo interdependentes, porque tôdas são igualmente necessárias à plena afirmação e expansão da pessoa humana, que o sacrifício de qualquer delas ameaça as demais que compõem o sistema.

A quarta, é a de que a liberdade está intimamente ligada ao formalismo. Disse-o Ihering: «**Inimiga jurada do arbitrário, a forma é irmã gêmea da liberdade**»; «todo povo que saiba praticar o verdadeiro culto da liberdade sente instintivamente o valor da forma e prevê que nas suas formas êle possui não qualquer coisa de puramente exterior, mas **o paládio da sua liberdade**».

A quinta é a de que não sendo conceitualmente uma liberdade, está, porém, em necessária ligação com ela, o direito à igual tutela jurisdicional, isto é, nos termos dos artigos 8º a 11º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, subscrita pelo Brasil, o direito de receber dos tribunais nacionais competente remédio efetivo para os atos que violem os

direitos fundamentais que lhes sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei; o direito a uma justa e pública audiência perante tribunais independentes e imparciais; o direito de não ser arbitrariamente prêso, detido ou exilado; o direito de ser considerado inocente até que a culpa do imputado seja legalmente provada em um processo público em que lhe tenham sido asseguradas tôdas as garantias necessárias à sua defesa; o direito de não ser condenado por um comportamento que pela lei do tempo não fôsse considerado crime, ou a um pena superior àquela prevista pela lei do tempo em que o crime tenha sido cometido.

Essas liberdades e êsse direito fundamental à tutela jurisdicional não podem ser sacrificados a nenhuma alegada razão de Estado, que permitiria todos os arbítrios.

«Não vigora modernamente» — escreve Carlos Maximiliano — o **salus populi suprema lex esto**, de Cícero. A lei suprema, em pleno estado de sítio, ainda é a constituição que limita os poderes excepcionais do executivo.

Impera sempre; prevê e provê em tôdas as emergências; não precisam postergar as suas normas para salvar a pátria; «os seus autores não erigiram um importante espetáculo de impotência».

A civilização adotou e proclamou o — **cedant arma togae** — «curve-se a fôrça perante o Direito», em vez da antiga parêmia — **inter arma silent leges** — «nas horas da luta emudecem as leis».

Se as liberdades e o direito à tutela jurisdicional são sufocados, não estarão mortos todavia; hão de renascer amanhã, porque o homem não pode prescindir do que é essencial à sua própria dignidade.

Por isso é necessário acreditar, como professa Carlos Maximiliano, «no prestígio e no poder de revivescência da liberdade».

«Por mais que deblaterem» — escreve êle — «os fanáticos e os heróis da duplicidade, esperareis sorridentes: a verdade rebrilhará (disto estareis convictos); ainda que o mundo pareça vir abaixo, as instituições desmoronem e os improvisadores pareçam triunfar, vos mantereis tranqüilos como o sábio, ao qual — **impavidum ferient ruinae**».

*

* *

Falando a estudantes norte-americanos, em junho do ano passado, em Massachussets, terra natal daquele que cinco meses depois, no dia 22

de novembro de 1963, seria súbitamente coberto pelas trevas, como um sol, pleno de luz, logo depois do meio dia, disse-lhes U Thant, Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, que num mundo em que as camentes, porque são numerosas as esfumaturas intermédias; em que a guerra foi excluída como forma de solução de conflitos internacionais e transformada em meio do total aniquilamento humano, pelo desencadeamento incontrollável dos terríveis engenhos atômicos de destruição em massa, que não mais permitem um emprêgo controlado da violência, com alvos bem definidos e objetivos delimitados; que num mundo em que a guerra resultaria no mais que provável aniquilamento de tudo quanto o gênio e o trabalho humano construíram através dos séculos, a coexistência ideológica pacífica é a só forma da nossa sobrevivência, porque sua trágica alternativa é a não-existência.

Que a causa fundamental das guerras não pode ser situada nas diferenças ideológicas, porque há exemplos de guerras ferozes entre sociedades e as crenças humanas não podem ser representadas dualistizados de idénticas ideologias; nem nas necessidades econômicas, porque as guerras devastadoras que, por duas vêzes, no curso da nossa geração, causaram à humanidade sofrimentos indizíveis foram desencadeadas por nações ricas e prósperas; que, por outro lado, o nível dos armamentos e a correspondente fôrça militar, ou a criação de blocos regionais ou de federações de estados, não podem evitar os riscos de uma guerra, senão, talvez, entre os respectivos membros.

Que todos êsses fatôres — econômicos, ideológicos, militares -- podem contribuir para a deflagração de uma guerra; mas aquilo que faz dêles uma determinante da guerra é a disposição psicológica ou emotiva dos espíritos, que se substitui à lógica do pensamento, alimentada diàriamente pela massa de uma propaganda baseada sôbre o sensacionalismo e sôbre a suspeita, levada até o limite da obsessão, determinando, assim, condições que tornam difícil, senão impossível, uma composição pacífica das controvérsias e levam progressivamente a pensar em têrmos de soluções de fôrças, atualmente extintivas da humanidade.

E se dirigindo àqueles dos estudantes presentes que estavam para deixar a sua escola — como vocês estão deixando agora a nossa — pedia êle que como cidadãos, como pais, como membros iluminados da sociedade, procurassem difundir o espírito de uma melhor compreensão dos problemas alheios e dos alheios pontos de vista, fazendo assim desaparecer

o temor e as desconfianças entre as nações e os homens, todos ligados por um único interêsse comum de sobrevivência.

Recolho estas palavras e as dirijo ao coração dos estudantes da minha turma, que delas sempre se mostraram dignos, sobretudo neste ano de 1964.

Dignos como cidadãos e dignos como seguidores da nossa ciência.

Da nossa pobre ciência imperfeita, que sonha com a justiça e tantas vêzes tem de sacrificá-la à certeza; que procura dar aos homens o que, na verdade, só o amor lhes daria; mas que não há de parar no seu esforço desesperado, enquanto houver no mundo uma consciência humana.

"SINAIS DOS TEMPOS"

Pe. NÉRCIO J. B. RODRIGUES

**Professor de Sagrada Escritura do Seminário
Regional do Nordeste**

Já se recomeça a falar hoje, com mais freqüência, dos «sinais dos tempos». Esse fato é por si só um bom sinal, à condição que se guarde dessa bela expressão de Jesus o seu sentido pleno e autenticamente bíblico. Viver atento aos sinais dos tempos é realmente, em seu sentido profundo, um dever fundamental de toda comunidade, como de todo ser humano. Pode-se mesmo afirmar que a observância — reta e eficaz — dos sinais dos tempos engloba em si todos os outros deveres da espécie humana. É o Dever por excelência, cujo cumprimento evita todos os males. É mesmo mais do que o grande Dever. É também o grande Direito do homem, que inclui e eleva todos os outros direitos e conduz à plenitude da perfeição.

Trata-se portanto de assunto de importância máxima e permanente. Acresce ainda que em numerosos setores de nosso meio e de nossos dias a sua atualidade se impõe cada vês mais em termos de exigências supraordinárias e com a premência de um verdadeiro ultimatum. Questões vitais chegam a encruzilhadas decisivas. Urge agir. É necessário fazê-lo com acerto. E não é possível acertar agindo às cegas, desconhecendo ou mal conhecendo os sinais dos tempos.

Mas qual é a natureza exata desses «sinais dos tempos»? De onde lhes vem tão grande importância? Qual o seu sentido próprio e legítimo? Quais os sentidos impróprios e abusivos? — A esse respeito proliferam as mais lamentáveis confusões. Importa grandemente evitá-las, sob pena de desperdiçar tesouros de talentos e de generosidades, com pouco ou nenhum proveito e com risco de graves danos. Urge dissipar as confusões, retificar os conceitos e clarificar as expressões.

Quantos e quais os métodos indicados para ver claro nesse assunto? Só há um plenamento apto: o da plena luz da Revelação. As luzes da

razão são insuficientes, neste caso, para bem compreender os elementos essenciais da questão. Aliás a própria expressão «sinais dos tempos» é especificamente bíblica e só se compreende situada no conceito bíblico do tempo. Êste por sua vez só obtem seu valor e sua significação inserido no Desígnio de Deus. A expressão «sinais dos tempos» se refere, com efeito, aos diversos tempos que constituem a estrutura mesma da Revelação bíblica.

I

OS TEMPOS DOS SINAIS

Para bem compreender os sinais dos tempos é necessário primeiro determinar a natureza exata dos tempos dêsses sinais. Quais são os tempos que a Revelação bíblica considera como «tempos assinalados»? — É o que a Bíblia inteira expõe, ou pressupõe, sem cessar, ao longo de tôda a sua extensão, com uma unidade de visão tanto mais admirável porquanto precisamente o seu conceito de tempo e de história é radicalmente original, apanágio exclusivo de sua Mensagem aos homens.

Aos antípodas dos conceitos de tempo puramente cósmico, e de todas as filosofias do «eterno retôrno», o tempo bíblico é também, e mesmo principalmente, o tempo histórico, que serve de quadro a uma verdadeira História que se inicia, desenvolve e consuma, ao ritmo das intervenções divinas. Essas intervenções de Deus constituem os grandes mistérios da Revelação bíblica. Intervenções e Mistérios intimamente ligados entre si e profundamente marcados pela unidade do Deus transcendente de que procedem.

Seqüência regular e cíclica do tempo cósmico, que de fato também existe; mas é simples criatura de Deus, que o criou e dotou de sinais próprios, como narra o autor sagrado: «Então disse Deus: haja luminares no firmamento do céu para separar o dia da noite, e que êles sirvam de SINAIS PARA OS TEMPOS, para os dias e para os anos». (Gen. 1,14). Mas êsses são os SINAIS DOS TEMPOS CÓSMICOS, que revelam o poder e a grandeza do Senhor do Cosmos. Profetas e salmistas os celebram em louvor do autor da Criação: «Levantai os olhos e contemplai! Quem criou todos êsses (sinais) senão Aquele que os dispôs na ordem de suas constelações?» (Is. 40,26) E o autor genial do Salmo 19, buscando um paralelismo para os sinais da economia histórica da Lei dada por Deus ao homem,

faz uma evocação magnífica dos sinais do tempo cósmico :

«Proclamam os céus a glória de Deus,
e fala o firmamento da obra de suas mãos.
Um dia ao outro segreda palavra,
segreda mensagem uma noite à outra.
Não são discursos nem são dizeres :
imperceptível é a sua voz.
E contudo pela terra inteira ressoa tal som,
e até aos confins do orbe chegam essas palavras» .

(Sl. 19, 2-5, trad. do Pe. Vogt S.J.)

Mas também, e sobretudo, seqüência de um tempo linear e progressivo, destinado a ser o quadro da História humana que o Criador institue e inaugura, dando-lhe um ponto de partida, uma finalidade e uma vocação que a impulsiona rumo ao seu fim. Vocação e fim de ordem natural: desenvolvimento das virtualidades humanas, domínio e humanização do Cosmos. (Gen. I, 28). Mas fim êsse e vocação essa ordenados a um fim último e assumidos por uma suprema e maravilhosa vocação de ordem sobrenatural. (Gen. II, e III). E é precisamente essa vocação suprema que se repercute na criação inteira. É em virtude dessa vocação que a História humana vem a ser assumida por Deus ao serviço de seu Desígnio eterno, e é, assim, transformada em Mistério da Economia divina.

Não há informações detalhadas na Bíblia sobre o que seria o desenvolvimento ulterior dessa Economia do Mistério da Criação. Ao homem competia colaborar com a graça elevante para a finalização efetiva de tôdas as coisas na plena consumação da Vocação suprema. Como beneficiário direto da vocação divina, o homem era também o mediador da vocação suprema do Cosmos. A infidelidade do homem foi uma catástrofe fatal para a Economia primordial da Criação. Renegando sua vocação, o homem cometeu um grave atentado contra a sua própria integridade e contra a integridade do próprio Cosmos. O transviamento e a corrupção da natureza humana introduziram no Cosmos um princípio de desagregação universal, privando-o de seu vínculo interno de coesão que era precisamente essa referência essencial ao fim último em consonância com o apêlo da vocação suprema. Pela infidelidade do homem, tôda a Economia da Criação entrou em colapso na destruidora catástrofe do pecado. Mas Deus perma-

neceu fiel. Ele não renegou o seu Desígnio nem abandonou as suas criaturas. A Economia primitiva será restaurada. Mas será uma Nova Economia.

É desta Nova Economia que a Bíblia passa a se ocupar exclusivamente. É nela que a História humana vai ser definitivamente assumida no Desígnio de Deus. Mas essa Economia da Restauração só se compreende bem em paralelo com a Economia da Criação. Efetivamente, ao mesmo tempo que criadora, a primeira intervenção divina foi reveladora das intenções do Desígnio eterno de Deus sobre as criaturas. A Economia primitiva fracassou por culpa do homem. Mas o Desígnio de Deus é eterno e imutável. A Restauração definitiva será concebida e expressa, na Revelação bíblica, como uma Nova Criação, em contínuo paralelismo com a Criação primitiva. Paralelismo sintético entre a Criação primordial e a Nova Criação; paralelismo antitético entre a Degeneração primitiva e a Regeneração definitiva.

Esse paralelismo fundamental de correspondência, por semelhança ou por antítese, é a estrutura mesma da Soteriologia bíblica. À intervenção de Deus para a «geração» primitiva do «mundo presente» e do primeiro Adão corresponde a intervenção divina para a Regeneração definitiva da PALINGENESIA e do segundo Adão. Ao «Bereschit» do Verbo Criador vai corresponder o EN ARCHE do Verbo redentor. Ao pairar do Espírito de Deus sobre a Criação Antiga corresponde a efusão do Espírito sobre a Nova Criação. Mas logo aparecem também as antíteses: Ao Adão terrestre se opõe o Adão celeste. Ao filho adotivo por graça, que quis se igualar a Deus e revestir-se de condição divina, fazendo-se assim desobediente até à morte do pecado, vem opôr-se o Filho de Deus por natureza que se fez homem, assumiu a condição humana e se fez obediente até à morte redentora.

Mas Deus, que nos criou sem nós, não nos salva sem nós. (S. Agost.). A Nova Criação, que deve incluir em sua restauração a humanidade inteira e mesmo todo o Cosmos, vai exigir uma profunda e íntima colaboração humana, que revestirá primeiro o aspecto de uma longa preparação. A intervenção decisiva de Deus só se efetuará no fim dos tempos, no «Dia de Javé». Mas, como Nova Economia, ela é decretada desde a falência da Economia primitiva, e desde logo vai sendo esboçada e preparada: é a Dispensação antiga, provisória e sobretudo prefigurativa, mas contendo já incoativamente certas virtualidades da Dispensação definitiva.

Ora, essa Nova Economia da Regeneração universal é essencialmente histórica. Desde a sua fase preparatória ela assume a História humana ao

para mencionar algo menor, embora não menos importante, a tirania do funcionário mesquinho.» (21) A constatação, o estudo e a interpretação do despotismo antigo só possuem sentido como incitamentos à luta em defesa de uma sociedade aberta. O mundo oriental desconheceu a pessoa humana. Essa ignorância foi sua grande marca e seu fatal destino.

c) O conflito sedentários e nômades.

Ninguém de boa fé confunde a importância do econômico na História e determinismo econômico. Essa importância é muito bem delineada no mundo antigo em face das posições economicamente extremadas dos grupos em contacto. Na realidade, um dos fatos centrais dessa História é o constante choque, as repetidas invasões de pastores nômades em regiões dominadas por agricultores sedentários. Constituem, possivelmente, um dos capítulos quase sedimentados da psicologia social as reações conflitantes dos grupos proprietários da **terra** e dos grupos proprietários, apenas, de bens **fungíveis**.

Um de nossos estudiosos iria elaborar aí, até, uma teoria do progresso: «Êstes assaltos dos nômades, destruidores de civilizações já prósperas, atrasam, evidentemente, a marcha do progresso, porém a História prova que êstes mesmos invasores se adaptam às novas normas de vida social e, por sua vez, são construtores de novas culturas. O progresso, de fato, não é retilíneo; o caminho que segue tem altos e baixos, obstáculos e precipícios; as forças que o guiam e triunfam, por vêzes violentas e cegas». (22) O ritmo do progresso inscreve-se, só fanatismos ideológicos não o vêem, na definição mesma dos estatutos econômicos. A riqueza, traduzida na equação de posse dos bens, não será o único fator da civilização. Mas, sem ela, não será possível compreender a problemática do progresso, a não ser transfigurando os homens em puros anjos. O conflito nômades-sedentários, bem analisado nas suas implicações econômicas e sociológicas não seria uma advertência antiga a nós?

d) A rivalidade semitas-arianos.

Thorndike resiste em considerar a Arábia a «*officina gentium*» dos semitas. Mas, concorda que «en cualquier parte que pueda haberse encontrado la tierra original de los semitas, los rastros más antiguos de la civilización semítica se encuentran en Siria y la Mesopotamia.» (23) Já os

ção humana realizada. Qualitativamente, em Jesus, o tempo atingiu o fim de seu curso. Todos os tempos que se seguirem, quantitativamente, até o fim dos séculos, não serão outros tempos, nem tempos diversos, nem tempos após Cristo. Serão todos eles os tempos de Cristo, o Tempo de Cristo. Porque Jesus Cristo é ao mesmo tempo o píncaro, o centro e o Senhor da História.

Assegurando a finalização suprema da Humanidade e do Cosmos, em Deus, Jesus repara superabundantemente a infidelidade do primeiro Adão. Cristo é o Homem Novo da Nova Criação, o Centro de Convergência do Cosmos, o Mediador perfeito da finalização de tôdas as criaturas, o perfeito rei da Nova Criação. Porque Jesus Cristo é também, e ao mesmo tempo, o Fim, o Centro e o Senhor do Cosmos.

Mas se o curso do tempo prossegue, que aconteceu então com o subitâneo e expeditivo «Dia de Javé», de que tanto falaram os Profetas? — Aconteceu que Deus o dilatou segundo as dimensões de seu amor, para fazer dêle o tempo de sua Igreja. E todos os homens da Nova Criação são chamados a associar-se de modo ativo à re-consagração da Humanidade e do Cosmos ao Pai, pela Economia de mediação eficaz e perfeita de seu Filho Jesus Cristo. Deus quer que todos os homens se salvem e que todo o Cosmos seja redimido da dissociação do pecado e reintegrado, em Cristo, na sua Vocação suprema. «É n'Ele, diz S. Paulo, que temos a Redenção, a Remissão dos pecados, a Efusão das riquezas da Graça e de todos os dons de sabedoria e de inteligência. É n'Ele também que Deus nos manifesta o Mistério de sua Vontade e de seu Desígnio salvífico, de há muito decidido, e destinada a ser a Economia da Plenitude dos Tempos, Economia que tem por finalidade REUNIFICAR, EM CRISTO, TODAS AS CRIATURAS DO CÉU E DA TERRA». (Ef. 1, 7-10) Assim, com a vinda de Jesus, o «Dia de Javé» estava inaugurado. Mas êle foi dilatado para constituir a Economia da Plenitude dos Tempos. Economia essa que foi confiada à Igreja, e que constitue a própria Igreja. É da natureza mesma da Igreja que decorre a sua missão de trabalhar na obra da consumação, até o término do curso da História.

De fato, com Jesus, a Nova Economia está constituída, a inauguração escatológica está feita, o Elias que devia vir já veio, o «mundo que vem» já começou a chegar. Mas resta a grande marcha para a consumação final.

Com a Paixão-Glorificação de Jesus, o Momento da grande intervenção divina, longamente preparado, está finalmente alcançado. Nêsse sentido, a entrada nesse Momento representa sem dúvida um grande Ponto de

Chegada. Mas essa chegada, se ela é de fato o píncaro da História, não é entretanto um término ou um limite que detenha ou paralise o seu curso. Ao contrário, é o grande Ponto de Partida que re-inaugura, e desta vez definitivamente, a grande História da Criação. História doravante plenamente re-equipada para a sua grande obra de reintegração universal do Cosmos, rumo à consumação de seu destino.

A demarcação dessa grande Partida inaugura a marcha definitiva da História. Ela se fará em duas direções de progressão constante: uma progressão horizontal de extensão até os confins do Universo, e uma progressão vertical de ascensão até as profundezas sem fim da Verdade total. Essa dupla marcha resume toda a consumação da obra de Jesus, e foi expressamente definida por Ele como sendo essa a missão que Ele confiava à sua Igreja. É aliás para a realização do duplo aspecto dessa missão, que Jesus promete enviar, da parte do Pai, o Espírito Santo, cuja função é precisamente guiar e dinamizar a Igreja nessa dupla marcha.

É assim que a Unidade de Deus na Trindade de suas Pessoas vem a ser claramente revelada e harmonizada no Plano Salvífico. Criação, Regeneração, Consumação: tudo se unifica em uma bela seqüência marcada ao mesmo tempo pelo Deus uno e pelo Deus trino: tudo procede do Pai, tudo se realiza pelo Filho, tudo se consoma pelo Espírito Santo.

De modo todo especial, a função do Espírito Santo aparece, em sua verdadeira dimensão, fortemente sublinhada por Jesus, como ela o será também por todos os autores do Novo Testamento. Esse realce contrasta vivamente com a menção rápida e misteriosa da Ruah divina na Criação primitiva. Aí, o Espírito de Elohim pairando mansamente sobre as águas primordiais, não era talvez (para o autor sagrado) muito mais do que a desmitização do Furacão primitivo, enfim domado pela Divindade criadora. Somente o antítipo da Criação Nova é que virá pôr em relêvo e iluminar o valor prefigurativo desse «tipo» da Criação antiga que, de fato, constitui um episódio bastante obscuro e muito pouco explícito. Ao contrário, na Nova Criação, não só a personalidade divina do Espírito é nitidamente expressa, mas a sua função, também, é inculcada explicitamente como de importância capital e de todo primeiro plano na consumação da obra redentora de Jesus, tanto na consumação em profundidade como na consumação em extensão.

É essa dupla consumação da obra de Jesus, em extensão e em profundidade, que deve ser efetuada sob a ação do Espírito. Ao terminar sua missão, Jesus declara aos Apóstolos: «Eu vos disse essas coisas en-

quanto permanecia junto de vós. Mas o Paráclito, o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, vos ensinará todas as coisas e vos lembrará tudo o que Eu vos disse». (Jo. 14, 25-26).

Num contexto idêntico de despedidas e de últimas disposições, Jesus assinala também aos Apóstolos o outro aspecto da missão da Igreja: «Ireis receber o dinamismo do Espírito que descerá sobre vós e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judéia e até os confins da terra». (At. 1,8). «Ide a todo o Cosmos, proclamai o Evangelho a toda a Criação». (Mc. 16,15). É um universalismo de repercussão cósmica. Isso se fará por meio da regeneração do homem, da Humanidade toda. S. Mateus registra esse universalismo com as seguintes palavras de Jesus: MATHETEUSATE PANTA TA ETHNE. As traduções: «De todas as nações fazei discípulos», quando entendidas em sentido partitivo, são radicalmente falsas. A expressão «todas as nações» é exatamente o contrário de um restritivo. É ela que marca o conteúdo do verbo, que significa «converter em discípulo, transformar em discípulo». Criando um neologismo adequado, poder-se-ia traduzir com plena exatidão: «Discipulificai todas as nações». Trata-se portanto de um universalismo sem restrições de espécie alguma.

Mas a marcha de ascensão sem limites rumo à perfeição do Pai, a partir dos ensinamentos do Filho e sob a direção do Espírito, não é menos fortemente expressa por Jesus. «Eu tenho ainda muitas coisas a vos dizer, mas não as podeis assimilar agora. Quando Ele vier, o Espírito de Verdade, Ele vos guiará para a verdade total». (Jo. 16, 12-13) O tempo da Igreja é identicamente o tempo do Espírito. Nenhum limite é posto à essa marcha para a Verdade Total. É o próprio Espírito que «nos conduz no caminho» (ODEGEIN) dessa ascensão, da qual, aliás, vai depender grandemente a força de irradiação do próprio testemunho.

Em suma, a História humana, no que ela tem de mais essencial, de mais alto, de mais nobre, de mais eficaz e decisivo para o destino do Universo, é a que foi assumida pelo próprio Deus ao serviço de seu Desígnio e organizada em Economia de Salvação. Ela é articulada em etapas progressivas. Essas etapas são tempos, mas não são um tempo qualquer, puramente cósmico ou puramente profano. São formalmente, e de modo ativo, tempos de salvação. Eles podem (e visam mesmo) englobar de modo cada vez mais explícito toda espécie de tempo. Mas isto só se efetua por incorporação positiva, ou ao menos por uma referência implícita mas real, aos tempos da Economia salvífica.

São esses «os tempos e os momentos» (At. 1,7) que não é possível

prever de longe porque êles não decorrem dos ritmos do universo material, mas se situam em outro plano, e só decorrem dos ritmos dêsse outro Universo, que procura englobar tudo, que é o Universo da Economia redentora. Êsses tempos são o coração mesmo da História humana, pois é dêles que tudo vai depender para a eternidade. Êles são o fermento do Deus redentor na massa humana e no próprio Cosmos. Os outros tempos só tiram o seu valor positivo das referências positivas que tiverem com êsses tempos «econômicos», isto é, da Economia que mais importa, que é a Economia redentora.

Os momentos, as horas e os dias dêsses Tempos só dependem da liberdade absoluta do Pai, que os fixa com sua própria e exclusiva autoridade (At. 1,7). Cronômetros e calendários humanos são impotentes para identificar os momentos e as horas dêsses Tempos. Nessa História da Salvação, o único calendário possível é o que toma por base os ritmos do próprio Desígnio salvífico de Deus; o único cronômetro capaz de indicar as horas e os momentos dêsses Tempos só pode ser aquele que de fato assinala as articulações dêsse Desígnio; e os únicos ponteiros, à altura de o fazer, são os «sinais dos tempos».

De fato, nos tempos da Economia redentora só há um horário, oficial e imutável: o dos decretos divinos. Suas horas e momentos, ninguém os antecipa, como ninguém os retarda. Só chegam em seu tempo. E só são concretamente assinalados quando já vêm chegando.

Logo no início de seu ministério, em Caná, Jesus lembra à sua mãe, de modo solene e incisivo, que os Tempos da Economia definitiva transcendem com absoluta independência todos os outros tempos e tôdas as outras horas. O tempo e a hora da insatisfação dos homens, mesmo os da velha Dispensação, já chegaram de fato. Jesus não o nega. Mas Êle afirma que «ainda não chegou a sua Hora» de inaugurar a abundância do Festim messiânico. Essa intervenção decisiva, Jesus não a adiantará; é só na sua Hora que Êle a realizará. O vinho material que Êle concede prodigiosamente a êsse festim histórico-alegórico, não é ainda a Intervenção, mas apenas um sinal de que essa Hora se aproxima: é a êsse título que Jesus opera êsse milagre. (Jo. 2,11).

À Samaritana, que o consulta sôbre o culto da antiga Dispensação Jesus anuncia que a Hora da Nova Dispensação já vem chegando. (Jo. 4) Finalmente, já ao iniciar-se sua Paixão-Glorificação, Jesus responde aos prosélitos gregos que «querem ver Jesus»: «É chegada a Hora em que o Filho do homem deve ser glorificado. (...) Logo que eu for elevado da terra,

Eu atrairei a Mim todos os homens». (Jo. 12) É para essa «Hora» de sua passagem dêste mundo para o Pai (Jo. 13,1), hora de sofrimento redentor e de glorificação (Jo. 12,27) que Jesus veio a êste mundo. Parece também que é a partir dessa Hora, compreendida à luz da Ressurreição, que S. João compreende o papel excepcional da Mãe de Jesus, e a assume na Mensagem de seu Evangelho. (Jo 19,27 e Apoc. 12).

São êsses e sòmente êsses, que merecem, em sentido próprio, o nome de Tempos dos Sinais. Sòmente êles é que são pròpriamente os TEMPOS ASSINALADOS.

II

OS SINAIS DOS TEMPOS

Quais são os sinais dêsses tempos da Economia divina? Êles são numerosíssimos e de naturezas as mais diversas. Baste-nos aqui a indicação e a análise sumária dos principais e que mais nos interessam por concernirem mais diretamente o «Tempo» em que vivemos.

Para clareza é bom distinguir desde logo as principais categorias dêsses sinais. Há em primeiro lugar os «sinais eficientes», que são os mais importantes, porque pertencem à própria Economia e é já realizando-a que a significam. Podem ser sinais perenes e plenamente «operantes» ou apenas «sinais prenunciantes». Há em segundo plano os «sinais recipientes», que não denotam virtualidades pròpriamente redentoras, mas assinalam os fatores de maior ou menor receptividade, com relação às energias da Redenção ativa. Êstes sinais de receptividade podem ser positivos ou negativos, em maior ou menor escala. Há ainda uma terceira categoria de sinais que poderíamos chamar de «sinais deficientes». Êstes são, diametralmente, o opôsto dos «sinais eficientes» e caracterizam tôdas as fôrças hostis à Economia redentora.

Vejam os quais são êsses sinais dos tempos, a começar pelos sinais eficientes, e restringindo-nos ao Tempo por excelência, que a Bíblia chama de «últimos Tempos», «plenitude do tempo» ou «plenitude dos tempos».

1.

O SINAL DO FILHO DO HOMEM

De há muito êsses últimos tempos eram preditos como assinalados

por grandes sinais que lhes seriam próprios. Os velhos textos falavam de um astro luminoso que marcaria o fim da noite dos tempos e o despontar de um novo dia:

«Eu vejo, — mas não para agora,
eu avisto, — mas não de perto:
um astro saído de Jacó se torna chefe,
um cetro se ergue oriundo de Israel». (Num. 24,17)

«Esse «cetro não se afastará de Judá,
nem o bastão de chefe d'entre seus pés,
até que venha Aquele a quem êle pertence:
É a Êle que obedecerão os povos». (Gen. 49,10).

Essa profecia sôbre o astro oriundo de Israel, proferida por Balaão, que não era israelita, parece ter exercido um certa influência na tradição do Oriente antigo. O certo é que, ao nascer Jesus em Belém de Judá, «magos vindos do Oriente, se apresentam em Jerusalem inquirindo: «Onde está o rei dos Judeus que acaba de nascer? Nós vimos, com efeito, o despontar de seu astro e viemos render-lhe homenagem». (Mt. 2, 1-2). O texto de S. Mateus ajunta que Herodes procurou se informar com a maior exatidão sôbre a data do aparecimento do astro e que, de fato, êsse meteoro luminoso reapareceu aos magos, conduzindo-os até Belém. Logo que êstes partiram de Jerusalem «o astro que êles tinham visto ao seu despontar, mostrou-lhes o caminho, até vir se pôr sôbre o lugar onde estava o Menino. Ao reverem o astro, êles se sentiram possuídos de uma alegria extremamente grande: ECHARESAN CHARAN MEGALEN SPHODRA. (Mt. 2, 9-2) Com isto o Evangelista quer significar que os próprios pagãos foram gratificados, desde logo, com uma sorte de primícias da alegria messiânica.

Realmente êsse sinal conduziu ao Messias Jesus. Mas êle era apenas um sinal prenunciante, como houve muitos outros, preditos pelos profetas, pelos sapienciais e pelos autores apocalípticos. Mas Jesus é muito mais do que êsses sinais que o prenunciavam. Na realidade é, Êle mesmo, o Grande Sinal que assinala, de modo positivo, eficiente e pleno, os Tempos de sua Vinda. O grande Sinal dos tempos é o próprio Jesus Cristo.

da miséria e da moléstia porque permite, com a esmola, saciar a fome, matar a sede, cobrir o corpo nu ou tratar a doença, mas deixa o assistido sem confiança em si, complexado e moralmente vencido; a mera assistência curativa, que tão somente restitui condições aparentemente normais de vida, sem preocupações com as causas dos males ou com o seu futuro; ou a assistência preventiva, que apenas difunde preceitos de higiene, organiza serviços de colocação, de orientação e de férias mas, de igual modo, sem deixar de adotar, qualquer delas, como solução provisória, quando assim o aconselharem a urgência e as peculiaridades do problema analisado.

Não é sem razão, dessarte, que os tratadistas discriminam, unânime-mente, a flexibilidade entre as características marcantes do serviço social. Querem, assim, manter viva a lembrança de que dificilmente há uma causa única para cada desajustamento. Estas, como o sabeis, não só variam como se combinam entre si diferentemente, transformando cada caso em um caso, que deverá ser cuidadosamente examinado. Isto exige, também o sabeis, além de um bom preparo técnico-profissional, dedicação, experiência, intuição e bom senso, máxime porque imensa é a quantidade daqueles que pessoalmente se julgam capacitados para ditar soluções sociais imediatistas que, segundo êles, consubstanciam a última palavra sobre o assunto.

A NECESSIDADE DAS REFORMAS

Sei que o vosso contacto diário com a miséria já vos fêz sentir, mais do que a outros profissionais, a necessidade de mudar, urgentemente, as estruturas inadequadas, a fim de permitir a expansão da economia nacional, a reforma da sua organização socio-política e o aprimoramento da sua ordem jurídica.

Sei, igualmente, que, dessa vossa convicção participa, hoje, a generalidade dos brasileiros e que ela é, para vós, mais sensível porque vos acostumastes, por formação profissional, a padecer com o assistido por ver nêle o irmão que sofre, o outro eu, imagem e semelhança do Deus vivo da nossa fé, a personalidade que precisa ser respeitada, mas carece de auxílio fraterno para ajudá-la na sua própria reabilitação. Esse auxílio vos propusestes a prestar, «como um ombro amigo», onde sabeis que êle encontrará apoio momentâneo, mas onde não poderá permanecer encostado

o resto da vida, a fim de não lhe causar um mal maior, para usar a imagem pitoresca a que se refere o professor AMARAL FONTOURA, em sua conhecida «Introdução ao Serviço Social» (ed. cit. pág. 151).

Mas sabíeis, como eu, que não importava apenas mudar, pela única razão de mudar, nem acelerar a marcha dos fatos sem planejar, cuidadosamente, as soluções, porque compreendíeis ser essencial analisar previamente o sentido da projetada mudança, conhecer o objetivo a ser alcançado e como êle seria atingido, para não se transformar em marcha sem destino certo, a ser criminosamente manipulada por «chefes» carismáticos, em proveito próprio e de aventureiros colocados na crista dos acontecimentos, para dêles se aproveitarem, para dêles se servirem, como vinham se servindo, sem qualquer ideal de servir à Pátria ou ao povo.

Para isso, tínheis presente que, em todos os tempos, êsses chefes-ditadores se conhecem pelo seu carisma presuntivo e oportunista, por se julgarem super-homens, infalíveis, detentores do segrêdo da felicidade dos povos, salvadores da Pátria, enviados providenciais em luta constante, e sempre alardeada por uma propaganda eficiente, contra tôda sorte de males sociais, contra a corrupção de uns, a ganância de alguns, o egoísmo de muitos e outros quejandos dessa fauna mórbida que sempre existiu na sociedade, em maior ou menor número, mas em tôdas as épocas e lugares.

Mas, também conhecíeis, pela história, que por não serem autênticos, êles sempre exigem, como preço e condição para realizarem a tarefa monumental a que se propõem, a abolição permanente das liberdades públicas e a imposição da sua vontade, considerada soberana e redentora, fazendo calar quaisquer vozes discordantes, sem escutar-lhes as razões, pois sòmente isto satisfaz à sua vaidade e à sua ambição.

A memória ainda nos traz viva a lembrança de BENITO MUSSOLINI, aclamado pelo povo italiano como o restaurador das tradições imperialistas romanas, como o libertador das suas misérias, tudo fazendo para impor o regime fascista ao mundo; de ADOLF HITLER, destilando ódio em seus discursos calorosos e no seu livro «Minha Luta», reconhecido pelo culto povo alemão como o símbolo do vigor da raça e o construtor da sonhada hegemonia mundial, ali se impondo, apesar de estrangeiro, pela luta contra os gananciosos e os políticos corrutos, também fazendo proselitismo com a exportação do nacional-socialismo; e a de JOSEPH STALIN, proclamado em vida o salvador do povo russo e execrado depois de morto, difun-

História da Salvação, que é a substituição da Dispensação antiga pela Nova Economia, realizada e inaugurada por Jesus. O fim do Regime antigo e a parturição da Nova Era são poderosamente orquestrados, na melhor tradição do gênero apocalíptico, e à altura dêsse acontecimento, que é, realmente, sem par até o fim do mundo, pois êle marca o fim dos tempos da preparação e a inauguração dos «Últimos Tempos». «Haverá uma tribulação como jamais houve, nem jamais haverá igual, desde o comêço do mundo». (Mt. 24,21) «O sol se obscurecerá, a lua perderá sua claridade, as estrêlas cairão do céu e as potências celestes serão abaladas». (Mt. 24,29) «Haverá sinais no sol, na lua e nas estrêlas. Sôbre a terra, as nações estarão na angústia, inquietas com o bramido do mar e das ondas; os homens morrerão de pavor na expectativa do que ameaça o mundo, porque as potências do céu serão abaladas». (Lc. 21, 15-26) «Er-guer-se-á povo contra povo e reino contra reino. Haverá em diversos lugares, fomes e terremotos. Tudo isso, porém, será ainda o comêço das dores da parturição». (Mc. 13,8).

É de notar a expressão, já de caráter técnico, ARCHE ODINON, que marca o início das dores de um parto: no caso presente, o comêço da parturição do Mundo Novo, o comêço da Regeneração. Tôda a sinfonia apocalíptica envolvendo o Cosmos visa sublinhar a importância dêsse imenso acontecimento e deve ser interpretada segundo as leis do gênero e conforme as realizações do passado. Os textos dêsse gênero literário, que encontramos inseridos em Isaías, sôbre a queda de Babilônia (13,10); e sôbre a devastação de Edom (34,4) são já bastante instrutivos. Mas os do profeta Joel são ainda bem mais interessantes por se referirem de modo direto ao Dia de Javé do fim dos tempos: «Êle vem, o Dia de Javé», diz Joel, em seu oráculo, no qual Deus anuncia: «Eu produzirei sinais no céu e sôbre a terra; sangue, fogo e colunas de fumaça. O sol se converterá em trevas e a lua em sangue, antes da chegada do Dia de Javé grande e terrível». (Joel 2, 1-2 + 3, 3-4)

São Pedro, falando às multilões do dia de Pentecostes, constata que tôdas essas predições, relativas ao Dia de Javé, se acham doravante realizadas com o advento de Jesus e a Efusão do Espírito. É absolutamente necessário compreender o verdadeiro sentido dessa sinfonia cósmico-literária do Dia de Javé, como o compreendeu e como o explicou S. Pedro, para compreender o verdadeiro sentido da apocalipse sinóptica cuja primeira finalidade é precisamente afirmar que, com o advento de Jesus e a substituição do Judaísmo pela Igreja fundada por Jesus, o Dia de Javé já chegou

e o Reino messiânico já se acha inaugurado. De fato, é após ter evocado assim clàssicamente o Dia de Javé, (que sabemos ter sido inaugurado com a Paixão-Glorificação de Jesus), que a apocalipse sinóptica prossegue descrevendo a natureza e a finalidade do Reino Messiânico, inaugurado precisamente pelo início dos tempos da Igreja: «Então aparecerá o SINAL DO FILHO DO HOMEM; é nesse tempo também que todos os povos da terra baterão no peito ao ver o Filho do homem vindo sôbre as nuvens do céu com grande poder e glória e que o Filho do homem enviará seus anjos, com a Grande Trombeta para reunir todos os seus eleitos, dos quatro ventos, de uma extremidade do céu a outra». (Mt. 24, 30-31)

A expressão «Sinal do Filho do Homem» contém um genitivo epexe-gético: é o próprio Filho do Homem que é o Sinal, como se depreende dos paralelos de Lucas e Marcos, que em lugar de «o sinal do Filho do homem» trazem simplesmente «o Filho do Homem». (Lc. 21,27 e Mc. 13,26) Nada obsta que os Santos Padres e a Liturgia falem a êsse respeito da cruz de Cristo, porque para êles, como para os apóstolos e a Igreja primitiva, o que fundamentalmente lhes importa é o Cristo glorificado pela cruz e não a cruz glorificada pelo Cristo. (Ainda hoje a liturgia grega representa o Cristo na cruz em estado glorioso: não é êrro histórico, é verdade profundamente bíblica. A ausência de uma 15ª estação em nossa Via Sacra é uma lacuna lamentável). A trombeta da pregação evangélica para convocar todos os povos à conversão e ao Reino messiânico, por intermédio dos apóstolos, é a indicação mesma da natureza e da finalidade da missão da Igreja. Que em estilo apocalíptico seja de rigor dizer «anjos» para significar «apóstolos» é uma evidência. Aliás, tanto no texto como em seu substrato semítico, êsses termos praticamente se equivalem: o apóstolo, tanto quanto o anjo, é um mensageiro encarregado de uma missão, para levar uma mensagem.

Teríamos então de excluir totalmente dessa perícopé a doutrina sôbre o Juízo final? Certamente não. Mas é necessário cessar de nos esquecer de que o Dia do Juízo já chegou, o julgamento de Deus já se exerce: Nunc judicium est mundi. (Jo. 12,31) A consumação final será a sanção e a manifestação do que já está em pleno exercício. Os eleitos devem ser reunidos, desde o Tempo da Igreja. A Grande Trombeta não se destina sômente a acordar os mortos de seus túmulos materiais; ela se destina também, e mesmo primeiramente, a acordar os mortos espirituais e a convocá-los, da dispersão, para a unidade do Reino messiânico, precisamente por ocasião e em virtude do Dia de Javé, como o assinalam os profetas: «Naquele Dia, tocar-se-á a Grande Trombeta, e virão os que estavam per-

didados no País de Assur, e os Dispersos do País do Egito, e êles adorarão Javé sôbre a Montanha Santa, em Jerusalém». (Is. 27,13)

A melhor interpretação da apocalipse sinóptica é portanto, e por todos os títulos, a que propõe o Padre Benoît, que, sôbre o texto em questão, assim se exprime: «Os Padres viram nêste Sinal (do Filho do homem) a cruz do Cristo. Poder-se-ia tratar do próprio Cristo manifestando, por seu triunfo na Igreja, que Êle está verdadeiramente ressuscitado e glorioso (visão de ordem espiritual). Diante dessa evidência, tôdos os povos da terra se arrependem e se convertem, como outrora as tribus de Israel segundo Zac. 12, 10-12, passagem de que se inspira o presente texto. (...) O estabelecimento de um reino messiânico por um Filho de homem vindo sôbre as nuvens, que Dan. 7, 13-14 havia anunciado nesses têrmos, realizou-se quando Deus encerrou a era antiga destruindo Jerusalém e substituindo-lhe definitivamente a Igreja. (...) Os quatro ventos e as extremidades dos céus são fórmulas provenientes de Zac. 2,10 e Deut. 30,4, dois textos nos quais é questão de reunir os dispersos de Israel (cfr. ainda Neem. 1,9 e Ez. 37,1)». Os eleitos são todos os que vão ser reunidos no Reino Messiânico, tanto «o Resto» dos Judeus quanto a massa dos Gentios.

É também nêsse sentido, aliás, que, segundo S. João, os discípulos compreenderam, à luz do Cristo ressuscitado, o que significava o misterioso sinal do Templo, que Jesus se aplicára ao discutir com os Judeus: que Jesus é o verdadeiro Templo, único e universal, do culto em espírito e em verdade; que é a «Unidade dêsse Santuário» (que é Cristo em sua Igreja) que irá reunir os filhos de Deus dispersos. (Jo. 2, 19-22; 4,20-24; e 11,52)

Assim, tanto sob o aspecto de Sinal do Templo e do culto definitivo, como sob o aspecto de Sinal dos Tempos da Igreja, Jesus Cristo é apresentado pelo Novo Testamento como o Sinal da Reunificação universal e o Sinal único da Salvação. É isso que Pedro proclama, sem nenhum artificialismo retórico, mas com uma parrésia autêntica e sublime, em face daquele mesmo Sinédrio, e daqueles mesmos juizes, que, fazia pouco, haviam condenado Jesus à morte: «Chefes do povo e anciães, (...) sabeis-o bem: Não há salvação em nenhum outro (que em Jesus o Nazareno, que vós crucificastes e que Deus ressuscitou dos mortos) nem existe sob o céu nenhum outro nome que possa trazer a salvação aos homens». (At. 4,12)

Lucas também sugere que Jesus é o novo Adão que, finalmente, purifica e reunifica de novo a humanidade (Lc. 3, 23-18). Realizando o que prefigurava o sinal da Serpente de Bronze, Jesus é o Sinal eficiente da salvação universal, que atrai a si todos os homens e, pelo homem, todo o

Cosmos. De Judeus e Gentios, como assinala Paulo, Jesus forma um só Homem Novo, regenerado: uma terceira espécie humana, TO TRITON GENOS, como dizia o filósofo Aristides. É em favor de todos, que chegou o Tempo da Regeneração, e é também para todos que Cristo é o Grande Sinal dos Tempos. Como nota Paulo: «Enquanto os Judeus pedem sinais e os Gregos andam à procura de sabedoria, nós, ao contrário, pregamos um Cristo crucificado, escândalo para os Judeus e loucura para os pagãos; mas para os eleitos, tanto judeus como gregos, êle é CRISTO, Potência de Deus e Sabedoria de Deus». (1 Cor. 1, 22-23)

Jesus Cristo é, assim, o Grande Sinal dos Tempos, Sinal eficiente que opera a Regeneração do Homem e do Cosmos. Portanto: Conhecer os sinais dos tempos é, antes de tudo, conhecer Jesus Cristo e sua Economia de Regeneração.

2.

O SINAL DO ESPÍRITO

O advento do Filho do homem na qualidade de Rei escatológico, verdadeiro homem, mas, ao mesmo tempo, Filho Unigênito do Pai, veio fazer cessar a época das prefigurações. Com o Sinal do Filho do homem, desaparecem as metáforas e começam as verdadeiras realidades: Revelação perfeita de Deus e perfeita realização de seu Desígnio.

Até Jesus, Deus tinha sido considerado Pai somente de modo metafórico: a título de criador de todos os seres e, particularmente, do homem feito à sua imagem; a título da escolha de Israel como seu povo; a título de Providência protetora e misericordiosa para com Israel, seu filho escolhido; e, especialmente, para com o rei, chefe desse povo, o qual beneficiava de uma adopção protetora toda especial. É sob esse aspecto que o rei Davi atingiu uma culminância sem par. É graças à grande figura de Davi, que os reis de Israel, seus descendentes, puderam ser objeto de uma adopção filial pela qual Javé podia declarar, de modo ainda metafórico mas já prefigurativo: «Tu és meu filho: eu hoje te gerei». (Sl. 2,7). Mas a infidelidade foi desvalorizando a prefiguração que lhes competia realizar, e Deus acabou por rejeitá-los, com a catástrofe do Exílio. A partir dessa época, os Sapienciais transpuzeram as prerrogativas régias do Messias davídico para a própria Sabedoria divina, que procede da boca do Altíssimo e participa da própria realeza e do próprio trono de Javé.

É ela que é a Primogênita de Deus, cuja filiação divina não será jamais profanada. Finalmente é a misteriosa figura do Filho do homem, dos apocalípticos, que é predito vir a ser, «no tempo do Fim», o Rei transcendente de um Israel escatológico.

Só Jesus realizou tôdas essas profecias como verdadeiro Rei messiânico filho de Davi e, ao mesmo tempo, verdadeiro Filho de Deus. Só Ele pôde, com igualdade de natureza e pleno amor filial, dirigir-se a Deus com a intimidade de um verdadeiro Filho, chamando-O simplesmente «Papai», «Abba», termo com o qual jamais homem algum ousára dirigir-se a Deus. Verdadeiramente Filho de Deus por natureza, Jesus é o único a poder conhecer de modo íntimo e revelar perfeitamente o Pai: «Ninguém jamais viu Deus: o Filho único que está no seio do Pai é quem o revelou». (Jo. 1,18) Essa revelação do Pai, porém, não é algo de meramente conceptual. O plano salvífico do Pai consiste em adotar os homens como seus verdadeiros filhos. Jesus vem realizar êsse Plano e nos dar «poder de ser chamados filhos de Deus» e de «o ser» de fato. (Jo. 1,12; e 1 Joo. 3,1). O plano de Deus é de chamar todos os homens a entrar em comunhão com seu Filho para poder, com qualidade de verdadeiro Pai, envolvê-los com o amor mesmo com que Ele ama seu Filho. Êsse também é o ardente desejo de Jesus, ao declarar: «Pai, aqueles que Tu me deste, eu quero que, lá onde eu estou, êles estejam também comigo... Pai justo, (...) eu lhes revelei a tua Pessoa e lhes revelarei ainda, para que o amor com que Tu me amaste esteja neles, estando Eu mesmo neles». (Jo. 17,26).

Mas essa realização prodigiosa implica uma Nova Criação que só pode se operar com a efusão do Espírito regenerador, predito pelos profetas como um dos grandes sinais dos tempos messiânicos. É sôbre o Messias que o Espírito repousaria de modo pleno e permanente. E foi de fato o que se realizou em Jesus, como o assinalou o próprio anjo da anunciação à Maria: «O Espírito Santo virá sôbre ti e o Poder do Altíssimo te tomará sob a sua sombra: porisso o Menino será santo e será chamado Filho de Deus». (Lc. 1, 26-38; Mt. 1,21). No início de seu ministério público, Jesus lê na sinagoga de Nazaré o belo texto do Livro de Isaias a êsse respeito, e proclama Ele mesmo: «Hoje vós sois testemunhas de que esta passagem da Escritura se acha realizada. E todos lhe rendiam testemunho». (Lc. 4, 16-22) A humanidade pecadora e corrompida vai ter que nascer «de novo e do alto», como nota S. João (3,3) Jesus vai agir como um Novo Adão, de cujo lado aberto na cruz vai sair a Nova Eva, constituída como

mãe dos «renascidos do alto» pelo sangue redentor e a água do batismo no Espírito Santo. Dessa nova «Mãe dos Viventes» que vivem da verdadeira vida de filhos de Deus, Maria é muito mais do que uma figura: ela é o melhor das primícias. (Jo. 19, 25-27 e 2,4; Gen. 3,20)

Essa Nova Criação pela efusão do Espírito Santo só começa a realizar-se com a Paixão-Glorificação de Jesus. Até então, a efusão do Espírito não se operara «porque Jesus não tinha ainda sido glorificado» (Jo. 7,39; 14, 26; 16,7). Com a Glorificação de Jesus, a Regeneração está inaugurada com um Novo Adão, uma Nova Eva, e a grande Efusão regeneradora do Espírito vai se estender em profundidade e extensão a toda a humanidade e a todo o Cosmos. É Jesus o Mediador que envia, da parte do Pai, o sôpro do Espírito que vai suscitar essa Nova Criação. É êsse o sentido da oração da Igreja: «Envia, Senhor, o teu Espírito, e tudo será **criado** e renovarás a face da Terra».

Aqui as prefigurações do passado ajudam a melhor compreender a realização definitiva: O profeta Ezequiel foi conduzido, em visão, a uma terra toda coberta de ossos humanos «completamente dessecados. E Javé lhe disse: Filho de homem, (...) profetiza sôbre êsses ossos. Tu lhes dirás: Ossos dessecados, ouvi a palavra de Javé. Assim fala o Senhor Javé a êsses ossos: Eis que eu vou fazer entrar em vós o espírito e vós vivereis... Eu profetizei, como me tinha sido ordenado, e fez-se um ruído no momento em que eu profetizava. Houve um estremecimento e os ossos se aproximaram uns dos outros. Eu olhei: êles estavam recobertos de nervos, de carne e de pele, mas sem vida. E Javé me disse: Profetiza ao espírito, profetiza, filho de homem. Tu dirás ao espírito: Assim fala o Senhor Javé: Vem dos quatro ventos, espírito, sopra sôbre êstes mortos e que êles vivam. Eu profetizei, como êle me ordenára, e o espírito veio a êles e êles retomaram vida e se puseram bem de pé sôbre seus pés: grande, imenso exército!» (Ez. 37, 2-11)

Isso era apenas uma prefiguração da verdadeira Restauração messiânica pela Efusão do Espírito, graças à mediação do verdadeiro Filho do homem, na Aliança Nova da regeneração interior já predita por Jeremias (31, 31-34) e os outros profetas: «Então eu vos tomarei dentre as nações e vós reunirei... Eu derramarei sôbre vós uma água pura e sereis purificados... Eu vos darei um coração novo e porei em vós um espírito novo... Eu tirarei de vós o coração de pedra e vos darei um coração de carne. Porei sôbre vós o meu espírito». (Ez. 36, 24-29).

É dentro desta perspectiva que se deve compreender o modo de

agir de Jesus após a Ressurreição, quando Ele se dirige aos Patriarcas do Novo Israel para lhes confiar a missão de continuar, em seu nome, a missão que Ele próprio havia recebido do Pai. É o que narra S. João, com numerosas alusões implícitas: O dia da Ressurreição é o primeiro dia da nova semana da Criação regenerada. Jesus é ao mesmo tempo o Novo Adão e o Verbo criador que vai, pelo sôpro de seu Espírito, suscitar a regeneração interior de uma humanidade nova. Vale a pena reler êste texto capital: «Na tarde dêsse mesmo dia (da Ressurreição), o primeiro da semana, quando, por mêdo dos Judeus, estavam fechadas as portas do lugar em que se achavam os discípulos, Jesus veio se colocar no meio dêles e lhes disse: Paz para vós! E, dizendo isto, Ele lhes mostrou suas mãos e seu lado. Os discípulos ficaram cheios de alegria vendo o Senhor. Ele lhes disse de novo: «Paz para vós! Como o Pai me enviou, também eu vos envio». Tendo assim falado, Ele soprou sôbre êles e lhes disse: «Recebei o Espírito Santo. Aos que vós perdoardes os pecados, êles serão perdoados; aos que vós os retiverdes, êles serão retidos». (Jo. 20, 19-23; cfr. 14,27 e 16,33).

Assim dotada de plenos poderes para exercer o Juízo, a Igreja é constituída por Jesus como o fermento da Regeneração que deve atingir tôda a massa com a virtude do Espírito vivificante. De fato, do mesmo modo que o Filho do homem se tornou o grande Sinal dos tempos messiânicos revelando e realizando o plano do Pai, de adotar os homens como filhos de Deus, assim a missão do Espírito consistirá em consumir a obra de Jesus. É o Espírito que fará compreender aos homens o verdadeiro sentido da missão salvífica do Filho do homem, fazendo tomar consciência da iniquidade do mundo e da derrota do «príncipe dêste mundo», e pondo em evidência a fôrça triunfante da Redenção operada por Jesus. (Jo. 1, 8-11 O Sinal do Filho do homem continuará visível e operante até o fim dos séculos por meio do Sinal eficiente do Espírito que o atualiza e dinamiza sem cessar. (Jo 4; Jo15 e 16 — At. 1) É o Espírito que nos transforma em filhos de Deus: «todos aquêles que são animados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus». (Rom. 8,14) «O Espírito se torna um verdadeiro princípio de ação que transforma os atos do homem em atos pròpriamente divinos» (Pe. Lyonnet S. J.) É com efeito visando essa ação do Espírito em nós que Paulo chega a afirmar: «Se eu vivo, já não sou eu que vivo, mas o Cristo que vive em mim». (Gal. 3,20) É o Espírito que dinamiza cada cristão, como tôda a Família dos filhos de Deus.

O Espírito é, assim, o grande Sinal eficiente da Nova Criação que

é operada pelo Verbo redentor. O Novo Israel de Deus é exclusivamente composto de homens assinalados, marcados com o sinete do Espírito, com a SPHRAGIS do batismo no Espírito. (Ap. 7; 1Cor. 1,21; Ef. 1,13) O sinete do Espírito é, ao mesmo tempo, o passaporte pascal da entrada no Mundo Novo e o permanente Sinal de identidade de nossa cidadania divina: «A prova de que vós sois filhos, diz Paulo, é que Deus enviou em nossos corações o Espírito de seu Filho, que clama Abba, Pai». (Gal. 4,6) «O Espírito em pessoa se junta a nosso espírito para atestar que nós somos filhos de Deus». (Rom. 8,16) É Ele que nos ensina a rezar ao Pai como verdadeiros filhos de Deus. Ao contrário, «quem não tem o Espírito, não pertence ao Cristo». (Rom. 8,9) É porisso que o grande Apóstolo resume a espiritualidade do cristão e de tôda a Igreja neste único princípio: «Visto que o Espírito é a nossa Vida, que seja o Espírito que nos faça agir!»

Conjuntamente com o Sinal do Filho do homem, o Sinal do Espírito é, portanto, o grande Sinal do Tempo da Igreja, isto é: de todos os tempos até o fim dos séculos. Sem o conhecer e sentir, sem o amar e lhe ser fiel, é completamente inútil pregar e falar sôbre os sinais dos tempos.

3.

O SINAL DA IGREJA

Jesus veio como Revelação do Pai. (Jo 14,9) O Espírito veio como Testemunha de Jesus. Mas Ele não se encarnou: Ele age na Igreja e pela Igreja. O tempo de sua Efusão se identifica com o Tempo da Igreja. Êste difere dos outros tempos muito mais por sua natureza mesma do que pelo aspecto de sucessões cronológicas. Na realidade, os tempos anteriores a Cristo co-existem com o tempo da Igreja, um pouco à maneira das diversas épocas: neolítica, do bronze e do ferro, que, de fato, existiram muitas vêzes ao mesmo tempo, como mundos diversos e juxtapostos.

Até a vinda de Cristo e fora de Israel, tôdas as religiões da humanidade, mesmo entenebrecidas pelo paganismo, gozavam de uma certa legitimidade, em consequência da «paciência divina» para com os esforços, mesmo culpadamente deficientes, dêsses povos todos, em suas relações com Deus. (cfr. 1 Petri, 3,20). Mas, com o advento de Cristo, êsses tempos da tolerância divina expiraram. Cristo, em sua pregação, se limitou estritamente aos Israelitas. (Mt. 10,6; 15,24) Mas nem porisso Ele deixa de ser «a Luz para a iluminação dos Gentios», predita pelos profetas (Is. 42,6 etc.;

Lc. 2,32) Era uma questão de prioridade, por causa da missão providencial de Israel. De fato, é pela Igreja, e somente pelo intermédio dela, que Jesus vai se dirigir ao mundo das nações pagãs.

À diferença do antigo Pentecostes, que comemorava a proclamação da Lei do Sinai destinada somente ao Israel segundo a carne, o Pentecostes da proclamação da Nova Lei, que marca o início do Israel Novo, é dirigido, ao contrário, a homens de «tôdas as nações que existem sob o céu» (At. 2,5) A partir desse instante, os diversos povos, línguas e civilizações, «dispersos» em consequência do pecado, deverão começar a ser reunidos, desde agora, pela Igreja, na unidade da Efusão do mesmo Espírito, em preparação da assembléia plenária e definitiva de «tôdas as nações, tribus, povos e línguas perante o trono do Cordeiro» no céu. (Apoc. 7, 9-17; At. 2; Gen. 11)

Perante a verdadeira História, tudo o que ainda não chegou ao Tempo de Cristo, do Espírito e da Igreja, é anacrônico, em atrazo sobre a verdadeira História. A Igreja, animada pelo Espírito de Cristo, tem por missão ser a pioneira da História humana para conduzir os outros setores da História e do Cosmos à Plenitude dos Tempos e ao Mundo Novo regenerado. É o que expressamente ensina S. Paulo: «Eis que Deus, abandonando ao esquecimento êsses tempos da ignorância, fêz saber aos homens que êles todos, e em tôda parte, têm que se converter». (At. 17,30) É à Igreja que compete levar ao universo essa «mensagem, que é a revelação de um mistério envolto em silêncio uma eternidade de séculos, mas que foi agora manifestado (...) E a ordem de Deus é que êle seja levado ao conhecimento de TODOS os pagãos, para os conduzir à obediência da fé em Jesus Cristo». (Rom. 16, 25-26).

Assim, é a Igreja, Corpo do Cristo e portadora de seu Espírito, que é o Sinal eficiente dessa ascensão histórica, a única verdadeiramente capital para todos os homens de tôda parte do Cosmos, pois é só assim que a Criação inteira sairá da «noite de pre-história» para a luz da verdadeira História. Em sua parenese aos Romanos, Paulo comenta: «Vós sabeis em que Tempo nós estamos. É hora doravante de vos arrancar ao sono; desde o tempo em que abraçámos a fé, a nossa Salvação tem progredido. A noite transcorreu, o Dia desponta. Abandonemos as obras de trevas e revisitamo-nos com as armas de luz. Conduzamo-nos dignamente, de modo condizente com o Dia». (Rom. 13, 11-13) «É agora o Tempo favorável, insiste ainda Paulo, em outra parenese, é agora o Dia da Salvação». (2 Cor. 6, 2; Is. 49,8)

Devido à juxtaposição do Mundo regenerado com o Mundo a regenerar, e devido à existência simultânea do Tempo da Igreja e dos Tempos pre-eclisiais, o Cristo, que já veio, continua sempre vindo; continua sempre sendo HO ERCHOMENOS, «aquele que vem». De fato, como explica S. João decompondo o Nome de Javé, Jesus é, ao mesmo tempo, «Aquele que é — Aquêle que era, — e Aquêle que está vindo». (Apoc. 1,8) A Igreja será sempre no mundo a portadora do Sinal de um Filho do Homem que CONTINUA SEMPRE VINDO SÔBRE AS NUVENS DO CÉU, como será sempre também a portadora do Sinal do Espírito que rende testemunho a êsse Jesus que continua sempre a vir aos homens que ainda não formam um só Corpo com Ele. É precisamente a êsse título que a Igreja vem a ser, ela mesma, o grande Sinal dos Tempos da Nova Criação.

Os Antigos atribuíam o govêrno absoluto dos tempos humanos aos grandes deuses astrais: Sol, Lua e Estrêlas, personificados em Shamash (Aton ou Marduk), Sin, e Ishtar (a Estrêla da manhã). Tudo o que não fôsse conforme a êsses astros, seria um «desastre». Para a Revelação bíblica, como para a Liturgia da Igreja, ao contrário, é Cristo o verdadeiro Sol nascente e sol invicto. O verdadeiro «Lúcifer matutinus» também não é outro senão Cristo! (2 Pt. 1,19; Apoc. 2,28 e 22,16) É a Comunidade messiânica dos justos que «brilhará como todo o esplendor do firmamento». (Dn. 12,3; Mt. 13,43) É a Igreja inteira que deve brilhar com a luz do Cristo como a lua brilha pela luz do sol: «fulgebit Ecclesia ut sole luna».

Os povos do Oriente antigo tinham resumido em um só símbolo todos os sinais dos tempos cósmicos. Êsse «símbolo astral, que resumia todos os outros, era o disco contendo a estrêla de oito pontas, de Ishtar, e as chamas do sol, tudo isto suportado pelo crescente lunar» (Dr. G. Contenau, M.A.O. L'Art du 3e et 2e Millénaires avant notre ère, tome II, pg. 856). São João vai também resumir em um só símbolo os sinais dos Tempos da Economia redentora. Êsse sinal vai ser a Igreja, representada como uma Mulher, a Nova Eva (por alusão a Gen. 3,20, cfr. Jo. 19,23) e como o Novo Israel, prefigurado pelo Israel antigo representado, no sonho de José, como: sol, lua e doze estrêlas. (Gen. 37, 9-11).

É assim que S. João se compraz em descrever o verdadeiro Sinal dos tempos da História humana, o único que doravante dominará os destinos dos homens e do Cosmos; o único, sem o qual tudo seria realmente desastre. É êsse o sentido do belo texto do capítulo 12 do Apocalipse: «Um grande Sinal apareceu no céu: uma Mulher revestida com o sol, tendo a lua sob os seus pés, e coroada com 12 estrêlas».

Doravante, resumindo em si todos os outros sinais dos tempos da Economia, o Sinal da Igreja deve brilhar nos horizontes da História, irradiando luz e vida, e presidindo assim realmente aos destinos do gênero humano, e mesmo, aos destinos de todo o Cosmos.

4.

O CRISTÃO COMO SINAL

À diferença do batismo de João, pela água somente, o cristão é purificado também com o fogo do Espírito Santo (Mt. 3,12; Lc. 3,16). É esse o fogo que Jesus veio trazer à Terra (Lc. 12,49), e do qual João Batista já foi, de certo modo, precursor, segundo a bela palavra com que Jesus o define: «*lucerna lucens et ardens*» (Jo. 5,35).

Tomando em conta a natureza do Tempo da Igreja, no qual Jesus permanece sempre «*Aquêle que está vindo*», todo cristão deve ser também, e sempre, um precursor de Jesus Cristo, como o foi o Batista, e mesmo bem mais, pois o próprio Jesus nos assinala que «o menor no Reino de Deus» é mais que João Batista (Mt. 11,22). Realmente, como membro da Igreja, o cristão se torna também um sinal dos Tempos, ao mesmo título que ela. Compete a êle, não somente ser precursor do Filho do homem, mas também ser testemunha do Espírito e pioneiro escatológico, cuja cidadania já é a celeste, onde Cristo, de que êle faz parte, já se acha à direita do Pai. Já é lá que se acha doravante o seu centro de gravidade. (Col. 3, 1-2)

Primícias do Mundo Novo, o cristão deve de fato, como sal da terra e luz do mundo, ser a testemunha, perante os homens, da verdadeira escala dos valores, como da verdadeira escala dos amores. O perfeito amor de Deus e do próximo constituirá um sinal distintivo dos autênticos discípulos de Jesus: «*A isto todos reconhecerão que vós sois meus discípulos: se vos amardes uns aos outros*» (Jo. 13,35). A Verdade e o Amor, vividos em plenitude, produzirão também outro sinal muito característico: a exultação da verdadeira alegria, a alegria messiânica, a única que é decisivamente importante e que ninguém nos pode tirar. (Jo. 16,22).

Sem dúvida, à semelhança de Jesus, o cristão não poderá deixar de ser também um sinal de contradição. Incorporado ao próprio Juiz escatológico, que exerce desde já um juízo sobre este mundo, o cristão será também, por sua própria presença, uma sorte de «sacramento de discernimento», com efeitos mortíferos para uns e vivificantes para outros. (2 Cor. 2, 15-16).

De todo modo, o cristão é chamado a ser também um sinal eficiente da Plenitude dos Tempos. Ele o será, mau grado todos os venenos do Maligno, colaborando ativamente na difusão do Reino do Filho do homem e do Espírito vivificante, fazendo assim apressar a derrota completa da Serpente infernal. É o que se lê no final de S. Marcos: «Depois Jesus lhes disse: «Ide ao mundo inteiro, proclamai o Evangelho a toda a Criação. Aquêles que crer e fôr batizado será salvo. Aquêles que não crer será condenado. E eis os sinais que acompanharão os que tiverem crido: em meu Nome êles expulsarão demônios; falarão novas línguas, retirarão (da Terra) as serpentes; e, se algo de mortífero beberem, nenhum mal lhes fará; imporão as mãos sôbre os doentes e êstes serão curados». (Mc. 16, 15-18) Esse texto é a adaptação escatológica das palavras de Jesus relatadas por S. Lucas, quando os discípulos voltaram da missão, que lhes confiou Jesus, exultantes de alegria por suas vitórias contra o Demônio: «Senhor, em teu Nome, mesmo os demônios nos são submissos!» Jesus lhes respondeu: «Eu estava vendo Satanaz cair do céu como um raio! Eis que vos dei o poder de calcar aos pés (cfr. Gen. 3,15) serpentes, escorpiões e todo o poder do Inimigo, e nada poderá vos fazer mal algum». (Lc. 10, 17-19)

5.

OS SINAIS DEFICIENTES

A Bíblia nos apresenta a Economia redentora como obra conjunta da Santíssima Trindade, operando as três Pessoas divinas a regeneração por meio de uma Instituição salvífica, que é a Igreja. Mas o Novo Testamento nos apresenta também uma espécie de Anti-Economia, de perdição, na qual, como em uma caricatura da SSma. Trindade, também tudo procede do «Pai da Mentira» (Jo. 8,44), tudo é operado pelo «Filho da Perdição» (2 Tess. 2,3) e tudo enfim é dinamizado pelo Espírito do «Falso Profeta». (Apoc. 16,13; 19,20 e 20,10).

Realmente Jesus havia predito que após Ele, viriam falsos cristos e falsos profetas (Mt. 24,24). Êles procedem do Maligno e agem «pela influência de Satanaz», como explica S. Paulo. (2 Tess. 2,9)

Foi S. João, entretanto, quem elaborou genialmente a teologia neotestamentária dos sinais deficientes, particularmente nos capítulos 12 e 13 do Apocalipse. Em um primeiro tempo, o Vidente considera o grande Sinal da Igreja no momento capital de sua metamorfose, de seu nasci-

mento escatológico, quando, de Mulher-Eva-Sinagoga, ela vai se tornar a Mulher Nova-Eva-Igreja, mãe de seu descendente por excelência. (Gal. 3,16) Esse momento é o da chegada do Dia Javé, caracterizado pela grande parturição do Mundo Novo, da Nova Criação, da PALINGENESIA. «Ela está grávida e clama nas dores e sofrimentos da parturição». (12,2. Comparar o verbo *Ἀπάξει*, dêste texto, com Mt. 27,50).

Em face dessa Mulher que vai dar à luz ao «Primogênito d'entre os mortos» (Col. 1,18; Apoc. 1,5), S. João vê outro Sinal, de sentido totalmente oposto: «Um outro Sinal apareceu no céu: um enorme Dragão», «a Serpente antiga que se chama Diabo, e o Satanaz, o que seduz e transvia a Terra inteira». (12,3 e 9). «À espreita diante da Mulher, o Dragão se prepara para devorar seu Filho logo que Ele nasça. Ora a Mulher deu à luz a um Filho homem, Aquêle que deve conduzir tôdas as nações com um cetro de ferro». (12,5 — Sl. 2,9)

É aí que se situa o grande desfecho da História humana predito pelo Proto-evangelho (Gen. 3,15). «Então uma batalha se empenhou no céu: Miguel (Mi-ka-El=QUEM COMO DEUS?) e seus anjos combateram o Dragão. O Dragão combateu, e seus anjos também, mas êles não aguentaram o combate e foram lançados para fora do céu. E êle foi precipitado, o grande Dragão, a antiga Serpente... Êle foi lançado sôbre a terra, e seus anjos foram lançados para fora com êles (12, 7-10: notar a insistência sôbre os verbos EBLETHE e EBLETHESAN). Esse fato se realizou pela Glorificação de Jesus, como Êle o predisse no início de sua Paixão: «É agora o Julgamento dêste mundo. É agora que o Príncipe dêste mundo vai ser lançado para fora, EKBLETHESETAI. E Eu, uma vez exaltado da terra, atrairei a mim todos os homens». (Jo. 12,31-32) De fato, o Diabo é expulso do céu, isto é dos horizontes da Nova Criação: não mais será êle aí Príncipe nem Senhor.

Jesus é exaltado por sua Ascensão: «O Filho da Mulher foi exaltado até junto de Deus e de seu trono», (12,6a) enquanto a Mulher, durante a perseguição, será conduzida e nutrida milagrosamente por Deus no Deserto do Novo Exodo. (12, 6b, cfr. 14,3 e 15,3-4) A partir dêsse momento, a Vitória Decisiva está ganha: «E eu ouvi uma voz clamar no céu: Doravante, a vitória, o poder e a realeza estão adquiridos para nosso Deus e a dominação para o seu Cristo, visto que foi lançado para fora o Adversário de nossos irmãos, aquele que os acusava dia e noite diante de Deus. Êles mesmos o venceram, graças ao sangue do Cordeiro e graças ao testemunho de seu martírio, pois desprezaram sua vida até à morte. Rejubilai-

-vos pois, ó céus e vossos habitantes. Ai de vós, terra e mar, porque o Diabo desceu a vós, espumando de cólera, sabendo bem que seus dias estão contados». (12, 10-12). Mas um duro «serviço de limpeza» se prolongará em escaramuças finais durante todo o tempo da Igreja militante: «Vendo-se lançado para fóra sôbre a terra, o Dragão se lançou em perseguição da Mulher, a Mãe do Filho Homem». (12,13) Mas esta goza de uma proteção invencível de Deus: é, em si mesma, inexpugnável. «Então, furioso de despeito contra a Mulher, o Dragão partiu em guerra contra o resto de seus filhos, aquêles que guardam os mandamentos de Deus e possuem o testemunho de Jesus». (12,17)

S. João passa, em seguida, a encarnar mais a sua doutrina, a êsse respeito, no caso concreto do Império Romano perseguidor, figurado pela Primeira Besta, que vai se erigir em realeza divina, oposta à de Jesus Cristo. O grotesco arremêdo de Jesus Cristo, morto e ressuscitado para a exaltação ao trono do Pai, com que João a representa, é de uma ironia sublime, das mais vigorosas de tôda a Bíblia: É a essa Besta que «o Dragão transmitiu seu poder e seu trono, com um império imenso» (13,2) . Muitos imperadores vão encarnar êsse papel de Anticristo: a Besta tem «sete cabeças» (13,1). «Uma delas parecia mortalmente ferida, mas ergueu-se dêsse ferimento mortal». (13,3a) A exaltação da vitória sôbre essa crise foi um triunfo: «Então, a Terra inteira, tomada de admiração, pôs-se a seguir a Besta. Puzeram-se a adorar o Dragão, porque êle tinha entregue o império à Besta. Puseram-se também a adorar a Besta, dizendo: «QUEM COMO A BESTA?» e quem pode lutar contra ela?» 13,3-4) Arrogâncias, blasfêmias e perseguições se seguiram. «E todos adorarão a Besta, todos os habitantes da terra, cujos nomes não se acham escritos, desde a origem do mundo, no Livro de Vida do Cordeiro imolado».

Mas o «Pai da Mentira» e o Filho da Perdição (aqui encarnado pelo poder imperial) vão precisar de uma mística para se opôr ao Cristo. É então que o Vidente introduz a Segunda Besta, que era concretizada, nessa época, pelos sincretismos religiosos mobilizados ao serviço do culto imperial de Roma e Augusto. Esta Segunda Besta, também chamada «o Falso Profeta» procurará macaquear tôda a ação do Espírito Santo na Igreja. Ela apresentava, por vêzes, certas semelhanças com o Cordeiro, externamente, «mas falava como um Dragão. Ao serviço da Primeira Besta, ela estabeleceu o império desta por tôda parte, conduzindo a terra e seus habitantes a adorar a Primeira Besta, cuja ferida mortal tinha sarado. Ela realizou grandes sinais, fazendo até descer o fogo do céu sôbre

a terra, aos olhos de todos; e, por êsses sinais que lhe era dado realizar ao serviço da primeira Besta, ela transvia os habitantes da terra, levando-os a erigir uma imagem em honra da Besta que, ferida com o gládio, retomou vida. Foi-lhe mesmo dado de animar a imagem da Besta para a fazer falar e de agir de modo que fôsem levados à morte todos os que não adorassem a imagem da Besta. Por suas manigâncias, todos, pequenos e grandes, ricos e pobres, livres e escravos, far-se-ão marcar sôbre a mão direita e sôbre a frente, e ninguém poderá comprar nem vender, o que quer que seja, sem estar marcado com o Nome da Besta ou a Cifra de seu Nome». (13, 12-17) Trata-se, pois, de uma perfeita caricatura do Espírito Santo: faz sinais e prodígios para acreditar a Primeira Besta. Goza de tudo o que esta possui. Tem uma influência mortífera, e conduz a tôda sorte de êrros. Conduz todo mundo a adorar a primeira Besta, perante a qual ninguém é considerado existente sem estar marcado, em seu pensamento e em seu agir, pelo sinete da Besta Falso Profeta. É a caricatura da SPHRAGIS do Espírito Santo: sem essa carteira de identidade, sem essa garantia de estado civil, nenhum ato é possível validamente perante a Besta.

Não há dúvida de que êsse Sinal do Dragão coexiste sempre com o Tempo da Igreja. O desejo de domínio lança freqüentemente as potências terrestres à mercê de Satanaz. Muitas doutrinas e filosofias são também assalariadas, de modo direto ou indireto, consciente ou inconsciente, ao serviço dos orgulhos e egoismos humanos. É certo que Cristo venceu o Demônio: mas é necessário que cada cristão vença também «pelo sangue do Cordeiro e por seu testemunho pessoal» para poder participar efetivamente da Vitória de Cristo e do Mundo regenerado. É assim que, durante todo o tempo da Igreja, o Sinal do Dragão será sempre, também êle, um Sinal dos tempos: Sinal de derrota, sinal de vencido, mas sempre nocivo aos incautos, e que nunca poderemos omitir de tomar em conta.

6.

OS SINAIS RECIPIENTES

Os sinais, positivos ou negativos, de receptividade à Economia regeneradora de Cristo são um assunto por demais vasto e importante para poder ser tratado no âmbito dêste artigo. Temos na Arquidiocese de Olinda e Recife um excelente especialista dêsse momentoso assunto: o Pa-

dre Zeferino Rocha, Diretor dos Estudos do Seminário Regional do Nordeste e Perito do Concílio Vaticano II. Recentemente ainda êle tratou dessa questão nas «Noitadas Culturais» criadas pelo Sr. Arcebispo Dom Helder Câmara. É de se esperar que êle publique, em breve, algo a êsse respeito. Limitar-nos-emos aqui a assinalar duas considerações de ordem geral.

Tôda humanização autêntica é um sinal positivo de receptividade. Não há melhor preparação para receber os bens sobrenaturais do que o bom uso dos dons naturais. A vocação natural do homem, fielmente realizada, é a melhor preparação para acolher a vocação sobrenatural. O Deus Criador e o Deus Redentor agem em perfeita coordenação. A própria integridade natural do homem exige que êste reconheça Deus, seja-lhe submisso e grato, e permaneça aberto às suas intervenções e às suas graças. Mas nunca o simples humanismo ou a simples humanização serão suficientes para salvar o homem e incorporá-lo plenamente ao Mundo Novo. Jamais a sociologia substituirá a Soteriologia. O sociologismo não terá muito mais sucesso do que o cientificismo. Os sinais recipientes não bastam. São absolutamente necessários os Sinais Eficientes. A êsse respeito, todo esquecimento e toda inversão (mesmo sòmente prática e não teórica) é um êrro de graves conseqüências.

O segundo ponto que nos parece capital na época presente, sob pena de comprometer as mais belas esperanças, é uma REFONTIZAÇÃO geral e profunda da nossa formação cristã, a começar pelo clero e a generalizar sem tardança a todos os cristãos. Sínteses novas e muito mais vastas se impõem com urgência, pois o presente Concílio fêz a Igreja tomar consciência de um grande número de insuficiências. Muita gente labora em lamentáveis confusões. Urge saber distinguir na tradição o que de fato era CERTEZA (e deve ser conservado) e o que era apenas AUSÊNCIA DE DÚVIDA (e que pode ser revisto). Urge distinguir, na Revelação, qual é a finalidade visada (que é intocável) e qual ou quais os pontos que não são senão modalidades de aplicação, vinculadas à problemática do tempo dos destinatários imediatos da mensagem inspirada: modalidades que poderiam ser adaptadas. Por êsses (e ainda muitos outros motivos), julgamos extremamente urgente uma séria e profunda REFONTIZAÇÃO bíblica.

Discurso de Formatura (*)

FRANCISCO DÁRIO MENDES DA ROCHA

Na hora que vivemos, de confusões político-econômicas, de fugas morais e covardias espirituais, de depressão do Direito e amesquinamento do Homem, esta solenidade tem um sentido que esplende dos olhos de quantos assistem a esta liturgia, presentes neste Teatro de tantas e cívicas emoções, neste repositório de história e sentimento. Por isto, com o êxtase do encargo confundido em padecimento, aceitei o ofício de orador, já que orador me inventaram, em nome da Primeira Turma de Bacharelados da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco, turma que, além de ser primeira, traz entre outras a marca inesquecível de ter como seu patrono o mais puro dos nossos juristas: Augusto Teixeira de Freitas.

Aceitei esta missão com êxtase e padecimento. Êxtase de quem chega e, simultâneamente, de quem parte, pois a nossa chegada é apenas o nosso ponto de partida. Padecimento, por não vos dever dizer coisas amáveis, por não vos saber dizer coisas profundas e, pesarosamente, por vos não poder dizer exigíveis verdades.

A estas solenidades nos submetemos porque tudo isto simboliza um ideal, e nós respeitamos os símbolos na medida em que amamos a realidade simbolizada.

Mas até que ponto não será êste momento um simples espetáculo sem vinculação à vida, às nossas atividades modificadoras do mundo? Se o sentido de graves responsabilidades está ausente desta hora, estaremos participando de uma comédia de símbolos de coisa alguma.

(*) Pronunciado no Teatro Santa Isabel, na solenidade de colação de grau da primeira turma de Bacharéis da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco, em 11 de Dezembro de 1964.

Somos uma geração que se define, nós que sabemos nos compete a tarefa de fazer surgir das ruínas de uma civilização um mundo informado por novos juízos de valor, nova concepção dos direitos do homem, nova ordem jurídica. Somos forçados à definição a que imperiosamente o momento histórico obriga.

Advogados, magistrados ou juristas que pretendamos ser, a nossa missão é reformar o mundo pelo Direito, pois que vivemos um período de mutações tão graves como aquelas que impeliram à queda o império de Roma, fizeram eclodir a Revolução Francêsa ou deram lugar à Revolução proletária da Rússia dos Czares. Como dantes, esperamos hoje ainda um Estado sem prepotência, uma ordem social, econômica e jurídica sem privilégios. Esperamos a volta dos homens ao sentimento do humano, a conversão dos cristãos aos cristianismo de Cristo, a sujeição dos juristas aos postulados da Justiça; esperamos o abraço do irmão com o irmão: um milagre assim de desmedido espanto.

Ao invés de nos preocuparmos em conquistar o mundo das coisas e do espírito agridem-se os homens como se o homem pudesse ser o senhor de seus irmãos. Sabemos melhor como matar do que como viver, aprendemos o segrêdo do átomo e rejeitamos o Sermão da Montanha.

Eis porque vivemos hoje entre dois imperialismos contrapostos na sua tendência hegemônica. Daí a luta que ambos travam na tentativa (tantíssima vez bem sucedida, se é que o sucesso se mede em rublos ou dólares) de domínio e escravização das nações e dos nacionais, tanto mais desejados quanto mais subdesenvolvidos, tanto mais subdesenvolvidos quanto menos conscientes. São dois materialismos que se agridem.

Se o individualismo exagera os direitos do indivíduo, o outro sistema, o socialismo marxista, sobretudo na sua forma extrema, o comunismo, pelo contrário, tem exagerado os direitos da coletividade.

Na ordem jurídica, o individualismo traduz-se por um subjetivismo radical que atribui à pessoa humana um autonomia absoluta, e aos direitos individuais um valor incondicionado.

Por outro lado, o socialismo positivista, traduz-se na ordem jurídica por um objetivismo radical. Sendo a sociedade, como se pretende, uma realidade ontològicamente superior e anterior aos seus membros, êstes não têm outro direito senão aquêle cujo exercício é impôsto pela solidariedade social. Semelhante objetivismo resulta em desconhecer a pessoa

humana e em negar os direitos decorrentes da natureza do homem. Êle faz da sociedade um fim e do homem um meio.

Nesta disputa ideológica, larga parte da humanidade lhes serve hoje apenas à fome de homens e de nações. Mas o requinte desta luta é a consciência sádica e o fingimento intencional dos propósitos. Como observa Emílio Betti, «é uma espécie de inumanidade pior que a própria guerra guerreada, o pressupor no adversário a intenção hostil e agressiva, e imputar a êsses a imoralidade da causa, a hipocrisia das altitudes, reservando a si mesmo o monopólio da moralidade e a pureza das intenções». E acrescenta o mesmo civilista italiano: «Não se iludam certos ingênuos zeladores que, prontos a render homenagem a presumidos ideais de justiça, não se advertem de escravizar o sagrado ideal do Direito e a autonomia da nação a uma política farisaica, desconhedora dos problemas vitais (que nascem da iníqua distribuição dos bens da terra e da utilização deficiente do trabalho), tendenciosamente posta sôbre inadmissível alternativa ideológica».

Entre as duas formas, pois, do hipócrita paternalismo das duas nações hoje dominadoras dos povos, qualquer escolha é envilescente.

Cabe-nos a nós brasileiros em geral e a nós advogados ou magistrados ou juristas, em particular, traçarmos nossa estrada e seguirmos o nosso próprio caminho. Porque, como adverte Ripert, ao jurista é lícita a recusa no deixar-se classificar em um partido.

E não se afigure isto tentativa de forçada oratória ou convencionalismo retórico. Temos bem consciência de que no enfoque da realidade sócio-econômica brasileira, é preciso fixar duas referências básicas. Em primeiro lugar, somos uma nação subdesenvolvida, em face de desenvolvimento; em segundo lugar, somos presididos por uma estrutura arcaica.

O ser subdesenvolvido vai implicar em duas conseqüências que são fundamentais. Inicialmente, o povo de uma nação subdesenvolvida permanece afastado dos benefícios da civilização. O subdesenvolvimento se traduz por fome, doença, alto índice de mortalidade infantil, analfabetismo, miséria. E que não se traduza também pela nossa indiferença de bem alojados e bem pensantes diante da imagem dos nossos irmãos humilhados.

Quem de nós já não sentiu gerações de sofrimento no olhar dos mendigos que infestam as ruas e nos fazem lembrar aquela página de Baudelaire: «À entrada de uma taverna um mendigo estendeu-me o

chapéu, com um dêsses olhares inolvidáveis que derrubariam tronos, se o espírito movesse a matéria e se os olhos de um magnetizador fizessem amadurecer as uvas».

E além disto, o subdesenvolvimento de uma nação implica na perda de seu protagonismo político, por força da ação imperialista.

Um país subdesenvolvido de um lado não pode determinar o seu próprio destino, de acôrdo com seus interêsses e aspirações; do outro lado, não pode dar a seu povo condições mínimas de vida, condenando-o a um grau inferior de existência, como se existir fôsse viver.

A nossa estrutura política é arcaicamente egoísta, inspiradora de atitudes, gestos, costumes de absorção e opressão, de par com falsa generosidade. Ocorre aqui lembrar o que vem dito, com um imensurável poder de sugestão, na quadra de Espanha:

«El señor Juan de Robres
com caridad sin igual
hizo este santo hospital
y también hizo los pobres».

O quadro é tão diário que, nem direi a nossa consciência de cristãos, mas o nosso sentimento do homem, já o aceita como espontâneo e meritório.

Muitos cristãos se contentam em ler as encíclicas papais, como se a lerta da «Pacem in Terris» ou da «Mater et Magistra» não precisasse ser efetivada a começar por êles próprios, para a sobrevivência do mundo, o fortalecimento da Justiça, a dignificação do homem, o desbaratamento do ateísmo comunista e a revisão e transformação das taras do liberalismo econômico.

Feliz ou infelizmente nós somos um povo amante das soluções pacíficas. Vivemos entretanto numa estrutura violenta. A ignorância é uma violência. O contrôle dos órgãos publicitários para que não se consiga a libertação da miséria, é uma violência. O cerceamento do amplo direito de defesa é uma violência. O caminho para evitar a violência futura é acabar com a violência presente, para que se consiga debelar a crise que atravessa a nação e o direito pátrio, o que tem gerado em tôdas as almas pelo menos um estado de angustiosa inquietude. Esta crise abraça tôda a vida nacional, nesta hora de angústia comum, quando, no dizer do Professor Torquato Castro, «o Direito mesmo ameaça ser expulso da comu-

nidade, expulso das leis pelos legisladores; tolhido, pelas leis de exceção, nas vias do seu normal acesso aos tribunais e aos julgadores». E acrescenta o mesmo insigne mestre: «Nenhum momento mais próprio para que se fale do Direito, que êste em que se vive uma revolução. Porque o Direito é ato de organizar; sistema de coordenação das relações humanas que concernem às coisas, atos e bens do mundo exterior, para atribuí-los aos homens de acôrdo com a ordem própria da sua dignidade».

E se a norma contém em si latente o ideal de justiça e a necessidade de certeza, que são em última análise as fontes do Direito, e se nos propomos à restauração da justiça e do equilíbrio social do país, nenhum momento mais próprio do que êste para que se fale do homem, ser que traz em si suficiente e natural dignidade, independentemente de sua origem, côr, cultura, e até independentemente de usar uma farda, uma camisa ou camisa nenhuma, independentemente de se chamar José, Antônio, Severino.

Mas falar do homem é falar da crise, do aparecimento de uma geral consciência de crise, uma apreensão que não é uma tomada individual de consciência, mas anímica e geral certeza de uma maré que sobrepassa os nossos desígnios particulares. Crise, que, no dizer de Giuseppe Capograssi, «tem um valor mais emocional que lógico» e que encerra felizmente em seu conceito «além de um elemento de desaprovação, também um elemento de esperança».

Mas, diga-se de passagem, nada pior do que o insucesso que vem depois de uma afirmação de esperança.

Por isto tudo, é bom que se fale da nossa situação, do Direito e do Homem, da Democracia e do Brasil. Porque, antes de ser constitucional, é natural o direito de pensamento, e de palavra, como expressão dêste mesmo pensamento.

Não foram os postulados da democracia que motivaram a nossa crise, pois não são próprios dela nem as desigualdades sociais nem o antagonismo de interêsses entre as classes. Desigualdades e antagonismos decorrem do liberalismo econômico que pleiteamos transformar, em nome mesmo do ideal democrático. «O problema é, no dizer de Maritain, passar da democracia burguesa ressecada por suas hipocrisias e pela falta de seiva evangélica, a uma democracia inteiramente humana; da democracia falada à democracia real».

Para isto precisamos ter a coragem de assumir a posição de bom

senso, entre as posições de extremo. E fazemos nosso o pensamento de outro notável pensador católico, Alceu de Amoroso Lima, para quem é muito fácil se alistar entre os rebeldes ou entre os reacionários. O difícil é precisamente lutar contra a mediocridade, a rotina, a estreiteza, em terrenos novos, num mundo marcado pelas novas invasões dos bárbaros, sem se deixar contaminar pelo espírito dos bárbaros, que é o do fanatismo, o do reacionarismo, o da intolerância, e muito menos pelo dos seus adversários, os acomodados. O difícil é ser tradicional sem ser tradicionalista. É lutar pela liberdade, sem ser liberal. É conservar sem ser conservador. É ser social sem ser socialista. É reagir sem ser reacionário. É evoluir sem ser evolucionista.

Convém antes de tudo recolocar o homem no seu lugar. E em vista do imperativo da verdade, do amor ao homem, do respeito às leis humanas e às leis divinas, o poder público efetivar o que os papas têm reiteradamente afirmado sobre o bem comum dos cidadãos, sem preferência de pessoas ou grupos. É que, como gritava Abbé Pierre para o mundo, a ordem só pode alicerçar-se na justiça que pacifica, na liberdade que faz a vida digna e no amor que apaga as diferenças.

Mas como efetivar o bem comum se, por temor (nascido da ignorância ou do interesse) de um desvio brasileiro para pseudo-soluções ideológicas anti-brasileiras, nós caímos no oposto da aceitação pacífica de pseudo-soluções igualmente condenáveis? Não nos advertimos de tanta recomendação papal, de tanto raciocínio de cristãos e não cristãos, de juristas e não juristas. Acomodados e retrógrados, não pensamos que o progresso (inclusive o progresso social), é «obra dos descontentes» e que «os satisfeitos digerem e repousam». E nem tomamos consciência de que quer derivem do capital privado, quer sejam oriundos do poder estatal, os efeitos da servidão não mudam.

Nós juristas, advogados, magistrados, somos obrigados a saber que, segundo afirmativa de Mengoni, «a igualdade formal diante da concorrência, quando não seja sustentada por certa igualdade de poder econômico, não prepara os caminhos da justiça, mas abre brecha à vitória do mais forte». É que o verdadeiro jurista, na lição do insigne Ferrara, não pode ser «quem se estranha na realidade da vida e das relações».

O jurista deve ser homem do seu tempo. Não falta quem apregoe que o Direito é um epifenômeno que não tem meios de sobrevivência em um mundo dominado pela técnica. Esquecem-se êstes que, se o homem

é por natureza um ser social, tem indisfarçável carência de organização jurídica: onde vive o homem, vive o Direito. Esquecem-se até da lei natural que ordena as coisas. Não recordam a já manifestação de crença nessa lei, superior mesmo à vontade dos monarcas, na resposta de Antígone e Créon, rei de Tebas, o qual proibira os funerais de Polinice, seu irmão: «É que nem Zeus, nem a Justiça, irmã dos deuses, a promulgou. E eu não creio que o teu decreto derroque as leis não escritas e imutáveis dos deuses, pois que não passas de um simples mortal. Não de hoje, nem de ontem que elas existem: elas são de todos os tempos e ninguém, em verdade, dirá quando começaram».

Alguns, em tom superior e raciocinante, negam enfáticos a lei natural, como se os próprios ateus e agnósticos de hoje não estivessem voltando à sua admissão e como se o próprio Kant não pudesse ter dito, como disse: «Duas coisas encham-me a alma de um grande respeito e de uma grande admiração que nunca fenecem: o céu estrelado acima das nossas cabeças e a lei moral dentro de nós mesmos».

O que vem fundamentar a afirmação de Léon Duguit: «A noção do justo e do injusto é infinitamente variável... Mas o sentimento do justo e do injusto é um elemento permanente da natureza humana. Encontra-se êle em tôdas as épocas e em todos os graus de civilização, na alma de todos os homens, os mais sábios e os mais ignorantes».

Qualquer que seja seu conceito, não há negar que onde há sociedade existe aí o Direito, ou, onde há Direito há sociedade; duas coisas tão essencialmente jungidas que uma existe em razão da outra.

Verdade é que, pela negação do valor da ciência jurídica, são muitas vezes culpados os seus próprios cultores. Como afirma Santi Romano, «não raro a desestima que justamente circunda os falsos juristas relegando-os entre gente acadêmicamente ociosa e inútil envolve junto ao povo o jurista verdadeiro; mas, como a experiência nos mostra, êle, não obstante, termina, na maioria das vêzes, com impor-se e conquistar o pôsto preeminente que lhe cabe, para que possa cumprir sua alta missão, que, para o bem comum, deve ser-lhe reconhecida».

A realidade brasileira é rica de falsos juristas, pois os nossos intellectuais são — felizmente cada vez menos — meros eruditos sem cultura autêntica. O bacharel de alguns anos atrás correspondia exatamente a um polivalente, ao homem erudito que recitava poetas franceses e alemães

e desconhecia as peculiaridades existentes nas relações sociais; desconhecia os princípios gerais do Direito mas falava em arte e literatura.

O Direito — produção humana sujeita às mais várias deficiências da humana percepção — é falho muita vez. «Mesmo, no dizer de Luigi Ferrara, a regra mais óbvia pode dar lugar a dúvidas e incertezas na sua aplicação prática, ou seja, no seu adequamento às complexas e delicadas contingências do fato concreto».

Queremos, entretanto, jovens bacharéis dos tempos novos, que temos consciência da nossa realidade, das nossas crises, das nossas carências, apagar da mentalidade quase geral a figura anedótica do bacharel conversador. E é para isto que se vêm hoje, cada vez mais enfaticamente, reestruturando e atualizando os velhos currículos jurídicos; e é para isto que se fundam novas Faculdades de Direito. Cada vez mais se compreenderá êste esforço de soerguimento. E cada vez mais se entenderá a lição do mestre Luiz Delgado: «É a necessidade ou a cupidez que nos impele. Os homens que devassaram os mares, os que obrigaram os índios a trabalhar, os que inventaram as indústrias, os que multiplicaram os mercados — todos êles ampliaram o mundo e enriqueceram a humanidade. Mas isso nunca foi um bem por si mesmo e imediatamente. Os seus efeitos totalmente benéficos só se fizeram sentir, quando uma disciplina de índole diferente da índole dêsse arranco, pôde governar, através do Direito, as energias assim desencadeadas na história.

O dinamismo social verdadeiramente fecundo não é, portanto, o que apenas gera desenvolvimento e progresso; é o que introduz valores morais, entre os quais sobressai o valor moral da justiça, nos tumultos em que nos afirmamos. É o que instaura uma ordem jurídica na desordem de nossas competições e de nossos triunfos».

Por isto tudo, andaram bem os jesuítas em fundar a Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco, a quem agradecemos na figura do Magnífico Reitor Pe. Aloísio Mosca de Carvalho, do Diretor Pe. Antônio Grangeiro Xavier, do ex-diretor e fundador Pe. Pedro Esmeraldo de Melo, do benfeitor Pe. Antônio Abranches, continuadores todos êles da histórica tradição cultural da Companhia de Jesus, cientes todos êles que todo apostolado é uma marcha como tôda verdade um caminho.

*

* *

Meus colegas. Êste momento singular de nossas vidas exige uma

reverência comovida aos nossos pais, que nos ensinaram a sentir o Direito e a querer a liberdade, e cuja íntima presença respira em cada um nas horas de definição; aos nossos pais a quem pertence o merecimento maior desta hora, pois que de cedo nos guiaram para a ordem, para as verdades autênticas e para o ideal de justiça; aos nossos pais que talvez tenham partido para a viagem maior, ou que talvez vivam ainda e nos abracem agora com um olhar cansado de ternura; aos nossos pais, cuja presença ou cuja lembrança nos faz sempre volver à infância que sustenta a idade adulta, como na evocação do poeta :

«E as bandeiras da infância, penduradas
nas cordas de secar, são sempre brancas,
como branca se pinta a pomba branca,
insígnia dessa paz que é carecida.
Infância que não volta, e que alimenta
tôda a vida futura que lhe segue,
e se bem resumida, inda é o bastante
para trazer-nos vivos muitos anos».

*

* *

Permiti-me, senhores, um «memento» a que nos obriga o coração; um «memento» para dois colegas mortos: Antônio Isaías Barbachan e Luiz Tavares de Lira. De ambos eu vos direi tão só que eram bons. E se mais cedo partiram do que nós, que cedo partiremos, é que puderam dizer:

«O meu dia foi bom, pode a noite descer.
(A noite com seus sortilégios).
Encontrará lavrado o campo, a casa limpa,
A mesa posta,
Com cada coisa no seu lugar».

Antônio Isaías Barbachan e Luiz Tavares de Lira, hoje distantes não pudestes assistir o final conagraçamento de uma Turma que era a vossa, mas, onde estiverdes, sentireis que o ideal comum nos fêz para sermos irmãos.

*

* *

Não se afigure convencionalismo um agradecimento ao corpo docente da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco. Não pareça mera formalidade protocolar, imposta a mim que nada sei de protocolos mas sei de gratidão. Eles nos informaram dos conhecimentos básicos do Direito. Eles nos iniciaram, no contato com a lei, a sentir a realidade jurídica em cada fato que promova a modificação, o nascimento ou a extinção de um direito, a separar o lícito do ilícito, a discernir o justo do injusto. Eles nos fizeram conscientes do esplendor e das deficiências do Direito.

*

* *

Sr. Paraninfo, Professor José Paulo Cavalcanti :

Esta solenidade representa natural e obrigatoriamente um coroamento do vosso magistério, ao qual, além de emprestar vossa cultura, impregnastes da vossa própria filosofia de vida, que é a filosofia daqueles que, atendendo ao chamado de uma missão, traduzem o lucro pela simples e pura e consoladora alegria de servir.

Professor José Paulo Cavalcanti, não fomos nós que escolhemos unanimemente o paraninfo; antes fostes vós que nos escolhestes paraninfados, impondo-vos entre nós pela bondade e pelo saber. Digo entre nós, porque vos colocais entre vossos alunos como amigo — e o grande mestre será necessariamente um amigo ou não será um mestre. Honrado não sois vós; agradecidos e honrados somos nós, porque nos destes o imenso exemplo de vosso coração e de vossa vida, antes de dar a parcela que fomos capazes de apresar, do vosso profundo saber de civilista. Nós continuaremos, pela vida afora, escutando a vossa palavra candente que nos conduz por horizontes jurídicos os mais diversos.

Dai-nos agora a nossa última lição de acadêmicos.

Síntese de Doutrina Social da Igreja

ROMEU PERÉA

HÁ UMA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA ?

I — «A Igreja, sociedade universal dos fiéis de toda língua e de todo povo, tem a sua própria doutrina social por ela elaborada profundamente desde os primeiros séculos até a idade moderna, e estudada no seu desenvolvimento e aperfeiçoamento de todos os pontos de vista e sob todos os aspectos». (Pio XII, disc. aos pregadores de Quaresma, 1944).

— Como se vê pelo texto acima, a doutrina social da Igreja nem é nova, nem é uma concessão feita às necessidades da hora atual, como querem e propagam os seus inimigos. Novos são os problemas, ou as necessidades que se apresentam, a todos os quais a Igreja aplica os princípios eternos contidos na sua doutrina.

II — Esta doutrina afasta-se por igual de todos os extremos do erro, e de todas as exagerações dos partidos, ou sistemas que fazem profissão de aceitá-la: conserva sempre o equilíbrio da verdade e da justiça: a reivindica na teoria e a aplica na prática, conciliando os direitos e os deveres, como a autoridade e a liberdade, a dignidade do indivíduo com a do Estado, a personalidade humana com a origem divina do poder, e, portanto, a necessária sujeição e o amor ordenado de si, e da família, e da pátria, com o amor dos demais povos, fundado no amor de Deus, Pai de todos, primeiro princípio e último fim». (Pio XI, Enc. Div. Redemptoris).

Nada mais seguro, pois, do que esta doutrina que evita os extremos e as exagerações em que, de regra, se esconde o erro. Respeitando a

dignidade humana, conserva, ao mesmo tempo, a hierarquia de valores, sem a qual a sociedade não poderia existir, dentro do mais perfeito equilíbrio.

III — Abrangendo o homem em tódã a sua integridade e plenitude «não separa a justa preocupação dos bens temporais, da solicitude pelos eternos. Se subordina a êstes aquêles, segundo a palavra de seu divino Fundador «Buscai, primeiro, o Reino de Deus e a Sua justiça, e o resto vos será dado por acréscimo». (Mat. VI, 33) está, entretanto, bem longe de desinteressar-se das coisas humanas e de prejudicar o progresso da sociedade e impedir as vantagens materiais, que, pelo contrário, sustenta e promove da maneira mais racional e eficiente». (Pio XI, Enc. Div. Redemptoris)

Afirmar, pois, como fazem muitos, que a Igreja não sabe ajudar ao homem, na sua vida terrena, ou que se limita a consolá-lo com a esperança do além, é pura calúnia que não merece ser desmentida, pois até agora ainda não aparece um programa ou doutrina que supere à da Igreja, neste terreno social e econômico, em «segurança, consistência e realismo».

IV — Intransigente nos seus princípios, mesmo sabendo que perde uma porção de seguidores, nem por isso se afasta da linha reta da justiça e da caridade. «Não se oculta à Igreja que o motivo que afasta dela uma porção notável do mundo operário (particularmente) é o mesmo motivo que lhe arrebatã, também, muitos espíritos nas restantes classes da humanidade moderna, ou seja, o empobrecimento das almas exangues, vazias de tódã seiva espiritual e religiosa, vítimas duma epidemia que tantos estragos causa sôbre os homens no dia de hoje». (Pio XII, Col. de disc., 1948)

V — Nem por isso pode afirmar-se, como fazem alguns, que a Igreja fracassou na sua doutrina. «A Igreja, cuja fôrça se deriva Daquela que é caminho, verdade e vida, e que está e estaró com Ela até a consumação dos séculos, não há faltado a sua missão (isto é, não fracassou). São os homens que se rebelaram contra o cristianismo verdadeiro e fiel a Cristo e a sua doutrina: forjaram-se um cristianismo a seu gôsto, um nôvo ídolo que não salva, que não se opõe à concupiscência da carne, à cobiça do ouro e da prata que ofuscam, e à soberba da vida: uma nova religião sem alma, sem religião: um disfarce de cristianismo morto, sem o espírito de Cristo, e... depois proclamaram que o cristianismo faltou à sua missão» (Pio XII, Col. de disc., 1948, p. 344).

Curiosa foi sempre essa atitude: Deixam de lado a doutrina social da Igreja, ensaiam tódãs as outras teorias, e quando se vêem fracassados descarregam tódã a responsabilidade na única doutrina que nem ao me-

nos tiveram a coragem de ensaiar, para ver se dava certo. E pensar que êsse proceder é, inclusive, o proceder de muitos que a si próprios se denominam de católicos».

VI — Deve ser defendida (a doutrina soc. da Igreja) «com zêlo, sem temor, expondo os princípios católicos sôbre a propriedade, a riqueza, a justiça social e a caridade cristã entre as diversas classes, dando o exemplo da sua aplicação». (Pio XII, Alloc. ao Clero, 23/IX/44).

— Nada de subterfúgios, pois, na defesa da doutrina social da Igreja, mesmo porque não há motivo para temer, nem menos para desfigurar uma doutrina como esta que se não é mais estimada é justamente por que não é conhecida em tôda a sua integridade e grandeza.

Nem mesmo para conquistar aos socialistas, como agora pretendem alguns, podem diminuir-se no mais mínimo os princípios desta doutrina.

«Aquêles que querem ser apóstolos entre os socialistas, devem professar abertamente, em tôda a sua plenitude e integridade, a verdade cristã, e não pactuar, em modo algum, com os erros. Porque se verdadeiramente querem ser pregadores do Evangelho, devem dedicar-se, antes de tudo, a fazer ver aos socialistas que as suas reivindicações defendem-se melhor e se propugnam com maior eficiência com as fôrças da caridade cristã» (Pio XI, Dic. aos Pregadores de Quaresma, 1944).

VII — Esta, doutrina, obriga a todos os católicos, por ser parte integrante da concepção cristã da vida». (João XXIII, Enc. Mater et Magistra).

E obriga, em certo sentido, a todos os homens porque tendo esta doutrina como fundamento a própria lei natural, indica claramente os caminhos seguros para estabelecer as relações da vida social segundo normas universais, em conformidade com a natureza, e os diversos meios de ordem temporal, como também com as características da sociedade contemporânea — normas que, por conseguinte, podem ser aceitas por todos. (João XXIII, Encíclica Mater et Magistra).

Podemos, pois, concluir, afirmando que existe uma doutrina social da Igreja, não superada até agora por nenhuma outra, nem em segurança, nem em consistência, nem em realismo. Lástima que seja tão pouco conhecida e praticada.

II

EM QUE CONSISTE A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA ?

I — A doutrina social da Igreja consiste «num conjunto de idéias ou concepções (feitas de verdades, de princípios e de valores), que o Magistério vivo fundamenta na lei natural e na Revelação, e que adapta e aplica aos problemas sociais de nosso tempo, a fim, de segundo a maneira própria da Igreja, ajudar os povos e os governantes a organizar uma sociedade mais humana e mais conforme aos desígnios de Deus sôbre o mundo» (Mons. Guerry).

— À luz destas verdades, princípios e valores é que podemos examinar, embora brevemente, a doutrina da Igreja sôbre o homem, a família, a sociedade, etc. As seguintes sínteses vêm de ser inspiradas nessa doutrina, como pode verificar-se conferindo os mais numerosos e variados textos pontifícios, neste sentido.

1 — O HOMEM

1—1. — Criado à imagem e semelhança de Deus, o homem possui uma eminente dignidade — a dignidade da sua pessoa, maravilhosamente provida pelo Criador, de um corpo e um espírito.

1—2. — Se o corpo tem as necessidades que é preciso satisfazer, as suas necessidades tem, também, o espírito, superior ao corpo.

1—3. — Êste duplo destino, em conformidade com a sua dupla natureza, confere a todo homem — seja qual fôr a sua origem ou raça — direitos fundamentais e imprescriptíveis que é necessário respeitar e fazer passar a realização.

2 — A FAMÍLIA

2—1. — Todo homem tem direito a constituir a sua própria família, sempre que não existir um motivo justo em sentido contrário, ou uma causa grave.

2—2. — Sendo a família a fonte onde se recebe a vida, a primeira escola onde se aprende a pensar, e o primeiro templo onde se aprende a

rezar, deve incentivar-se tudo quanto possa favorecer a sua unidade, a sua estabilidade, a sua fecundidade e prosperidade.

2—3. — A família tem por princípio e fundamento o matrimônio monogâmico e indissolúvel — abrangendo a sociedade conjugal que une os esposos, e a sociedade paternal que, quando o casamento é fecundo, une os pais e os filhos.

3 — A RELIGIÃO

3—1. — A sociedade tem como objeto próprio o bem comum, no sentido de proporcionar aos seus membros os meios para alcançar o seu fim

3—2. — Assim sendo, a sua missão é, justamente, a de perfeição moral e religiosa de cada um de seus membros, pois sabido é que o povo maior é aquêles que tem mais filhos virtuosos e menos delinquentes.

3—3. — A Religião, pois, é o verdadeiro fundamento da sociedade por ser a única capaz de, com justiça, estabelecer as verdadeiras relações entre os seus membros a fim de que êstes possam conseguir a paz e prosperidade de que necessitam.

4 — O TRABALHO

4—1. — Se constitui um dever, é, também, um direito que assiste a cada um.

4—2. — Como consequência dêsse dever e dêsse direito, tem de respeitar-se a liberdade de preferência de cada um na atividade a que quiser consagrar o seu esforço.

4—3. — Para êsse trabalho ser humano, e ser, ao mesmo tempo, conforme à dignidade da pessoa humana, torna-se necessário amparar e favorecer tudo quanto favoreça e ampare, também, a sua dignidade e moralidade — a regulamentação, a distribuição, a segurança, e a aposentadoria, a garantia, em fim, tanto do trabalho, como do trabalhador.

5 — A PROPRIEDADE

5—1. — A propriedade privada constitui um direito que tem a sua raiz na própria natureza humana, mas tem, também, uma função social que não pode deixar de cumprir-se.

5—2. — Necessária a distinção entre o direito à propriedade, e o

uso da propriedade — uso êste que pode, inclusive, modificar-se conforme as circunstâncias dos lugares e das pessoas, sem que por isso desapareça o direito.

5—3. — Cabe à autoridade a modificação, que se tornar necessária, dêsse uso, ou da sua aplicação, sempre por motivo justo, e urgente necessidade.

6 — O CAPITAL

6—1. — O ideal seria o equilíbrio e perfeita harmonia entre o capital e o trabalho, pois tanto um como outro são necessários, podendo servir cada um de instrumento ou meio para a felicidade do homem, fim específico da sociedade.

6—2. — Nem capital sem trabalho, nem trabalho sem capital, mas um e outro harmônicamente unidos, sem abusos nem exageros, dum lado, nem doutro.

6—3. — Nem capitalismo sem entranhas, nem estatismo prepotente que oprima duma ou doutra maneira o homem, único que deve ser respeitado na sua dignidade de pessoa humana, tanto se trabalha, como se emprega o seu capital.

7 — POLÍTICA SOCIAL

7—1. — Não pode separar-se a política cristã social, da política cristã cultural, como não pode separar-se o órgão do organismo a que pertence.

7—2. — Separado do organismo, perece o órgão. Daí a necessidade duma política cristã cultural para consolidar as bases, e sustentar a marcha duma política cristã social.

7—3. — Esta política exige os meios necessários para conseguir o seu fim, pois nem a política social, nem a econômica, poderiam conseguir êste fim senão recrutando e tutelando a função social da propriedade privada em seu valor pessoal e social, sem os sistemas que, neste terreno, pecam por excesso, ou por defeito.

8 — REGIMES POLÍTICOS

8—1. — A doutrina social da Igreja defende — de preferência —

o sistema democrático como o mais conforme com as exigências da natureza humana, e mais em harmonia com a dignidade da pessoa humana, sempre que a palavra «democracia» corresponda ao seu verdadeiro sentido, e conserve o seu rico conteúdo de valores humanos e sociais.

8—2. — Dentro da democracia, e em virtude da liberdade que a deve animar, defende, também, a pluralidade de partidos, sendo o seu ideal que êstes não se multipliquem em número antes pelo contrário procurem enriquecer-se de princípios, idéias e programas sadios.

8—3. — Não pode, pois, ver com bons olhos aquêles partidos que, sem programas que oferecer, se aproveitam do povo, a quem deveriam servir, para explorá-lo, fomentando os seus instintos em benefício próprio, numa escandalosa demagogia.

9 — O ESTADO

9—1. — O indivíduo ao serviço do Estado, mas o Estado ao serviço da pessoa — esta, a seriação que defende a doutrina social da Igreja, nas relações entre o homem e a sociedade.

9—2. — Os direitos da pessoa são anteriores e superiores aos direitos do Estado, embora o homem, como membro da sociedade, deva contribuir para a sua grandeza e prosperidade.

9—3. — Cabe ao Estado defender os direitos da pessoa humana, criar condições dignas de vida, prevenir egoísmos individuais ou coletivos, convencido de que o homem não nasceu para a sociedade e sim a sociedade para o homem.

10 — RELAÇÕES INTERNACIONAIS

10—1. — O Direito das gentes não tira a sua tôrça obrigatória duma simples convenção humana, mas tem verdadeiramente tôrça de lei, (Vitória, De Potestate Civili).

10—2. — É indispensável a uma sociedade bem constituída que os Estados mais fracos se agrupem em confederações especiais que lhes permitem equilibrar o poder dos grandes Estados. (Taparelli, Essai theorique de D. naturel).

10—3. — No domínio duma nova ordem fundada em princípios morais, não há lugar para os atentados dirigidos contra a liberdade, a integridade e a segurança das outras nações, seja qual fôr a sua extensão territorial, ou a sua capacidade de defesa». (Pio XII, Alloc. de Natal, de 1941).

III

PRINCÍPIOS EM QUE SE APOIA A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

«A doutrina social da Igreja está apoiada sôbre três poderosos fundamentos morais: a VERDADE, a justiça e a caridade cristã. Prescindir, mesmo levemente, das exigências dêstes princípios seria impossível para a Igreja, ainda que para isto tivesse de renunciar aos êxitos momentâneos propagandísticos e a desilusionar o fervor da luta, ora duma parte, ora doutra. A Igreja estêve sempre a favor daqueles que buscam o direito e que têm necessidade de ajuda, mas por princípio jamais se situou contra nenhum grupo ou classe social, senão que olha ao bem comum de todos os membros do povo e do Estado». (Pio XII, Radiom, à Alemanha católica, 4 de setembro de 1949).

— Não se pode ser mais sincero e honesto, nem se pode lutar de maneira mais nobre e elevada do que como aqui se apresenta Pio XII, representante da Igreja e falando em seu nome. Mesmo perdendo terreno, e sabendo de antemão que muitos não aceitarão esta maneira de pensar e de agir, nem por isso esconde a verdade, única que nos liberta.

II — A segunda nota que distingue a doutrina social da Igreja é a JUSTIÇA — justiça para todos. «Para compor entre si e unir os ricos e os pobres ou proletários, a doutrina social da Igreja ensina a uns e a outros os seus deveres. Dêstes deveres, os do proletário e os do operário são: pôr da sua parte íntegra e fielmente e de maneira equitativa o trabalho que livre e equitativamente se contratou: não prejudicar, em maneira alguma, o capital, nem fazer violência pessoal aos seus donos: ao defender os seus próprios direitos, abster-se da fôrça, e abster-se de nunca armar sedições nem juntar-se com homens malvados que astuciosamente lhes prometem desmedidas esperanças e grandíssimas promessas a que quase sempre se segue um arrependimento inútil e a ruína de suas fortunas. Aos ricos e aos amos corresponde; que não devem considerar aos obreiros como escravos; que devem respeitar nêles a dignidade de pessoa e a nobreza que a essa pessoa acrescenta o caráter de cristão. (Leão XIII, Enc. Rerum Novarum).

III — E, por fim, a CARIDADE, pois a justiça só não basta. Na dou-

trina social da Igreja é necessário que à lei da justiça se una a lei da caridade que é «vínculo de perfeição». (Colos. III, 14).

Como se enganam os reformadores incautos, que desprezam soberbamente a lei da caridade, porque só se preocupam em fazer observar a justiça comutativa. Certamente a caridade não deve considerar-se como uma substituição dos deveres de justiça que injustamente deixam de cumprir-se. Mas, ainda na hipótese de que cada um dos homens consiga tudo aquilo a que tem direito, sempre fica para a caridade um campo dilatadíssimo. A justiça somente, mesmo observada com tóda a pontualidade, pode, é certo, fazer desaparecer a causa das lutas sociais, mas nunca unir os corações e enlaçar os ânimos... (Pio XI, Enc. Quadragesimo anno).

— À vista das notas que distinguem a doutrina social da Igreja — a verdade, a justiça e a caridade, podemos afirmar que esta doutrina é superior e muito mais excelente do que tódas as outras doutrinas ou teorias sociais. Estava, pois, certíssimo Pio XII quando afirmava que até agora não se apresentou um programa social que superasse a doutrina da Igreja em «SEGURANÇA, CONSISTÊNCIA e REALISMO».

IV

NOTAS QUE DISTINGUEM A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

I — A primeira nota que distingue a doutrina social da Igreja é a sua sabedoria proclamada por todos aquêles que a conhecem inclusive pelos seus próprios adversários, a «sabedoria e suma utilidade desta doutrina está admitida por quantos verdadeiramente a conhecem. Com razão puderam afirmar insignes estadistas que depois de terem estudado os diversos sistemas sociais, nada encontraram de mais sábio que os princípios expostos nas Enc. Rerum Novarum e Quadragesimo Anno. (Enc. Divini Redemptoris, de Pio XI, 13 de março de 1937).

— Basta êste argumento de autoridade para convercer-nos, sem mais, da sabedoria desta doutrina que cada um pode verificar por si, estudando-a, como êstes homens a estudaram. Mas, mesmo sem um estudo aprofundado, basta considerar a dupla felicidade que com esta doutrina quando bem aplicada, poderiam conseguir, os homens, nesta e na outra vida, para verificar que ou essa doutrina procede da fonte da sabedoria.

ou é simplesmente uma ilusão a sua própria existência e as suas grandes aspirações. A Igreja, escreve o próprio XI, tem como missão primordial, por divina ordenação, os bens espirituais e imortais: mas por causa do vínculo natural que une tôdas as coisas encontra-se em situação propícia para favorecer, também, a prosperidade terrena dos indivíduos e de tôda a sociedade humana, mostrando nisso tanta eficácia que não seria maior mesmo que tivesse sido criada expressamente para esta última finalidade». (Pio XI, Enc. Ubi Arcano Dei, de 22 de dezembro de 1922).

II — A segunda nota que distingue a doutrina social da Igreja, é a prudência com que procede e aplica os seus princípios, o que indica um profundo conhecimento da própria natureza humana. Na realidade, a Igreja está dando provas a cada momento, sobretudo, com a sua doutrina, de ser a Mãe e Mestre de todos os povos e de todos os homens, pois ninguém como ela os conhece e os ama, com verdadeiro e sincero amor. «O seu trabalho é levado a cabo no mais íntimo do coração de cada um, mas repercute sôbre a extensão de tôda a sua vida, em todos os campos da atividade humana. Atua no mais íntimo do homem, na sua dignidade pessoal de criatura livre, na sua dignidade infinitamente mais elevada de filho de Deus. A êste homem, a Igreja o forma e educa pois só êle, completo na harmonia da sua vida natural e sobrenatural, no desenvolvimento de seus instintos e das suas inclinações, das suas múltiplas qualidades e várias aptidões, é ao mesmo tempo a origem e o objeto da vida social. A Igreja, inclinada para o homem numa atenção constante, escutando todos os latidos de seu coração, conhece tôdas as suas aspirações com aquela clarividente intuição e aquela penetrante agudeza que sômente podem proceder da luz sobrenatural da doutrina de Cristo e do calor da sua divina caridade. Dêste modo, a Igreja no seu caminho segue sem pausa e sem tropêço, o curso providencial dos tempos e das circunstâncias. Tal é o profundo sentido da sua lei vital de contínua adaptação». (Pio XII, disc. de 20-2-1946).

— Não é necessário acrescentar mais nada a êste parágrafo do imortal pontífice para verificar-se a prudência com que a Igreja age e adapta a sua doutrina aos tempos e às circunstâncias.

III — A terceira nota que distingue a doutrina que examinamos é o equilíbrio. O tema do equilíbrio é o tema principal nos documentos pontifícios de Pio XI a João XXIII. — Na Enc. Mater et Magistra, então, êste tema ocupa o pensamento de quase tôda a Encíclica, ou ao menos se subentende na maior parte de seu ensino. Observe-se, escreve Mons. Mé-

nager, que o Papa situa tôdas as ideologias «truncadas» (de que se ocupa no parágrafo 216, da Enc.) em referência a êste problema: elas, pretendem ser, uma resposta ao desequilíbrio econômico e social: infelizmente não consideram o homem na sua integridade e nem sequer se prendem ao que é mais essencial — isto é, o próprio mistério da vida humana. Basta, pois, ler a Enc. Mater et Magistra para convencer-se desta terceira nota da doutrina social da Igreja — o seu equilíbrio completo e perfeito.

V e VI

EFICÁCIA, EXCELÊNCIA E SUPERIORIDADE DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

Tem, escreve o Padre Joaquim Azpiazu, a Igreja, um breve mas admirável programa de política social. Eis aqui alguns pontos expressados com palavras de Pio XII: «Quem diz vida econômica, diz vida social». (Pio XII, Alloc. aos Congressistas de Câmbios Internacionais, 7 de março de 1948). «Quem diz vida social, diz vida humana» (Pio XII, ib. 7 de março de 1948). «Quem diz vida humana, diz vida com liberdade». (Pio XII, ib. 7 de março de 1948). A Economia nacional, enquanto é economia de um povo incorporado à unidade do Estado, é, em si mesma um desenvolvimento harmônico». Nessa economia «sobretudo é necessária a vitória sôbre o funesto princípio de utilidade como base e regra do direito». (Pio XII, Alloc. do 7 de março de 1948). Belo programa. «Pois é êste belo programa, como tantos outros da doutrina social da Igreja, que, se aplicados, fariam sentir imediatamente a sua benéfica influência no indivíduo, na família e na sociedade. Não haveria nem «tantos mendigos, nem tantos parados». — Nem haveria «demasiados ricos, nem demasiados pobres». Nem, seriam «todos proletários, e sim todos proprietários» etc. As diretrizes da doutrina social da Igreja são as mais seguras porque inspiradas na revelação e na lei natural, e têm sempre como fim de tôdas as questões sociais o homem, na sua dignidade de pessoa humana, com os seus atributos de consciência e responsabilidade. Inúmeros seriam os depoimentos que se poderiam trazer aqui para provar, ao mesmo tempo, a eficácia, a excelência e superioridade da doutrina social da Igreja, em relação às outras teorias sociais», em segurança, consistência e realismo». Basta, porém, trazer o depoimento de um jurista, de um político e de um pontífice. O jurista é Montesquieu, que assim se manifestava. «Coisa admirável: a

religião cristã que parece não ter mais objeto do que a felicidade da vida futura, lavra também a nossa felicidade na presente». (Esprit des lois, 24,3).

O político é Clemenceau: «No dia em que os católicos de nome, dizia êle, forem católicos de fato, a questão social ficará resolvida». (Citado por H. Fontanille: L'oeuvre sociale de Alber de Mun, Paris, 1926, p. 143).

O Pontífice, é Pio XII. Diz êste: «A Igreja é o princípio da vida da sociedade humana». (Aloc. de 26 de fevereiro de 1946). Fiquemos aqui, convencidos de que se a doutrina social da Igreja fôsse levada a prática e aplicada como merece ser aplicada, muito sofrimento ter-se-ia evitado. «As reformas feitas por evolução, não por revolução, levadas com espírito de justiça, não de intransigência, mantidas num ambiente de concórdia, são as chamadas a triunfar», e não as outras...

CONCLUSÃO

Começamos interrogando se existia uma doutrina social da Igreja. Verificamos que existia, e era excelente pelos princípios de verdade, justiça e amor em que se apoia, e pelas notas de sabedoria, prudência e equilíbrio que a distinguem, de maneira a poder ser considerada superior a tôdas as outras pela sua segurança, consistência e realismo. Decidimos, então, comunicar aos outros, «sine invidia», aquilo que nós, «sine fictione», descobrimos, convencidos de que a verdade não se faz esperar daquele que a procura, e confiados que com o auxílio do alto se nos conceda conseguir a grande aspiração do poeta Tagore:

FAZEI SENHOR, QUE NA VERDADE VIVA,
E NA VERDADE ESPERE A... MORTE.

O Leigo Na Igreja

INTRODUÇÃO

As Equipes Sociais Universitárias, sob os auspícios do Instituto Superior de Ciências Religiosas da Universidade Católica de Pernambuco, realizaram, de 30 de junho a 3 de julho de 1964, sua Segunda Semana dos Intelectuais Católicos.

O tema, estudado sob os seus diversos aspectos, foi repartido entre os Conferencistas. Depois das conferências, havia debates dirigidos.

O Revmo. Pe Aloisio Mosca de Carvalho S.J., Magnífico Reitor da Universidade Católica de Pernambuco, abriu os trabalhos da Semana propondo aos ouvintes uma meditação sôbre a Igreja. O Pe. Basílio Leenders S.S.J., Professor de Sagrada Escritura no Seminário Maior de sua Congregação e no I.S.C.R., orientou os debates sugeridos pela meditação.

Cêrca de 80 pessoas participaram dos trabalhos da Semana.

No dia seguinte, 1º de julho, o Pe. Zildo Rocha, Vigário da Paróquia do Espinheiro e Professor de Liturgia no Instituto, desenvolveu o tema «O leigo e o Sacerdócio».

O Professor Nelson Alexandrino Lins, bacharel e Mestre em Ciências Religiosas, Professor no Instituto, tratou das relações entre o govêrno e a Igreja e o laicato e mostrou como o leigo participa da realza da Igreja.

No dia 2 de julho a sessão foi presidida pelo Tenente Cel. Hélio Ibiapina Lima, diplomado pelo Instituto.

O Pe. Arthur Grandmont S.J., Professor de Psicologia da Faculdade de Filosofia do Recife e de Teologia no Instituto de Ciências Religiosas, esclareceu o papel do leigo na função profética da Igreja. A segunda conferência foi proferida pelo Dr. Otílio Guedes de Freitas Montenegro, Juiz de Direito e bacharel em Ciências Religiosas. Abordou o seguinte tema: o leigo e a missão pastoral da Igreja. O leigo deve ser apóstolo.

A última sessão, no dia 3 de julho, teve como presidente o Magnífico Reitor da U.C.P., Pe. Aloísio Mosca de Carvalho S.J. que parabenizou os

organizadores da semana, as Equipes Sociais Universitárias e o Instituto Superior de Ciências Religiosas. Incentivou o zêlo pelos estudos realizados no Instituto; animou os participantes da Semana a se matricularem no mesmo.

O tema da conferência do encerramento foi o seguinte: JOHN HENRY NEWMAN protagonista do laicato na Igreja e precursor do ecumenismo moderno. O conferencista foi o Pe. Roland Lachance S.J., Diretor das Equipes Sociais Universitárias e do Instituto Superior de Ciências Religiosas. Destacou a fisionomia simpática de Newman e a propôs ao auditório como um modelo e um estímulo aos esforços de adaptação às prementes necessidades da Igreja, quer na formação de um laicato de verdade adulto, quer na preparação da união entre os cristãos, tão desejada por Cristo. «Ut sint unum».

Ao invés de darmos um resumo de cada conferência em particular, preferimos apresentar aos leitores de «SIMPOSIUM», uma análise simples e prática do tema geral da Semana. Assim, disporão de uma pequena Suma da Teologia do Laicato.

O Instituto Superior de Ciências Religiosas, aliás, mantém uma cadeira especial para a «Teologia do Laicato». Os interessados em aprofundar o problema do leigo na Igreja poderão, portanto, inscrever-se para esta disciplina.

Vivemos a hora dos leigos: eis o que se ouve por tôda parte. Os últimos Papas, de Pio XI até Paulo VI, destacaram a missão do leigo na Igreja. Guiados por êles, consideremos mais de perto a situação do leigo na Igreja.

«Leigo» pode ser considerado em relação a «monge». Foi êste aspecto que desde o início deu à palavra laicato seu significado e penetrou tão profundamente no pensamento e na tradição cristã que ainda hoje transparece em muitos autores de espiritualidade e de teologia. Assim, o leigo, é quem vive no mundo, mas, sem a preocupação de penetrá-lo, de cristianizá-lo. Para conseguir uma vida espiritual deveria afastar-se algum tempo do mundo, a fim de dedicar-se à oração e à penitência. Portanto seu papel na Igreja seria antes de tudo passivo.

O Direito Canônico define a condição do laicato, especialmente em relação à função e à competência. Assim, leigo se opõe a clérigo... como quem recebe a quem dá. Com o auxílio da teologia procuramos indagar algo de mais positivo. Os leigos pertencem à Igreja, são parte consti-

tutiva da mesma, com a hierarquia são a Igreja. O leigo faz a obra de Deus e juntamente a do mundo. Dá o seu valor total às causas segundas; trabalha no mundo exercendo nêle uma profissão, procura impregná-lo do divino, e para usar um neologismo, cristofinalizá-lo, conforme o significado profundo da Encarnação e da Redenção.

Em posse da noção de leigo, consideremos o seu papel nas missões da Igreja: a missão sacerdotal, real, profética e apostólica.

A MISSÃO SACERDOTAL

A prerrogativa sacerdotal pertence à Igreja total como Corpo Místico de Cristo. Sem dúvida somente os sacerdotes possuem o caráter formal do sacerdócio e os poderes que dêle dimanam. Só os sacerdotes (bispos e padres), exercem as funções sacerdotais propriamente ditas. Porém, o beneficiário do sacerdócio sendo a Igreja total, o Corpo Místico, todos os seus membros, e não só os sacerdotes, devem participar de certo modo, da prerrogativa sacerdotal.

São Pedro designava os fiéis como o povo santo, sacerdócio real. São Paulo manda aos cristãos oferecer a Deus sacrifícios, e mais explicitamente o seu corpo como hóstia pura e santa. Os Padres da Igreja comentando os textos citados do Novo Testamento, explicitam a missão sacerdotal dos fiéis. «A todos aquêles que receberam a unção santa do crisma podemos chamá-los Cristos, pois, todos juntos constituem um só corpo, que com o chefe é um só Cristo, ungido, sacerdote». Depois de Santo Agostinho, São Leão dizia: «Sem dúvida a Igreja de Deus é Hierárquica, mas, a palavra de São Pedro que fala do sacerdócio real de todos os fiéis, subsiste igualmente.

Além do serviço especial, próprio a nosso ministério, todos os cristãos podem considerar-se como participantes da raça real e da função sacerdotal, pois o sinal da cruz torna reis e a união do Espírito Santo consagra sacerdotes, todos os regenerados em Cristo. Notemos que o fundamento de tal participação do sacerdócio da Igreja é nossa qualidade de membros do Corpo Místico, nossa união com Cristo, único sacerdote, pela comunidade de vida que nos vem da graça. O batismo, constitui, então a base concreta do sacerdócio dos fiéis.

Os Padres da Igreja e depois dêles todos os Doutores, salientaram no batismo mesmo o caráter sacramental, como sinal eficaz do sacerdócio

dos fiéis. Conforme S. Tomás, o caráter batismal configura real e fisicamente, o cristão a Cristo Sacerdote e torna-o participante do mesmo sacerdócio, habilitando-o a tomar parte ativa na vida sacerdotal do Corpo Místico.

Aqui virá o estudo das formas concretas do exercício do sacerdócio dos leigos: a forma da vida santa em união com Cristo sacerdote; participação ativa na vida santa em união com Cristo sacerdote; participação ativa na vida sacerdotal do Corpo Místico; participação ativa na vida sacramental e sacerdotal da Igreja. Como dizia S. Agostinho: «Todos os fiéis oferecem tôdas as missas que se celebram na Igreja, e são oferecidos nelas. Portanto, as 400.000 missas diárias no mundo são nossas, tôdas nossas. Seria aqui, também, o lugar de falar das ordens menores e do diaconato para os leigos. Sabemos que na sua última sessão, o Concílio Ecumênico, no esquema sôbre a Igreja, considerou o problema do laicato e de sua função. Os bispos, nas suas dioceses, poderão ser autorizados a restaurar, o título de experiência, a diaconato para leigos preparados, conforme as normas prescritas pelo mesmo Concílio.

A FUNÇÃO REAL

A função real corresponde ao poder de governar que Cristo confiou à Igreja. Relembremos que a Igreja na sua estrutura é essencialmente hierárquica, e como tal possui o tríplice poder legislativo, executivo e coercitivo; poder que recebe e exerce a favor de todos. Numa alocução sôbre as relações da hierarquia com o laicato, Pio XII resumia os benefícios do governo da Igreja: «Deus estabeleceu na Igreja pastôres de almas não para impor um pêso ao rebanho, mas sim para aperfeiçoá-lo e protegê-lo. Sob a conduta e a vigilância dos pastôres, a verdadeira liberdade é salva; os fiéis são premunidos contra a escravidão dos erros e dos vícios, firmados contra as tentações, provindas dos maus exemplos e da convivência inevitável com os perversos. Por conseguinte os fiéis agem contra a prudência e a caridade que devem ter para consigo mesmos se recusam a mão que Deus, por assim dizer, lhes apresenta e o auxílio seguríssimo que lhes proporciona».

A distinção estabelecida entre a hierarquia e o povo cristão no-ajuda a compreender as lutas históricas da Igreja contra os abusos dos poderes temporais nas eleições dos bispos e até dos Papas; permite também

apreciar a imensa repercussão da vitória de Gregório VII. A mesma distinção não impede, porém, a hierarquia de consultar os leigos em certos casos, por exemplo, na escolha de seus pastôres, conforme uma tradição, que existe desde os primeiros séculos. Pode também a hierarquia confiar a leigos certos cargos administrativos, conservando, porém, o alto domínio e a última responsabilidade. Dêste modo os leigos podem participar da função real da Igreja, cuja estrutura continua e continuará sempre hierárquica e monárquica.

Existe outro aspecto da função real da Igreja enquanto a hierarquia e os fiéis constituem uma só comunidade eclesial que participa da realeza de Cristo. A função real da Igreja se apresenta então como uma forma de vida espiritual, imanente ao corpo inteiro. Todos os membros do Corpo Místico são reis em Cristo, conforme a expressão conhecida de São Pedro: «Povo Santo, sacerdócio real». Notemos a ligação que o apóstolo faz entre o sacerdócio do cristão e sua qualidade real. Cumprindo sua missão sacerdotal, já exerce sua função real, já é rei espiritual. Ora, o rei reina, domina no seu reinado. O cristão, pois, governará a si mesmo, reinará sôbre si mesmo dominando suas paixões e seu gênio. A primeira conquista deve ser a de si mesmo. Será então pela santidade que o cristão se conquistará a si mesmo. Os verdadeiros reis perante Deus são os santos. Eles, de verdade, governam o mundo, pois, como disse São Paulo, a divina Providência orienta tudo para os eleitos que são os santos. Assim, uma Santa Terezinha teve e ainda tem mais influência no govêrno do mundo do que a rainha Elizabeth no tempo da Reforma.

A FUNÇÃO PROFÉTICA

A função profética da Igreja é correlativa às prerrogativas essenciais de seu magistério infalível cuja finalidade primordial é a defesa e a transmissão do depósito da Revelação divina. A Sagrada Escritura e a Tradição nos colocam na presença duma dupla realidade: todos na Igreja são iluminados e ativos, alguns porém têm o magistério. Êste fato revelado nos leva a distinguir como dois momentos na Igreja: o momento em que o povo de Deus é gerado pela missão e pelos poderes apostólicos, e outros em que, êste povo assim formado, é total e plenamente vivo. Em outras palavras, na Igreja distinguimos o corpo docente e o corpo discente: o magistério exercido pela hierarquia e o povo instruído pelo magistério. Como, porém, o regime da Igreja é determinado concretamente pela união do princí-

pio hierárquico e do princípio comunitário, existe uma cooperação do corpo discente com o corpo docente na conservação e no desenvolvimento do depósito revelado que é o bem de toda a Igreja.

Foi precisamente esta cooperação dos fiéis com a hierarquia que os Padres da Igreja e depois deles, de modo especial, o grande e simpático Cardeal Newman, salientaram. «Os leigos, pensa Newman, não desempenham apenas uma função passiva no ofício profético da Igreja. Embora não pertençam ao corpo encarregado de ensinar e de transmitir as verdades da fé, fazem parte do Corpo Místico e como tais, participam de certo modo, analógicamente, do papel de guardas do depósito sagrado, por uma espécie de instinto de ortodoxia que no decorrer da história os preservou das infiltrações do erro que não poupou os próprios membros da hierarquia». Newman se refere, em particular, à famosa crise do arianismo que tinha conseguido a adesão de uma boa parte dos bispos, enquanto a massa dos cristãos permanecia fiel à tradição e ao credo de Atanásio. Os fiéis, mesmo como corpo ensinado, são de certo modo infalíveis porque inspirados pelo Espírito Santo para crer fielmente e conservar o depósito revelado como os bispos para ensinar. Cristo não permitiria que o conjunto dos fiéis caísse no erro em matéria de fé ou de moral. O consenso dos fiéis vem do mesmo Espírito que o próprio magistério.

É um fato histórico que a hierarquia em certas circunstâncias mais graves da história da Igreja recorre explicitamente a este consenso dos católicos, por exemplo, na proclamação de dogmas de fé, como foi o caso para a Imaculada Conceição e a Assunção de Maria. Todo o dogma, com efeito, funda-se na Tradição católica que se nos manifesta através da prática e do consenso dos fiéis. Estes, por assim dizer, conforme uma metáfora de Newman são como o espelho vivo que reflete o pensamento da hierarquia. Nêles são conhecidas coisas que de outro modo escapariam aos Pastores. A história da liturgia revela também a influência da prática dos fiéis na instituição e na celebração das festas. Tudo o que acabamos de dizer prova a cooperação ativa do povo com a hierarquia na conservação, na defesa e no desenvolvimento do depósito da Revelação. Sem esta união cooperadora, a Igreja não seria mais a Igreja católica.

Restaria agora indicar a participação individual e a colaboração que os católicos podem prestar à Igreja no cumprimento de sua missão profética. Bastará mencionar a catequese como o campo mais aberto e mais acessível à colaboração dos leigos. A Igreja no mundo todo, e especial-

mente no Brasil precisa de catequistas leigos, esclarecidos e bem formados. É mesmo um dever imprescindível esta colaboração com a hierarquia. Graças a Deus, os exemplos não faltam de católicos leigos dedicados neste setor do ensino religioso. Sem falar dos Louis Veuillot, Ampère, Ozanam, Maritain, Gilson, Claudel, Gabriel Marcel e Blondel, na França; dos Chesterton e Belloc na Inglaterra. O famoso Dr. Shead, primeiro leigo a ser doutorado em teologia na Universidade Gregoriana de Roma, fundador de um Instituto de Teologia para a formação de catequistas e «speakers» leigos. Ele mesmo é o grande «Speaker» teólogo nos salões e nas praças públicas das grandes cidades, como Nova York, Londres, Montreal e outras de diversos países. Já deu mais de 4.000 palestras. O Brasil também tem os seus catequistas leigos. Poucos sabem, de verdade, a influência exercida por eles no país.

A MISSÃO APOSTÓLICA DA IGREJA

Diretamente, a missão apostólica da Igreja é a salvação pessoal das almas e o estabelecimento do Reino de Deus, indiretamente uma certa restauração das realidades temporais da vida humana. Quanto às energias ordenadas para o cumprimento desta missão precisa-se distinguir dois planos: o plano de uma missão jurídica e hierárquica, com os poderes sobre os meios eclesiais de graça, e o plano dum envio pelo Espírito Santo na base do fervor pessoal e dos dons espirituais recebidos pessoalmente e interiorizados. Estes dois planos que são, de fato, da hierarquia e da comunidade, implicam uma certa dualidade relativa e se coordenam. A hierarquia é depositária e detentora do poder pastoral. O Laicato é cooperador no sentido que Pio XII explicou no Segundo Congresso Mundial do Apostolado Leigo. «O apostolado leigo consiste na tomada por leigos de encargo de tarefas que emanam da missão confiada por Cristo à Igreja. Mesmo exercido com mandado da hierarquia, este apostolado persiste leigo e não se torna hierárquico». A Igreja manifesta seu aprêço pelo apostolado oficial da Ação Católica no sentido mais largo que lhe deu o mesmo Papa Pio XII. O mandato oficial da hierarquia tem por efeito específico de elevar o apostolado leigo ao nível dum atividade eclesial oficialmente instituída, de direito público, sem conferir portanto responsabilidade jurídica de almas com o exercício de poderes sobre os meios objetivos de graça. Confere apenas, já é muito, uma influência cristã num certo meio. Assim se vê que a missão do laicato é complementária da missão do sacerdócio

e da hierarquia. Neste sentido podemos dizer que os leigos formam com o sacerdócio o sujeito total da missão apostólica da Igreja.

Tal aprêço em favor da Ação Católica não diminui a necessidade nem o valor do apostolado leigo privado. «Quer a atividade profissional dos mestres católicos pertençam ou não à Ação Católica, dizia Pio XII, persuadi-vos, caros filhos e filhas, de que o mestre cristão, que por sua formação e dedicação está à altura de sua tarefa, e que profundamente convicto de sua fé católica, dá exemplo dela à juventude que lhe é confiada, exerce a serviço de Deus e da Igreja uma atividade semelhante ao melhor apostolado oficial dos leigos». Pode-se repetir esta afirmação e aplicá-la a tôdas as profissões, e antes de tudo à missão tão nobre dos pais e das mães de família.

Os últimos Papas insistiram muito no apostolado social como sendo o mais próprio dos leigos. Pio XII elogiava certo Seminário social que recebia e ainda recebe cada ano 300 participantes e dispõe dos serviços de 20 conferencistas, professores de universidades, juizes, economistas, etc. A influência do leigo no exercício dêste apostolado social, conserva às estruturas do mundo sua natureza intrinsecamente profana, respeita as próprias leis do temporal que não deve ser sacralizado. Mas o apóstolo, suposta sua competência profissional, pelos dons e meios sobrenaturais que lhe vêm da graça mesma de seu apostolado, penetra as estruturas profanas. Contribui para que o temporal volte a sua autenticidade e integridade de obra de Deus, conforme os planos da criação, restaurada por Cristo e Nêle, portanto portadora, por todos os homens, das graças da Incarnação e da Redenção, em vista da revivificação parusíaca. Eis a missão específica dos leigos, missão tão própria que os sacerdotes e a hierarquia não poderiam cumprir sem êles.

C O N C L U S Õ E S

Seria interessante poder concluir êste esboço do papel do leigo na Igreja, com os traços fundamentais duma espiritualidade do laicato. Existe e pode existir uma só espiritualidade católica. Esta, porém, pode revestir várias modalidades, conforme se trata de sacerdote, de religioso ou de leigo.

Nota-se no leigo, em geral, uma preocupação de santificar a vida profana junto ao desejo de grande santificação no mundo por meio dos sacramentos da liturgia. O leigo se encontra assim numa espécie de para-

doxo concreto. A solução deve se procurar a partir da vontade de Deus que chamando o cristão para a cidade de cima, lhe confia pelo mesmo chamado, o mundo como tarefa e como dever. Esta vontade divina que abraça num plano único de amor o mundo e os homens, tem para cada um, graças redentoras e apostólicas. Disto resulta que o valor essencial é o zêlo para cooperar por amor a que a vontade de Deus seja feita na terra como no céu.

Também os valores de engajamento e de responsabilidade são características da vida cristã adulta. Exigem cristãos adultos, que pratiquem a virtude da prudência e se abram ao Dom de Conselho de modo a evitar o tropêço entre uma sujeição passiva a determinações rígidas, feitas de antemão, e uma pura ética de situação. Docilidade à graça do Espírito Santo e a seus Pastôres legítimos por um lado e por outro, iniciativa nas suas tarefas para penetrar e transformar êste mundo profano. Tal deve ser a atitude espiritual do apóstolo leigo.

Enfim, a Cruz deve marcar a sua vida como marcou a vida de Cristo. O seu sinal distintivo de tôda obra divina, será também o sinal de seu apostolado no mundo. A cruz impregnará suas relações com o mundo e o uso que fará dos meios de ação. A cruz realizará nêle o desapêgo necessário e a abnegação para que domine o homem espiritual sôbre o carnal, marcará também seu próprio engajamento.

A cruz aparece entre os dois adventos de Cristo, depois do primeiro para restaurar e revivificar tudo no sangue e na morte, antes do segundo para prepará-lo. Enquanto os cristãos permanecerem entre os dois adventos, isto é, até o fim do mundo, a cruz será o sinal de sua vida e de sua ação. No segundo advento, na parusia, a cruz triunfará e cederá lugar à glória transformadora. Então cessará o paradoxo, desaparecerão as distinções entre laicato, estado religioso e hierarquia. Todos, filhos no filho, serão consumados na perfeita unidade da SS. Trindade. O Corpo Místico terá atingido o seu pleroma e sua plenitude.

Eis a vocação sublime do leigo no mundo.

Eternidade e Tempo (*)

NELSON ALEXANDRINO LINS

O Verbo de Deus, por quem foram criadas todas as coisas: «Todas as coisas foram feitas por Êle, e nada do que foi feito, foi feito sem Êle» (Jo. I, 3), é quem pode revelar aos homens a largura, o comprimento, a profundidade e a altura da sociedade. E, sob esta «luz verdadeira, que ilumina todo o homem que vem a êste mundo» (Jo. I, 9), vão-se enxergando as dimensões em que o homem terá de realizar-se.

E o Evangelho, com expressões claras e quadros vivos, mensagens de Deus por intermédio dos homens e das coisas, vai anunciando aquelas dimensões.

— ETERNIDADE: No princípio o homem foi pôsto no Éden para criar o mundo. E o homem teve origem no homem e todos os homens estiveram ligados, na origem, por causa da criação do mundo. O mundo foi criado para receber a Deus e ser feliz, por esta participação.

Atingindo a plenitude dos tempos, veio o Salvador, Jesus Cristo, e com Êle terminou a descida de Deus na criação, para iniciar-se a ascensão do homem para Deus por Cristo. O sentido de tôdas as coisas é levar o homem a inserir-se em Cristo, e o ponto de contacto de todos os homens é agora sua finalidade suprema, «para que sejam todos um, como tu, Pai, o és em mim, e eu em ti» (Jo. XVII, 21).

Surgiu, por isso, com o Cristo a única sociedade que tem sentido universal, católico: a Igreja. O vínculo que liga os membros desta so-

(*) Êste artigo é um capítulo da tese «Dimensões sociais do Evangelho» apresentada pelo autor para conclusão do curso do Instituto de Ciências Religiosas, desta Universidade.

cidade é a graça e o bem comum a atingir é a santidade. O objetivo a alcançar é a eternidade.

Esta sociedade tem como garantia de sua realização total a sua própria ordem originada em Cristo, cabeça, e disposta através de um corpo hierárquico de dirigentes constituídos por vontade de Deus, dentro daquela rígida norma: «Não será assim entre vós, mas todo o que quiser ser entre vós o maior, seja vosso ministro, e o que quiser ser entre vós o primeiro, seja vosso servo; assim como o Filho do homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida para redenção de muitos» (Mat. XX, 26-28), estendendo-se para abarcar toda a humanidade.

Nem os oceanos, nem as montanhas, nem os vales, nem os rios, nem os climas, nem mesmo a consagüinidade marcam os limites desta sociedade. Mas o que dá a credencial para o homem penetrar na Igreja é a graça. Pelos sacramentos o homem fica marcado como filho de Deus e membro do Corpo Místico de Cristo. «E não entristeçais o Espírito Santo de Deus, pelo qual fostes marcados com um sêlo para o dia da redenção» (Efésios IV, 30). As fôrças para a vida desta sociedade também vêm de Deus: «O fundamento dêste ideal de vida são as três virtudes teologais, a fé, a esperança e, especialmente, a caridade (para com Deus e para com o próximo), às quais assistem as virtudes morais infusas, isto é, não adquiridas, mas infundidas sobrenaturalmente; além disso, ao homem em estado de graça são-lhe concedidos, como potências para ação os dons do Espírito Santo, cuja influência é tanto eficaz e dominante quanto mais o homem cresce em santidade». (Catecismo Social — Eberhard Welt). É, portanto, uma sociedade perfeita e dela depende, na ordem dos valores, a organização e a atividade da sociedade temporal, da mesma maneira que o natural está subordinado ao sobrenatural.

A Luz que ilumina esta sociedade é também seu caminho e sua vida, Cristo. Esta sociedade não começou em Belém, também não em Nazaré, como ainda não em Cafarnaum. Mas nasceu em Jerusalém, no Cenáculo, onde pela primeira vez Jesus lavou os pés dos apóstolos e os apóstolos comeram a Carne e beberam o Sangue de Jesus. Os apóstolos começaram a ter parte em Cristo e Cristo a ser cabeça da nova sociedade. Isto é verdade, embora só depois de «batizados no Espírito Santo» (Atos, I, 5) tenham os apóstolos podido abrir a Igreja «a quantos o nosso Deus chamar» (Atos II, 39), o que ocorreu em Pentecostes: «E foram cheios do Espírito Santo» (Atos II, 4). A atividade íntima desta sociedade é, pois,

amar uns aos outros como Jesus amou a todos. Assemelhar-se a Jesus Cristo pelo amor ao próximo é a ação de cada membro e a permuta deste amor cria a sociedade.

O código que rege a vida social é aquele que aperfeiçoou o Decálogo e foi promulgado do alto de uma montanha da Galiléia. Começa preceituando: «Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos céus» (Mat. V, 3). E continua dando uma hierarquia aos valores na ordem em que eles elevam ao eterno: «Sêde, pois, perfeitos, como também vosso Pai celestial é perfeito» (Mat. V, 48). Rigorosamente exclui o temporal como medida dos valores humanos: «Não queirais entesourar para vós tesouros na terra, onde a ferrugem e a traça consomem» (Mat. VI, 19).

Não obstante ser bem delineada a estrutura da Igreja, não é ela, porém, sociedade fechada. É aberta a todos os homens e vai penetrando, pelos seus princípios toda a humanidade, e criando aquele ambiente propício para que os pecadores se convertam e vivam: «O reino dos céus é semelhante ao fermento que uma mulher toma e mistura em três medidas de farinha, até que o todo fica fermentado» (Mat. XIII, 33).

Nem importa à Igreja tomar aspectos de reino temporal. «Haveis de ter aflições no mundo; mas tende confiança, eu venci o mundo» (Jo. XVI, 33). A verdade, a justiça, a caridade e a liberdade formam a teia necessariamente forte para proteger a vida social, de tal maneira que, por mais sedutoras, as aparências do mal nunca fazem inveja aos cristãos. Qualquer esforço, por mais que se revista de filantropismo e abnegação, se visa apenas o homem como objeto final, não tem valor real e perde-se para a eternidade. Enquanto o mínimo esforço com sentido de eternidade em Deus, salva o homem: «E quem vos der um copo de água em meu nome, porque sois de Cristo, em verdade vos digo que não perderá a sua recompensa» (Marcos IX, 40). E muito mais ampla é a dimensão eterna da sociedade quando se vê que ela não consiste apenas numa promessa, mas é uma realidade de cada instante, um cadinho em que as ações do homem se vão convertendo em vida divina, ao mesmo tempo em que encoraja o homem e o conduz a maior entrosamento no seio da sociedade: «Vinde a mim todos os que trabalhais e vos achais carregados, e eu vos aliviarei. Tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei de mim que sou manso e humilde de coração e achareis descanso para as vossas almas. Porque o meu jugo é suave, e o meu pêso leve» (Mat. XI, 28-30).

Convém fixar num exemplo de nossos dias a força dêsse sentido de eternidade como elemento dimensional da sociedade. Um homem que havia empregado a maior parte de seus quarenta e seis anos de idade em lutar para ganhar a terra, para possuir fortuna, para defender a Pátria, para dar um nome honroso à sua família, para reverenciar a tradição de seus pais, aquele homem que vencera o poder das armas de guerra, a tempestuosidade do oceano e as enfermidades, conquistara a simpatia e a confiança de sua nação e o pôsto máximo na administração de seu Estado, um dia, às portas de uma das grandes cidades de sua Pátria, recebe dois tiros, levanta a mão à testa e morre. Sua Pátria estremeceu de dor e o mundo todo sentiu um profundo abalo moral, porque aquele homem vivera na terra, em sentido amplo, aquela dimensão daquelas palavras que teria proferido algum tempo depois da hora em que morreu: «Em vão vigiam as sentinelas, se o Senhor não guarda a cidade».

TEMPO: Nenhuma forma negativista exprime a maneira correta, segundo Nosso Senhor Jesus Cristo, de viver na terra. Nem angelicismo, nem materialismo são formas lícitas do viver humano. Quando, pela terceira vez, Jesus permitiu ao demônio de tentá-lo, ensinou-nos a grande malícia do materialismo. Satanás aponta para todos «os reinos do mundo e sua magnificência. E lhe disse: Tudo isto te darei, se, prostrado, me adorares» (Mat. IV, 2). No âmago do materialismo está sempre a suprema mentira: as coisas da terra pertencem a satanás. Reconhecer ao demônio o reinado sôbre as criaturas é negar o valor eterno que elas têm como instrumento da glória de Deus e a felicidade dos homens. É prostrar-se para adorar o diabo. «Vós sois filhos do demônio, e quereis satisfazer os desejos de vosso pai; êle foi homicida desde o princípio, e não permaneceu na verdade; porque a verdade não está nêle; quando êle diz a mentira, fala do que é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira» (Jo. VIII, 44). A verdade é que os bens da terra foram criados e, são recriados a cada momento pela ação de Deus e cooperação dos homens, para a grande obra da conquista da eternidade pelo homem. «Tirai-lhe pois o talento, e dai-o ao que tem dez talentos. Porque a todo o que tem, dar-se-lhe-á, e terá em abundância; mas ao que não tem, tirar-se-lhe-á o que parece ter. E ao servo inútil lançai-o nas trevas exteriores; ali haverá pranto e ranger de dentes» (Mat. XXV, 28-40). Pôsto na terra, pela misericórdia de Deus, o homem é colocado no seio de uma família, a primeira e mais fundamental das sociedades: a comunidade por natureza.

Nela estão todos os membros: pai, mãe e filho — vinculados necessariamente. O pai não o será, se não amar a esposa e os filhos, doando-se para que eles vivam, dirigindo, orientando, estimulando, coordenando, suprindo e integrando a comunidade para que todos tenham condições de exercer as suas respectivas funções. E, se a mãe não se fizer solícita e desvelada para que os filhos nasçam e cresçam, eduquem-se, conheçam e estimem o pai e a ele obedeam, ela não estará integrada na comunidade. E os filhos, se não conhecerem e estimarem os pais e, na obediência, aproveitarem seu auxílio para «crescer em tamanho, em idade e em graça diante de Deus e dos homens», frustrarão a comunidade.

É da terra que eles terão de obter os meios para a vida do corpo. Precisam de alimentos, vestuário, abrigo, meios de transporte, etc., por causa da vida do corpo. Terão que tomar os recursos que Deus lhes pôs à disposição na natureza e transformá-los em riquezas que saciem aquelas necessidades. Aqui surgem os problemas das interligações entre as famílias. Aos laços de parentesco seguem os da vizinhança, das decorências históricas, das trocas de produtos. Cria-se um novo ambiente comum, mais amplo que a família, que é uma maior expansão do homem no tempo e no espaço. Forma-se a comunidade de famílias, o município. Os municípios criam as nações e as nações tomam características, que as diferenciam e dão a elas sentido também comunitário. Cada nação é uma comunidade de municípios. E como acontecia à família, o município e a nação têm necessidade de coordenação, orientação, estímulo, suplência e integração, isto é, da ação política, da criação de uma autoridade que mantenha a «polis», de um governo. Surge o Estado. É, portanto, da própria vontade de Deus que o homem constitua a cidade da terra. «Procurai viver em repouso, e ocupar-vos dos vossos negócios, e trabalhar com as vossas mãos, como nós ordenamos» (I Tes. IV, 11). Para isto Deus lhes pôs em sua natureza a sociabilidade. É neste sentido que ele deve realizar com seus semelhantes uma sociedade no mundo, que não tem, como a Igreja, uma extensão universal, mas estende-se ao mundo inteiro em elos de variada natureza: família, município, profissão, cultura, etc.. «Sendo os homens sociais por natureza, é mister convivam uns com os outros e promovam o bem mútuo. Por esta razão, é exigência de uma sociedade humana bem constituída que mutuamente sejam reconhecidos e cumpridos os respectivos direitos e deveres. Segue-se, igualmente, que todos devem trazer a sua própria contribuição generosa à construção de

uma sociedade na qual direitos e deveres se exerçam com solércia e eficiência cada vez maior» (Pacem in terris — João XXIII).

A sociedade é, em última análise, por causa do céu, mas deve realizar-se na terra. O trabalho, por causa do pecado, é difícil de executar em todos os setores da vida, desde a ação política para conduzir as nações até o mais individual de cavar a terra e lançar a semente. A construção do mundo exige esforço penoso. As estruturas do Estado, a organização da vida social, os sistemas econômicos, e até a vida religiosa exigem dos homens uma dedicação total, fracionar as atividades entre os diversos setores, dedicando-se a um em detrimento do outro, é criar problemas insolúveis. Todos os homens, com funções diferenciadas embora, deverão participar de toda a vida social. As diferenças de sexo, cor, habilidades intelectuais ou sensitivas poderão indicar a cada homem a posição a ocupar na sociedade, mas não excluir alguém da participação em determinada função social. O sentido do eterno obriga o homem a aceitar o temporal em toda sua extensão, como expressão da vontade de Deus. Fora do Evangelho ninguém conseguiu fundamentos para superar a lei biológica da vitória do mais apto, porque a vida temporal não tem sentido em si mesma. Se a vida do homem não passasse dessa inapelável sentença de morrer uma só vez, ainda mesmo que restasse a esperança de voltar a viver em outro para novamente morrer, estaria, então, destruída qualquer possibilidade de vida social e não haveria explicação para as renúncias, para as virtudes de convivência entre os homens, porquanto valeria a pena viver individualmente: «Comamos e bebamos, porque amanhã morremos». Mas a grande realidade é outra: «E, assim como está decretado que os homens morram uma só vez, e depois disso o juízo, assim também Cristo se ofereceu uma só vez para apagar os pecados de muitos; e a segunda vez aparecerá, não por causa do pecado, para salvação daqueles que o esperam» (Heb. IX, 27-28). Em nossos dias, a desesperança dos pagãos e paganizados provocou a tumultuosa onda de ódio por causa do insolúvel problema de «ricos e pobres». Há na terra uma multidão cada vez maior de homens miseráveis e diminui, dia a dia, o número dos ricos. Esse problema é a inevitável consequência da exclusão do eterno na vida do homem sobre a terra. E como o joio e o trigo estarão juntos até à ceifa, então, sempre haverá pobres, «porque sempre tendes os pobres convosco» (Jo. XII, 8). Não há motivo para morrer-se pelo próximo, se a destruição dele propicia melhores condições de vida para os sobreviventes.

Quem, sem maiores pretensões, procura acompanhar a História da Igreja no plano da História Universal, tem a impressão de que o declínio da Idade-Média foi provocado por uma mudança súbita do drama da vida humana em uma comédia. Os homens baixaram os olhos para a terra e tornaram-se surdos às vozes vindas do céu. Substituíram a caridade pela filantropia, vedaram os olhos da justiça para que ela só funcionasse dentro das determinações da lei positiva humana. E ocorreu que a filantropia só pôde gerar a coexistência «pacífica», e quando não havia interêsse na existência do outro, desaparecia o compromisso com êle. A justiça só ouve o mais forte, que faz a lei, e entregou o mundo ao grupo dos que não reconheciam a Cristo o poder de julgar. Isto tudo se fez sob a sedutora legenda de FILOSOFIA e CIÊNCIA. E a fôrça daquelas palavras mágicas chegou a hipnotizar os cristãos, cujas atitudes foram de acomodação aos tempos, descobrindo fórmulas intermediárias entre a caridade e o filantropismo, entre a liberdade e o liberalismo, entre a hierarquia e o paternalismo. E, hoje, atônitos ouve-se falar, partindo de fiéis e infiéis, dos «erros da Igreja», mas quase nunca dos erros dos cristãos que procuraram acender uma vela a Deus e outra ao demônio. É indifarável o constrangimento do Santo Padre Pio XII, ao confessar ter constatado êsse adesionismo dos cristãos ao paganismo, naquela sua alocução de Natal de 1954, que, infelizmente não chegou a ser lida: «Ainda que seja triste notar que a presente cisão da família humana se produziu inicialmente entre homens que conheciam e adoravam o mesmo Salvador Jesus Cristo, parece-Nos contudo fundada a esperança de que no Seu mesmo nome se possa lançar uma ponte de paz entre as margens opostas e restabelecer o vínculo comum dolorosamente desfeito». (Documentos Pontifícios — 115, Editôra Vozes Ltda. — Petrópolis (RJ) — 1956).

Nos séculos XVIII e XIX os cristãos paternalistas e liberalistas comprometeram tão profundamente a Igreja que, hoje, apesar de tóda a obra de proteção à humanidade, de tóda a firmeza em oposição ao absolutismo e às sociedades secretas manipuladoras do desumano espírito capitalista e do ódio comunista, ainda há quem se intitule de cristão para deplorar, em nome da caridade, não dêem os cristãos melhor acolhida às lições de Carlos Marx. Entre os acusadores da Igreja, em nossos dias, já se chegou a lembrar que o Papa e os Bispos se despojem de todos os bens da Igreja para distribuir o preço com os pobres. «Disse isto, não porque tivesse cuidado dos pobres, mas porque era ladrão»... (Jo. XII, 6). Ser pobre, isto é, ser miserável, é hoje uma espécie de atestado de bon-

dade. Possuir bens e usá-los está-se tornando um como impedimento para ser cristão. É tão aberrante, entre nós, o conceito de classificação dos homens pelos bens materiais que a palavra «povo» passou a significar a parte de um grupo social nacional desprovida de meios materiais de vida. Outra confusão de sérias conseqüências tem sido dar à palavra trabalho o significado exclusivo de trabalho manual, manufator. E graças a essas pequenas confusões vai-se apertando a sociedade nessa dimensão temporal, impedindo-a de servir ao homem para inscrever-se no livro da vida: «E aquêle que se não achou inscrito no livro da vida, foi lançado no tanque de fogo» (Apoc. XX, 15).

Temos, nós cristãos, dois princípios sintéticos e suficientemente claros, pelos quais o Evangelho nos dá norma de vida em sociedade e a maneira de verificarmos, quando quisermos, se a nossa vida está correndo conforme aquela norma. No primeiro caso é a lei da caridade: «Isto vos mando: que ameis uns aos outros» (Jo. XV, 17.) A reciprocidade do amor, praticado por mandamento ao qual ninguém pode fugir, constitui a base mais sólida em que se há de fundar a solidariedade social. Amar é dever do cristão. E o objeto do amor um homem qualquer, porque todos os homens foram remidos por Cristo e a ninguém é dado julgar o outro. O preceito do amor foi dado para a vida na terra: «e se há algum outro mandamento, se resumem nesta palavra: Amarás o teu próximo como a ti mesmo» (Ro. XIII, 9). É condição essencial para ser cristão estar unido no amor. Não será, portanto, porque alguém passa fome ou não tem casa, é analfabeto ou vive mendigando, que há de merecer o amor cristão. Cada homem deve ser amado pelo cristão porque, ao menos potencialmente, é membro do Corpo Místico de Cristo. Está valorizado pela encarnação do Verbo. Tem sentido de eternidade. É amável pelo Pai, pois como dom do Filho, está envolto pelo Espírito Santo.

Pobre é todo cristão, pois, ser pobre é não ter apêgo aos bens da terra: «Guardai-vos e acautelai-vos de tôda a avareza, porque a vida de cada um não consiste na abundância dos bens que possui» (Luc. XII, 15). Não possuir bens para viver dignamente é miséria e não pobreza. A classe dos miseráveis não pode existir numa sociedade cristã, de um lado, por causa de trabalhar, e do outro, por causa da lei da caridade. O fato de haver miseráveis na sociedade contemporânea significa que ela não é cristã, mas não invalida os princípios cristãos. Nem indica que os cristãos devam lançar-se sôfregamente à campanha do extermínio da misé-

ria. Postula, antes, uma campanha da parte dos cristãos pela conquista de meios de vida, que, segundo os desígnios de Deus, possam cristianizar a sociedade. «Crescei e multiplicai-vos, e enchei a terra» (Gen. I, 28).

Isto exige sacrifícios e abnegação: «Havereis de ter aflições no mundo; mas tende confiança, eu venci o mundo» (Jo. XVI, 33). Não é lícito valer-se das experiências do materialismo e de seus aparentes triunfos para aliviar-se do fardo suave do Senhor. O homem que constrói sobre a rocha é muito semelhante ao que o faz sobre a areia, mas os resultados são opostos. São Paulo admoesta: «Por carta vos escrevi que não tivésseis comunicação com os fornicadores; não certamente com os fornicadores dêste mundo, ou com os avarentos, ou ladrões, ou com os idólatras; doutra sorte deveríeis sair dêste mundo. Mas escrevi-vos que não tenhais comunicação com aquêles que, dizendo-se vosso irmão, é fornicador, ou avarento, ou idólatra; ou maldizente, ou dado à embriaguez, ou ladrão; com êste tal nem comer deveis. Porque, que me importa a mim julgar aquêles que estão fora? Porventura não julgais vós aquêles que estão dentro? Porque aquêles que estão fora, Deus os julgará. Tirai do vosso meio o mau» (I Cor. V, 9-13). O contato com o mau na órbita do temporal e visando a ordem terrena não pertence ao homem evitá-lo: «não suceda que, arrancando a cizânia, arranqueis juntamente com ela o trigo» (Mat. XIII, 28-29). Mas aquêles que propõem o temporal como solução para a vida integral e buscam a adesão dos homens para estas soluções, aquêles que, para extinguir a miséria, propõem processos que violam a liberdade, a justiça e a caridade, êstes são os maus com quem não é lícito nem comer.

É, sem dúvida, necessário criar a cidade terrena para a vida na terra: construir as estruturas sociais e renová-las, à proporção que se tornarem inadequadas ao exercício das funções sociais. Essas funções terão igualmente que ser dirigidas, orientadas, controladas, estimuladas por homens cômnicos de suas responsabilidades sociais, conforme insistentes lições dos Papas. Ora, segundo a lição de São Paulo aos Coríntios, acima referida, os cristãos não podem deixar a direção da vida social aos que estão fora da Igreja, nem aos maus que se encontram dentro dela. Portanto, resta aos cristãos autênticos dirigirem a sociedade. E ainda dentre os cristãos é preciso respeitar a hierarquia na ordem natural e, principalmente, sobrenatural. Ao sacerdócio da Igreja compete a função religiosa, no que concerne à liderança e iniciativa. Aos religiosos e

leigos compete a função especificamente social. Os leigos são responsáveis, quase digo exclusivamente, pela iniciativa nas funções política e econômica.

A experiência secular tem demonstrado que o deslocamento do sacerdote para a liderança política ou econômica causa duas atrofias muito prejudiciais à harmonia social: atrofia a missão sacerdotal do padre e atrofia o espírito de iniciativa do leigo, criando entre os dois uma espécie de atrito de competência, sempre prejudicial ao bem comum. Parece que essa distribuição de competência tem fundamento no próprio exemplo de Nosso Senhor Jesus Cristo, quando, fora do colégio dos apóstolos, manteve aquelas amizades que Lhe garantiam sustento, agasalho e ligação político-econômica com a sociedade. A sogra de São Pedro em Cafarnaum, Lázaro em Betânia, José de Arimatéia e Nicodemos, no seio das lideranças organizadas contra o Cristo, são exemplos de como Jesus afastava dos apóstolos as atividades econômico-políticas. E, se apelamos para a própria economia interna do grupo formado por Cristo e os doze apóstolos, encontramos Jesus suprindo com um milagre a atividade econômica que Pedro deveria exercer para pagar o impôsto: «vai ao mar e lança o anzol, e o primeiro peixe que subir, toma-o, e, abrindo-lhe a bôca, acharás dentro um estáter; tira-o e dá-lhe por mim e por ti» (Mat. XVII, 26). E que coisa terrível se pode pensar do apóstolo-tesoureiro, Judas Iscariotes!... São muito duras as palavras do Evangelho contra êle: «Disse isto, não porque tivesse cuidado dos pobres, mas porque era ladrão, e, tendo a bôlsa, roubava o que se lançava nela» (Jo. XII, 6). E mais: «O Filho do homem vai certamente, como está escrito dêle, mas ai daquele homem, por quem será entregue o Filho do Homem! melhor fôra a tal homem que não tivesse nascido». (Mat. XXVI, 24). Enquanto, do outro lado, são bem evidentes as instruções de Jesus aos apóstolos enviados a pregar: «Em qualquer casa onde entrardes, ficai nela até sairdes do lugar» (Marcos, VI, 10). «E disse-lhes: Não leveis nada pelo caminho, nem bastão, nem alforge, nem pão, nem dinheiro, nem tenhais duas túnicas» (Lucas IX, 3). E, através dos Atos dos Apóstolos, constatamos que as determinações do Senhor foram cumpridas, e encontramos diversas referências a pessoas e grupos de pessoas auxiliares dos apóstolos e a quem ficavam as funções temporais em favor daqueles. Até o apóstolo São Paulo que, de fato, exerceu sua profissão de armador de tendas para não ser pesado a ninguém, tinha seus amigos leigos que o deixavam livre para sua missão apostólica. Vejamos, por exemplo, no tumulto de Éfeso:

«Até alguns dos principais da Ásia, que eram seus amigos, lhe mandaram pedir que não se apresentasse no teatro» (Atos XIX, 31), e na viagem a Roma: «No dia seguinte chegamos a Sidon, e Júlio, tratando benèvolmente Paulo, permitiu-lhe ir ter com os amigos, e prover-se do necessário» (Atos XXVII, 3). Não menos frisantes são os ensinamentos explícitos do mesmo apóstolo: «Não sabeis que os que trabalham no santuário, comem do que é do santuário; e que os que servem ao altar, têm parte no altar? Assim ordenou também o Senhor aos que pregam o Evangelho que vivam do Evangelho» (I Coríntios IX, 13-14).

RELATÓRIO SÔBRE O «CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDO
CIENTÍFICO DO RETARDAMENTO MENTAL» — COPENHAGEN —
E VISITAS REALIZADAS ÀS DIVERSAS INSTITUIÇÕES PARA DEFI-
CIENTES MENTAIS EM VÁRIOS PAÍSES DA EUROPA

OLIVIA DA SILVA PEREIRA

Técnica de Educação do I.N.E.S., Orientadora das
Oficinas Pedagógicas da Sociedade Pestalozzi do
Brasil — Professora na Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro

I N T R O D U Ç Ã O

O presente Relatório consta, em sua 1ª Parte, de uma apreciação sôbre o International Copenhagen Congress on Scientific Study of Mental Retardation, realizado sob os auspícios do International Committee on the Scientific Study of Mental Deficiency. Dêle participei como Relatora do tema «Experiência de Orientação e Reabilitação Profissional com Retardados Mentais», na sessão de estudos dedicada aos Problemas de Ajustamento Social, Integração e Reabilitação Profissional.

Em sua 2ª Parte, apresenta, em resumo, as observações de visitas realizadas às instituições da Dinamarca, Bélgica, Holanda e Suíça.

O Relatório termina com algumas considerações e sugestões sôbre a educação do excepcional e com os meus agradecimentos à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo, à Sociedade Pestalozzi do Brasil, à Federação Nacional das APAES e ao Instituto Nacional de Educação de Surdos.

CONGRESSO INTERNACIONAL SÔBRE O ESTUDO CIENTÍFICO DO RETARDAMENTO MENTAL — COPENHAGEN - DINAMARCA

Com a participação de cêrca de 720 delegados de 45 países, realizou-se na cidade de Copenhagen, de 7 a 14 de agôsto o INTERNATIONAL COPENHAGEN CONGRESS ON SCIENTIFIC STUDY OF MENTAL RETARDATION sob os auspícios do International Committee On The Scientific Study of Mental Deficiency assim constituído :

Dr. A. Shapiro — Inglaterra — (presidente)
 Dr. Professor H. Aspenger — Áustria
 Dr. Clemens Benda — U.S.A.
 Professor G. Bollea — Itália
 Professor Hans Forseman — Suécia
 Dr. Med. W. Gunther — Alemanha
 Dr. Ole B. Munch — Noruega
 Professor P. Plum — Dinamarca
 Professor Carlos Nassar — Chile — Secretário Geral
 Dr. Benedick Nagler — U.S.A. — Tesoureiro Adjunto
 Mr. Harvey Stevens — U.S.A. — Tesoureiro Adjunto

O Congresso foi patrocinado pelo Danish Ministry of Social Affairs em colaboração com o International Committee e a Sociedade Nórdica de Deficiência Mental e constou de :

- a) — Sessões plenárias para estudos de temas gerais;
- b) — Sessões especializadas para estudo de temas mais específicos;
- c) — Projeção de filmes;
- d) — Exposições;
- e) — Excursões;
- f) — Parte Social.

Tôdas as sessões de estudos foram realizadas na Tekniske Hojskole (Escola Técnica Superior) onde funcionou a Secretaria do Congresso.

OBJETIVOS

Os principais objetivos do Congresso foram :

- a) — pesquisas médicas;
- b) — pesquisas sociais;
- c) — pesquisas pedagógicas e psicológicas;
- d) — estudos sôbre a profilaxia, terapêutica e assuntos relativos à reabilitação, assistência e estruturas de serviços.

TEMÁRIO

O temário incluiu estudos de 166 autores abrangendo os seguintes problemas :

- I — Estudos relacionados com o aspecto médico-científico da deficiência mental.
- II — Estudos psicológicos.
- III — Estudos relativos à educação de um modo geral.
- IV — Estudos relacionados com o campo assistencial.

Em relação ao primeiro grupo de estudos, as contribuições de natureza médico-científica foram numerosas e, principalmente, quanto à análise dos aspectos etiológicos das deficiências mentais. Podemos verificar a preocupação de seus autores em descobrir os fatores desencadeantes dos diferentes tipos de deficiências mentais.

Quanto à etiologia distinguimos a importância que foi dada ao estudo das causas genéticas. Dentro dêste campo foram apresentados dois grandes grupos de pesquisas :

- a) — Pesquisas ligadas às deficiências dismetabólicas;
- b) — Pesquisas sôbre as anomalias cromossômicas.

No primeiro grupo entre muitos estudos apresentados ressaltamos :

I — Pesquisas sôbre a FENILCETONÚRIA por um dos mais dedicados pesquisadores neste campo — Dr. R. Guthrie da Universidade de Bufalo, U.S.A., apresenta o tema — Routine Screening for Inborn Errors in the newborn : «Instant Bacterial», Multiple Tests and «Inhibition Assays».

«Treatment of Phenylketonuria» pelo professor H. A. Waisman do U. S. A.

Na mesma linha de pesquisas foram apresentados os trabalhos sôbre a «Citrullinuria» e a «Homocystinuria» por representantes da Inglaterra e Canadá.

No segundo grupo estão as pesquisas realizadas por um dos maiores representantes, atualmente, do estudo das causas genéticas — Dr. L. S. Penrose da Inglaterra, mostrando a significação que os fatores genéticos exercem no aparecimento de grande número de deficiências mentais. Analisando as anomalias cromossômicas, êle apresentou seus estudos sôbre o mongolismo, salientando como êste tipo de deficiência está relacionado com as aberrações cromossômicas. As estatísticas dos casos apresentados confirmam também a importância da idade materna nestas alterações.

Outros representantes contribuíram para o mesmo tema, havendo uma sessão especial para estudar os aspectos científicos do mongolismo e entre muitos podemos citar os seguintes estudos:

- «Cytogenetics and mental level in mongolism» — Dr. L. Koulischer, da Bélgica.
- «Sex-Chromatin in Patients with Down's Syndrom» — Professor Margareta Milkelsen.
- «Mosaic Mongols» — George F. Smith do Galton Laboratory — University College — London.
- «Mentally Defective Males with Chromosomes» — Dr. J. Jancar — Inglaterra.

Ainda dentro das pesquisas médico-científicas foram apresentados numerosos trabalhos sôbre os seguintes temas:

- a) — «Diagnósticos diferenciais, principalmente, quanto a determinados grupos de deficiências, como a paralisia cerebral e outras perturbações neuro-psiquiátricas como: «The Differential Diagnosis of Cerebral Palsy and Mental Retardation In Infancy» — Dr. F. E. Dreifuss dos Estados Unidos.
- b) — «Emprêgo do E.E.G. como fator de diagnóstico».
- c) — «Complicações obstétricas e a deficiência mental».
- d) — «Perturbações endocrinológicas».
- e) — «Perturbações neurológicas — estudos especializados sôbre a epilepsia».

— Os estudos relacionados com o campo psicológico foram subdivididos em :

- a) — Pesquisas ligadas à evolução de determinadas funções mentais;
- b) — Pesquisas sobre aspectos psicológicos da aprendizagem;
- c) — Estudos sobre a aplicação de provas psicológicas e diagnóstico.

Em relação aos problemas de natureza afetiva, mental e social dos deficientes mentais, as contribuições foram intensas e dentre elas enumeramos as seguintes :

— «A relação existente entre a deficiência mental e os fatores emotivos» — Dr. Clemens Benda da Walter State School, Mass. U.S.A., onde êle analisa as investigações levadas a efeito dentro das famílias portadoras de deficiências mentais e a importância dos fatores sócio-culturais. Analisando o comportamento das crianças colocadas em internatos e outros tipos de instituições, êle concluiu que as maiores dificuldades estão relacionadas com o fator — «integração com o meio ambiente». Justificou as dificuldades de comportamento daquelas crianças como formas de fixação a níveis inferiores de seu desenvolvimento por privações emocionais na primeira infância.

— «Verbalização e flexibilidade entre os deficientes mentais» — Dr. P. E. Bryant do Moudsley Hospital de Londres, onde descreveu 5 experiências, tipo provas psicológicas, com deficientes mentais envolvendo situações em que se pode observar a estruturação dos conceitos e a linguagem para expressá-los. A relação linguagem-conceito-palavra são exaustivamente analisados nas suas provas.

— «Distrações entre os deficientes mentais» — por Dr. Roy I. Brown do Instituto de Educação da Universidade de Bristol, que apresentou os resultados de seus estudos acerca da estimulação externa sobre a concentração entre os deficientes mentais hospitalizados concluindo que os estímulos visuais e auditivos têm grande importância na educação, no passado de aprendizagem do grupo por êle estudado. Aconselhou aos educadores dar a atenção à preparação do ambiente onde a criança deficiente estuda e vive.

— «O desenvolvimento da atividade cognitiva dos retardados mentais durante o processo da aprendizagem» — Dr. J. I. Shif e V. S. Petrova, do Instituto de Defectologia da U.S.S.R., mostraram os resultados das

investigações que se vêm realizando nestes últimos 40 anos quanto à estimulação das funções cognitivas em oposição à estimulação das operações, puramente, mecânicas, mais usadas do que as de nível superior. Salientaram a necessidade de exercitar os mecanismos da observação, da memória intelectual, da análise, da capacidade de traçar planos e demais atitudes mentais entre os retardados e os benefícios que se podem obter para a educação especial.

«A psicopatologia das crianças retardadas por lesão cerebral e suas conseqüências na educação» — Dr. William M. Cruickshank, da Universidade de Siracusa, U.S.A. Neste trabalho o autor considerou as implicações psicopatológicas da lesão cerebral, isto é, as dificuldades de que os indivíduos são portadores, principalmente, quanto à percepção, à concentração da atenção, às perseverações, às dissociações, etc., mostrando também a importância do ambiente externo e sua estimulação sôbre aquêles processos. Recomendou cuidados especiais na organização dos ambientes na escolha dos espaços, do tempo reservado ao trabalho educativo, pelas suas repercussões sôbre a aprendizagem.

— «A necessidade de se criar Classes Especiais para o desenvolvimento de jovens retardados educáveis» — Dr. Herbert Goldstein, do Departamento de Educação Especial da Universidade de Yeshiva, U.S.A., analisou sua pesquisa realizada com 120 crianças educadas nestas Classes, durante 4 anos chegando à conclusão de que melhor resultado se obtém em colocar as crianças nas classes anexas às escolas comuns do que com o isolacionismo.

Em relação ao estudo de Psicologia Aplicada houve as seguintes teses :

— «Contribuição ao estudo dos processos intelectuais entre os retardados mentais» — pela equipe do Hospital Henrique Roussele de Paris;

— «Técnica da compreensão da leitura» — M. Gilly do Laboratório de Bio-Psicologia da Escola Prática de Altos Estudos de Paris;

— «Auto-regularização psico-motriz dos débeis mentais através do teste de duas barragens» — R. Zazzo e A. Helai do Hospital Henri Roussele

As escalas de maturidade social, as provas sociométricas foram estudadas por pesquisadores que trouxeram mensagens muito interessantes quanto aos efeitos sôbre os objetivos a serem atingidos na educação dos deficientes mentais. Um dos mais completos trabalhos neste campo foi apresentado por H. C. Gunzburg, psicólogo do Monyhuul Hospital de Londres,

autor que se vem destacando pelos seus trabalhos quanto ao desenvolvimento social do sub-normal. Em sua tese êle mostrou a necessidade de se pesquisar o conciente social, o **Q.S.** ao lado do **Q.I.**, dizendo que, nos casos de deficientes mentais graves, as provas de maturidade social podem revelar as possibilidades, a competência social dêstes indivíduos. Em vários diagramas êle estudou as possibilidades sociais de um grupo de 18 jovens, de ambos os sexos com idades entre 16 a 25 anos para uma idade mental variando de 2 anos e 4 meses a 8 anos e 2 meses, antes e depois de serem treinados nas áreas da comunicação, hábitos da vida diária, ocupação e socialização. Como conclusão de sua pesquisa êle apelou para os responsáveis pela educação especial para que se valorize, tanto quanto possível, o treinamento social dos deficientes mentais, insistindo que o **Q.S.** é tão importante como o **Q.I.**

— O terceiro grupo de teses do temário foi dedicado ao estudo dos problemas de educação e reabilitação, visando, principalmente, o ajustamento social, integração na comunidade, treinamento profissional, conforme a relação abaixo :

— «A finalidade do terapeuta ocupacional no campo da deficiência mental» — Ruth Dimitri, que estudou o FOLLOW-UP de 500 casos de Children Cottages, de Vitória da Austrália, assinalando o efeito do treinamento e o seguimento dos casos ali internados.

— «A organização de pensionatos para sub-normais» — F. J. Esher do Midlewood Hospital, Inglaterra, descrevendo a forma assistencial ali desenvolvida há cêrca de 20 anos e os resultados obtidos. Seu trabalho ressalta o valor que se deve dar à organização dos pensionistas e às condições que caracterizam a atmosfera reabilitadora dêstes pensionatos pela participação ativa da comunidade no que se refere à socialização dos casos assistidos. É preciso que os pacientes não se isolem em grandes instituições onde o internamento e o isolacionismo são características principais. Ao contrário, o pensionato favorece ao deficiente mental levar uma vida normal usando os serviços da comunidade: a recreação, o trabalho, e outros recursos sociais, dando-lhes padrões normais de vida.

— «Fatôres psico-sociais no ajustamento profissional do adulto retardado mental» — Dr. Carlos Alzibu Miranda de Porto Rico.

— «O processo de reabilitação e a comunidade» — M. A. Seinfeld do U.S.A. que relatou os processos de integração profissional dos deficientes mentais.

Tentativas de aplicações de provas psicotécnicas foram apresentadas pela equipe de uma instituição para adultos retardados mentais em Lillemosegard, chefiada pelo psicólogo Mohl-Hansen, que há dois anos vem dirigindo a pesquisa, observando um grupo de deficientes mentais com idades cronológicas variando de 29 a 53 anos e com Q.I. variando de 17 a 43, selecionados de um total de 130 pacientes do sexo masculino. O objetivo da pesquisa foi demonstrar que é possível treinar deficientes mentais com níveis bastante baixos tornando-os aptos para o trabalho industrial. A pesquisa foi desenvolvida, levando-se em consideração os seguintes tipos de tarefas, onde o tempo de reação e o rendimento foram fatores muito importantes.

Tipos de tarefas :

- I — Separação de objetos diferentes na côr, tamanho e pêso;
- II — Parafusar porcas com os dedos;
- III — Parafusar porcas com chaves de parafuso — (fenda);
- IV — Parafusar porcas com um escareador;
- V — Juntar peças de madeiras e metal aparafusando-as com porcas.

A experiência mostrou que um grupo de retardados com níveis tão baixos foram capazes, após um período de adaptação, de adquirir habilidades que os indicavam aptos para a realização daqueles tipos de tarefas.

Simultaneamente, o grupo foi submetido à realização de atividades artísticas livres, usando material e técnicas diferentes, como pintura, recorte, modelagem, música e ritmo. Dia a dia foi medido o esforço do grupo e se pode constatar os benefícios que tais atividades exerceram no seu desenvolvimento mental, ajudando o desenvolvimento mental, ajudando o desenvolvimento de habilidades espontâneas em oposição às de caráter essencialmente mecânico como as tarefas industriais. Os benefícios foram recíprocos e um reteste do grupo comprovou um aumento de 3 meses na idade mental do grupo.

Com esta experiência a equipe de Lillemosegard procura introduzir os exames psicotécnicos com deficientes mentais.

— Os aspectos psicoterápicos não foram muitos numerosos no temário, poucos trabalhos foram apresentados sôbre a psicoterapia com deficientes mentais. Sômente, algumas comunicações como as seguintes :

— «Relações pessoais e inter-pessoais em um centro sócio-terapêu-

tico para adolescentes com desordens de comportamento» — Dr. A. Shapiro Shadow-Therapy-Mary Robertson — do Departamento de Psicologia de Sunland Training Center, Florida, U.S.A. Através de silhuetas projetadas num ambiente escuro. Com a estimulação dêste material, crianças com graves dificuldades de contato podem revelar seus conflitos.

No campo assistencial, as comunicações foram ricas, principalmente no que se refere ao desenvolvimento das estruturas de serviços que diferentes comunidades vêm organizando para atender ao problema da deficiência mental.

Foram apresentados os sistemas e programas de vários países como :

I — «A estrutura de um serviço para deficientes mentais» — J. Tizard, médico especialista em psiquiatria social do Maudsley Hospital de Londres, apontando a evolução dos serviços psiquiátricos nestes 30 anos, ressaltando a nova mentalidade que se vem criando de se preferirem pequenas instituições, atendimentos a domicílio, lares adotivos, semi-internatos, hospitais-dia, em oposição às casa de saúde tradicionais, aos grandes internatos, às casas de repouso. Recomenda a participação ativa dos serviços da comunidade dentro das instituições psiquiátricas, isto é, a organização dos serviços deve permitir que os pacientes participem das atividades que existem normalmente, na sua comunidade, como os serviços recreativos, profissionais, etc..

II — «O Serviço Nacional da Dinamarca para deficientes mentais» — N. E. Bank-Mikelsen — Diretor do Serviço Nacional de Deficiência Mental da Dinamarca, analisando todos os aspectos dos serviços existentes, a sua evolução histórica, a partir de 1855, bem como a filosofia social que lhes serve de base, como, atualmente, o Estado supervisiona e mantém todos os serviços organizados.

III — «O Programa dos Estados Unidos da América do Norte em prol dos retardados mentais» — Dr. Patrick J. Doyle, relatando o que os Estados Unidos vêm planejando, as leis, os serviços, os programas de âmbito federal bem como a contribuição das organizações privadas como a NARC (National Association for Retarded Children) na luta pelo bem estar dos deficientes mentais.

O Brasil, também se fêz representar, contribuindo para mostrar o que estamos realizando, principalmente, quanto ao aspecto da reabilitação de adolescentes e adultos excepcionais, através da organização de

serviços como os mantidos pela Sociedade Pestalozzi do Brasil e suas congêneres.

Projeção de filmes, exposições e visitas completavam o estudo dos aspectos técnicos do temário.

2ª PARTE

OBSERVAÇÕES DE VISITAS REALIZADAS

Completando nossa participação no Congresso Internacional sobre o Estudo Científico do Retardamento Mental, tivemos oportunidade de visitar diversos serviços de assistência para deficientes mentais em diferentes centros europeus.

Nossas observações :

- a) — Serviços para crianças;
- b) — Serviços para adolescentes e adultos;
- c) — Associações de Pais de Crianças Retardadas.

Levando em consideração nosso campo de trabalho, procuramos entrar em contato com os serviços de reabilitação organizados para atender o deficiente mental de 14 anos de idade até a idade adulta.

Como a orientação profissional é, atualmente, um dos mais importantes objetivos de um programa de reabilitação, as experiências realizadas em outros países nos favoreceram a apreciação daquele aspecto tão difícil e necessário da educação dos deficientes mentais.

De acôrdo com as nossas observações os serviços dêsse tipo estão divididos em :

- 1 — Oficinas de trabalho industrial;
- 2 — Centros Ocupacionais;
- 3 — Oficinas Protegidas.

Vamos considerar cada um dêstes tipos em relação aos países visitados :

NA DINAMARCA

Os serviços de assistência ao deficiente, em geral, estão subordinados ao Ministry of Social Affairs (supervisão de numerosas instituições para tratamento, treinamento e cuidados com deficientes); Ministry of Labour (supervisão de empregos para deficientes); Ministry of the Interior (supervisão de serviços médicos); Ministry of Housing (supervisão de casa para deficientes).

O ATO sôbre Reabilitação nº 170 de abril de 1960 é responsável pelo desenvolvimento dos serviços de reabilitação para deficientes. O Ato prevê ajuda ao funcionalismo de centros ocupacionais, oficinas e demais facilidades para o treinamento do deficiente que trabalhará na indústria comum ou naquelas especialmente organizadas para êste fim, isto é, as oficinas protegidas.

O termo «Oficinas Protegidas», segundo a terminologia do Ato sôbre Reabilitação, é o ambiente de trabalho, especialmente, organizado para o treinamento e emprêgo permanente de determinados grupos de casos que, pela natureza de sua deficiência, não podem trabalhar em emprêsas, fábricas comuns. Os Ministérios acima citados se ocupam de tôda a supervisão dêstes centros no que diz respeito a direitos e deveres dos trabalhadores.

Os centros de trabalho industrial para deficientes mentais visitados foram :

I — The Workshop Oresundsvej 148,S. — É um tipo de oficina externa para cêrca de 75 retardados com idades variando de 16 a 60 anos de ambos os sexos. Está dividida em 3 grandes seções : uma seção de **produção**, outra de **ocupação** e uma terceira de **treinamento**. Executam vários tipos de trabalhos como montagem de peças de eletricidade, brinquedos, caixas de acondicionamento de objetos escolares (lápiz de côres). Os trabalhadores são pagos por mão de obra, com horário integral de trabalho, com intervalo de uma hora para almoço. A Oficina é dirigida por um Supervisor da Indústria, Sr. Gunnar Jensen e está situada numa área regional de Copenhagen. Há outros membros da equipe como : um médico, um assistente social, um educador, um economista e um membro do Parlamento.

II — The Occupational Workshop de Svanemo egardsvej, 10 V. —

É um centro de observação onde trabalham 22 deficientes mentais, adultos de ambos os sexos que vivem em seus lares e vêm ao centro para trabalhar. Há duas formas de atendimento: **treinamento** e **produção**. Pagamento por mão de obra. Horário integral. Atividades diversas: embalagem de peças como porcas, parafusos, separação de objetos, confecção de objetos simples em madeira e metal.

III — The Weaving Mill — Indústria para 45 homens e mulheres deficientes mentais adultos que trabalham em teares manuais e elétricos na manufatura de tolhas, tapetes, esfregões, panos de limpeza, etc. Funciona em edifício de 3 andares com tóda a organização de uma verdadeira indústria, no que diz respeito às suas diferentes seções: escritório comercial, escritório de contróle do pessoal, almoxarifado, expedição transporte, etc.. Horário integral de trabalho — 8 horas com intervalo para almôço. Pagamento por mão de obra. Direito a férias e aposentadoria.

IV — The Sewing Workshop-Biblioteksvej, 68 — Centro Ocupacional para treinamento e produção de deficientes mentais adultos com trabalhos diversos: seleção, embalagem, costura de peças simples, etc. Idêntico regime das precedentes.

V — The Central Institution Lillemosegard — É uma das maiores e modernas situada no centro regional de Copenhagen e Bornholm. Foi reconstruída no período de 1960-1964, pois sua fundação data de 1886. Abriga sòmente adultos de ambos os sexos, profundamente retardados, no total de 130 casos divididos em 8 seções com 16 pacientes em cada uma delas. Nela funcionam 8 modernas oficinas de treinamento industrial, com regime também de produção. Tipos de atividades: seleção de objetos de cutelaria (facas, garfos, etc.); complemento de peças de metal (colocar cabos em facas); confecção de tamancos especiais para a região, instrumentos de músicas (marimbas); polimento de peças de metal; separação de objetos para eletricidade; fabricação de objetos de madeira (bandejas, caixas, etc.). Alguns pacientes moram na Instituição, tipo pensionato; outros vivem em seus lares. Há uma equipe médico-psico-pedagógica que orienta tóda a Instituição, além de um economista.

Existe em todo o país uma preocupação muito grande de proteger, profissionalmente, os deficientes mentais, principalmente, quando se sabe que não existe desemprego e havendo carência de mão de obra os deficientes estão sendo preparados para ocupar lugares na indústria e têm os mesmos direitos que os cidadãos comuns.

Há interêsse em se ampliar o número destas instituições, existindo atualmente, cêrca de 25 centros de treinamento industrial espalhados nas 12 regiões em que está dividido o país. Segundo as estatísticas apresentadas, dos 20.000 retardados mentais registrados, sòmente 9.000 vivem em internatos. Grande parte dos adultos vivem em pensionatos ou em seus lares e conseguem ser auto-suficientes devido ao grande incentivo que está sendo dado ao trabalho industrial para deficientes mentais e espera-se que em pouco tempo se multiplique o número de suas oficinas protegidas.

NA BÉLGICA

A assistência aos adolescentes e adultos retardados mentais no campo da orientação profissional está em grande progresso, principalmente, após a organização do A.P.A.M. (Agrupamento para a criação de oficinas protegidas) constituído de pais e técnicos — Dr. Paul Lambert, psiquiatra, e senhora são os grandes incentivadores do grupo, além de elementos do Rotary, do Lions e da Associação Nacional de Ajuda aos Deficientes Mentais.

A primeira Oficina Protegida foi fundada em agosto de 1960 e conta, atualmente, com 41 jovens: 35 do sexo masculino e 6 do sexo feminino de 16 a 27 anos com a idade mental de 4 a 6 anos.

A Oficina trabalha em dois edifícios separados: um para os do sexo masculino e outro para as jovens.

Pagamento — 35 francos por dia.

Tipos de encomendas e tarefas: fabricação de sacos de plástico para indústria farmacêutica; separação de recipientes de vidros para acondicionamentos diversos (algodão, etc.); fabricação de pequenos condutores com fio de cobre para aparelhos elétricos de aquecimento; timbragem com máquinas; sacos de papel, cartões de propaganda (separação). Algumas encomendas são permanentes, outras dependem da estação ou festa do ano.

Supervisão — 4 monitores treinados em trabalhos industriais que ensinam e supervisionam o grupo.

Manutenção — É preciso 800.000 francos por ano para as despesas da Oficina.

O govêrno colabora com uma ajuda de 200.000 francos o restante é completado com as contribuições dos grupos já referidos.

O interêsse é grande e espera-se a organização de outras oficinas em diferentes pontos do país. Há preocupação geral, de todos os técni-

cos que trabalham no campo da educação especial, de ampliar a rēde das oficinas protegidas que estāo apoiadas por legislaçāo rigorosa. Outros estabelecimentos foram organizados: Em Bruxelas: «L'Espoir» e «Le Chaison»; «Le Perron», em Liège e a Associação Nacional de Proteção aos Deficientes Mentais muito tēm contribuído para a divulgaçāo e compreensāo do problema.

NA HOLANDA

Nossas observaçōes se restringem às visitas que foram realizadas a vários centros de trabalho industrial na cidade de Amsterdã onde a assistência no campo da orientaçāo profissional conta com mais de 40 anos. Neste meio tempo foi organizada a «Fundaçāo A.G.O. pró oficinas para deficientes mentais». Em 1923 a municipalidade de Amsterdã tomou a si o encargo de prover a educaçāo profissional de deficientes mentais do tipo treinável e educável. Com êste objetivo foi instalada a 20 de junho de 1924 a primeira oficina de treinamento profissional em Wilhelminahuis, para 3 aprendizes. Em 4 anos a oficina recebeu mais 29 para treinamento.

Em 1931 a Fundaçāo chamada A.G.O. (Oficinas para Deficientes Mentais) promoveu a organizaçāo dos seguintes centros:

— «Westeroord» — para 60 retardados adultos trabalhando na confecçāo de escōvas, vassouras, espanadores, etc.. Pagamento por māo de obra. Horário integral.

— «Oosteroord» — Emprega 140 entre adultos e adolescentes.

Atividades: fabricaçāo de escōvas, seleçāo de peças de bicicleta, montagem de peças para aparelhos eletrônicos; embalagem de materiais diversos: bombons, chocolates, objetos escolares, etc..

Direçāo — 1 supervisor e 7 instrutores.

Pagamento por māo de obra. — Horário integral. — Direitos assegurados de férias, aposentadoria, etc.

— «Van Krieknoord» — Emprega 105 retardados adultos e adolescentes de ambos os sexos.

Atividades: manutençāo de jardins públicos e particulares, floricultura, trabalhos industriais diversos.

Direçāo — 1 supervisor e 9 instrutores.

Pagamento por salário e māo de obra. — Horário integral. — Direitos assegurados.

O departamento de trabalho junto a uma indústria comum, a fábri-

ca de Diemen constitui uma nova experiência no campo do treinamento profissional: em seções separadas, 21 deficientes mentais adultos estão trabalhando nesta fábrica, sob a supervisão de um assistente social, além dos instrutores industriais da A.G.O.

Os trabalhadores realizam tarefas de acondicionamento de conservas em lata. Horário normal de trabalho. Pagamento por mão de obra.

Transporte — Como a fábrica fica distante do centro da cidade, um ônibus da empresa conduz o grupo até um ponto acessível de transporte para todos que, geralmente, viajam sozinhos.

Alguns almoçam na cantina da fábrica, outros trazem marmitas. Hora de almoço.

Esta experiência tem sido animadora e podemos verificar, conversando com seus dirigentes e com o grupo dos trabalhadores como tem sido conduzido o entrosamento entre os operários comuns e os deficientes. Segundo testemunho dos instrutores, muitos dos deficientes estão com produção diária superior à dos operários normais. Explica-se o fato de que muitos deficientes são capazes de boa rotina e mecanização da tarefa, com possibilidades de bom rendimento, pelo interesse que a operação de trabalho desperta, sentindo-se úteis.

A Fundação AGO desde 1942 foi estruturada pelas autoridades públicas. Há o Departamento de Saúde com a seção de Psiquiatria para crianças e adultos. A parte de orientação profissional está subordinada à Seção de Adultos que se ocupa do entrosamento com os serviços, centros ocupacionais, oficinas protegidas para orientação, encaminhamento, supervisão dos casos que são assistidos. A assistência é obrigatória por lei.

NA SUIÇA

Nosso roteiro de visitas foi organizado pela Associação de Pais de Crianças Mentalmente Retardadas de Genève onde permanecemos e tivemos ocasião de conhecer o trabalho que a Suíça vem desenvolvendo para assistir os deficientes mentais após 14 anos.

Nosso programa constou de visitas :

- 1) — ao Departamento de Instrução Pública;
- 2) — a Centros Ocupacionais e Oficinas Protegidas;
- 3) — a Escolas Especiais;
- 4) — às Associações de Pais de Crianças Retardadas de Genève

Em relação à assistência dada aos adolescentes e adultos deficientes mentais, procuramos conhecer o desenvolvimento dos centros ocupacionais e oficinas protegidas ali existentes. Segundo as informações que nos foram dadas, o movimento pró oficinas protegidas se iniciou em 1954, quando Mr. Mme. J. Bernasconi reuniu um grupo de adolescentes e começou a treiná-los em trabalhos de carpintaria.

Em 1958 foi fundada a «Sociedade de Genève para Integração Profissional dos Deficientes Mentais». É uma sociedade privada recebendo subvenções do govêrno. A Sociedade tem a iniciativa de organizar os programas. A finalidade é orientar profissionalmente os retardados, egressos das Classes Especiais e outros que não podem seguir o currículo primário.

A Sociedade mantém, atualmente, 4 oficinas de integração profissional: 3 para rapazes e 1 para môças.

No momento estão organizando um centro de iniciação profissional para retardados profundos.

1ª) — **Oficina de Aubépine** — Inicialmente freqüentada por 6 adolescentes, atualmente treina mais de 20, o que tornou necessário a fundação de outra oficina.

2ª) — **Oficina de Gropettes** — com 10 adolescentes.

Em ambas as oficinas, os jovens aprendem as bases dos ofícios de metalurgia, e pequena mecânica: consertos de automóvel, aparelhos de aquecimento, aparelhos domésticos em geral. Ao lado do treinamento profissional seguem outros cursos de lições de francês, geografia, cálculos, geometria, desenho.

Ambas recebem encomendas e os jovens ganham uma gratificação sôbre o trabalho realizado.

Horário — 9 às 15 horas.

Dirigente — 1 instrutor especializado.

3ª) — **Oficina de Coulouvrenière** — Recebe adolescentes de níveis mentais mais baixos para trabalhos simples em madeira e couro, além de uma seção de cartonagem. Mantém dois tipos de funcionamento: **treinamento** e **produção** — Recebe encomendas para tarefas de rotina: confecção de envelopes, car-

tões, caixas, além de objetos domésticos de madeira. Grande parte dos jovens que saem destas oficinas tem tido possibilidade de emprêgo como auxiliares em algumas indústrias.

Oficina para adolescentes do sexo feminino: Recebe jovens de 15 a 16 anos para treinamento em atividades domésticas variadas: passar roupa, limpeza, arte culinária, corte, costura, além de atividades de cartona-gem, fotografia, encadernação. Após um ano de treinamento elas estão aptas a um trabalho de produção.

Recebem lições de francês, cálculo, desenho.

Fora as oficinas organizadas pela Sociedade de Integração Profissional para Deficientes Mentais, existem os serviços organizados pela Associação de Pais de Crianças Retardadas de Genève, que está elaborando um programa intenso de atendimento para adolescentes e adultos contando com numerosas oficinas em funcionamento como:

— A Oficina da Rue de Vuache, inuagurado em 1962 com 26 deficientes mentais do tipo treinável, dentre eles grande número de mongolói-des. Funciona para ambos os sexos, em regime de **treinamento e produção**.

Tipos de atividades: trabalhos de tecelagem, costura, madeira. É interessante observar que ambos os sexos aprendem tricot, passar a ferro e costurar.

Como trabalho de produção eles fazem montagem de escôvas de dentes, elétricas que são exportadas para a América. Recebem gratificação pela mão de obra.

Há duas oficinas de observação, criadas pelo Centro Psico-Social, com 70 pessoas que podem ser treinadas em diferentes tipos de ofícios: pequena mecânica, trabalhos de escritório, trabalhos domésticos, etc..

— «Auigues-Vertes» — É uma Fundação de iniciativa da Associação de Pais. Em 20 de fevereiro de 1960 foram iniciados os trabalhos da Fundação que tem por objetivo a criação de uma verdadeira aldeia ou vila com 215.000 metros quadrados para deficientes mentais com os seguintes tipos de atendimento:

- Organização de uma comunidade rural — exploração agrícola, jardinagem (treinamento e manutenção da aldeia);
- 3 pavilhões para treinamento profissional, incluindo oficinas protegidas;
- 5 classes para 12 crianças cada uma.

A vila tem lotação para 70 deficientes e recebe 4 tipos de pacientes :

- 1º) — deficientes de 6 a 12 anos em regime de semi-internato para freqüência às Classes Especiais;
- 2º) — deficientes de 12 a 16 anos que podem continuar a aprendizagem escolar;
- 3º) — adolescentes e adultos para o treinamento em oficinas protegidas;
- 4º) — adultos que jamais poderão ser independentes.

A orientação psico-pedagógica se inspira na filosofia educacional de Rudolf Steiner.

Tivemos oportunidade de observar os trabalhos que estão sendo confeccionados nas Oficinas de Carpintaria e Tecelagem, ambas com produção industrializada. Um dos mais importantes aspectos da educação profissional é a ajuda que os adolescentes e adultos estão dando na construção dos novos pavilhões. No lugar onde era uma pocilga ergue-se o pavilhão de uma oficina, reconstruído com a colaboração dos aprendizes.

Manutenção — O Conselho de Estado, através do Departamento de Instrução Pública, realizou um convênio com a Fundação, dando direito, por 90 anos, a usar parte da superfície correspondente a 21 ha., em Chèvres.

A vila de Aigues-Vertes continua seu plano de construção com doações conseguidas através da Associação de Pais de Genève que espera finalizar seu plano o mais breve possível, tornando Aigues-Vertes ao mesmo tempo um instituto de ensino emendativo, uma emprêsa agrícola, um centro artesanal, um conjunto de oficinas protegidas, um agrupamento de lares, uma família.

ASSOCIAÇÕES DE PAIS DE CRIANÇAS RETARDADAS

Ao lado do programa de visitas já citado fomos convidados a conhecer algumas Associações de Pais de Crianças Retardadas em diferentes países :

— Na Dinamarca — O Grupo de Pais foi organizado em 1951 e vem desenvolvendo um plano de colaboração muito intensa junto ao programa oficial de reabilitação para deficientes mentais. Durante o Congresso Internacional sôbre o Estudo Científico para o Retardamento Mental uma exposição permanente mostrou material bibliográfico e fotográfico de diver-

sas associações da Europa e outras partes do mundo. A Federação das APAES do Brasil também se fez representar com material de divulgação do que as APAES do Brasil estão realizando. A Associação mantém uma revista «Forglem Migej» e atualmente, faz parte da Liga Internacional de Associações de Pais.

— Na Bélgica — A Associação Nacional Pró Crianças Retardadas é agrupamento de pais, técnicos e demais pessoas interessadas no problema. É de caráter privado com programa vasto de assistência ao deficiente mental. Dr. Renée Portray é o Secretário Geral. A Bélgica é a sede da Secretaria Geral da Liga Internacional das Associações de Amparo às Crianças Retardadas.

— Em Genève — A Associação de Pais de Crianças Retardadas foi fundada em 1958, e em seguida organizada a Federação Suíça das Associações de Pais de Crianças Mentalmente Retardadas.

A Liga Internacional das Associações de Proteção às Crianças Mentalmente Retardadas. — Fomos também convidados a tomar parte em reuniões com alguns membros da Liga Internacional, a fim de expor o que as Associações de Pais do Brasil vêm realizando.

A Liga Internacional foi organizada em 1960, por ocasião do Ano Mundial de Saúde Mental, sob a iniciativa de representantes de associações de pais e de profissionais e demais pessoas interessadas sem distinção de raça, nacionalidade ou religião. Os principais objetivos da Liga são :

- a) — intercâmbio de informações concernentes à proteção aos deficientes mentais;
- b) — intercâmbio entre técnicos de diferentes países;
- c) — estudo comparativo de legislação concernente ao retardado mental entre os países membros da Liga e a promulgação de novas leis em seu favor.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de S. Paulo já é membro da Liga assim como a autora deste relatório.

Após a nossa chegada já enviamos material de divulgação sobre nossas experiências no Brasil: Revista da Federação das APAES, folhetos de várias Associações do Brasil, relatórios de trabalhos da Sociedade Pestalozzi do Brasil.

SERVIÇOS PARA CRIANÇAS RETARDADAS

Nossas observações não foram tão numerosas, entretanto, podemos verificar que a grande tendência dos serviços organizados é a preferência pelos semi-internatos e os pensionatos. Há grande preocupação de dar assistência ao severamente retardado, os de nível mental mais baixo.

The Boarding School «Gl. Bakkehus», na Dinamarca e o Instituto S. Gabriel, na Bélgica, são exemplos dêste tipo de atendimento.

DIVERSOS

Procuramos conhecer os programas de Formação de Pessoal trazendo conosco o currículo de vários cursos em diferentes países.

De forma geral, há uma seriedade e preocupação na formação do pessoal através de diferentes categorias de cursos:

- Cursos de nível universitário — 2 e 3 anos;
- Cursos de nível médio;
- Cursos de longa duração;
- Cursos intensivos;
- Cursos especializados: formação de pessoal para Classes Especiais para Centros Ocupacionais e Oficinas Protegidas, atendentes, monitores e outros.

França, Dinamarca, Bélgica, Suíça e Holanda possuem cursos oficiais de longa duração, de nível universitário, para a formação de diferentes categorias de profissionais: educadores, assistentes sociais, enfermeiros, etc que desejam trabalhar no campo de educação especial.

3ª PARTE

CONSIDERAÇÕES FINAIS — SUGESTÕES

Ao finalizarmos nosso relatório sôbre as impressões colhidas em nossa tão rápida, mas eficiente viagem, analisando o que foi aprendido em relação aos problemas científicos e assistenciais referentes à deficiência mental concluimos:

- a) — Preocupação de todos os cientistas quanto à etiologia, terapêutica e profilaxia da deficiência mental;
- b) — Atitudes mais positivas e otimistas quanto à descoberta de causas e tratamento das deficiências mentais;
- c) — Maior tendência em se aplicar as possibilidades da Psiquiatria Social no atendimento dos problemas assistenciais;
- d) — Atitudes mais profundas e confiantes em considerar o aspecto **integração social** dos deficientes mentais;
- e) — A intensificação das pesquisas em todos os campos de estudo sobre a deficiência mental;
- f) — Desenvolvimento de uma filosofia de assistência educativa em que a vivência dos deficientes em pensionatos, lares, semi-internatos é mais aconselhável, em oposição à segregação prolongada em internatos;
- g) — Intensificação da orientação profissional para deficientes mentais e legislação adequada. Preocupação com o futuro;
- h) — Confiança dos técnicos e pais de que um futuro mais otimista espera os deficientes mentais;
- i) — Espera-se muito da colaboração das Associações de Pais de Deficientes Mentais multiplicando-se sua organização em tôdas as partes do mundo;
- j) — O estudo comparativo dos programas de assistência no Brasil mostra que, também, temos liderança em muitos dos aspectos da educação do deficiente mental, isto é, muitas de nossas organizações antecedem alguns dos programas apresentados. Assim a fundação de Oficinas Pedagógicas para orientação profissional dos excepcionais data de 1945, quando foi fundada a Sociedade Pestalozzi do Brasil pela Prof^a Helena Antipoff. A preocupação de **educação integral** para os excepcionais faz parte de nossa filosofia de educação especial.

SUGESTÕES

Algumas sugestões podem ser elaboradas como conclusões das experiências que acabamos de expor:

I — Incentivar entre os profissionais o interesse pela pesquisa, porque nosso material de estudo nos diferentes campos de deficiência mental nos permite amostragens qualitativas e quantitativas;

II — Estimular o estudo comparativo entre os diferentes aspectos

da deficiência mental, desenvolvendo-se a atitude de trabalho em equipe;

III — Interessar, tanto quanto possível, os poderes públicos na ampliação de recursos de assistência médico-psico-pedagógica, para os deficientes mentais;

IV — Estimular o estudo da legislação sôbre a orientação profissional dos deficientes com elaboração de programas de trabalho industrial e Oficinas Protegidas;

V — Divulgar os objetivos da Associação Internacional para o Estudo Científico do Retardamento Mental, entre os profissionais e pessoas interessadas, no Brasil;

VI — Incentivar as instituições oficiais e particulares, como as Associações de Pais, a se tornarem membros da Liga Internacional de Associações de Amparo aos Deficientes Mentais, cuja Secretaria Geral está localizada na Bélgica, Avenue Louis Lepoutre, 55, Bruxelas;

VII — Planejar um trabalho de estudo, em colaboração com diferentes categorias de técnicos, a ser apresentado no próximo Congresso que se realizará na França e Itália. Pode-se aproveitar, principalmente, o que a experiência da Prof^a Helena Antipoff conseguiu realizar no Brasil;

VIII — Manter intercâmbio com as organizações nacionais e internacionais.

Esperamos que essas sugestões possam ser aproveitadas em nosso campo de trabalho e que novas esperanças surjam para o deficiente mental.

Colocando-me à disposição das instituições que me proporcionaram conhecer as valiosas experiências realizadas em alguns países da Europa, reitero meus sinceros agradecimentos.

Apraz-me, também, deixar aqui consignado meu reconhecimento às pessoas, serviços e entidades dos países visitados, pelo acolhimento amigável e hospitaleiro que me deram.

2.º Congresso Internacional de Psicologia da Letra

A Redação de SYMPOSIUM acaba de receber uma carta do Secretário do «Instituto de Pesquisas Psicológicas» (Istituto di Indagini Psicologiche) de Milão, em que êle lamenta e reclama o fato de não se haver feito referência a publicações italianas, quando da notícia inserta em o número de 1964 sôbre nosso curso de introdução à Grafologia.

Envia-nos o Secretário do Instituto uma notícia minuciosa sôbre o Congresso Internacional de Psicologia da Letra e pede-nos que a publiquemos em português. Fá-lo-emos sem dificuldade. Antes, porém, desejamos comunicar ao sr. Secretário que, quase três anos da publicação da notícia de 1963, havíamos feito referência a publicações italianas, por ex. de Marco e Rolando Marchesan, em artigo intitulado: «Personalidade e Psicografologia» (cf. SYMPOSIUM, nr. 1, 1960). Não foi pois descaso ou ignorância de nossa parte. Simples omissão.

A seguir, traduzida e adaptada, publicamos a notícia que nos foi enviada.

«Realizou-se em Milão, de 19 a 22 de setembro de 1964, o 2º Congresso Internacional de Psicologia da Letra. Nela tomaram parte representantes de 13 nações: Itália, Alemanha, França, Espanha, Bélgica, Holanda, Suíça, Portugal, Checoslováquia, Hungria, EE.UU., Colômbia e Chile.

Os trabalhos dos 1º, 3º e 4º dias realizaram-se na sede da Associação Industrial Lombarda. Os de domingo, 20, na sede do Instituto de Pesquisas Psicológicas.

À inauguração compareceu o Provedor dos estudos de Milão, representando o Ministro da Instrução Pública. Foi portador da saudação do Ministro e da escola italiana.

O 1º dia foi consagrado aos problemas da educação e da instrução.

Pode dizer-se que foi êste o tema dominante do Congresso, ainda que parte relevante do mesmo tenha sido dedicada à hipnose clínica. Na verdade, os trabalhos apresentados no primeiro dia pelo Prof. Rolando Marchesan, codiretor do Instituto de Pesquisas Psicológicas de Milão, pelo Prof. Rafael Tenconi, funcionário da Provedoria dos estudos de nossa cidade e pelo Prof. Jean Louis Morino, ortopedagogo, presidente da «Commission Internationale pour la santé mentale des travailleurs migrants» de Bruxelas, abriram muito provavelmente largo caminho para a solução dos problemas da infância e da adolescência.

Deve salientar-se principalmente a contribuição do Prof. Tenconi, segundo a qual se fizeram duas experiências de aplicação da psicologia da letra em escolas elementares: em 1958 em duas segundas classes da escola elementar da rua Morosini em Milão e outra recentemente em uma primeira e terceira classes da escola elementar de uma aldeia do varegoto.

O resultado de ambas as experiências é que, em todos os casos onde pais e professor modificaram seu comportamento de acôrdo com as indicações do psicólogo da letra, o aluno não só melhorou seu procedimento, mas também o aproveitamento escolar.

Parece evidente a importância dêsse resultado. Apresenta-se um método que vem ao encontro das ânsios e desgostos de inúmeras famílias e que oferece perspectivas muito sérias de notável melhoramento da situação, mesmo que não pretenda colocar tôdas as crianças no mesmo nível de aproveitamento e de conduta.

A importância dessas duas experiências afigura-se ainda maior, se se pensa que a indocilidade da criança e seu escasso aproveitamento escolar dependem do desajustamento e mal-estar psicológicos, únicos responsáveis, quando se abrem êles para a idade púbere, para as manifestações de delinqüência, para a delinqüência de menores e para as manifestações do vandalismo.

Recorde-se ainda que a Magistratura lamenta constantemente, na abertura dos anos judiciários, o aumento contínuo dos fenômenos de delinqüência e vandalismo.

Daqui se conclui claramente que a aplicação do método em questão ajuda a reduzir essas pragas sociais e por isso adquire uma importância social de imenso valor.

O dr. Stephan Toeroek, psicólogo escolar e psicoterapeuta de Pomaz (Hungria) expõe um método aplicado por ele para descobrir as anomalias do desenvolvimento inicial do caráter da criança mediante a análise da letra.

À tarde houve várias relações das quais citamos a do dr. Filiberto Zarattini sobre a influência hereditária e educativa dos pais sobre o caráter dos filhos, conhecida por meio da letra. A exposição foi acompanhada de projeções. A do Prof. Fritz Kaeser Hofstetter, docente de psicologia da letra no Instituto de psicologia profunda de Berna, apresenta e ilustra com diapositivos, o seu «Farb-Ebenen-Test» (teste dos planos das cores) Finalmente, a da dra. Carmen Bolla, do Instituto de Pesquisas Psicológicas, apresenta e desenvolve, com uma série de diapositivos, a projeção dos estados psicológicos mórbidos de adolescentes através dos desenhos e da letra.

A Assembléia geral da Sociedade Internacional de Psicologia da letra foi o principal acontecimento do segundo dia. Nela se procedeu às eleições dos cargos sociais para o triênio 1965-1967. Para presidente foi eleito o Prof. Marco Marchesan. O prof. Rolando Marchesan, os doutôres Oreste Abatte, Filiberto Zarattini e Gian Attilio Farma, membros do comité diretivo. Os drs. Enzo Gabrici, Rafael Tenconi e Gualtiere Guantieri, juizes.

A hipnose clínica constituiu o tema central do terceiro dia, com projeções explicadas pelo prof. Franco Granone, chefe do departamento neurológico do Hospital Maior de Vercelli e docente de doenças do sistema nervoso na Universidade de Turim. Nessas projeções registraram-se cenas de redução em estado hipnótico, em estado cataléptico, cenas de rigidez cataléptica em estado de vigília com relação a determinados objetos. Em semelhante rigidez o sujeito encontra-se na impossibilidade de agir, de regredir ao estado infantil. Nessa regressão o sujeito assume atitudes que correspondem claramente a alucinações negativas, em que, conseqüentemente, vê objetos mas não as pessoas presentes.

Na sessão vespertina teve notável importância uma relação do dr. Enzo Gabrici, chefe dos Hospitais psiquiátricos provinciais de Milão sobre os resultados de um exame comparativo entre as observações clínicas e a análise da letra de 15 neuróticos. Houve além disso duas comunicações do dr. Bronislaw Mazur, assistente voluntário do Hospital psiquiátrico provincial de Roma. Em uma delas apresenta projeções, na letra, da situação psicológica mórbida dos amanuenses das testemunhas de Quamran (rio

do Mar Morto). Noutro, mostra o paralelismo da manifestação psicomotora tanto nos desenhos como na assinatura de numerosos hóspedes de seu Hospital.

São dignas de menção as comunicações do dr. F. M. Raeven, diretor do departamento de psicologia do Hospital psiquiátrico de Apeldoorn (Holanda) sobre a letra dos epiléticos e a do prof. Jaroslav Stuchlik, emérito de psiquiatria da Universidade de Praga sobre a letra dos psicóticos.

O dr. Walter Bruenner apresentou uma comunicação sobre a psicologia da letra nas relações com a psicopatologia. O dr. Bruenner pertence ao Instituto central de psicologia da Universidade de Santiago do Chile.

O prof. Marco Marchesan e o dr. Gualtiero Guantieri, diretor do serviço de medicina psicossomática e hipnose clínica do Instituto de Pesquisas Psicológicas e o dr. Damilo Gherardi, assistente da clínica neuropsiquiátrica da Universidade de Roma apresentaram comunicações teóricas acompanhadas de casos.

O 4º dia foi consagrado especialmente aos relatores estrangeiros.

Assumiram particular interesse duas comunicações da dra. Thea Stein Lewinson de Kensington (USA) sobre seu método particular de registro de dados gráficos e psicológicos provenientes da letra e sobre as características psicológicas de um grupo de quatro gêmeos esquizofrênicos, a comunicação do dr. Victor Seckendorf, do Sindicato dos Matemáticos alemães e da Sociedade de Matemática e de Mecânica aplicada de Flensburg (Alemanha), o qual, utilizando projeções, mostrou a possibilidade, embora limitada mas útil, de registrarem-se algumas características gráficas mediante máquinas eletrônicas.

Houve além disso as comunicações do prof. Rodolfo Pophal, titular da cadeira de psicologia da letra manuscrita na Faculdade de Medicina da Universidade de Hamburgo. O dr. Pophal ilustrou com abundantes citações e argumentos a validade da interpretação da letra manuscrita como escrita cerebral. Além disso a comunicação do dr. Lutz Wagner, responsável pelo ensino de psicologia da letra manuscrita na Universidade de Munich. Falou sobre a situação da psicologia da letra na Alemanha, no campo teórico e aplicado. Finalmente a comunicação do dr. Jean Neumann, psicólogo clínico do Hospital psiquiátrico de Roudnice (Checoslováquia), que apresentou um caso de utilização da psicologia da letra no campo da Criminologia.

A segunda parte do dia foi consagrada à perícia gráfica com base psicológica. Principal orador foi o dr. Attilio Farma, médico psicólogo do Instituto de Pesquisas Psicológicas, que demonstrou não se dever esperar perícia formulada por professôres de caligrafia e de desenho, privados dos conhecimentos necessários de psicologia da letra na sua relação com o reflexo psicomotor de quem escreve e com os estados d'alma em que incorrem inevitavelmente os imitadores de letra alheia e os autores de cartas anônimas. Sòmente os cursos de perícia gráfica realizados no Instituto de Pesquisas Psicológicas de Milão podem formar peritos gráficos com base psicológica dotados dos conhecimentos necessários relacionados com os estados de espírito do escritor autógrafo, anônimo ou imitador. Falou a seguir do dr. Gino Alma, procurador substituto da República, do Tribunal de Milão, sôbre os aspetos legais da perícia, referindo-se particularmente à perícia gráfica.

P. Alfredo Zecchi, do Instituto de Pesquisas Psicológicas, apresentou uma comunicação sôbre a utilidade do recurso à psicologia da letra no campo vocacional. P. Ricardo Baracaldo, diretor do laboratório de psicologia da Faculdade claretina de Manizales (Colombia) falou sôbre as características psicológicas de São Paulo, deduzidas com o método da psicologia da letra e mais particularmente das constelações psíquicas de acôrdo com o esquema aplicado pelo «Mentalità e carattere di Gesù», de Marco Marchesan.

Falou também o prof. José Allprandi, diretor do periódico «Studi grafici» de Pádua, sôbre o tema: «Grafismos especiais manuais e mecânicos».

O Congresso teve êxito lisonjeiro e todos os participantes prometeram encontrar-se novamente em Milão, por ocasião do 3º Congresso que se realizará no outono de 1967.

As Atas do Congresso serão publicadas nos anos de 1965 e 66 na «Rivista di Psicologia della Scrittura», órgão da Sociedade internacional de psicologia da letra manuscrita.

Tradutor Responsável : P. PEDRO DE MELO, S. J.

Situacionismo Ético da Doutrina Cristã

Pe. PEDRO DE MELLO, S. J.

Por entre os meandros de uma civilização tecnicizada, em que se vive à mercê de diferentes tipos de empirismos, não nos admira que, mesmo até em meios católicos, os valores morais estejam sendo interpretados de maneira totalmente ou quase totalmente individualista. À medida que se negam os dados metafísicos e se aceita como unicamente válidos os postulados da observação chamada «científica», vai-se descambiando para formulações morais que desconhecem o fundamento dos princípios e das normas de caráter absoluto porque universal.

Das formas imanentistas do pensamento à «experiência» consciencial do existencialismo vamos encontrar diversos modos de se acentuar o subjetivismo ético, aplicado às mais diversas situações concretas da pessoa.

Insensivelmente, vamos terminar por rejeitar sistematicamente o valor dos princípios fundamentais do pensamento humano e a inteligência termina por sujeitar-se às leis do concretismo dos sentidos. À conceituação da natureza humana em termos transcendentais e válidos universalmente, sucede uma representação meramente antropológica que, sem deixar de ser verdadeira no seu âmbito, não exaure a plenitude dos dados fornecidos pela Metafísica.

Não há dúvida de que o formalismo de uma filosofia idealista ou abstracionista levou os espíritos a uma reação onde a imanência vital predomina e por isso mesmo é o indivíduo o centro de todas as concepções psicológicas e filosóficas. O fato que se deu no plano metafísico em geral, deu-se também no psicológico. O impulso que a investigação científica conferiu aos estudos do psiquismo humano em concreto chegou ao exagêro de negar o valor da própria investigação filosófica. Do âmbito de estudos gerais sobre as leis do psiquismo **em si** passou-se para a pesquisa do indi-

víduo, de suas diferenciações psíquicas, de seu meio, de suas reações temporais, das funções do tempo e do meio sôbre o comportamento humano. Essa passagem levou os homens ao exagêro da negação de valores que não sejam conhecidos e avaliados por medidas, por instrumentos, por observação externa, por cálculos estatísticos, por padrões de testes etc.. O que importa, essencialmente é o indivíduo.

Ética de «situação» e interpretação dos valores morais. A Ética não poderia, de forma alguma, escapar ao influxo das correntes empiristas modernas. À tendência anti-metafísica inerente essencialmente à interpretação existencialista do homem e da história sucumbiram até pensadores que receberam em sua formação bafejos de idéias cristãs. Sentindo urgentemente a necessidade de interpretar o homem em sua «posição» no mundo e sujeito ao condicionamento concreto geo-bio-psicológico, sentiram êles ser mister considerá-lo dentro de sua latitude histórica e existencial e não num mundo de abstrações. Deve-se interpretar o homem vivo, não o homem abstrato. Deve-se interpretar o homem em luta dentro de si mesmo, com suas necessidades e anseios, com sua percepção própria e seu modo de agir e de reagir ou de comportar-se-se. Cada homem é um mundo. Cada um de nós tem seu mundo e deve ser inteiramente responsável por seu mundo. Deve engajar-se nêle. Por êle responder, dentro de si mesmo, de si para si. Só êle e mais ninguém pode experimentar sua luta pessoal, seus erros, seus fracassos, seus choques em face do mundo, seu destino e suas quedas. O homem tem de ser o mestre e a **norma** de si próprio. Êle deve saber o que lhe convém. O que tem a fazer. Os atos por que tem de responder. As omissões por que será responsável. A vida lhe é de tal maneira **única** e **incomunicável** que ninguém poderá jamais responder em seu lugar diante de nenhum tribunal. Também o cristão deverá formar sua consciência **a seu modo**, dentro de suas possibilidades concretas e atuais, atendendo sempre ao condicionamento interno e externo de sua vida. Normas são «tabus», fórmulas arcaicas, ultrapassadas pela ciência e por uma visão da vida em que o homem ocupa ou deve ocupar de fato o centro.

Observações críticas. Não poucos católicos, certamente muito bem intencionados, não escaparam aos sofismas que se escondem no âmago dessas afirmações. Vê-se isso claramente quando se trata de certos problemas bem graves, como por exemplo, a limitação de filhos, a obediência a certas prescrições da Igreja etc.

Que pensar, sob o ponto de vista filosófico e dentro de uma perspectiva cristã, dessa posição anti-metafísica e anti-cristã?

Começemos por distinguir certos aspectos básicos sem o que nos será impossível ver claro e ser fiel à verdade.

1º **o homem na interpretação do valor moral.** A orientação antropológica da Ética, nos moldes em que hoje se apresenta, trouxe sem dúvida uma contribuição positiva ao estudo da ação moral. Positiva, não só enquanto frisa a necessidade de se colocar o homem no centro de nossas reflexões morais, como ponto de referência, mas também no que significa de reação contra os exageros do intelectualismo de sabor idealista ou ao «angelismo» de certos teólogos. Se, entretanto, analisarmos mais demoradamente o sentido dessa orientação, veremos sem dificuldades, estar ela eivada de erros de caráter subjetivista. A tendência imanentista, individualista ou egocêntrica do pensamento ético moderno tenta, pela negação de valores metafísicos, reduzir o fenômeno moral ao círculo fechado da consciência humana. Os juízos de valor dependem assim apenas da consciência cada um. O que lhe dita a consciência será o juízo verdadeiro, ainda quando, dentro da mutabilidade inerente a todo o humano, o mesmo julgamento de valor seja positivo hoje para ser negativo amanhã. A asserção e aceitação de juízos éticos puramente internos e individuais leva a conseqüências que se não podem aceitar por quem ainda aceita conscientemente uma visão cristã (realmente cristã) e metafísica da vida e da ação humana. O caráter individualista da ética situacionista rejeita o fundamento filosófico que serve de base aos princípios fundamentais diretores da ação humana livre. Um falso conceito de liberdade humana (será realmente o homem tão livre como se diz?), acentua a necessidade de deixar ao homem a possibilidade de tomar suas decisões de forma pessoal e independentemente de normas, de fórmulas, de «tabus», de imposições, de critérios externos. Na ordem prática, muitos cristãos (ou que se dizem cristãos, sem o serem realmente), terminam por rejeitar a autoridade da Igreja e por afirmarem ser a lei moral demasiado inumana e inflexível. O egocentrismo ético acaba por tentar adaptar simplesmente os princípios a conveniências individuais, a situações concretas, a interesses particulares. E a Ética termina aqui, onde finda, não raro, a própria autoridade de Deus.

2º **Juízo de valor e princípios fundamentais.** Nunca salientaremos à saciedade a importância da necessidade da formação da consciência moral do homem. Tôda a Ética supõe essa formação, porque em última aná-

lise a norma interna e próxima de valor é a consciência de cada pessoa. Daqui a necessidade de sua formação dentro de um plano de desenvolvimento progressivo da personalidade humana. Na medida em que uma personalidade se desenvolver e amadurecer, nessa mesma medida terá possibilidade de amadurecer moralmente. Onde não existir maturidade emocional e integração pessoal do homem no mundo em que vive, impossível será esperar-se desenvolvimento moral e formação de consciência. O importante será que, no plano de sua atividade, cresça o homem de forma a poder tomar deliberadamente e de forma autônoma (quanto possível) suas próprias decisões. Nada mais prejudicial à ação humana do que o infantilismo moral ou certos tipos de regressão moral em que se fixa muita gente. É sumamente importante para a integração pessoal do homem no mundo e consigo que chegue ao ponto de poder engajar-se, decidir-se, até aventurar-se, se preciso, por iniciativa pessoal.

Mas êsse engajamento, essa iniciativa não pode realizar-se à toa, sem rumo, entregue a modos de ver puramente pessoais, muito menos de acôrdo apenas com as conveniências do momento que passa. Se nossa ação não se escudar em princípios diretivos de valor universal, terá apenas a firmeza de nossos sentimentos, não raro de nossos caprichos. Desaparecerá o fundamento da ordem moral, que não existe se não houver uma base sólida de princípios válidos para todos os homens, embora adaptados a cada homem, dentro do condicionamento de sua vida e de sua ação. Chamem-se hedonista, naturalista, situacionista, empirista, do Super-Homem ou nihilista, tôdas as formas de ética relativista ou individualista são incapazes de sustentar e orientar a ação humana, de maneira estável e permanente.

Admira-nos o fato bem real de que, nos tempos de hoje, pessoas que se dizem cristãos e católicos, tentem «formar» sua consciência independentemente de normas ou princípios básicos. Até em problemas de fundamental importância para a vida cristã individual e social, infiltra-se uma teoria puramente individualista da formação da consciência. Quer se trate de um divórcio ou de uma operação gravemente ilícita, de negócios desonestos, de intervenções esterilizantes, anticoncepcionais, julga-se poder agir apenas porque o indivíduo em concreto foi atingido nos seus interesses, na sua saúde, na sua vida. E não se sente necessidade nenhuma de consultar princípios de ordem básica, **sòmente porque se impõe o bem do indivíduo.**

Poder-se-ia perguntar: será que o bem do indivíduo é a norma su-

prema de ação? Será que são permitidos, sem mais, todos os processos, desde que se trate de salvar a vida de uma pessoa? Será que em última análise é o homem a razão última da sua própria ação? Onde ficam as exigências da lei natural ou os direitos de Deus? (*)

Conclusão. Para além das formas concretas de ação existem normas universais que se baseiam numa concepção filosófica da natureza humana. Não podemos pautar nossa ação livre por meio de meras «técnicas» impostas ou aconselhadas por circunstâncias de cada momento ou pelas exigências concretas e pessoais de cada homem. Tôda ação que se norteie apenas por razões individuais perderá estabilidade, por ficar sujeita às flutuações inerentes do tempo, às condições de espaço, de lugar e de pessoa. Não se nega em vão o valor da inteligência ou da razão humana. Nem se orienta impunemente a ação livre por sentimentos ou interêsses do momento, sem se ter em conta os dados fundamentais da razão e da fé.

Anda hoje podemos afirmar que o pensamento moral da Igreja Católica se resume a pouco itens de permanente validade:

1º o julgamento consciencial é absolutamente necessário para que se possa dar orientação adequada à ação humana.

2º é necessário que se saliente a importância da formação da consciência e do sentido de responsabilidade pessoal que implica amadurecimento de personalidade. Cada cristão deve formar sua consciência em cada caso particular.

3º A consciência como norma subjetiva de moralidade (de distinção entre o que é bom e o que mau), supõe e exige o conhecimento de normas éticas decorrentes de uma concepção da natureza humana considerada sob seus diferentes aspectos individuais e sociais e em seu relacionamento com Deus.

4º Além disso, a consciência moral, informada por princípios cristãos não pode esquecer que a NORMA suprema de tôda ação é a vontade de Deus, Ordenador primeiro de uma ordem integral e adequada.

5º Quem quer que prescindia dêsses princípios, poderá afirmar-se

cristão. Na realidade seu modo de pensar e de agir constitui uma negação do que afirma ou pensa.

(*) A propósito de um debate recente, realizado em Recife, entre médicos, psiquiatras e psicólogos, gostaríamos de chamar a atenção para alguns pontos que nos parecem de grande importância. Falando-se de intervenções esterilizantes, houve quem afirmasse que, em certas circunstâncias muito graves para a saúde de uma mulher, poderia o ginecólogo, tendo em vista o bem total da pessoa, realizar uma operação contraceptiva. Afirmou-se além disso que bastaria formar sua própria consciência e agir. Disse-se até que havia sacerdotes que **atualmente** permitiam proceder dessa forma.

Sem descer ao exame de casos concretos, o que não permitiria uma simples nota, parece-nos entretanto necessário salientar alguns tópicos indispensáveis.

1º. Nenhum sacerdote está **atualmente** autorizado de maneira oficial a modificar, em sua estrutura essencial, os princípios morais por que se regeu até hoje a Moral matrimonial. (cf. REB, 1964, p. 718) Não negamos a necessidade de uma reformulação de certas soluções ou mesmo de certos princípios. As discussões que se travam hoje na Europa e noutras partes revelam claramente que as soluções não são satisfatórias, em face da profunda crise de consciência que se manifesta de há muito. Somos de parecer que seria oportuna e necessária uma revisão da perspectiva em que se situa a Moral Católica, eivada de casuísmo e esquecida em suas linhas gerais da posição da caridade como norma básica de nossas ações. O que entretanto frisamos é que não houve até o presente nenhuma modificação fundamental que atingisse os princípios. Conseqüentemente, não compete a teólogos particulares ou a sacerdotes antecipar-se às decisões da Igreja, enquanto fonte de ensino e de normas de ação. Quando insistíamos em declarar não aceitável, por exemplo, uma intervenção falopiana motivada apenas e sem mais pela defesa do estado de saúde uma paciente, estribávamo-nos então na doutrina corrente de deontólogos da altura de Albert Niedermeyer (cf. Handbuch der speziellen Pastoral — Medizin, ed. Herder, Viena 1952, vol. 3, p. 38 ss), de Gerald Kelly, S. J. (cf. Medico — Moral Probléms, St. Louis, Miss., 1957, p. 1 — 4ss), de Jules Paquin (cf. Médecine et Morale, Montréal 1960, Art. 11, p. 257-274), de Ch. McFadden (cf. Medical Ethichs, Philadelphia, 1953, p. 280-329), para indicar apenas alguns dentre os autores de cujas obras dispomos no momento:

2º. Relativamente ao problema da formação de consciência de cada cristão, não resta a menor dúvida de que compete a cada um de nós saber resolver seus próprios problemas. O que não podemos aceitar é que cada homem seja a norma definitiva de suas ações, independentemente da autoridade da Igreja que, para um cristão (católico) é a Norma visível suprema de ação humana. Insistimos em que os princípios devem ser aplicadas a cada caso, dentro de suas condições concretas. É o homem responsável por seu engajamento pessoal no exercício da liberdade. Mas o católico pertence a uma Comunidade que é a única depositária da verdade, inclusivamente sob o ponto de vista moral ou axiológico. Ou marchamos finalmente para uma ética de pura «situação», em que apenas circunstâncias internas e ambientais se devem levar em conta?

3º. Felizmente a Igreja sentiu (e sente de longa data) a necessidade de ir ao encontro das angústias de muitos casais que sofrem dramas íntimos de consequências imprevisíveis. Os debates da terceira sessão do Concílio e as discussões continuam no cenário dos especialistas, teólogos e médicos, (cfr. REB, 1965, p. 84-92) revelando o interesse da Igreja por êsse drama. Note-se entretanto novamente, para concluir, nada de essencial se mudou. Se à Igreja cabe ensinar e legislar, é dever do católico, leigo ou sacerdote, esperar a palavra definitiva. Seria assim imaturo e imprudente tentar por conta própria renovações que talvez não respondam ao pensamento atual da Igreja, Mestra da verdade e da ação.

0210YB

LBC

07-08-04 32180

193

XL



COMPOSTO E IMPRESSO NA
TIPOGRAFIA MARISTA
Rua Dois Irmãos, 318 — Apipucos
RECIFE — PERNAMBUCO

FOR OFFICIAL USE ONLY

FOR OFFICIAL USE ONLY

